FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
2019

Camil Alimentos S.A.
Versão 8

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4

2.3 - Outras Informações Relevantes 5

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 6

3.2 - Medições Não Contábeis 7

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 10

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 12

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 18

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 19

3.7 - Nível de Endividamento 20

3.8 - Obrigações 21

3.9 - Outras Informações Relevantes 22

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 23

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 36

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 42

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 59

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 60

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 61

4.7 - Outras Contingências Relevantes 63

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 66

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 67

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 75

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 79

5.4 - Programa de Integridade 81

5.5 - Alterações significativas 85

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 86

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 87

6.3 - Breve Histórico 88

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 90

6.6 - Outras Informações Relevantes 91

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 92

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 95

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 96

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 99

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 118

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 119

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 121

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 122

7.8 - Políticas Socioambientais 124

7.9 - Outras Informações Relevantes 125

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 160

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 161

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 162

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 163

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 164

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 165

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 168

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 173

9.2 - Outras Informações Relevantes 174

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 175

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 227

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 236

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 237

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 238

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 240

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 241

10.8 - Plano de Negócios 242

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 244

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 247

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 248

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 249

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 261

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 266

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 269

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 270

12.7/8 - Composição Dos Comitês 276

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 281

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 285

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 289

12.12 - Outras informações relevantes 290

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 294

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 301

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 305

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 307

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 312

13.6 - Opções em Aberto 314

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 316

13.8 - Precificação Das Ações/opções 317

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 318

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 319

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 320

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 321

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 322

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 323

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 324

13.16 - Outras Informações Relevantes 325

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 330

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 333

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 334

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 335

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 336

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 337

15.3 - Distribuição de Capital 341

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 342

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 343

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 347

15.7 - Principais Operações Societárias 349

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 356

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 357

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 358

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 367

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 368

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 369

17.2 - Aumentos do Capital Social 370

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 371

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 372

17.5 - Outras Informações Relevantes 373

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 374

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 375

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 376

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 377

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 378

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 384

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 385

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 386

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 387

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 388

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 391

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 393

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 394

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 410

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 411

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 412

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 413

20.2 - Outras Informações Relevantes 414

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 416

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 418

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 420

21.4 - Outras Informações Relevantes 421

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Luciano Maggi Quartiero**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Flávio Jardim Vargas**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ/MF n° 64.904.295/0001-03
NIRE: 35.300.146.735
Companhia Aberta

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE

O Sr. Luciano Maggi Quartiero, na qualidade de Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), sociedade por ações com escritório corporativo localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida doutora Ruth Cardoso (nova denominação da Avenida das Nações Unidas), nº 8.501, 12° andar, Pinheiros, CEP 05425-070, vem de acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM 480, conforme alterada, declarar que:

a) Reviu o formulário de referência;
b) Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos Art. 14 a 19; e
c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Luciano Maggi Quartiero
Diretor Presidente
Camil Alimentos S.A.

CAMIL ALIMENTOS S.A.
CNPJ/MF n° 64.904.295/0001-03
NIRE: 35.300.146.735
Companhia Aberta

DECLARAÇÃO DO DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

O Sr. Flavio Jardim Vargas, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Camil Alimentos S.A. ("Companhia"), sociedade por ações com escritório corporativo localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida doutora Ruth Cardoso (nova denominação da Avenida das Nações Unidas), n° 8.501, 12° andar, Pinheiros, CEP 05425-070, vem de acordo com o Anexo 24 da Instrução CVM 480, conforme alterada, declarar que:

a) Reviu o formulário de referência;
b) Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos Art. 14 a 19; e
c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Flavio Jardim Vargas
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Camil Alimentos S.A.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/1994
Descrição do serviço contratado	i. Auditoria das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais para relatórios financeiros (IFRS), relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2019, 28 de fevereiro de 2018 e 28 de fevereiro de 2017 e revisão das Informações Contábeis Intermediárias Condensadas, preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standard Board - IASB, referentes aos períodos findos em 31 de maio, 31 de agosto e 30 de novembro de 2018 dos referidos exercícios sociais; ii. Emissão de carta conforto para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio; iii. Emissão de laudo de incorporação da controlada SLC Alimentos Ltda; e iv. Serviços de consultoria.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O Total da remuneração aos auditores contratada no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019, correspondeu a: i. Serviço de Auditoria: R$1.769.870,50; ii. Serviço de Auditoria Adicional: R$496.945,13; iii. Serviços de emissão de carta conforto no âmbito da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio: R$167.930,03; e iv. Serviços de emissão de laudo de incorporação da controlada SLC Alimentos Ltda.: R$17.492,71.
Justificativa da substituição	Não aplicável, uma vez que não houve substituição.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, uma vez que não houve substituição.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Marcos Alexandre Silveira Pupo	01/03/2016	197.375.598-00	Av. Juscelino Kubitscheck, nº 1.909, Torre Norte, 7º andar, Itaim, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543 -011, Telefone (11) 25733048, Fax (0000) 0000000000, e-mail: marcos.a.pupo@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes.

Todas as informações consideradas relevantes para este item 2 deste Formulário de Referência foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (28/02/2019)	Exercício social (28/02/2018)	Exercício social (28/02/2017)
Patrimônio Líquido	2.169.115.000,00	1.821.097.000,00	1.360.723.000,00
Ativo Total	4.436.660.000,00	3.781.173.000,00	3.830.638.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	4.748.825.000,00	4.662.940.000,00	4.947.730.000,00
Resultado Bruto	1.221.757.000,00	1.150.471.000,00	1.221.138.000,00
Resultado Líquido	362.387.000,00	250.665.000,00	201.531.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	404.230.305	407.349.976	123.017.292
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	5,370000	4,470000	11,060000
Resultado Básico por Ação	0,900000	0,620000	1,640000
Resultado Diluído por Ação	0,90	0,62	1,64

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), a Companhia deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelas despesas e receitas financeiras, pelas despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de vendas e serviços.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). O EBITDA e a Margem EBITDA também não representam o fluxo de caixa da Companhia para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

O EBITDA e a Margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecida por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Instrução CVM 527, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I.

O EBITDA e a Margem EBITDA são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa, e outros itens não usuais ou que não são decorrentes de suas operações principais. Por esse motivo, entende-se que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e da margem EBITDA da Companhia para os exercícios sociais findos em 28 de fevereiro de 2019, 29 de fevereiro de 2018 e 28 de fevereiro de 2017:

	Exercício Social findo em		
	28.02.2017	**28.02.2018**	**28.02.2019**
EBITDA	546.991	489.787	483.397
Margem EBITDA	11,1%	10,5%	10,2%

Adicionalmente, a Companhia também utiliza a Dívida Líquida, a qual corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de instrumentos financeiros derivativos do passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Companhia que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de caixa e equivalentes à caixa com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante); com (c) instrumentos financeiros derivativos do ativo circulante

3.2 - Medições Não Contábeis

e não circulante em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Companhia. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da Companhia.

	Exercício Social findo em		
	28.02.2017	**28.02.2018**	**28.02.2019**
Dívida Líquida	1.014,3	571,0	1.032,1

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre o EBITDA e o lucro líquido divulgado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os períodos indicados:

Reconciliação do Lucro Líquido para o EBITDA:

	Exercício Social findo em:		
	28.02.2017	**28.02.2018**	**28.02.2019**
Lucro Líquido	**201.531**	**250.665**	**362.387**
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	100.847	74.506	3.625
(+) Depreciação e Amortização	86.599	90.213	101.416
(+/-) Resultado financeiro líquido ((+) despesas financeiras (-) receitas financeiras)	158.014	74.403	15.969
EBITDA	**546.991**	**489.787**	**483.397**

Reconciliação da Dívida Líquida	**Em 29 de fevereiro de 2017**	**Em 28 de fevereiro de 2018**	**Em 28 de fevereiro de 2019**
Empréstimos e financiamentos e Debêntures - circulante	780.171	159.963	514.114
Empréstimos e financiamentos e Debêntures - não circulante	877.119	1.125.811	914.745
Dívida Bruta	**1.657.290**	**1.285.774**	**1.428.859**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(139.698)	(276.466)	(365.302)
(-) Aplicações financeiras - circulante	(470.677)	(406.305)	(31.242)
(-) Instrumentos financeiros – derivativos – ativo circulante	(614)	-	(511)
(-) Aplicações financeiras - não circulante	(32.597)	(31.865)	(217)
Dívida Líquida	**1.013.704**	**571.138**	**1.031.587**

3.2 - Medições Não Contábeis

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado das empresas, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários, outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa, e outros itens não usuais ou que não são decorrentes de suas operações principais. Por esse motivo, se entende que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

Consequentemente, acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do desempenho financeiro da Companhia, como também da sua capacidade de cumprir com suas obrigações passivas e obter recursos para suas atividades.

A Administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil tanto para a Companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 Identificar e comentar evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A data de autorização para emissão das demonstrações financeiras anuais da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019, foi 09 de maio de 2019. As informações prestadas neste item referem-se aos mesmos eventos subsequentes que constaram nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia divulgadas em 09 de maio de 2019 via sistema de informações periódicas e eventuais (IPE) da CVM.

a) Incorporação da subsidiária SLC Alimentos Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de março de 2019 ("AGE"), foi aprovada a incorporação da totalidade do patrimônio líquido da SLC Alimentos Ltda., subsidiária integral da Companhia, com sua consequente extinção e sucessão, pela Companhia, em todos os diretos e obrigações.

Com presença de 82,10% dos acionistas com capital votante, a incorporação foi aprovada por unanimidade, produzindo efeitos imediatos a partir da sua aprovação pela AGE. O laudo de avaliação a valor contábil do patrimônio líquido da SLC Alimentos Ltda., na data-base de 31 de dezembro de 2018, a ser incorporado pela Companhia ("Laudo de Avaliação"), foi preparado pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., sociedade contratada pela administração da Companhia e ratificada pelos acionistas da Companhia e da SLC Alimentos.

O Protocolo e Justificação, Proposta da Administração e Laudo de Avaliação foram disponibilizados no site da Companhia, CVM e B3. S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Distribuição de Juros sobre Capital Próprio

Em 26 de junho de 2019, os acionistas deliberaram em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o pagamento de dividendos complementares aos acionistas, na forma de juros sobre capital próprio ("JCP") de R$ 6.000.000,00, correspondente ao valor bruto unitário de R$0,01492207301 por ação ordinária, excluindo as ações em tesouraria. O pagamento do JCP foi realizado no dia 11 de julho de 2019 para os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data base de 26 de junho de 2019.

Em 26 de junho de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de JCP aos acionistas da Companhia, referentes ao quarto trimestre do exercício social findo em 28 de fevereiro de 2019. O valor bruto aprovado foi de R$15.000.000,00, correspondente ao valor bruto unitário de R$0,0373051825 por ação ordinária, excluindo as ações em tesouraria. O pagamento do JCP foi realizado no dia 16 de julho de 2019 para os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data base de 1º de julho de 2019.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2019, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos complementares, pagos aos acionistas da Companhia a título de JCP, referentes ao terceiro trimestre do exercício social findo em 28 de fevereiro de 2019. O valor bruto aprovado foi de R$20.000.000,00, correspondente ao valor bruto unitário de R$0,0494767457 por ação ordinária, excluindo as ações em tesouraria, os quais foram imputados líquidos de imposto de renda ao

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019. O pagamento do JCP foi realizado no dia 17 de abril de 2019 para os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia na data base de 29 de março de 2019.

c) Aprovação do novo programa de recompra de ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de abril de 2019, o Conselho de Administração aprovou o novo programa de recompra de ações de emissão da Companhia, objetivando adquirir ações de emissão da Companhia, no âmbito das outorgas já realizadas sob o plano de opção de compra de ações, bem como para manutenção da tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa.

O Conselho de Administração justifica sua decisão pela plena capacidade da Companhia para pagamento dos compromissos financeiros assumidos e pelo fato de que as operações da Companhia são fortes geradoras de caixa.

O novo programa de recompra prevê o limite de aquisição de 3.565.275 ações ordinárias de emissão da Companhia, as quais deverão ser liquidadas até 1 de outubro de 2019.

d) 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, vinculadas a Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

Em 16 de abril de 2019, a Companhia concluiu a oitava emissão de Debêntures conforme "Instrumento Particular de Escritura da 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A." no valor R$600.000.000,00. As debêntures são vinculadas a Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), sendo R$271.527.000,00 vinculados à Série A, com juros remuneratórios correspondentes a 98% da Taxa DI, vencíveis em 17 de abril de 2023, e R$328.473.000,00 vinculadas à Série B com juros remuneratórios correspondentes a 101% da Taxa DI, vencíveis em 15 de abril de 2025.

Os recursos líquidos serão destinados exclusivamente ao cumprimento da obrigação de compra de açúcar assumida pela Companhia.

O contrato prevê o cumprimento do seguinte compromisso ("*covenant*"), a Companhia deverá manter a Dívida líquida/EBITDA inferior a 3,5x.

3.4. Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

	2018	2017	2016
a. Regras sobre a retenção de lucros	Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o artigo 31 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Companhia; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do	Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e o artigo 31 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Companhia; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações; (iv) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, podendo ser	Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o artigo 31 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Companhia; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações; (iv) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, podendo ser retido para a formação das reservas previstas nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	dividendo obrigatório; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (v) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; (vi) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.	retido para a formação das reservas previstas nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.	Sociedades por Ações.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

a.i Valores das retenções de lucros	Em 26 de junho de 2019, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 28 de fevereiro de 2019, correspondente ao montante de R$362.387.360,43, da seguinte forma: (i) R$12.747.975,55 para constituição da Reserva Legal; (ii) R$107.427.849,34 para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais; (iii) distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas no valor de R$65.000.000,00, os quais foram distribuídos e pagos a título de juros sobre o capital próprio; (iv) distribuição de dividendos complementares no valor de R$26.000.000,00, os quais foram distribuídos e pagos a título de juros sobre o capital próprio; e (v) destinação do saldo remanescente do lucro líquido, acrescido do ajuste de realização do custo atribuído no valor de R$4.145.700,37, totalizando o montante de R$181.357.235,91 à conta de reserva de retenção de lucros, conforme orçamento de capital.	Em 29 de junho de 2018, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 28 de fevereiro de 2018, correspondente ao montante de R$250.664.976,14, da seguinte forma: (i) R$12.533.248,81 para constituição da Reserva Legal; (ii) distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas no valor de R$40.838.757,12, os quais foram distribuídos e pagos a título de juros sobre o capital próprio; (iii) distribuição de dividendos complementares no valor de R$24.161.242,88, os quais foram distribuídos e pagos a título de juros sobre o capital próprio; (iv) ratificar a constituição da reserva de incentivos fiscais da Companhia no valor de R$78.895.889,58; e (v) destinar o saldo remanescente do lucro líquido, acrescido do ajuste de realização do custo atribuído no valor de R$4.119.190,74, totalizando o montante de R$98.355.028,49, à conta de reserva de retenção de lucros, conforme orçamento de capital.	Em 30 de junho de 2017, os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 28 de fevereiro de 2017, correspondente ao montante de R$201.530.469,34, da seguinte forma: (i) R$10.076.523,47 para constituição da Reserva Legal; (ii) distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas no valor de R$48.891.008,73; (iii) distribuição de dividendos complementares no valor de R$107.832.813,47; e (iv) alocação do saldo do lucro líquido do exercício, no montante de R$38.840.212,72 para a conta de reserva de lucros a distribuir.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva Legal: 3,5% Reserva de Incentivos Fiscais: 29,6% Reserva de Retenção de Lucros: 50,0%	Reserva Legal: 5% Reserva de Incentivos Fiscais: 31,5% Reserva de Retenção de Lucros: 39,2%	Reserva Legal: 5% Reserva de Lucros a Distribuir: 19,3%
b. Regras sobre a distribuição de dividendos	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva de incentivos fiscais, da reserva legal e de contingências, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza (i) o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais; (ii) declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais.	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da reserva legal e de contingências, se houver, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são distribuídos anualmente conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao Conselho de Administração.	Os dividendos são distribuídos anualmente conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao Conselho de Administração.	Os dividendos são distribuídos anualmente conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio compete ao Conselho de Administração.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	No exercício findo em fevereiro de 2019, a Companhia estava sujeita a restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures da sua 5ª, 6ª e 7ª emissão, que restringem tais pagamentos na hipótese em que a Companhia esteja em mora com qualquer obrigação estabelecida nas respectivas escrituras de emissão, ressalvado o pagamento do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.	No exercício findo em fevereiro de 2018, a Companhia estava sujeita a restrições à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures da sua 3ª, 4ª (até a sua liquidação em outubro e novembro de 2017, respectivamente), 5ª, 6ª e 7ª emissão, que restringem tais pagamentos na hipótese em que a Companhia esteja em mora com qualquer obrigação estabelecida nas respectivas escrituras de emissão, ressalvado o pagamento do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.	No exercício findo em fevereiro de 2017, a Companhia estava sujeita a restrições à distribuição de dividendos, nos termos das hipóteses de vencimento antecipado das debêntures da sua 2ª (até sua quitação em janeiro de 2017), 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissão, que restringem tais pagamentos na hipótese em que a Companhia esteja em mora com qualquer obrigação estabelecida nas respectivas escrituras de emissão, ressalvado o pagamento do mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, dado que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 28/02/2019	Exercício social 28/02/2018	Exercício social 28/02/2017
Lucro líquido ajustado	362.387.360,43	163.355.000,00	195.564.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	25,110000	39,790000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	16,710000	13,760000	13,370000
Dividendo distribuído total	91.000.000,00	165.000.000,00	156.723.822,20
Lucro líquido retido	181.357.235,91	98.355.000,00	48.917.000,00
Data da aprovação da retenção	26/06/2019	29/06/2018	30/06/2017

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio							
Ordinária		20.000.000,00	11/09/2018	65.000.000,00	28/12/2017		
Ordinária		45.000.000,00	10/12/2018				
Ordinária		20.000.000,00	17/04/2019				
Ordinária		6.000.000,00	11/07/2019				
Outros							
Ordinária				100.000.000,00	25/05/2017	107.832.813,47	28/02/2017
Dividendo Obrigatório							
Ordinária						48.891.008,00	28/02/2017

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

No exercício social findo em 28 de fevereiro de 2019, não houve pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprios relativos à reservas constituídas em exercícios anteriores. Em 26 de março de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de R$20.000.000,00 a título de juros sobre capital próprio, referente ao 3º trimestre de 2018, findo em 30 de novembro de 2018. O pagamento foi efetivado em 17 de abril de 2019. Em 26 de junho de 2019, houve a aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de R$6.000.000,00 relativos ao lucro apurado no 4º trimestre de 2018, findo em 28 de fevereiro de 2019 e a respectiva liquidação financeira foi efetivada em 11 de julho de 2019. Ambas as distribuições foram registradas à conta de reserva de lucros quando incorridas.

No exercício social findo em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia ratificou a aprovação e distribuição de dividendos à conta de reserva de lucros no valor de R$100.000.000,00, os quais foram pagos em sua totalidade, nos termos da ata de reunião do conselho de administração realizada em 25 de maio de 2017.

No exercício social findo em 28 de fevereiro de 2017, a Companhia ratificou a aprovação e distribuição de dividendos complementares à conta de reserva de lucros no valor de R$156.724.000,00, os quais foram pagos em sua totalidade, nos termos das atas de reunião do conselho de administração realizadas em 1º de agosto de 2016, 27 de setembro de 2016 e 19 de janeiro de 2017.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
28/02/2019	2.267.545.000,00	Índice de Endividamento	1,05000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (28/02/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Garantia Real		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamento	Garantia Real		2.362.478,04	1.697.686,78	25.146.848,66	21.957.692,36	51.164.705,84
Empréstimo	Garantia Real		280.250.908,46	107.642.800,00	9.662.800,00	0,00	397.556.508,46
Empréstimo	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamento	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida	Garantia Flutuante		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamento	Quirografárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida	Quirografárias		222.495.816,40	757.642.380,21	0,00	0,00	980.138.196,61
Total			505.109.202,90	866.982.866,99	34.809.648,66	21.957.692,36	1.428.859.410,91

Observação

Para segregação das nossas obrigações (passivo circulante mais passivo não circulante) de acordo com as categorias previstas na tabela acima (dívidas com garantia real, dívidas com garantia flutuante e dívidas quirografárias), levamos em consideração os seguintes critérios: (i) existência de penhor, hipoteca, alienação fiduciária ou quaisquer ônus em ativos da Companhia e suas subsidiárias para o caso de garantia real; (ii) existência de cláusula estabelecendo a garantia flutuante, para o caso de garantia flutuante, (iii) inexistência de quaisquer ônus sobre os ativos da Companhia, para o caso de quirografária. O valor do item "Soma do passivo circulante e do passivo não circulante" do quadro 3.7 e o valor do item "Total das obrigações" deste item 3.8 não coincidem tendo em vista que o item 3.7 considera outros passivos que não relacionados à empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia, conforme as informações constantes de suas demonstrações financeiras.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Nos contratos firmados pela Companhia, parte deles possuem cláusulas restritivas ("*covenants*"). Existem 2 contratos de FINAME, celebrados entre a Camil Alimentos S.A. e o Banco ABC com cláusulas de "*cross default*", cujos saldos em 28 de fevereiro de 2019 eram de R$ 25.537,88 e R$ 60.844,95 vencíveis em 15/06/2020 e 15/07/2020, respectivamente.

Para mais informações vide seção 10 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento:

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem lhe afetar de maneira adversa. Apesar disso, outros riscos não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia de maneira adversa.

Para os fins desta seção "4.1. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas controladas, direta ou indiretamente, coligadas e controlada em comum, bem como no preço, liquidez e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4.1. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção "4.1. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a) Relacionados à Companhia:

A Companhia poderá não ser capaz de implementar com sucesso sua estratégia de expansão, o que poderá afetar adversamente seus resultados e o valor das ações de sua emissão.

A Companhia tem como estratégia a expansão de seus negócios por meio de crescimento orgânico e aquisições estratégicas, inclusive crescimento em categorias de produtos, regiões e países diferentes daqueles em que atua. O processo de integração de qualquer negócio adquirido pode sujeitar a Companhia a determinados riscos, incluindo, mas não se limitando a riscos decorrentes de:

- custos que não foram antecipados e atrasos;
- oposição dos credores e acionistas da Companhia;
- integração de empresas, novas linhas de negócios e culturas de gestão diferentes;
- integração de novas marcas e produtos ao seu portfólio;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- integração de novos beneficiadores, vendedores ou distribuidores;
- exclusão de estruturas organizacionais consideradas redundantes;
- funcionamento em novos mercados e áreas geográficas;
- necessidade de coordenação de gerenciamento mais extensivo e desvio de atenção excessivo da administração da Companhia no dia-a-dia das atividades operacionais;
- necessidade de lidar com novas matérias-primas, fornecedores e clientes;
- retenção, contratação e treinamento de pessoal-chave; e
- obtenção de todas as autorizações necessárias em tempo hábil, incluindo de autoridades de defesa da concorrência e demais autoridades.

Adicionalmente, a Companhia pode vir a descobrir contingências, passivos ou riscos regulatórios, políticos ou econômicos em empresas adquiridas, não identificados anteriormente por meio de auditoria, em relação aos quais poderá ser responsabilizada, inclusive, na qualidade de sucessora. Os tribunais brasileiros têm entendido que o acionista controlador, a entidade sucessora de outra sociedade, a sociedade receptora de ativos de outra sociedade e empresas de um mesmo grupo econômico ou societário podem ser responsáveis por obrigações trabalhistas, previdenciárias, cíveis, fiscais, referentes a direitos do consumidor e ambientais de empresas ligadas, adquiridas ou que anteriormente detinham seus ativos, conforme o caso.

Não é possível assegurar que a Companhia conseguirá aproveitar oportunidades de crescimento, ou, ainda, que essas oportunidades terão um resultado positivo para a Companhia no futuro. A incapacidade da Companhia de consumar aquisições pretendidas ou a eventual impossibilidade da Companhia em integrar suas operações com sucesso ou qualquer atraso significativo em alcançar esta integração pode afetá-la adversamente. Ainda, caso a Companhia venha incorrer em custos e despesas associados a estas contingências, os resultados operacionais da Companhia e sua condição financeira poderão ser negativamente afetados.

A identidade e reputação das marcas da Companhia são essenciais para o sucesso de seu negócio. A Companhia pode não conseguir manter a reputação e o reconhecimento das suas marcas ou desenvolver novas marcas com sucesso, o que poderá afetá-la adversamente.

As marcas da Companhia têm valor significativo e desempenham um papel relevante na manutenção e melhoria de sua margem e da posição competitiva de seus produtos. Os negócios da Companhia e sua estratégia de crescimento dependem, em grande parte, da reputação e reconhecimento das suas marcas. A Companhia tem a intenção de expandir seu negócio também com a aquisição de linhas de negócios complementares às suas operações e desenvolver marcas dentro dessas linhas de negócios. Para manter e desenvolver marcas bem posicionadas nos mercados em que atua, a Companhia depende significativamente da sua capacidade de desenvolver seus negócios de forma eficiente e rentável, sem prejudicar a qualidade e competitividade dos seus produtos. A Companhia pode ser adversamente afetada caso não tenha sucesso em atingir esses objetivos, ou em caso de potencial conflito de interesses entre marcas próprias (*private labels*) dos canais de distribuição, ou caso sua reputação e/ou a qualidade dos seus produtos, de alguma forma, sejam prejudicados, questionados ou, ainda, se a capacidade do mercado absorver o prêmio cobrado pelos produtos da Companhia sofrer diminuição ou deixar de existir por completo. Quaisquer desses eventos podem resultar na redução do volume das vendas da Companhia e redução de sua margem, causando efeito adverso relevante na receita da Companhia, no seu resultado financeiro e na sua imagem.

Parcela relevante da dívida bruta da Companhia vencerá nos próximos anos, sendo que os contratos de empréstimos, financiamentos, títulos e valores mobiliários da Companhia contêm

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ou podem vir a conter cláusulas restritivas. A incapacidade de a Companhia quitar seu endividamento tempestivamente, observar as restrições contratuais e obter capital adicional necessário para seu crescimento futuro, poderá afetar adversamente seus negócios, a capacidade de honrar as suas obrigações, bem como sua situação financeira.

Os contratos de empréstimos, financiamentos, títulos e valores mobiliários da Companhia contêm ou podem vir a conter cláusulas que limitam a sua capacidade e a capacidade de suas controladas de contrair ou garantir dívidas adicionais, exigindo observância de certos índices financeiros, criar ou permitir a existência de gravames ou outros ônus sobre seus ativos, distribuir dividendos ou efetuar outros pagamentos, realizar determinados tipos de transações entre empresas do grupo, emitir ou vender participações acionárias em empresas controladas, vender ativos, incorporar ou fundir com outra empresa, dentre outras. Os índices financeiros que devem ser mantidos pela Companhia nos referidos contratos de empréstimos, financiamentos, títulos e valores mobiliários estão descritos nos itens 10.1 e 18.12 deste Formulário de Referência. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos ou instrumentos que não seja sanado ou renunciado por seus respectivos credores poderá acarretar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e/ou de outros contratos financeiros.

Além disso, a Companhia poderá precisar levantar recursos adicionais por meio de emissão de valores mobiliários, de títulos de dívida ou de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade desses recursos adicionais ou, se disponíveis, que as condições e montantes de tais recursos serão satisfatórios, o que pode impactar negativamente sua liquidez e situação financeira. A falta de acesso a tais recursos em condições e montantes satisfatórios poderá ter efeitos adversos nos resultados da Companhia, prejudicar sua capacidade de implementar seu plano de investimento e sua estratégia de crescimento, assim como restringir o crescimento e desenvolvimento futuros e suas atividades.

Caso a Companhia incorra em endividamento adicional, os riscos associados com sua alavancagem poderão aumentar e caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, podendo impactar de forma relevante a capacidade da Companhia de honrar as suas obrigações. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa da Companhia poderão ser insuficientes para quitar integralmente o saldo devedor dos contratos de financiamento. Ademais, a impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode afetar a capacidade da Companhia de investir em suas atividades e realizar os investimentos necessários, afetando sua condição financeira, o resultado de suas operações e sua estratégia de expansão.

A interrupção ou perda de certas plantas industriais da Companhia ou de terceiros pode afetar negativamente a Companhia.

A Companhia possui 29 plantas industriais espalhadas pelos cinco países em que atua, voltadas para processamento, beneficiamento ou empacotamento de seus produtos. Ademais seus produtos também são processados e/ou empacotados por terceiros. A interrupção ou perda de plantas industriais, em virtude de acidentes, desastres naturais ou outros fatores sobre os quais a Companhia não tem qualquer controle, bem como decorrentes de interrupções nos sistemas de informação ou no fornecimento de energia elétrica, greve ou paralização de empregados podem reduzir ou paralisar parte da produção da Companhia, afetando de maneira adversa suas operações e sua condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A perda de membros da alta administração da Companhia, ou da sua capacidade de atrair e reter profissionais qualificados para integrar seus quadros, pode ter um efeito adverso relevante sobre as suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia depende, em grande parte, da experiência e *know-how* de membros da sua alta administração, formada por experientes executivos e empregados-chave. Seu sucesso e crescimento futuros dependem da capacidade de manter os atuais membros da alta administração, assim como atrair e reter novos profissionais qualificados. A Companhia não pode garantir que conseguirá atrair e reter administradores qualificados. A perda de qualquer membro da sua alta administração ou a sua incapacidade de atrair e reter outros profissionais qualificados pode afetar adversamente a capacidade da Companhia de implementar suas estratégias e, consequentemente, seus resultados.

Adicionalmente, os empregados-chave poderão optar por deixar seu emprego por diversos motivos, inclusive motivos que estão fora do controle da Companhia. A Companhia não pode garantir que, no caso de desligamento de empregados-chave, será capaz de recrutar outras pessoas com experiência e capacidade similares a um custo equivalente. Caso a Companhia não seja capaz de atrair ou manter empregados chave e administrá-los com êxito, seu negócio, situação financeira, resultados operacionais e posição de competitividade poderão ser adversamente afetados.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e arbitrais, investigações e procedimentos administrativos poderão afetar adversamente a Companhia.

A Companhia é parte em processos judiciais e em procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e de direito do consumidor, dentre outras. Uma ou mais decisões desfavoráveis à Companhia em qualquer processo judicial, arbitral ou administrativo poderá ter efeito negativo relevante sobre seus resultados.

Adicionalmente, dependendo do objeto do processo judicial ou arbitral ou do procedimento administrativo, a Companhia poderá sofrer prejuízos, independentemente do resultado final. Esse é o caso, por exemplo, de eventuais processos judiciais envolvendo alegadas violações ao direito do consumidor, que questionem a qualidade dos seus produtos e que possam afetar a imagem da Companhia e/ou de seus produtos diante dos seus consumidores. Diante disso, em caso de decisões desfavoráveis, a imagem e reputação da Companhia e, como consequência seus resultados e operações, poderão ser adversamente afetados.

A Companhia ainda é parte em processos judiciais e em procedimentos administrativos e arbitrais de sociedades por ela adquiridas. Caso a Companhia venha a ser obrigada a oferecer garantias em juízo no âmbito de tais processos ou caso a Companhia seja condenada nesses processos e procedimentos, sua condição financeira e a continuidade regular de suas atividades poderão ser negativamente afetadas. A Companhia celebrou Termos de Ajustamento de Conduta (“TAC”) com o Ministério Público, por meio dos quais assumiu determinados compromissos. No entanto, caso a Companhia deixe de cumprir com tais obrigações, estará sujeita às penalidades previstas no respectivo TAC, podendo ainda ser proposta ação judicial e, caso a Companhia seja condenada, suas condições financeiras e operacionais poderão ser negativamente afetadas.

A Companhia também terceiriza diversos serviços, o que faz com que possa ser adversamente afetada caso seja condenada solidaria ou subsidiariamente com a empresa terceirizada por

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

obrigações da empresa terceirizada ou caso a terceirização seja descaracterizada. Para informações adicionais sobre os principais processos judiciais, arbitrais e administrativos envolvendo a Companhia e suas subsidiárias, além dos Termos de Ajustamento de Condutas celebrados, vide o item 4.3 deste Formulário de Referência.

Riscos sanitários relativos ao setor de alimentos podem prejudicar vendas dos produtos da Companhia, sendo que a Companhia poderá ser responsabilizada por incidentes com consumidores, estando sujeita a reclamações de consumidores e a recall de produtos, o que pode afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto relevante em seus custos, acarretando um efeito adverso para a Companhia.

A Companhia produz e vende alimentos para consumo humano e está sujeita a riscos relativos a seus produtos por envolverem questões de nutrição e saúde, incluindo riscos causados por contaminação, adulteração ou deterioração de alimentos. Caso a Companhia venha a ser responsabilizada em algum processo relacionado aos seus produtos ou venha a realizar algum recall de seus produtos, isto poderá impactar negativamente a imagem das marcas, a sua reputação e suas atividades. Ademais, qualquer risco à saúde, real ou possível, associado aos produtos comercializados pela Companhia ou mesmo por seus concorrentes poderão acarretar publicidade negativa, podendo causar a perda de confiança dos consumidores na segurança e qualidade de seus produtos ou até mesmo dos seus setores de atuação em geral. Tais incidentes poderão resultar em custos significativos com processos judiciais e administrativos, pagamentos de indenizações, *recall* de produtos e impacto negativo na imagem da Companhia, o que pode afeta-la adversamente.

Falhas no funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem comprometer as suas operações.

Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia são ferramentas essenciais para manter suas plataformas de produção, distribuição e logística integradas e, consequentemente, garantir a agilidade e flexibilidade dos seus negócios, bem como para controlar as necessidades de matéria-prima e o estoque. O regular funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia pode ser interrompido ou comprometido devido a eventos fora do controle da Companhia, inclusive, mas não se limitando, em decorrência de desastres naturais, falhas humanas, de programação, na infraestrutura de telecomunicação da Companhia e/ou na dos seus fornecedores e na prestação de serviços de *datacenter*, assim como em decorrência de incêndio, explosões, violação dos seus sistemas de tecnologia da informação por *hackers*, vírus de computador, outros desastres e fatores ou incidentes alheios ao seu controle. Uma interrupção prolongada no funcionamento desses *datacenters*, em conjunto ou isoladamente, pode prejudicar o contínuo funcionamento das operações da Companhia no Brasil e nos demais países em que atua, conforme o caso, e afetá-la adversamente.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos titulares de ações de sua emissão.

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do seu lucro líquido anual ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendo obrigatório. Contudo, o lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. Assim, a Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas em qualquer exercício social, caso seus administradores decidam que tal pagamento é desaconselhável diante

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de sua situação financeira e essa decisão venha a ser aprovada pela assembleia de acionistas. Ademais, a Companhia poderá mudar sua política de distribuição de dividendos a qualquer momento, observados os limites legais, bem como estar sujeita a restrições à distribuição de dividendos contidas em contratos de financiamento celebrados pela Companhia. Para mais informações sobre as restrições de pagamento de dividendos decorrentes de contratos financeiros, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência. Caso qualquer destes eventos ocorra, os acionistas podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

Perdas não cobertas pelas apólices de seguro contratadas pela Companhia ou que excedam os limites de indenizações contratados, podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia.

A Companhia contratou diversas apólices de seguro junto a seguradoras com cobertura para parte de seu patrimônio contra potenciais riscos existentes. Nesse sentido, a Companhia possui apólices de seguro contratadas com cobertura para danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, transporte de cargas, frota de veículos, transporte internacional de insumos, responsabilidade civil, dentre outros.

Não se pode assegurar que as coberturas por ela contratadas sejam suficientes para garantir perdas e danos decorrentes de sinistros que possam ocorrer no desenvolvimento de suas atividades. Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer eventos não cobertos ou que excedam os limites máximos de indenização previstos nas apólices de seguro contratadas, a Companhia poderá incorrer em significativos custos adicionais não previstos para a recomposição ou reforma de seus patrimônios ou decorrente de indenização a terceiros, o que poderá impactar nos resultados operacionais da Companhia, causando efeitos adversos para os seus negócios. Além disso, a Companhia não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro, ou mantê-las a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro, o que também poderá gerar uma perda significativa nos resultados da Companhia. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros de sinistros ocorridos que não estejam cobertos nas apólices de seguros contratadas. A ocorrência de quaisquer desses fatos poderá impactar a Companhia de maneira adversa.

A Companhia pode precisar de recursos adicionais no futuro por meio de emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, o que pode resultar em uma diluição da participação de seus acionistas no capital social da Companhia.

Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro, a serem obtidos inclusive por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia. Qualquer emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia podem diluir a participação de acionista em seu capital social.

A distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada, inclusive, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, podendo resultar na diluição da participação dos seus acionistas no capital social.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

b) Relacionados ao controlador direto ou indireto ou grupo de controle da Companhia:

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesses que sejam divergentes dos interesses dos demais acionistas.

Os acionistas controladores da Companhia têm, direta e indiretamente, poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do conselho de administração e determinar o resultado final das matérias cuja deliberação seja de competência dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições ou alienações de ativos e o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou realizar outras operações contrárias à vontade dos demais acionistas da Companhia, podendo gerar um conflito de interesses e prejudicar a tomada de decisões pela Companhia, causando um efeito adverso em seus resultados e no valor das ações de sua emissão.

c) Relacionados aos acionistas da Companhia:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não identificou fatores de risco relacionados a seus acionistas.

d) Relacionados às sociedades controladas e coligados da Companhia:

Parte dos resultados da Companhia depende dos negócios, situação financeira e resultados operacionais de determinadas controladas, que, caso deteriorem-se, poderão afetar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia desenvolve parte de seus negócios por meio de controladas com sede no exterior. Eventual redução da capacidade de geração de resultados e fluxo de caixa de referidas controladas poderá provocar a redução dos dividendos pagos à Companhia, o que pode impactar adversamente seus negócios, resultados e condição financeira. Adicionalmente, algumas das controladas podem requerer novos investimentos originalmente não previstos, bem como firmar contratos de empréstimo que proíbam ou limitem a transferência de capital para a Companhia ou, ainda, poderão sofrer restrições de remessa de dividendos ao exterior. Ainda, caso ocorra desvalorização cambial em um ou mais países em que as controladas da Companhia atuam, o resultado das controladas sofrerá redução. Assim, não há como garantir que as controladas gerarão resultado suficiente para distribuir dividendos à Companhia e, mesmo que gerem resultado suficiente, não há garantias que tais recursos serão transferidos à Companhia, o que poderá gerar efeito adverso nos seus resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e) Relacionados aos fornecedores da Companhia:

Dependência de fornecedor de açúcar e escassez de oferta de açúcar podem prejudicar os negócios da Companhia.

A Companhia adquire a maioria do açúcar que empacota e comercializa da Raízen Energia S.A. ("Fornecedor"), atualmente seu principal e mais relevante fornecedor de açúcar refinado, com o qual celebrou um contrato de fornecimento de longo prazo, com vencimento em 1º de julho de 2031, pelo qual o Fornecedor se obrigou a fornecer à Companhia e a Companhia se obrigou a adquirir do Fornecedor, açúcar em volumes e condições acordados periodicamente e a preço de mercado ("Contrato de Fornecimento").

Nas hipóteses de término ou rescisão antecipada do Contrato de Fornecimento, de o Fornecedor descontinuar a produção, interromper a venda do produto para a Companhia, ou, ainda, entregar à Companhia quantidade reduzida de açúcar, por qualquer motivo, a Companhia poderá não ser capaz de encontrar fornecedores substitutos ou volumes complementares de açúcar no mercado e, caso consiga, não pode assegurar que o fará tempestivamente e nas mesmas condições de preço e qualidade. Eventual redução do volume de açúcar fornecido pelo Fornecedor ou escassez de açúcar no mercado, poderá afetar negativamente os negócios de açúcar da Companhia, reduzindo ou limitando o volume de açúcar comercializado pela Companhia, de forma que a Companhia poderá ter sua estratégia de crescimento, receita, rentabilidade e imagem junto a clientes e consumidores negativamente afetadas.

Os negócios da Companhia poderão ser afetados adversamente por flutuações nos preços de matérias primas e demais eventos relacionados a insumos.

Os custos incorridos pela Companhia com as suas principais matérias primas (arroz, feijão, açúcar e pescados) representa uma parcela significativa de seu custo de vendas. A Companhia adquire tais matérias primas de diversos produtores e fornecedores independentes, em volumes necessários para suprir as suas necessidades operacionais. Os preços destes produtos são cíclicos e estão sujeitos à volatilidade do mercado (e.g., oferta e demanda global e, no caso do açúcar, com base na cotação da bolsa de Nova Iorque), bem como à cotação do dólar. Nesse sentido, os preços destas matérias primas podem ser impactados por diversos fatores que estão fora do controle da Companhia, incluindo condições climáticas, incidência de pragas, disponibilidade e adequação do fornecimento destas matérias primas às suas necessidades, utilização de cultivos para gerar energia alternativa, legislação, regulamentação, políticas governamentais, flutuações das taxas de câmbio e condições econômicas gerais. Caso ocorram aumentos significativos nos preços destas matérias primas, a Companhia poderá ter sua receita e lucratividade afetadas.

f) Relacionados aos clientes da Companhia:

Parcela relevante da receita líquida de vendas e serviços da Companhia decorre da receita gerada por um número limitado de grandes redes varejistas. Um aumento na concentração do mercado varejista pode forçar empresas do setor a reduzir suas margens, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

O resultado das operações da Companhia depende de maneira relevante de algumas grandes redes varejistas.

O porte desses clientes permite que eles estejam em uma posição privilegiada nas negociações

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

com relação aos preços dos produtos da Companhia. A possibilidade de concentração do mercado varejista em poucas grandes empresas, aumenta o poder de negociação dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor. Ademais, o fenômeno de concentração dos setores varejistas também pode provocar a diminuição da base de clientes da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de suportar as pressões que vier a sofrer dos seus clientes para reduzir ou não reajustar os preços dos seus produtos, ou venha a reajustá-los de maneira que não seja compatível com o incremento de seus custos, a Companhia poderá ter sua lucratividade adversamente afetada. Ademais, caso a Companhia não seja capaz de manter o relacionamento comercial com esses clientes, ou substituí-los por clientes do mesmo porte, a Companhia poderá ter sua receita negativamente afetada.

g) Relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue:

A interrupção dos transportes e serviços de logística, ou investimentos insuficientes em infraestrutura pública, podem afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

As operações da Companhia dependem do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, incluindo portos, armazéns, rodovias e todos os meios de transporte operados pela Companhia, seus provedores de serviços, fornecedores e clientes. Qualquer interrupção significativa nessas instalações ou qualquer incapacidade de transportar produtos entre essas instalações, ou a fornecedores ou clientes da Companhia, por qualquer razão, poderá afetar negativamente os resultados de operações e fluxos de caixa da Companhia.

No Brasil, são necessários investimentos substanciais em infraestrutura logística para permitir o acesso aos terminais de exportação a custos competitivos. Uma grande parcela da produção agrícola brasileira ainda é transportada por caminhões, o que é significativamente mais dispendioso do que outros meios de transporte disponíveis a outros produtores internacionais. Investimentos ou melhorias necessários para manutenção da infraestrutura do Brasil podem não ser feitas ou não ocorrerem no momento oportuno, o que pode deteriorar sua situação, prejudicando a demanda ou os preços dos produtos da Companhia, impedir sua entrega, impor custos adicionais ou ter outros efeitos materiais adversos sobre os seus negócios, condição financeira e resultados de operações.

A Companhia atua em um setor competitivo e sua consolidação poderá intensificar a concorrência.

O setor de alimentos brasileiro e da América do Sul é altamente competitivo. A Companhia enfrenta a concorrência de empresas de portes variados, inclusive maiores e com mais recursos que a Companhia. Em geral, a competição no setor de alimentos brasileiro e da América do Sul é determinada, dentre outros, pela qualidade dos produtos, reconhecimento da marca, agilidade e preço dos serviços de entrega e relacionamento com clientes. Atualmente, o setor de alimentos brasileiro e da América do Sul é altamente fragmentado, sendo que nenhuma empresa possui, por exemplo, 17,0% de participação em volume produzido entre os principais fabricantes de arroz no Brasil. Em razão do processo de consolidação do mercado, a Companhia não pode garantir que novos competidores não ingressarão no setor de alimentos ou que os atuais não se tornarão mais competitivos. Da mesma forma, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter a sua participação de mercado no setor de alimentos brasileiro e da América do Sul, tampouco que os atuais e novos competidores não adquirirão experiência e *know-how* para desenvolver produtos de qualidade a preços competitivos. Caso a Companhia não seja bem-sucedida em se posicionar em relação à sua concorrência, poderá ter sua capacidade financeira afetada e diminuição da sua

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

receita.

h) Relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue:

A suspensão, o cancelamento ou a não renovação dos benefícios fiscais de que a Companhia é titular podem afetar negativamente sua lucratividade e liquidez.

A suspensão, o cancelamento ou a não renovação dos benefícios fiscais de que a Companhia é titular podem afetar negativamente sua lucratividade e liquidez. A Companhia é titular de benefícios fiscais concedidos por diversos estados, incluindo diferimento de ICMS na aquisição e importação de bens do ativo fixo, bem como crédito presumido na saída de seus produtos. O montante total dos benefícios fiscais relativos ao crédito presumido de ICMS foi de R$78,9 milhões para o exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2018, R$56,1 milhões para o exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 e R$48,3 milhões para o exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016. Caso a Companhia deixe de cumprir determinadas obrigações a que está sujeita em decorrência da concessão desses benefícios fiscais, como geração de determinado número de empregos e contribuição de um percentual do tributo devido a fundos de desenvolvimento dos estados, dentre outras, seus benefícios poderão ser suspensos ou cancelados e a Companhia poderá ser obrigada a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, sem considerar os benefícios, acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso em sua lucratividade e liquidez. O mesmo pode ocorrer caso os benefícios fiscais sejam questionados judicialmente por terceiros e a decisão final seja desfavorável, determinando a cassação dos benefícios. A Companhia não pode garantir que terá sucesso com relação a referidos questionamentos ou que seus atuais benefícios serão renovados ou, ainda, que conseguirá obter novos benefícios fiscais.

Alterações na legislação tributária brasileira ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar.

Alterações na legislação tributária brasileira ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os impostos que a Companhia é obrigada a pagar. O governo brasileiro tem frequentemente implementado diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar a Companhia e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente a lucratividade da Companhia e os preços de seus produtos, bem como restringir sua capacidade de fazer negócios nos mercados em que atua, afetando negativamente os resultados financeiros da Companhia. A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis à Companhia e suas operações. Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais, incluindo, mas não se limitando, a regulamentação aplicável ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural e a reestruturações societárias, incluindo o aproveitamento de ágio advindo de tais operações. A Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que se baseou para realizar suas transações. Para informações sobre questionamento por parte da Receita Federal quanto à contabilização e amortização do ágio pela Companhia ou sobre a contribuição social calculada com base

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

na receita bruta da comercialização da produção rural de terceiros (FUNRURAL), vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

Falta ou atrasos na obtenção e/ou renovação das licenças, autorizações, alvarás e registros necessários pode prejudicar o regular funcionamento das operações da Companhia.

O funcionamento regular das plantas da Companhia (e de terceiros que forneçam produtos à Companhia) e de seus centros de distribuição depende da obtenção e manutenção, dentre outros, de várias licenças, autorizações, alvarás e registros de diversas autoridades federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, no Brasil e nos demais países onde a Companhia opera, incluindo, dentre outros, (1) de instalação e funcionamento, (2) do corpo de bombeiros, e (3) de vigilância, controle e fiscalização sanitários. Adicionalmente, a expansão das operações da Companhia pode exigir que a Companhia obtenha outras licenças, autorizações, alvarás e/ou registros, perante as autoridades competentes, que também poderão determinar que a Companhia realize mudanças em suas operações de forma a restringir o impacto efetivo ou potencial gerado pelas atividades da Companhia.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter ou renovar suas licenças, autorizações, alvarás e registros, ou que as autoridades competentes não se recusarão a emiti-los ou renová-los ou não atrasarão a sua emissão, ajuste ou renovação. Da mesma forma, a Companhia não pode garantir que (i) os processos para obtenção, ajuste ou renovação dessas licenças, autorizações, alvarás e registros não se tornarão mais dificultosos, a exemplo da exigência da compra e instalação de equipamentos de custo mais elevado ou a execução de mudanças operacionais, a fim de limitar impactos ou potenciais impactos gerados pelas atividades praticadas pela Companhia, ou (ii) que não serão impostas licenças, autorizações, regulamentações, alvarás e registros adicionais pelas autoridades competentes.

Qualquer desses fatores pode fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, o que pode obriga-la a desviar recursos destinados à sua estratégia de expansão para o cumprimento de eventuais encargos adicionais, ou comprometer o regular funcionamento das suas plantas e centros de distribuição. Ainda, o desenvolvimento de atividades sem as devidas licenças ou em desconformidade com as licenças e suas exigências técnicas pode resultar em multas elevadas, sanções criminais, revogação das licenças atuais e/ou na proibição de exercício das atividades pela Companhia, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

i) Relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue:

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a países onde opera e para os quais exporta.

A Companhia possui controladas relevantes no Uruguai, Peru, Chile e Argentina, e pode expandir suas operações para outros países. A Companhia está sujeita a riscos relativos às condições econômicas, políticas e sociais nos países da América do Sul nos quais atua ou venha a atuar e nos países para os quais exporta ou venha a exportar. Sendo assim, a Companhia poderá ser adversamente afetada por fatores que estão além do seu controle, principalmente:

- interferência dos governos locais nas políticas econômicas;
- instabilidade política, econômica, cambial e desvalorização das moedas locais;
- deterioração das condições econômicas;
- inflação e taxas de juros;
- controle no câmbio e restrições a remessas ao exterior e/ou repatriação de recursos,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

incluindo remessa de dividendos;
- política fiscal e regime tributário;
- liquidez no mercado financeiro e de capitais e mercado de empréstimos;
- aumentos de barreiras comerciais para importação e exportação de produtos do setor alimentício, tais como aumento de impostos e tarifas de importação sobre os seus produtos, subsídios governamentais e proibições ou imposição de restrições para exportar seus produtos a determinados mercados;
- alterações no entendimento ou no texto da legislação e regulamentação aplicável aos mercados nos quais atua, incluindo as de natureza tributária, trabalhista, ambiental e de vigilância sanitária, ou inconsistências entre legislações e regulamentações dos diferentes mercados nos quais atua;
- falhas ou atrasos na obtenção ou manutenção de licenças e autorizações necessárias ao regular funcionamento das suas operações nos diferentes mercados nos quais atua ou venha a atuar;
- greves nos portos, receita e polícia federal e alfândegas e outras interrupções no transporte dos seus produtos;
- aumento da participação governamental na economia, incluindo por meio de desapropriações; e
- terremotos, desastres naturais, guerras, conflitos armados, embargos ou atos de terrorismo.

A ocorrência de quaisquer dos fatores acima, bem como de qualquer outro fator que afete as condições econômicas, políticas e sociais dos países da América do Sul nos quais a Companhia atua ou que venha a atuar e nos países para os quais exporta ou venha a exportar, poderão afetar o desempenho financeiro da Companhia no mercado.

j) Relacionados a questões socioambientais:

A Companhia está sujeita a normas ambientais.

As sociedades que realizam o beneficiamento de alimentos, como a Companhia, estão sujeitas à regulamentação ambiental, alimentar e sanitária prevista na legislação e à fiscalização de diversas autoridades federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, no Brasil e nos países onde operam.

A regulamentação ambiental dispõe, entre outros temas, sobre (1) reparação dos impactos gerados pelas atividades da Companhia, através do licenciamento ambiental, (2) manuseio, tratamento, transporte e descarte de resíduos, (3) descargas de poluentes na água, ar e solo, e (4) utilização de substâncias controladas para limpeza de equipamentos. Além disso, empresas que a Companhia contrata para realizar a coleta, tratamento, transporte e descarte final de resíduos que gera também devem estar em conformidade com a legislação e regulamentação ambiental aplicável. A coleta, transporte, tratamento e destinação final adequados dos resíduos gerados pressupõe prévia aprovação dos órgãos ambientais competentes.

Caso a Companhia, seus administradores ou terceiros que venham a ser contratados pela Companhia não observem a legislação e regulamentação ambiental aplicáveis às suas operações, ou ainda, caso ocorram eventuais acidentes que decorram, direta ou indiretamente de suas operações, a Companhia estará sujeita à imposição de sanções administrativas e penais, incluindo detenção ou reclusão de pessoas físicas responsáveis, à obrigação pecuniária de reparar os danos ambientais causados, à suspensão parcial ou total das atividades, à perda ou restrição de incentivos fiscais e programas de parcelamento e ao cancelamento e/ou à suspensão de linhas de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito.

A obrigação de reparar o dano causado ao meio ambiente pode ser combinada com outras penalidades acima descritas. Na esfera civil, por exemplo, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada pode afetar a todos os envolvidos, direta ou indiretamente, na ação que causou o dano, independentemente da comprovação de culpa. Como consequência, quando a Companhia contrata terceiros para proceder qualquer intervenção nas suas operações, como a disposição final de resíduos, a Companhia não está isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. A Companhia pode ser considerada responsável por todas e quaisquer consequências provenientes da exposição de pessoas a substâncias nocivas ou outros danos ambientais decorrentes de suas atividades.

A Companhia não pode garantir que a legislação e regulamentação ambiental não se tornarão mais severas ou sujeitarão a Companhia a encargos mais onerosos no futuro, inclusive em decorrência de acordos internacionais. A Companhia também não pode garantir que as autoridades ou agências reguladoras competentes não adotarão interpretações mais restritivas ou mais rigorosas sobre tal legislação e regulamentação. Nessas circunstâncias, os investimentos e despesas necessárias para o cumprimento da legislação e regulamentação ambiental podem aumentar substancialmente, afetando negativamente as condições financeiras da Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das suas atividades e de seus negócios, conforme abaixo descritos. Esses riscos envolvem alterações na taxa de juros, índices de inadimplência no crédito, assim como flutuações na taxa de câmbio, que podem afetar adversamente o valor dos passivos financeiros ou o fluxo de caixa futuro, bem como os resultados da Companhia.

Risco de preços dos insumos e dos produtos acabados

Os principais insumos utilizados no processo produtivo da Companhia e suas controladas são commodities agrícolas, cujos preços sofrem flutuações em função das políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidade de safras e efeitos climáticos, podendo acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado.

Risco de compra de açúcar

Esse risco refere-se ao custo da aquisição de açúcar. Flutuações no custo de compra do açúcar decorrentes da oferta e demanda no mercado brasileiro ou de eventos no mercado internacional podem afetar adversamente o resultado operacional da Companhia. A Companhia possui um contrato de fornecimento de longo prazo com a Raízen sob condições de *take-or-pay*. Para mais informações sobre esse contrato, vide item 7.3. O custo de compra do açúcar da Companhia baseia-se na cotação do mercado internacional do açúcar que segue o indexador ESALQ VHP, enquanto o preço de venda do açúcar baseia-se nas condições do mercado brasileiro de consumo do açúcar que tem o indexador ESALQ refinado como uma de suas referências. Caso ocorra uma variação relevante entre tais indexadores, o resultado operacional da Companhia poderá ser adversamente afetado.
Caso a Companhia não consiga repassar aumentos no custo de suas matérias primas para os seus clientes, os seus resultados operacionais podem sofrer um impacto adverso.

Risco de inflação

Historicamente, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas, tendo impactos negativos relevantes sobre a economia brasileira. Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se a Companhia será capaz de compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, e se será possível realizar o repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para os preços cobrados por seus produtos, podendo haver diminuição das margens líquidas e operacionais da Companhia.

Risco de taxa de juros

A Companhia pode vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

No quadro a seguir está apresentada a exposição a risco de taxa de juros das operações vinculadas do CDI, entre outros:

	28/02/2019	28/02/2018
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros - CDI	129.315	-
Empréstimos e financiamentos - IPCA	9.654	-
Empréstimos e financiamentos - TJLP	-	2.916
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros - moeda	258.076	252.634
Empréstimos, financiamentos e - Outros	51.165	54.538
Debêntures - CDI	980.138	975.686
	1.428.348	**1.285.774**

Risco de taxa de câmbio

A Companhia divulga os seus resultados consolidados em reais e, no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019, 25,5% de suas receitas líquidas de vendas e serviços foram geradas por companhias operacionais que têm moedas funcionais diferentes do real, sendo: dólar norte americano; peso chileno; peso argentino; e novo sol - Peru (ou seja, na maioria dos casos, a moeda local da respectiva companhia operacional). Consequentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio entre as moedas funcionais das sociedades operacionais da Companhia e o real afetará sua demonstração de resultado consolidado e seu balanço patrimonial consolidado. As variações das moedas funcionais das sociedades operacionais da Companhia frente ao real poderão reduzir as contribuições dessas sociedades operacionais na demonstração de resultado consolidado da Companhia e no seu balanço patrimonial consolidado.

A Companhia também incorre em riscos de operações de câmbio se uma de suas companhias operacionais celebrar operações usando moedas que não sejam suas respectivas moedas funcionais.

Análise de Sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros (conforme demonstrações financeiras do exercício social encerrado em fev/19), que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário 1), segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários 2 e 3).

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Dívidas e aplicações financeiras
As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais e CDI estão sujeitas à variação da taxa de câmbio (USD/BRL, CLP/BRL, PEN/BRL e EUR/BRL) e da taxa de juros (CDI).

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1 Provável R$(Mil)	Cenário 2 (-) 25% R$(Mil)	Cenário 3 (-) 50% R$(Mil)
Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Flutuação do CDI	6,40%	(67.263)	(84.079)	(100.894)
Total				**(67.263)**	**(84.079)**	**(100.894)**
Variação (perda)					**(16.816)**	**(33.631)**

Dívida (variação cambial)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1 Provável R$(Mil)	Cenário 2 25% R$(Mil)	Cenário 3 50% R$(Mil)
Financiamentos	Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	3,8108	(2.751)	(38.986)	(75.220)
Financiamentos	Dívida denominada em PEN*	Flutuação do BRL/PEN	1,1525	(2.060)	(29.846)	(57.632)
Financiamentos	Dívida denominada em CLP**	Flutuação do BRL/CLP	0,0058	(131)	(1.955)	(3.779)
Total				**(4.942)**	**(70.787)**	**(136.631)**
Variação (perda)					**(65.845)**	**(131.689)**

(*) PEN - Novo Sol / Peru
(**) CLP - pesos Chilenos

Investimentos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (desvalorização das taxas de juros)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa a.a.	Cenário 1 Provável R$(Mil)	Cenário 2 (-) 25% R$(Mil)	Cenário 3 (-) 50% R$(Mil)
Investimentos de Caixa	Aplicações financeiras	Flutuação do CDI	6,40%	21.822	16.366	10.911
Total				**21.822**	**16.366**	**10.911**
Variação (perda)					**(5.456)**	**(10.911)**

Derivativos designados como hedge (depreciação do Real)

Programa	Instrumento	Risco	Taxa	Cenário 1 Provável R$(Mil)	Cenário 2 (-) 25% R$(Mil)	Cenário 3 (-) 50% R$(Mil)
Importações	Derivativos	Flutuação do BRL/USD	3,8108	1.498	(21.230)	(40.961)
Importações	Derivativos	Flutuação do BRL/EURO	4,3599	290	(3.381)	(6.473)
Total				**1.788**	**(24.611)**	**(47.434)**
Variação (perda)					**(26.399)**	**(49.222)**
Investimentos de Caixa	Aplicações financeiras	Flutuação do CDI	6,40%	21.822	16.366	10.911
Total				**21.822**	**16.366**	**10.911**
Variação (perda)					**(5.456)**	**(10.911)**

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de Crédito

As contrapartes da Companhia podem não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato com cliente, gerando uma perda financeira para a Companhia. A Companhia e suas controladas estão expostas ao cumprimento da contraparte nas operações de Crédito com seus clientes (Contas a Receber).

A Companhia e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios, principalmente, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Caixas e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Disponibilidades	**1.343**	2.912	**33.527**	25.713
Aplicações financeiras	**310.684**	238.236	**331.775**	250.753
	312.027	241.148	**365.302**	276.466

As disponibilidades são representadas substancialmente por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa estão representadas por investimentos em renda fixa com rendimento médio de 99,62% do CDI (98,89% em 28 fevereiro de 2018) podendo ser resgatáveis em até 90 dias das datas de contratação, contra os respectivos emissores, sem alteração significativa do rendimento pactuado.

Aplicações Financeiras

		Controladora e Consolidado	
	Taxa média anual	28/02/2019	28/02/2018
Circulante			
Investimentos em renda fixa, com carência	100,00% do CDI	**31.242**	406.305
		31.242	406.305
Não circulante			
Investimentos em renda fixa, com carência e bloqueio judicial	100,00% do CDI	**217**	31.865
		217	31.865
		31.459	438.170

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Títulos a vencer	**448.621**	401.528	**670.019**	595.151
Títulos vencidos até 30 dias	**3.250**	3.251	**27.323**	30.271
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	**561**	833	**6.702**	1.890
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	**312**	2.316	**1.785**	3.474
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	**2.669**	2.647	**3.449**	3.458
Títulos vencidos há mais de 181 dias	**3.216**	6.893	**9.965**	10.968
	458.629	417.468	**719.243**	645.212
Descontos concedidos (a)	**(18.172)**	(28.207)	**(19.772)**	(28.207)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(5.650)**	(4.487)	**(8.935)**	(7.545)
	434.807	384.774	**690.536**	609.460

(a) Os descontos concedidos são reconhecidos mediante acordo contratuais com clientes específicos.

A movimentação da provisão para descontos contratados é demonstrada como a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Saldo anterior	**(28.207)**	(29.497)	**(28.207)**	(29.497)
Adições	**(158.634)**	(183.633)	**(165.861)**	(183.633)
Reversões / Baixas	**168.669**	184.923	**174.296**	184.923
Saldo final	**(18.172)**	(28.207)	**(19.772)**	(28.207)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é demonstrada como a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2019	28/02/2018
Saldo anterior	**(4.487)**	(10.290)	**(7.545)**	(13.057)
Variação cambial	**-**	-	**(330)**	2.767
Adições	**(4.160)**	(1.576)	**(5.844)**	(5.065)
Reversões	**1.686**	-	**2.302**	-
Baixas	**1.311**	7.379	**2.482**	7.810
Saldo final	**(5.650)**	(4.487)	**(8.935)**	(7.545)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos).
A gestão do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.
Não se pode garantir que a receita da Companhia não será afetada por questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem o fluxo de caixa; ou ainda, que haverá recursos suficientes em caixa ou de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros. Sendo assim, qualquer redução na receita líquida ou no lucro líquido

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

e qualquer deterioração da situação econômico-financeira da Companhia poderá afetar adversamente a sua capacidade de cumprir com suas obrigações.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

a. juízo
b. instância
c. data de instauração
d. partes no processo
e. valores, bens ou direitos envolvidos
f. principais fatos
g. se a chance de perda é:
  i. provável
  ii. possível
  iii. remota
h. análise do impacto em caso deperda do processo

Seguem abaixo os processos relevantes para a Companhia, em 31 de julho de 2019:

(i) Trabalhistas

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia figurava como ré nos processos de natureza trabalhista individualmente relevantes abaixo descritos.

Processo nº 0000642-29.2011.5.01.0003	
Juízo	3ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
Instância	1ª Instância
Data de instauração	27/05/2011
Partes no processo	**(Autor)** Ministério Público do Trabalho **(Réu)** D.A. S.A. (incorporada pela Companhia) R.T. S.A. R.E. S.A. C. S.A. Cosan S.A. Indústria e Comércio IBL – I.L. Ltda. AGMSBS T. Ltda. AGM A.G.M. Ltda. CATCD R.B.F.C.D. Ltda. J.T. Ltda. C.T.C.B. RJ Ltda. SINTRAMAERJ -
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$11.691.682,93 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado pelos assessores externos da Companhia em 20/05/2019)
Principais fatos	O Ministério Público do Trabalho de Rio de Janeiro alega que as empresas rés praticaram terceirização irregular e adotaram práticas trabalhistas análogas às de escravidão e requereu (i) a regularização das condições de trabalho de todos os trabalhadores que lhes prestam serviços; (ii) a rescisão dos contratos com as empresas corrés que fornecem mão de obra; (iii) a abstenção de utilizar mão de obra

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	intermediada por pessoas interpostas para prestação de serviços ligados a suas atividades-fim ou meio; (iv) a contratação de todos os trabalhadores que exercem as atividades de transporte, "lonamento", "paletização" e carga e descarga de mercadorias; (v) o respeito aos limites da jornada de trabalho; (vi) o correto pagamento de salários; (vii) o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho; e (viii) o pagamento de indenização no valor histórico de R$5.000.000,00, a título de reparação, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. A D.A.S.A apresentou defesa aduzindo que segue rigorosamente a legislação trabalhista, que as atividades de transporte questionadas se tratam de atividades meio, podendo, portanto, serem terceirizadas. A Companhia se apresentou nos autos, em 24/04/2016, informando que incorporou a D.A.S.A, bem como que, à época dos fatos, a D.A.S.A era empresa dormente. Requereu, por fim, sua exclusão do polo passivo. A ação foi julgada improcedente em julho de 2018 e o Ministério Público interpôs recurso ordinário. A Companhia apresentou contrarrazões ao recurso ordinário e atualmente aguardamos o julgamento do referido recurso.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo Autor, acrescido de eventuais correções, multas e honorários advocatícios, bem como poderá haver dano à imagem e impactos operacionais e financeiros causados por obrigações de fazer ou de não fazer.

Processo nº 0001550-50.2013.5.15.0125	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de Sertãozinho, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Instância	2ª Instância
Data de instauração	14/08/2013
Partes no processo	**(Autor)** Ministério Público do Trabalho **(Réu)** D.A. S.A. (incorporada pela Companhia). B.B.S.A. U.S.F. S/A U.S.A. S/A C.P.C.O.E.S.P.. S.T.M.M.G.S.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$891.819,92 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado pelos assessores externos da Companhia em 20/05/2019)
Principais fatos	O Ministério Público do Trabalho pretende que o Sindicato se abstenha de fazer a intermediação de mão de obra às empresas tomadoras, bem como de fornecer mão de obra não eventual, sob a nomenclatura de trabalho avulso, na forma da Lei n° 12.023/2009. Adicionalmente, o Ministério Público do Trabalho requereu o vínculo empregatício entre os empregados avulsos e as empresas que se utilizam desses serviços,

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	bem como o pagamento de indenização por dano moral coletivo. A ação foi julgada procedente em parte para condenar as rés a contratar avulsos de forma não eventual, bem como ao pagamento de indenização por dano moral coletivo em R$50.000,00. Foi interposto recurso ordinário ao qual foi dado provimento, sendo julgada improcedente a ação. O Ministério Público opôs embargos de declaração que aguarda julgamento.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, a Companhia deverá reconhecer o vínculo empregatício dos trabalhadores o que poderá afetar sua situação financeira adversamente, considerando os custos de reconhecimento de vínculo empregatício, acrescido de eventual indenização por dano moral coletivo, eventuais honorários advocatícios, bem como poderá causar impactos operacionais causados pelas obrigações de fazer ou de não fazer.

(ii) Tributários

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia figurava como ré e/ou autora nos processos de natureza tributária individualmente relevantes abaixo descritos.

Processo nº 10480.723715/2010-12	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	30/11/2010
Partes no processo	(Autor) Receita Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 18.820.010,14 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado até 31/07/2019)
Principais fatos	O Autor alega a utilização de classificação fiscal incorreta do arroz importado do Uruguai e Argentina, exigindo o pagamento pela Companhia do imposto de importação e multa referente aos períodos de 2005 a 2006. A Companhia, por sua vez, apresentou impugnação para contestar o auto de infração julgado parcialmente procedente, reconhecendo a decadência das parcelas referentes ao período de fevereiro a dezembro de 2005. A Companhia apresentou novamente Recurso Voluntário, por meio do qual foi julgado procedente o auto de infração, sendo opostos embargos de declaração pela Companhia e interposto Recurso Especial pela União. Os embargos de declaração da Companhia foram acolhidos, com efeitos infringentes, para manter a exigência apenas da multa de 1% por erro de classificação fiscal da mercadoria. Estamos aguardando o julgamento do Recurso Especial da União.
Chance de perda	Possível

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.
Processo nº 10480.721448/2011-20	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância
Data de instauração	03/03/2011
Partes no processo	(Autor) Receita Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 41.375.954,09 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado até 31/07/2019)
Principais fatos	O autor alega a utilização de classificação fiscal incorreta do arroz importado do Uruguai e Argentina, exigindo o pagamento pela Companhia do imposto de importação e multa referente aos períodos de 2007 a 2009. A Companhia, por sua vez, apresentou impugnação para contestar o auto de infração julgado procedente por não ter analisado a manifestação da Companhia. A delegacia de julgamento manifestou nova decisão de procedência ao auto de infração e, desta forma, a Companhia apresentou novamente Recurso Voluntário e aguarda julgamento.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.

Processo nº 19515.003259/2004-72	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	14/12/2004
Partes no processo	(Autor) União Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$14.251.086,83 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado até 31/07/2019)
Principais fatos	Auto de infração lavrado para exigir créditos tributários de IRPJ e CSLL, relativos ao período de 1999 a 2003, sob o argumento de que a despesa com ágio decorrente da incorporação de empresa na qual a Companhia subscreveu e adquiriu ações acima do seu valor de emissão seria indedutível do IRPJ e da CSLL. Apresentada impugnação, após decisão desfavorável à Companhia foi interposto Recurso Voluntário. Sobreveio acordão mantendo o Auto de Infração e, consequentemente, foi interposto recurso especial. Processo distribuído para 1ª Turma da CSRF em 13/11/2017, aguardando ser inserido na pauta de julgamento.
Chance de perda	Possível.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.

Processo nº0047913-80.2013.4.03.6182	
Juízo	4ª Vara de Execuções Fiscais da Justiça Federal de São Paulo, estado de São Paulo
Instância	1ª Instância
Data de instauração	11/10/2013
Partes no processo	(Autor) Receita Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 29.880.106,81 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado até 31/07/2019)
Principais fatos	O Autor busca efetuar a cobrança de débitos constantes das Certidões de Dívida Ativa nº 80613016056-32, 80713006749-08 e 80713006828-27 no valor de R$16.886.251,87. A Companhia ofereceu aplicações financeiras para garantia da execução fiscal no valor de R$18.600.000,00, as quais foram aceitas pelo juiz. Em 10/03/ 2014, foi lavrado o termo de penhora. Sobreveio decisão a fim de suspender o presente feito até o julgamento definitivo da ação anulatória nº 0017708-23.2013.4.03.6100, tendo em vista o reconhecimento de prejudicialidade externa e conexão entre as ações a fim de evitar decisões conflitantes e por segurança jurídica. Atualmente, a ação anulatória em referência está conclusa para sentença.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.

Processo nº 0548939-96.0089.8.26.0014	
Juízo	Vara de Execuções Fiscais da Justiça Estadual de São Paulo, estado de São Paulo
Instância	1ª Instância
Data de instauração	27/08/2010
Partes no processo	(Autor) Receita Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 11.875.524,84 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado até 31/07/2019)
Principais fatos	O Autor busca efetuar a cobrança dos valores relativos a supostos débitos tributários a título de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, devidos no período de março a dezembro de 2002, consignado na certidão de dívida ativa nº

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	1.006.415.498, originada no processo administrativo nº 1000246-170730/2007, auto de infração e imposição de multa nº 3.067.900-0, lavrado em 28/02/2007 que exige o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços oriundo da diferença entre o imposto destacado nos documentos fiscais emitidos pela Companhia e aquele efetivamente cobrado pelo Estado de origem em operações de transferência efetuadas por filiais do Rio Grande do Sul, e o efetivamente cobrado pelo estado de origem. A Companhia opôs embargos à execução, autuados sob o nº 0210572-76.2010.8.26.0100 o qual foi julgado extinto sem resolução do mérito, sob o fundamento de litispendência com a ação anulatória nº 0041124-52.2010.8.26.0053, com trâmite na 13ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. A Companhia ofereceu aplicações financeiras para garantia da execução fiscal, as quais foram aceitas pelo juiz a fim de suspender o presente feito até o julgamento definitivo da ação anulatória nº 0041124-52.2010.26.0053, tendo em vista o reconhecimento de prejudicialidade externa e conexão entre as ações a fim de evitar decisões conflitantes e por segurança jurídica.
Chance de perda	Possível.
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo Autor, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.

Processo nº 0089739-92.2018.8.21.0001	
Juízo	6ª Vara da Justiça Estadual de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.
Instância	1ª Instância
Data de instauração	04/05/2016
Partes no processo	(Autor) Camil Alimentos S.A. (Réu) Estado do Rio Grande do Sul
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 27.945.275,71 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado até 31/07/2019)
Principais fatos	A presente medida cautelar foi proposta pela Companhia visando ao oferecimento de seguro garantia a fim de que seja garantido o crédito tributário referente ao auto de lançamento nº 0031020402, bem como anular a decisão administrativa proferida nos autos do Processo Administrativo nº 0031020402, por declarar intempestiva a Interposição de Recurso Especial, haja vista que a intimação foi recebida por terceiros. Foi deferida liminar a fim de aceitar a garantia ofertada no valor de R$19.603.206,42. Do mesmo modo, foi mantida a regularidade da empresa para fins de expedição de Certidão Negativa de Débitos, obstada a inscrição no Cadastro de Inadimplentes e assegurada a manutenção nos benefícios fiscais

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	da base de cálculo reduzida do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, diferimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços para etapa posterior e diferimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços na importação de mercadorias. O Estado do Rio Grande do Sul foi intimado para cumprimento da Medida Liminar. A Companhia requereu perícia contábil e estamos aguardando a sua realização.
Chance de perda	Possível.
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores ofertados em garantia, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.

Processo nº 16561.720082/2017-43	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	18/09/2017
Partes no processo	(Autor) Receita Federal (Réu) Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 230.956.266,19 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado até 31/07/2019) [
Principais fatos	O Autor está exigindo o pagamento pela Companhia do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (“CSLL), relativos aos anos-calendário de 2012 a 2015, cumulados das multas de ofício qualificada e isolada e de juros de mora, em face das compensações realizadas com amortização de ágio gerado através das operações societárias. Após apresentada impugnação o auto de infração foi parcialmente mantido pela Delegacia Regional Tributária, excluindo a responsabilizaria solidaria dos diretores sem poderes de gestão, ensejando a interposição de Recurso Voluntário pela Companhia. Os autos permanecem na 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais-MF-DF, e foram sorteados ao relator Alexandre Evaristo Pinto em 12/06/2019. Aguardando julgamento.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.

Processo nº 19515.721003/2018-46	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª Instância da Esfera Administrativa
Data de instauração	07/12/2018
Partes no processo	(Autor) Receita Federal (Réu)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Camil Alimentos S.A. (Responsáveis Solidários) Claudio Antonio Giglio da Silva Jacques Maggi Quartiero Luciano Maggi Quartiero
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 19.273.265,73 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado até 31/07/2019)
Principais fatos	Processo administrativo oriundo de autos de infração lavrados em 07/12/2018, por meio dos quais a Fiscalização constituiu os créditos tributários do IRPJ da CSLL, relativos ao ano-base 2013, cumulados das multas de ofício qualificada e juros de mora. A Companhia teria incorrido, em síntese, na indevida dedução da base de cálculo dos referidos tributos, com relação as aquisições realizadas da empresa Itagrãos, tendo em vista a referida empresa ter sido considerada inidônea. A autoridade Fiscal atribuiu responsabilidade solidária aos representantes da Camil, alegando suposta existência de excesso de poderes que constituíram os fatos geradores da obrigação tributária. Foi apresentado impugnação, julgada improcedente. Apresentado Recurso Voluntário que será distribuído para julgamento no CARF.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pelo autor, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.

(iii) Cíveis

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia figurava como ré e/ou autora no processo judicial de natureza cível não sigilosos individualmente relevantes, abaixo descritos.

Processo nº 0100208-33.2013.8.19.0001	
Juízo	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Vara de Origem	13ª Vara Cível do Rio de Janeiro
Instância	STJ
Data de instauração	26/03/2013
Partes no processo	**(Autora)** Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. **(Réu)** Camil Alimentos S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$16.190.559,45 (valor da causa indicado na petição inicial atualizado pelos assessores externos da Companhia em 20/05/2019).
Principais fatos	A autora alega que houve descumprimento de contrato de prestação de serviços de tratamento de dejetos industriais celebrado com a empresa Pepsico do Brasil Ltda. ("Pepsico"), em razão do lançamento de efluentes acima do acordado no referido contrato entre outros. Requer o pagamento do valor histórico de R$6.553.151,78, em razão da rescisão unilateral por parte da Companhia. A Companhia, que sucedeu a Canadá Participações Ltda. (sociedade para a qual foram transferidos os ativos relacionados à marca "Coqueiro" pela Pepsico) em relação aos

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	direitos e obrigações do contrato, em sua defesa alegou que nunca foi informada pela Pepsico dos seus descumprimentos contratuais e do pleito de reequilíbrio financeiro para autora, que houve justa causa para rescisão contratual, na medida em que a autora e Pepsico não estabeleceram parâmetros adequados para o lançamento dos efluentes nem o correto planejamento das atividades da Estação de Tratamento de Dejetos Industriais ("ETDI"), bem como que a autora utilizou tecnologia e materiais ineficientes e não desenvolveu técnica compatível com a expertise que alegava possuir, assim como não abriu mão do pedido de reequilíbrio financeiro do contrato, abandonou a operação da ETDI, descumpriu com as diversas obrigações contratuais, sendo diretamente responsável por danos ambientais e prejuízos ocorridos em razão da ausência do devido tratamento de efluentes. A ação foi julgada improcedente em março de 2016. A autora apresentou recurso de apelação e a Companhia apresentou contrarrazões ao recurso. Em fevereiro de 2017, foi dado integral provimento ao recurso de apelação. A Companhia interpôs recurso especial, o qual aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, haverá o impacto adverso na situação financeira da Companhia em função do desembolso dos valores pleiteados pela autora, acrescido de eventuais correções, multa e honorários advocatícios.

(iv) Outros

Processos nºs 135.09.006780-4 e 135.09.006781-2 (Novos números: 5001681-79.2017.4.04.7208 e 0005214-85.2009.8.24.0139)	
Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara de Origem	Vara Criminal de Navegantes/SC e 2ª Vara Criminal de Porto Belo/SC
Instância	Primeira Instância
Data de instauração	02/09/2010
Partes no processo	**Autor:** Ministério Público do Estado de Santa Catarina **Réus:** Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A. (incorporada pela Companhia) Jucélia Ferreira José Carlos Ferreira Flávio Souza Oriosvaldo da Silva
Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A, uma vez que os processos criminais não possuem valor envolvido.
Principais fatos	O Ministério Público do Estado de Santa Catarina ofereceu denúncias contra os Réus sob a alegação de prática de pesca em local e período proibido, requerendo a condenação dos acusados nos termos do artigo 34 da Lei 9.605/98, em 2010, antes da aquisição da Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A. ("Femepe

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Indústria") pela Companhia. Em ambos os casos foram apresentadas defesas sustentando a incompetência da Justiça Estadual para julgamento da demanda. No mérito, foi alegada a ausência de justa causa para o início de ação penal e a atipicidade do fato imputado aos acusados. Ademais, no primeiro processo foi também alegada a inocorrência de julgamento definitivo na esfera administrativa e ilegitimidade passiva da Femepe Industria para figurar no pólo passivo, uma vez que a empresa Femepe Captura de Pescados Ltda. (empresa pertencente ao antigo proprietário da Femepe Indústria) é que fora de fato autuada e, em junho de 2019, a ação foi julgada improcedente e aguarda eventual recurso. O segundo processo foi julgado em dezembro de 2018, sendo extinta a punibilidade devido ao decurso do prazo prescricional. Cumpre notar que, quando a Companhia realizou a aquisição da Femepe Indústria, esta não realizava mais a atividade de pesca, tendo a Companhia adquirido apenas a operação de industrialização.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Em caso de decisão final desfavorável, poderá haver dano à imagem da Companhia e, por se tratar de pessoa jurídica, poderá haver pena de fins pecuniários, cujo valor não é possível estimar.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

Processos Cíveis

Na data de entrega deste Formulário de Referência, conforme indicado no item 4.3, a Companhia mantinha uma provisão de R$16.190.559,45, relativo ao único processo com estimativa de perda provável, processo nº 0100208-33.2013.8.1.0001, calculado com data base em 20/05/2019, data da última circularização de informações pelos assessores externos da Companhia.

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas, informando:

Não aplicável.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

Não aplicável.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos:

Na data de entrega deste formulário de referência, a Companhia ou suas controladas não são parte em processos sigilosos relevantes.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

a. Valores envolvidos

b. Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência

Na data de entrega deste formulário de referência, a Companhia ou suas controladas não são parte em processos judiciais ou administrativos, repetitivos ou conexos de natureza trabalhista, tributário, cível ou outros, que fossem considerados relevantes em conjunto por sua administração.

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6.

Não aplicável, uma vez que a Companhia ou suas controladas não são parte em processos judiciais ou administrativos, repetitivos ou conexos de natureza trabalhista, tributário, cível ou outros, que fossem considerados relevantes em conjunto por sua administração.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Ministério Público do Trabalho da 12ª Região - Santa Catarina – Procuradoria do município de Navegantes

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 2080/2012), em 20/04/2012, para adequação de maquinários às Normas Regulamentadoras nºs 12 e 17. Em 06/02/2017, foi constatado o descumprimento parcial do referido termo (alguns itens da Norma Regulamentadora nº 12), sendo aplicada a multa de R$100.000,00 já paga pela Companhia.
A empresa Femepe Indústria e Comércio de Pescados S/A (incorporada pela Companhia) celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 80/2008), em 04/04/2008, pelo qual se obrigou a: (i) conceder aos seus empregados o descanso semanal remunerado, com os reflexos de horas extras habitualmente prestadas, devendo coincidir com o domingo; (ii) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não podendo exceder 2 horas; e (iii) abster-se de permitir o labor extraordinário de seus empregados, além do limite diário de 2 horas, exceto pelas exceções previstas em lei. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

A empresa Femepe Indústria e Comércio de Pescados S/A (incorporada pela Companhia) celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 38/2003), em 05/02/2004, pelo qual se obrigou a contratar e manter a cota legal de empregados considerados Pessoas Com Deficiência (PDC). O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

Ministério Público do Trabalho da 16ª Região – Maranhão – Procuradoria do município de São Luis

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 987/2012), em 04/05/2012, para adequação do ambiente de trabalho às Normas Regulamentadoras nºs 1, 10 e 11. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

Ministério Público do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro – Procuradoria do município do Rio de Janeiro

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 06/2015), em 28/01/2015, pelo qual se obrigou a: (i) conceder aos seus empregados o descanso semanal remunerado, com os reflexos de horas extras habitualmente prestadas, devendo coincidir com o domingo; (ii) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não podendo exceder 2 horas; (iii) abster-se de permitir o labor extraordinário de seus empregados, além do limite diário de 2 horas, exceto pelas exceções previstas em lei; e (iv) abster-se de contratar empregados em desconformidade à lei de trabalho temporário. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

Ministério Público do Trabalho da 4ª Região – Rio Grande do Sul – Procuradoria do município de Uruguaiana

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 160/2015), em 16/06/2016, para adequação do ambiente de trabalho às Normas Regulamentadoras nºs 4, 5, 7, 9, 12, 18, 24, 33 e 35. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 51/2014), em 21/10/2015, pelo qual se obrigou a: (i) conceder aos seus empregados o descanso semanal remunerado, com os reflexos de horas extras habitualmente prestadas, devendo coincidir com o domingo; (ii) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não podendo exceder 2 horas; (iii) abster-se de permitir o labor extraordinário de seus empregados, além do limite diário de 2 horas, exceto pelas exceções previstas em lei; (iv) abster-se de contratar empregados em desconformidade à lei de trabalho de temporário; e (v) adequar-se às Normas Regulamentadoras nºs 5, 8, 12, 33 e 35. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 15/2017), em 02/10/2017, para adequação do ambiente de trabalho à Norma Regulamentadora nº 20. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – Promotoria da comarca de Itaqui

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (sem nº), em 18/09/2015, para encerramento do Inquérito nº 15/2013, comprometendo-se a: (i) apresentar projeto de adequações da Unidade de Maçambará, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica, assinada por profissional habilitado e protocolizado junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental, contendo as propostas sugeridas pela divisão de assessoramento técnico do Ministério Público; (ii) implementar integralmente o projeto mencionado acima, no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da ciência da aprovação do projeto pelo órgão ambiental, apresentar, ao Ministério Público, memorial descritivo das atividades desenvolvidas para a conclusão da obra; e, após a implementação, (iii) apresentar, ao Ministério Público, relatório técnico, assinado por profissional habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica, demonstrando a efetividade do sistema, sob condição de plena carga, isto é, máxima produção. As condições estabelecidas foram atendidas pela Companhia que aguarda a ratificação do Ministério Público e arquivamento definitivo do inquérito civil. **Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – Promotoria da comarca de Porto Alegre**

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (sem nº), em 13/07/2012, para encerramento do Inquérito nº 116/2012, comprometendo-se a: (i) manter a qualidade e rotulagem de seus produtos de acordo com as normas regulamentares; (ii) efetuar a separação dos lotes de produtos em seu depósito de modo que tenha passado pelo controle de qualidade interno ou de empresas credenciadas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; (iii) doar à Fundação Estadual de Proteção Ambiental, no prazo de 20 dias, uma célula de condutividade sem platinização, no valor de R$2.000,00; e (iv) permitir o ingresso de representantes do Ministério Público nas filiais, viabilizando a fiscalização. As condições estabelecidas foram atendidas pela Companhia e, após comprovação do cumprimento das obrigações, o inquérito foi arquivado em 06/08/2012.

Município do Rio de Janeiro/RJ

A Companhia celebrou um Termo de Compromisso (nº 68/2015), em 15/04/2015, aditado em 17/05/2017, para implementação da medida compensatória referente à execução de serviços de reflorestamento, comprometendo-se a plantar espécies nativas da mata atlântica em uma área de 1,20ha localizada no km 9 da estrada Mendanha, bairro Campo Grande, no município do Rio de Janeiro/RJ, bem como a manter a plantação, por 24 meses, a contar de 17/05/2017. As mudas plantadas não perduraram por condições desfavoráveis ao plantio, de modo que a Companhia apresentou justificativa,

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

em 13 de março de 2017 e 22 de maio de 2017, ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA/RJ e aguarda manifestação do INEA sobre o cumprimento do TAC.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

a. restrições impostas ao exercício de diretos políticos e econômicos
b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários
c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação
d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável
e. outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia tem sede no Brasil e seus valores mobiliários encotram-se custodiados no país.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas, informando:

Na data de entrega deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em processos judiciais ou procedimentos administrativos cujas partes contrárias fossem administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

Não aplicável, dado que não há processos descritos no item 4.4.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos:

Na data de entrega deste formulário de referência, a Companhia não era parte em processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

Na data de entrega deste formulário de referência, a Companhia não era parte em processos judiciais ou administrativos, repetitivos ou conexos de natureza trabalhista, tributário, cível ou outros, que fossem considerados relevantes em conjunto por sua administração.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6.

Não aplicável, dado que não há processos descritos no item 4.6.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Ministério Público do Trabalho da 12ª Região - Santa Catarina – Procuradoria do município de Navegantes

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 2080/2012), em 20/04/2012, para adequação de maquinários às Normas Regulamentadoras nºs 12 e 17. Em 06/02/2017, foi constatado o descumprimento parcial do referido termo (alguns itens da Norma Regulamentadora nº 12), sendo aplicada a multa de R$100.000,00 que está sendo paga pela Companhia.

A empresa Femepe Indústria e Comércio de Pescados S/A (incorporada pela Companhia) celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 80/2008), em 04/04/2008, pelo qual se obrigou a: (i) conceder aos seus empregados o descanso semanal remunerado, com os reflexos de horas extras habitualmente prestadas, devendo coincidir com o domingo; (ii) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não podendo exceder 2 horas; e (iii) abster-se de permitir o labor extraordinário de seus empregados, além do limite diário de 2 horas, exceto pelas exceções previstas em lei. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

A empresa Femepe Indústria e Comércio de Pescados S/A (incorporada pela Companhia) celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 38/2003), em 05/02/2004, pelo qual se obrigou a contratar e manter a cota legal de empregados considerados Pessoas Com Deficiência (PDC). O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

Ministério Público do Trabalho da 16ª Região – Maranhão – Procuradoria do município de São Luis

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 987/2012), em 04/05/2012, para adequação do ambiente de trabalho às Normas Regulamentadoras nºs 1, 10 e 11. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

Ministério Público do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro – Procuradoria do município do Rio de Janeiro

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 06/2015), em 28/01/2015, pelo qual se obrigou a: (i) conceder aos seus empregados o descanso semanal remunerado, com os reflexos de horas extras habitualmente prestadas, devendo coincidir com o domingo; (ii) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não podendo exceder 2 horas; (iii) abster-se de permitir o labor extraordinário de seus empregados, além do limite diário de 2 horas, exceto pelas exceções previstas em lei; e (iv) abster-se de contratar empregados em desconformidade à lei de trabalho de temporário. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

Ministério Público do Trabalho da 4ª Região – Rio Grande do Sul – Procuradoria do município de Uruguaiana

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 160/2015), em 16/06/2016, para adequação do ambiente de trabalho às Normas Regulamentadoras nºs 4, 5, 7, 9, 12, 18, 24, 33 e 35. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 51/2014), em 21/10/2015, pelo qual se obrigou a: (i) conceder aos seus empregados o descanso semanal remunerado, com os reflexos de horas extras habitualmente prestadas, devendo coincidir com o domingo; (ii) conceder intervalo para repouso e alimentação de, no mínimo, 1 hora, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não podendo exceder 2 horas; (iii) abster-se de permitir o labor extraordinário de seus empregados, além do limite diário de 2 horas, exceto pelas exceções previstas em lei; (iv) abster-se de contratar empregados em desconformidade à lei de trabalho de temporário; e (v) adequar-se às Normas Regulamentadoras nºs 5, 8, 12, 33 e 35. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (nº 15/2017), em 02/10/2017, para adequação do ambiente de trabalho à Norma Regulamentadora nº 20. O prazo de vigência do Termo de Ajustamento de Conduta é indeterminado.

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – Promotoria da comarca de Itaqui

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (sem nº), em 18/09/2015, para encerramento do Inquérito nº 15/2013, comprometendo-se a: (i) apresentar projeto de adequações da Unidade de Maçambará, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica, assinada por profissional habilitado e protocolizado junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental, contendo as propostas sugeridas pela divisão de assessoramento técnico do Ministério Público; (ii) implementar integralmente o projeto mencionado acima, no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da ciência da aprovação do projeto pelo órgão ambiental, apresentar, ao Ministério Público, memorial descritivo das atividades desenvolvidas para a conclusão da obra; e, após a implementação, (iii) apresentar, ao Ministério Público, relatório técnico, assinado por profissional habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica, demonstrando a efetividade do sistema, sob condição de plena carga, isto é, máxima produção. As condições estabelecidas foram atendidas pela Companhia que aguarda a ratificação do Ministério Público e arquivamento definitivo do inquérito civil.

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul – Promotoria da comarca de Porto Alegre

A Companhia celebrou um Termo de Ajustamento de Conduta (sem nº), em 13/07/2012, para encerramento do Inquérito nº 116/2012, comprometendo-se a: (i) manter a qualidade e rotulagem de seus produtos de acordo com as normas regulamentares; (ii) efetuar a separação dos lotes de produtos em seu depósito de modo que tenha passado pelo controle de qualidade interno ou de empresas credenciadas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; (iii) doar à Fundação Estadual de Proteção Ambiental, no prazo de 20 dias, uma célula de condutividade sem platinização, no valor de R$2.000,00; e (iv) permitir o ingresso de representantes do Ministério Público nas filiais, viabilizando a fiscalização. As condições estabelecidas foram atendidas pela Companhia e, após comprovação do cumprimento das obrigações, o inquérito foi arquivado em 06/08/2012.

Município do Rio de Janeiro/RJ

A Companhia celebrou um Termo de Compromisso (nº 68/2015), em 15/04/2015, aditado em 17/05/2017, para implementação da medida compensatória referente à execução de serviços de reflorestamento, comprometendo-se a plantar espécies nativas da mata atlântica em uma área de 1,20ha localizada no km 9 da estrada Mendanha, bairro Campo Grande, no município do Rio de

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Janeiro/RJ, bem como a manter a plantação, por 24 meses, a contar de 17/05/2017. As mudas plantadas não perduraram por condições desfavoráveis ao plantio, de modo que a Companhia apresentou justificativa, em 13 de março de 2017 e 22 de maio de 2017, ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA/RJ e aguarda manifestação do INEA sobre o cumprimento do TAC.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia tem sede no Brasil e seus valores mobiliários são todos custodiados neste país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Em reunião realizada em 14 de dezembro de 2018, O comitê de Auditoria aprovou a Política de Gestão de Riscos da Companhia ("Política") e em reunião realizada em 10 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração, aprovou a Política de Gestão de Riscos da Companhia.

A Política, consiste em um instrumento normativo, caracterizando-se como uma demonstração da importância que a Companhia dá para a mensuração e acompanhamento da probabilidade de ocorrência, prevenção, mitigação e tratamento de fatores internos e externos que podem impactar o alcance dos objetivos, assim como a oportunidade de alavancagem dos resultados garantindo a execução da estratégia da Camil.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política é estabelecer e ratificar os princípios e conceitos, as diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de Gestão de Riscos da Companhia, suas coligadas e/ou controladas. Dessa maneira, a Companhia possibilita a adequada identificação, mensuração, monitoramento e disponibilização das informações relacionadas aos riscos, visando proteger seu valor contra incertezas e a perpetuidade e crescimento dos seus negócios

-

i. Riscos para os quais se busca proteção:

Em concordância com o item 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência, a Companhia trata dos principais riscos inerentes às suas atividades e que possam impactar o alcance de seus objetivos estratégicos. Logo, a Companhia busca proteção aos principais grupos de Risco, quais sejam:

- **Riscos Corporativos:** abrangem os principais eventos de riscos estratégicos, operacionais, financeiro, regulatório, de mercado, de liquidez, de crédito, de imagem e socioambiental que impactam as atividades ou o atendimento aos objetivos da Companhia;

- **Risco Estratégico:** risco relacionado à possibilidade de implementar uma estratégia malsucedida ou ineficaz que fracasse em alcançar os retornos pretendidos;

- **Risco Operacional:** risco relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e ambiente tecnológico, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se fraudes internas e externas; demandas judiciais; segurança deficiente do local de trabalho; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos a ativos físicos; e aqueles que acarretem a interrupção das atividades da Companhia e falhas em

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

sistemas e infraestruturas de tecnologia da informação.

- **Risco Financeiro:** risco relacionado à possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais, regulatórios, fiscais, estatutários e de sustentabilidade incompletos, inexatos ou intempestivos, expondo a Companhia a multas, penalidades e outras sanções.

- **Risco Regulatório:** risco relacionado à ocorrência de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito internacional ou local, podendo resultar em crescente pressão competitiva e afetar significativamente a habilidade da Companhia em administrar eficientemente seus negócios.

- **Risco de Mercado:** risco relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

- **Risco de Liquidez:** risco relacionado à possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

- **Risco de Crédito:** risco relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

- **Risco de Imagem:** risco relacionado à possibilidade de ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos, que possa causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia, inclusive em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

- **Risco Socioambiental:** risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

- **Risco Cibernético:** risco relacionado à possibilidade de realização de um ataque cibernético como tipo de manobra ofensiva empregada por indivíduos, grupos, organizações, estados ou nações, que buscam atingir por meios variados, sistemas informatizados, infraestrutura, redes e/ou dispositivos pessoais com a finalidade de violar a segurança de dados, roubar, alterar ou destruir um alvo específico hackeando um sistema suscetível.

ii. Instrumentos utilizados para proteção:

Com base nas melhores práticas de mercado em gestão de riscos, a Companhia, por meio das diretrizes do COSO (*Committee of Sponsorn Organizations of the Treadway Commission*) – ERM, busca proteção e mitigação dos seus riscos por meio da implementação dos seguintes componentes de gerenciamento de riscos:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Avaliação do ambiente interno;
- Definição dos objetivos alinhados com a estratégia;
- Mapeamento dos eventos de risco de natureza interna e externa que podem afetar as estratégias da Companhia e o cumprimento de seus objetivos;
- Identificação e análise dos riscos relevantes que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia. Avaliação de riscos e elaboração de um mapa dos riscos da Companhia, proporcionando um mecanismo para priorização dos mesmos;
- Definição do tratamento que será dado aos riscos e como estes devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas; e
- Monitoramento dos riscos identificados e da efetividade do tratamento para sua redução ou mitigação.

A análise e atualização dos cenários de matriz de risco é realizada de acordo com as alterações do ambiente interno, do contexto de negócio e das definições estratégicas da Companhia.

Observando a complexidade de suas operações, a Companhia entende que os riscos e os mecanismos de mitigação e controle podem variar de acordo com a mudança do ambiente de atuação e incluem, mas não se limitam aos riscos apontados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Em relação aos riscos observados, citamos algumas estratégias de mitigação adotadas pela Companhia, quais sejam:

Fornecedores
Pela extensão, diversidade e complexidade de sua cadeia produtiva, a Companhia mantém uma série de ações e diretrizes, entre elas determinadas práticas e normas de processo de aquisição, avaliação da probabilidade de inadimplência realizada por agências de informação, manutenção de histórico de crédito e estratégias de sourcing e negociação, bem como avaliação do grau de risco de fornecimento de cada fornecedor envolvido em sua cadeia produtiva.

Segurança, Saúde e Meio Ambiente (SSMA)
O programa da Companhia de Segurança, Saúde e Meio Ambiente (SSMA) engloba o desenvolvimento de uma cultura aderente à mitigação de riscos e à preservação da vida, incluindo os requisitos regulatórios das empresas de alimentos. Complementando essas ações, a Companhia possui seguros contra danos e ocorrências envolvendo seus principais ativos, como instalações e mercadorias.

Controle Sanitário
A fim de mitigar este risco, a Companhia adota princípios de qualidade nas fábricas, na cadeia produtiva e no processo de distribuição. Nas unidades de grãos com exposição à exportação, por exemplo, há práticas para atender e, também, superar as exigências da legislação sanitária aplicável a cada um dos mercados, evitando eventuais embargos.

Ética e Controles Internos
A Companhia possui um ambiente de controles internos e um programa de ética com o objetivo de avaliar os processos da Companhia e assegurar o cumprimento dos requisitos da legislação brasileira e internacional aplicável.

Sistemas de Tecnologia da Informação
A Companhia confirma a acuracidade de seus dados processados por seus sistemas de informação, bem como dispõe de políticas e controles preventivos, detectivos e corretivos sobre o ambiente de sistemas, infraestrutura e perímetro, de forma a proteger e/ou mitigar probabilidade de

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

ocorrência ou impactos de uma eventual falha intrinsicamente relacionada ao tema de Tecnologia. Adicionalmente, o Código de Ética da Companhia dispõe sobre a política de confidencialidade, uso e sigilo das informações e seus recursos de processamento e acesso, visando a proteger as informações e acessos, sendo dever dos colaboradores, acionistas e prestadores de serviços da Companhia a conformidade com tais obrigações.

Código de Ética
A Companhia desenvolveu e adota um Código de Ética, recebido e assinado por seus colaboradores, que identifica os princípios e valores que devem orientar o comportamento e as atitudes de todos os envolvidos na condução de seus negócios, incluindo seus colaboradores, acionistas e prestadores de serviços. O Código de Ética procura gerenciar riscos gerais e também específicos, na medida em que traz regras relativas a situações de conflito de interesses, brindes e presentes, confidencialidade das informações, práticas financeiras e contábeis, atividades político-partidárias, entre outras. A Companhia investe continuamente em ferramentas de comunicação, por meio de treinamentos para reforço da importância de seu Código de Ética.

Canal de Ética
A Companhia possui um canal de denúncias e averiguações, chamado Canal de Ética, disponibilizado a seus colaboradores, prestadores de serviços, clientes e quaisquer outras partes interessadas, como instrumento para receber denúncias em geral, incluindo condutas contrárias às previsões do Código de Ética da Companhia. O Canal de Ética é um meio de comunicação independente, está a cargo de terceiros, gratuito e confidencial, que pode ser acessado via telefone, site ou e-mail de forma anônima e procura estimular ainda mais o diálogo aberto e a transparência nas relações com a Companhia, com o mercado e com a sociedade.

Treinamentos
A Companhia oferece periodicamente aos seus colaboradores, bem como a terceiros com quem interage habitualmente, treinamentos focados no conteúdo de seu Código de Ética, com o objetivo de reforçar conceitos, demonstrar quais são as condutas esperadas e trazer conscientização sobre as políticas e práticas internas.

Anticorrupção e Conflito de Interesses
A Companhia inclui em seus contratos cláusula que declara que o contratante conhece e adere ao Código de Ética da Companhia. O Código de Ética determina que os colaboradores e acionistas da Companhia devem obedecer às exigências da lei nº 12.486 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), da lei 12.529 de 30 de novembro de 2011 (Lei de Antitruste e Concorrência), além de comunicar ao Comitê de Ética se entenderem que estão diante de uma situação de conflito de interesses.

Segurança dos Alimentos
O sistema de qualidade da Companhia se baseia em atendimento a requisitos legais e programas específicos para a segurança dos alimentos, conhecidos respectivamente como Boas Práticas de Fabricação e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), internacionalmente reconhecida como *"Hazard Analysis and Critical Control Point"* ("HACCP"), com medidas preventivas para eliminar perigos biológicos, físicos e químicos. O cumprimento das diretrizes de controle estabelecidas pelo HACCP é obrigatório em diversos países, incluindo os Estados Unidos da América e a União Europeia. Adicionalmente, a Companhia investe em equipamentos de ponta, capazes de realizar a análise da matéria prima adquirida através de processo de amostragem para garantia de qualidade de seus produtos, redução de contaminações físicas, além de investir na certificação de locais de produção e compras alinhadas a padrões internacionais.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Imagem e Reputação
A Companhia atua com uma visão de marketing responsável, suportando todos os segmentos de negócios, com padrões comerciais que abrangem as relações de mercado no Brasil e no mundo.

Mudanças Climáticas
Entre as ações para minimizar os riscos mapeados e garantir competitividade nos custos estão o acompanhamento dos estoques na compra de grãos, açúcar e pescados, o monitoramento constante do clima e condições de logística nas regiões agrícolas para direcionar a tomada de decisão de compras e antecipar oscilações de preços no mercado de *commodities* e o desenvolvimento de projetos de eficiência energética.

Energia elétrica
A gestão de riscos relacionada à energia elétrica é conduzida por meio do monitoramento constante das condições políticas regulatórias e climáticas que podem interferir no custo e disponibilidade de energia elétrica, considerando que a matriz energética brasileira é predominantemente baseada em fontes hídricas. A estratégia de mitigação dos riscos passa pela redução do consumo, aquisição de energia elétrica no mercado livre avaliada por meio de modelagens matemáticas, considerando cenários climáticos futuros de curto e médio prazo. A Companhia prioriza fontes renováveis de energia, seguindo também os compromissos por ela assumidos em relação a mudanças climáticas. Com o objetivo de maximizar a eficiência de suas plantas e reduzir os resíduos, a Companhia utiliza a casca de arroz para produzir energia elétrica nas plantas de Itaqui e no Uruguai, além de também utilizar a casca de arroz como fonte de energia para o processo de parbolização realizado nas plantas de Camaquã e Rio Grande, no Brasil e Arrozur, no Uruguai.

iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Atualmente, a Companhia adota um modelo de gerenciamento de riscos que permite a gestão compartilhada pelas diferentes divisões e áreas da Companhia. Dessa forma, nos termos da Política, a Companhia realiza a gestão dos riscos inerentes às suas atividades por meio do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitê Financeiro, Diretor Presidente e da sua estrutura de Governança Corporativa (Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Controles Internos) que envolve as divisões de negócios, os diretores e gestores responsáveis pelas áreas, os colaboradores.

Compete ao Conselho de Administração:

- Aprovar a estratégia da Companhia para atendimento de seus objetivos de negócio;
- Revisar periodicamente o apetite ao risco e faixa de tolerâncias na condução dos negócios da Companhia;
- Aprovar a aceitação dos riscos classificados como “Alto”;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, assim como suas revisões;
- Aprovar o relatório anual de Controles Internos relacionados aos Riscos Corporativos; e
- Supervisionar, com suporte dos comitês estatutários, a efetividade da estrutura e do processo de gestão de riscos da Companhia.

Compete ao Comitê de Auditoria:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Analisar a Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia, assim como quaisquer revisões, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;
- Acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos e o cumprimento de seus objetivos;
- Supervisionar as atividades da área de Gestão de Riscos e Controles Internos da Companhia e de suas controladas;
- Avaliar a efetividade e a suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos operacionais;
- Monitorar a execução dos planos de ação para o tratamento dos riscos, prazos e seus respectivos responsáveis;
- Recomendar à Diretoria da Companhia a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; e
- Avaliar a Política de Gestão de Riscos da Companhia, assim como quaisquer revisões, submetendo-a para aprovação do Conselho de Administração.

Compete ao Comitê Financeiro:

- Aconselhar e assessorar o Conselho de Administração sobre análises que envolvam riscos financeiros da Companhia;
- Avaliar temas como: riscos de liquidez, risco de mercado, crédito, cambial, bem como, assessorar o Conselho de Administração na tomada de decisão com base nos resultados avaliados; e
- Recomendar e avaliar a política financeira, assim como quaisquer revisões, submetendo-a a aprovação do Conselho de Administração.

Compete à Diretoria da Companhia:

- Definir a estratégia da Companhia para atendimento de seus objetivos de negócio
- Definir periodicamente o apetite ao risco e faixa de tolerância na condução dos negócios da Companhia;
- Identificar riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e minimização;
- Propor a aceitação dos riscos classificados como “Médio” ao Diretor Presidente;
- Aprovar a aceitação dos riscos classificados como “Baixo”;
- Implementar sistema de controles internos incluindo políticas, normas e limites de alçada;
- Validar os riscos inerentes à operação da Companhia levando em consideração sua relevância e sua probabilidade de ocorrência;
- Contribuir para elaboração do Relatório de Riscos Corporativos;
- Comunicar, no menor prazo possível, a área de gestão de riscos sobre riscos não identificados, sejam eles novos ou não; e
- Estabelecer os Planos de Ação e assegurar a implementação dos mesmos.

Compete ao Diretor Presidente:

- Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração;
- Monitorar a observância das diretrizes de governança corporativa e das políticas em toda a Companhia;
- Identificar riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e minimização;
- Propor ao Conselho de Administração o nível de apetite e tolerância ao risco da

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Companhia;
- Propor a aceitação dos riscos classificados como "Alto" ao Conselho de Administração;
- Aprovar a aceitação dos riscos classificados como "Moderado";
- Propor e implementar sistema de controles internos incluindo políticas e limites de alçada, alinhado ao nível de apetite e tolerância ao risco;
- Propor indicadores de sustentabilidade de suas operações, considerando fatores ambientais e sociais na execução de suas atividades;
- Patrocinar a implantação da gestão de riscos corporativos na Companhia; e
- Validar os relatórios de riscos corporativos e de controles internos.

Compete à área de Governança Corporativa da Companhia:

- Manutenção do processo de gerenciamento de riscos da Companhia;
- Avaliar a efetividade e propor melhorias do processo de Gestão de Riscos e do processo de controles internos da Companhia; e
- Avaliar o andamento das operações e processos, assim como a sua qualidade, bem como atualizar os controles no tempo.

Ademais, a Companhia destaca que a área de Governança Corporativa, está subordinada à diretoria de Finanças e Relações com Investidores e possui responsabilidade pela implementação de controles internos e gestão de riscos e supervisão do planejamento de Auditoria Interna. Todos os resultados de seus trabalhos são reportados ao Comitê de Auditoria e Comitê de Ética e a Diretoria Financeira;

Compete aos colaboradores da Companhia:

- O cumprimento das determinações dispostas na Política da Companhia; e
- Apoiar o processo de gestão de riscos da Companhia.

Compete ao Gestor Responsável:

- Identificar, reportar e gerir todos os riscos relacionados à sua área de atuação; e
- Apoiar o processo de gestão de riscos junto à área de governança corporativa da Companhia.

Adicionalmente, a área de Gestão de Riscos, integrante da área de Governança Corporativa, é responsável por estabelecer o processo a ser utilizado na gestão de riscos, além do apoio aos Gestores Responsáveis na definição e execução dos planos de ação e prazo necessários para tratamento dos Riscos e notificação dos descumprimentos de acordo com as devidas alçadas;

Por fim, a Companhia destaca que a Diretoria Jurídica, em conjunto com a área de Governança Corporativa, é responsável pelas iniciativas referentes à Conformidade e Integridade, mantendo os assuntos normativos / regulatórios atualizados de acordo com as características e riscos atuais das atividades da Companhia.

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da política adotada.

A execução dos mecanismos de mitigação de riscos é de responsabilidade das áreas de negócios

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

mencionadas no item “iii” acima, observando políticas e normas internas. A área de controles internos e auditoria interna efetuam o acompanhamento dos controles e realizam testes para verificar a aderência das ações para mitigação de riscos. Ademais, os auditores independentes da Companhia realizam testes para verificar a efetividade dos controles internos. A Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da sua política de gestão de riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. Se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

A Companhia não possui uma política formalizada para o gerenciamento dos riscos de mercado, contudo, a Diretoria Financeira da Companhia mantém iniciativas e processos estabelecidos para controlar, monitorar e mitigar tais riscos, conforme descrição no item "iv" a abaixo.

A Companhia entende que os principais riscos aos quais está exposta são tratados nas práticas e objetivos específicos desenvolvidos pela Diretoria Financeira da Companhia e está constantemente os monitorando. A Companhia estuda a formalização, no futuro, de política consolidada de gerenciamento de riscos.

A Companhia possui uma política de riscos aprovada que inclui os riscos de Mercado. A Companhia está em processo de formalização dos instrumentos e práticas que utiliza para gerenciar e mitigar os principais riscos de mercado as quais está exposta.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Apesar de não possuir uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, atualmente, a Companhia, sob orientação da Diretoria Financeira, busca proteção para os riscos cambiais, riscos relacionados às *commodities* utilizadas pela Companhia, bem como eventuais oscilações da inflação e de taxas de juros, crédito e liquidez.

Para mais informações acerca de tais riscos, vide seção 4.2 deste Formulário de Referência.

ii. Estratégias de proteção patrimonial (hedge)

No que concerne aos riscos de mercado, a Companhia destaca que utiliza as seguintes estratégias de proteção patrimonial:

Riscos cambiais

A Companhia ressalta que está submetida à dois tipos de exposição à taxa de câmbio, quais sejam: (i) exposição de resultado operacional; e (ii) exposição de balanço contábil. Conforme exposto no item 4.2 deste Formulário de Referencia, a Companhia utiliza as estratégias abaixo para se proteger dos riscos cambiais:

Exposição de Resultado Operacional

Para quaisquer transações que requeiram a necessidade de fechamento de câmbio, seja na importação ou exportação, a Companhia adota a prática de realizar o fechamento do câmbio *spot*, na data da transação ou a contratação de derivativo, conforme aplicável, com o propósito de proteger suas operações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos diariamente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos Financeiros - Derivativos", no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado são lançados diretamente na demonstração de resultados.

Exposição de Balanço Contábil

A gestão de riscos relacionados à exposição da Companhia a diferentes moedas faz parte do seu contexto operacional. A Companhia tem por prática evitar a exposição à moeda em suas respectivas operações, buscando fontes de financiamento denominadas nas moedas funcionais de suas respectivas operações a fim de mitigar a exposição à variação das respectivas taxas de câmbio.

Risco de preços de *commodities*

Os principais insumos utilizados no processo produtivo da Companhia e suas controladas são *commodities* agrícolas, cujos preços sofrem flutuações em função das políticas públicas de fomento agrícola, sazonalidade de safras e efeitos climáticos, o que pode acarretar perda em decorrência da flutuação de preços no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia se posiciona de forma diferenciada na cadeia de valor, evitando as atividades produtivas e monitorando permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. A Companhia, historicamente, tem obtido resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco.

Risco de Crédito

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas ao risco de crédito da contraparte em suas operações de aplicações financeiras, contas a receber e adiantamento a fornecedores. As políticas de vendas da Companhia e suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por seus administradores e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes e fornecedores, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco). A Companhia e suas controladas têm obtido, historicamente, resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco. As aplicações são sempre mantidas nos bancos listados como os 10 maiores do país. A Companhia e suas controladas não possuíam, no exercício findo em 28 de fevereiro de 2019, clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

Risco de liquidez

A Companhia controla e monitora diariamente as suas exposições e limites, estabelecidos pelas diretrizes de exposição e por documentos internos estratégicos. A Companhia e suas controladas têm políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar, além de manter saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. Adicionalmente, a Companhia identifica periodicamente mecanismo e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar sua liquidez.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. Adicionalmente, a Companhia possui como política a manutenção de caixa mínimo, visando a mitigar eventuais riscos relacionados à liquidez.

A Companhia e suas controladas têm obtido, historicamente, resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco.

Riscos de taxa de juros

Embora as diretrizes da Companhia não restrinjam sua exposição às diferentes taxas de juros e tampouco estabeleçam limites entre taxas pré ou pós-fixadas, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando a avaliar eventuais descasamentos entre ativos e passivos. Atualmente, a Companhia possui passivos em moeda local, ou em dólar americano no caso do Uruguai, em linha com a exposição cambial no respectivo mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI ou assemelhados em cada um de seus respectivos mercados. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco.

Risco de inflação

Não há uma estratégia específica para esse risco que seja adotada pela Companhia. Apesar disso, a Companhia tem como prática de gestão a análise e o monitoramento constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira ou os resultados de suas operações de forma adversa. A Companhia monitora constantemente, por meio do acompanhamento dos principais indicadores de desempenho operacionais e financeiros, as mudanças no cenário econômico, político e setorial nos países nos quais opera que possam influenciar suas atividades.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia está em processo de formalização dos instrumentos e práticas que utiliza para gerenciar e mitigar o risco cambial e outras medidas para proteção patrimonial. Atualmente a Companhia utiliza as práticas descritas no item ii acima.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Atualmente a Companhia utiliza as práticas descritas no item ii acima.

v. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente, hedge financeiro para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Estas operações tão somente são utilizadas para proteger as oscilações de preços de mercado, sem qualquer caráter especulativo. Atualmente a Companhia utiliza as práticas descritas no item ii acima.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Companhia destaca que não operou com *hedge accounting* durante os exercícios findos em 28 de fevereiro de 2019 e 2018.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estratégia para gestão dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta, é estabelecida pela Diretoria Financeira, contando com a sua estrutura para execução dos controles estabelecidos. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia supervisiona e gerencia os riscos de forma geral.

A Companhia possui as áreas de controles internos, gestão de riscos e auditoria interna, que realiza avaliações e monitoramento dos controles internos desenvolvidos por cada área de forma independente. O resultado das referidas avaliações é apresentado aos gestores de cada área, os quais possuem responsabilidade e dever de correção das deficiências e envio de repostas para acompanhamento pela Diretoria da Companhia.

A estrutura integrada para gerenciamento de riscos adotada pela Companhia é tal como descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os riscos são monitorados de forma contínua pelos administradores da Companhia. Ajustes e eventuais adaptações aos procedimentos de controles internos são realizados à medida que são considerados necessários.

Apesar de não possuir uma política formalizada para gerenciamento dos riscos de mercado, a Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles é adequada para identificação e mitigação desses riscos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). O exercício social da Companhia e suas controladas termina em 28 de fevereiro de cada ano, a fim de alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o ciclo de colheita da safra de arroz, principal produto da Companhia.

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração da Companhia possui uma área de controles internos e auditoria interna, que realiza uma avaliação e controle interno de divulgação das informações financeiras, para garantir de forma razoável a confiabilidade dos relatórios financeiros e a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

A Companhia está em processo de formalização dos principais indicadores ("KPIs") que serão monitorados pela área de Controles internos. Atualmente a área de Controles Internos utilizar as informações gerenciais das áreas de vendas e industrial como ponto de partida para análise acerca dos controles e eficiência operacional.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre a divulgação das informações financeiras podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou porque o nível de cumprimento das políticas ou procedimentos pode ser alterado.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

O Conselho de Administração da Companhia é o órgão responsável pela aprovação das demonstrações financeiras. O Conselho de Administração conta com o apoio da sua área de controles internos e auditoria interna para supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, além do acompanhamento dos riscos não financeiros ou contábeis, incluindo riscos operacionais e outros, por meio da gestão integrada de risco.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria, na qualidade de órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como competência "avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações financeiras trimestrais, das demonstrações intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração", nos termos de seu regimento interno.

Não obstante, conforme disposto no artigo 26, ix, do Estatuto Social da Companhia, competirá ao Diretor Financeiro, dentre as suas funções, coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Por fim, caberá ao Conselho Fiscal, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Companhia, quando instalado, analisar, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras da Companhia. Vide descrição item 5.3a.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A área de controles internos e auditoria interna, subordinada à Diretoria de Finanças, apoia as demais áreas da Companhia na identificação, avaliação, comunicação e tratamento dos riscos através da implementação, monitoramento e testes de controles que mitigam estes riscos. O resultado deste trabalho é reportado aos diretores da Companhia para ciência e providências sobre os riscos e controles. No Estatuto Social da Companhia estão previstos o Comitê de Auditoria e o Comitê de Finanças que assessoram o Conselho de Administração no monitoramento das práticas de controle adotadas pela Companhia.

Vide descrição item 5.3a.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 28 de fevereiro de 2019, emitiram carta de recomendações e não identificaram deficiências significativas, conforme classificação prevista nas normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Desse modo, a Companhia ressalta que, apesar dos auditores independentes não terem reportado qualquer deficiência significativa, todas as melhorias de controles recomendadas são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item 5.3 (d) acima, os auditores independentes da Companhia não identificaram deficiências significativas nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras do exercício social findo em 28 de fevereiro de 2019. Foram detectadas necessidades de melhorias não relevantes nos controles internos, as quais estão sendo tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. Se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui um Código de Ética que reúne os princípios e valores que devem orientar os comportamentos e as atitudes de todos os envolvidos na condução de nossos negócios, aplicável a todos os colaboradores, terceiros, acionistas e membros do Conselho de Administração da Companhia e/ou de suas subsidiárias.

Desse modo, por meio do Código de Ética, a Companhia espera que os seus colaboradores, terceiros, acionistas e membros do Conselho de Administração da Companhia e/ou de suas subsidiárias, atuem com responsabilidade, reforçando questões jurídicas relevantes e condutas éticas indispensáveis para o crescimento sustentável de toda a empresa.

Conforme descrição inserida no item 5.1 (iii) a a Companhia conta com um Comitê de Ética, estruturado em 2015, em caráter permanente e não estatutário ("Comitê de Ética"), cuja atribuição é analisar e tratar os reportes recebidos através do Canal de Ética que tenham sido identificados como potenciais violações ao Código de Ética. O Comitê de Ética é composto por dois diretores estatutários, Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e um diretor não estatutário, Diretor de Desenvolvimento Humano e Organizacional.
Ainda conforme a descrição inserida no item 5.1 (iii) a Companhia possui um canal de denúncias e averiguações, chamado Canal de Ética, disponibilizado a seus colaboradores, prestadores de serviços, clientes e quaisquer outras partes interessadas, como instrumento para receber denúncias em geral, incluindo condutas contrárias às previsões do Código de Ética da Companhia. O Canal de Ética é um meio de comunicação independente, está a cargo de terceiros, gratuito e confidencial, que pode ser acessado via telefone, site ou e-mail de forma anônima e procura estimular ainda mais o diálogo aberto e a transparência nas relações com a Companhia, com o mercado e com a sociedade.
Em Junho de 2019 a Companhia contratou a empresa ICTS GLOBAL DO BRASIL para o recebimento e tratamento inicial de relatos e informações sobre atos que estejam em desacordo com as políticas e a cultura organizacional da Companhia, de forma isenta, confidencial, profissional e independente, com a finalidade de minimizar os riscos à informação, ativos, operação, resultados, imagem, funcionários e "stakeholders". O contrato tem vigência de 1 (um) ano podendo ser renovado caso haja interesse da Companhia.

De 2015 até julho de 2019, foram recebidas 59 denúncias por meio do Canal de Ética, sendo que 81% das denúncias foram atendidas., e as demais foram registradas recentemente e estão em análise.

A Diretoria Jurídica auxilia a Companhia no que diz respeito ao monitoramento das iniciativas de Integridade e Conformidade, assegurando que as práticas da Companhia estão em

5.4 - Programa de Integridade

conformidade com os estatutos internos da empresa e a legislação que rege suas atividades. Garantindo assim, que sejam obedecidas às leis trabalhistas, às regras regulatórias estabelecidas pelo setor, às práticas comerciais acordadas pelo mercado, às leis que norteiam o Direito do Consumidor, assim como as demais regras internas e externas que a Companhia deve atender.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia atualmente possui: (i) Departamento de Auditoria Interna, responsável pela auditoria dos processos internos, incluindo os relevantes para o programa de integridade existente, reportando-se ao Comitê de Auditoria; (ii) Departamento de Controles Internos, responsável pelo gerenciamento e monitoramento dos documentos normativos da Companhia; (iii) Comitê de Auditoria sendo um órgão de apoio ao Conselho de Administração; (iv) Comitê de Ética, responsável por revisar e propor atualizações ao Código de Ética sempre que necessário, acompanhar o andamento das apurações e investigações do Canal de Ética, recomendar a criação ou a atualização dos normativos internos e políticas, em decorrência das atualizações do Código de Ética e das decisões do Comitê; (v) um Canal de Ética que pode ser contatado via telefone (0800), site ou e-mail, difundidos interna e externamente, dando a possibilidade de anonimato e conduzindo o tratamento de relatos de forma a proteger os denunciantes de boa fé, bem como as informações e demais envolvidos; (vi) um Código de Ética que expressa as expectativas da Companhia em relação às condutas de todos os colaboradores e prestadores de serviço; e (vii) um termo de compromisso, assinado por todos os colaboradores, previsto no Código de Ética

iii. Se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética que da Comanhia é aplicável a todos os colaboradores, terceiros, acionistas e membros do Conselho de Administração da Companhia e/ou de suas subsidiárias.

- **Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

No momento da contratação, os novos colaboradores assinam o Termo de Compromisso com as orientações do Código de Ética.

Não obstante, a Companhia ressalta que, oferece anualmente aos seus colaboradores treinamentos focados no conteúdo de seu Código de Ética, com o objetivo de reforçar conceitos, demonstrar quais são as condutas esperadas e trazer conscientização sobre as políticas e práticas internas.

5.4 - Programa de Integridade

• **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Conforme disposto no Código de Ética da Companhia, eventuais atos de desvio de conduta poderão implicar na aplicação de medidas disciplinares, que incluem o término da relação de trabalho, sem prejuízo das responsabilizações legais cabíveis.Todavia, a Companhia destaca que seu Código de Ética não esgota todas as possíveis questões éticas relacionadas ao trabalho e, por isso, não a restringe na aplicação de medidas disciplinares, que serão sempre orientadas pelo bom senso e legislação aplicável. As violações e desvios de conduta são objeto de análise e avaliação pelo Comitê de Etica, onde são direcionadas as medidas cabívei a cada caso.

• **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de dezembro de 2015. O documento pode ser consultado no site da CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores da Companhia(http://ri.camilalimentos.com.br/governanca-corporativa/politicas-e-codigos/).

b. Se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

• **Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

• **Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

• **Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

• **Órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia disponibiliza a todos os seus colaboradores, prestadores de serviço, acionistas e membros do Conselho de Administração e/ou de suas subsidiárias, um canal de denúncias, denominado Canal de Ética, por meio do qual é possível reportar e relatar situações de qualquer natureza relacionadas possíveis infrações ou desconformidades com a legislação, o Código de Ética ou os valores da Companhia.

O canal de denúncias é operado pela ICTS GLOBAL DO BRASIL LTDA, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.399.167/0001-89, uma empresa independente e imparcial, especializada na operação de canais dessa natureza, acessível 24h por dia, sete dias por semana, tanto por telefone (0800 770 2530), quanto pela internet https://canalconfidencial.com.br/camilalimentos ou através do e-mail canal.etica@camil.com.br. Todos os relatos, denúncias ou comunicações formuladas ao canal são tratados pela ICTS GLOBAL DO BRASIL LTDA com sigilo e confidencialidade, sendo assegurado aos denunciantes e responsáveis pelos relatos ou comunicações total anonimato.

Todas as denúncias e comunicações encaminhadas via canal de denúncias são analisadas e tratadas, ficando a sua apuração a cargo da árera de Auditoria Interna e do Comitê de Ética da Companhia, composto por dois diretores estatutários, pelo Diretor Presidente, Diretor Financeiro

5.4 - Programa de Integridade

e de Relações com Investidores, e um diretor não estatutário, além do Diretor de Desenvolvimento Humano e Organizacional.

De 2015 até julho de 2019, o canal de denúncias da Companhia recebeu 59 denúncias, sendo que 81% das denúncias já haviam sido respondidas até julho de 2019, e o restante permanece em análise.

c. Se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Durante as tratativas que envolvem possíveis operações de fusão, aquisição ou reestruturação societária, a Companhia usualmente contrata assessores independentes com reconhecida qualidade técnica e alta reputação de mercado com vistas a obter uma visão global ou pontual, conforme o escopo e a natureza da operação, sobre os aspectos jurídicos, fiscais, financeiros, societários, trabalhistas, e também sobre práticas adotadas pela sociedade em questão. Referidos processos de due diligence são importantes mecanismos de mapeamento e mitigação de eventuais riscos relacionados ou decorrentes de possíveis práticas irregularidades perpetradas pelas partes envolvidas na operação com a Companhia.

d. Caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que, conforme descrito acima, a Companhia possi regras, procedimentos e práticas que favorecem a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a tais riscos.

Em relação ao último exercício social, a Companhia destaca que não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia ressalta que tem aperfeiçoado o processo e metodologia para monitoramento de riscos, conforme diretrizes observadas em sua Política de Riscos.
A companhia está em processo de formalização dos principais *KRIs (Key risk indicators)* para as suas acompanhamento das suas operações e estes serão os principais mecanismos de medição dos riscos da companhia.

Com a implementação da Política de Riscos da Companhia, aprovada em 10 de janeiro de 2019 pelo Conselho de Administração, e por meio da evolução das discussões dos temas referentes à Integridade e Conformidade, do mapeamento dos processos e da atualização das políticas e procedimentos para orientação das atividades sob a coordenação de Controles Internos, a Companhia acredita que as práticas de gerenciamento adotadas por ela, são satisfatórias para promover a manutenção da exposição aos seus riscos.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 5 deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	09/11/1990
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	26/09/2017

6.3 - Breve Histórico

6.3. Breve histórico da Companhia

A Companhia iniciou suas atividades no ano de 1963, no Rio Grande do Sul, época em que se deu a migração do cultivo de arroz do centro-oeste para o sul do Brasil, devido à sua maior produtividade nesta região. Na década de 70, a Companhia expandiu suas atividades para o Estado de São Paulo. Já na década de 80, a Companhia começou a empacotar e comercializar arroz sob a marca Camil, abrindo o seu primeiro centro de distribuição em São Paulo. A década de 90 foi marcada pela (i) expansão comercial da Companhia com a entrada em novos mercados, como o feijão; (ii) transferência da sede do Rio Grande do Sul para São Paulo; e (iii) admissão de um fundo de *private equity* norte-americano no capital da Companhia (TCW).

A Companhia possui um sólido histórico de aquisições, iniciado a partir de 2001 com a aquisição das marcas Pai João e Príncipe, líderes no Ceará e Rio de Janeiro, respectivamente, e aquisições de unidades industriais localizadas em Recife, Camaquã e próximo ao Rio Grande, além de Centros de Distribuição nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. A partir do ano 2000, a estratégia da Companhia passou a ser de expansão via aquisições, em adição ao crescimento orgânico da Companhia com a assunção do controle da Companhia pela família Quartiero. Além disso, a Companhia adquiriu:

(i) a S.A. Molinos Arroceros Nacionales no Uruguai ("Saman"), em 2007;
(ii) a Tucapel S.A., no Chile, em 2009;
(iii) a BB Mendes, no Maranhão, em 2010;
(iv) a Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A. (detentora das marcas "Pescador" e "Alcyon") em 2011;
(v) a Canadá Participações Ltda. (detentora da marca Coqueiro), no Brasil, em 2011;
(vi) a Costeño Alimentos S.A.C, no Peru, em 2011;
(vii) a Docelar Alimentos e Bebidas S.A. (detentora das marcas "União" e "Da Barra"), no Brasil, em 2013;
(viii) a Ormus (detentora da marca "Hoja Redonda"), no Peru, em 2012 (a aquisição foi realizada pela Costeño, subsidiária da Companhia) em 2013;
(ix) a Carreteiro Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., no Brasil, em 2013;
(x) La Loma Alimentos S.A., na Argentina, em 2013 (vendida em 2018);
(xi) Envasadora Arequipa S.A.C (detentora da marca "Arroz del Sur") (a aquisição foi realizada pela Costeño, subsidiária da Companhia), no Peru, em 2013;
(xii) a Romero Trading S.A. (detentora da marca "Paisana"), no Peru, em 2014;
(xiii) a SLC Alimentos Ltda. (detentora da marca "Namorado" entre outras de grãos), no Brasil, em 2018.

A estratégia de diversificação internacional começou, em 2007, por meio da aquisição da Saman no Uruguai, líder de mercado e maior exportador de arroz uruguaio, seguida da aquisição da Tucapel no Chile em 2009, atualmente a marca líder de vendas e *share of mind*. Em 2011, adquirimos a Costeño no Peru e em 2014, a marca Paisana, respectivamente primeira e segunda maiores marcas de arroz empacotado no país, consolidando a liderança nesta categoria.

Em 2012, a Companhia iniciou uma estratégia de diversificação de portfólio no Brasil com a entrada no mercado de pescados enlatados (sardinha e atum), por meio da compra das sociedades detentoras das marcas Coqueiro e Pescador. Já no mercado de açúcar, a diversificação foi realizada por meio da compra da empresa detentora da marca União, viabilizada pela injeção de capital com a entrada do fundo de investimento de *private equity* da Gávea Investimentos.

6.3 - Breve Histórico

Em 2016, um fundo gerido pela Warburg Pincus, um dos maiores gestores de *private equity* dos Estados Unidos, adquiriu a participação societária detida pelo Gávea Investimentos na Companhia. Atualmente, o veículo do Warburg Pincus possui 8,63% do capital social da Companhia.

Dando continuidade ao crescimento e expansão, a Camil realizou sua abertura de capital na B3 em setembro de 2017 no Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3 sob o *ticker* CAML3.

Em 2018, a Companhia realizou a aquisição da SLC Alimentos, detentora da marca Namorado, aquisição alinhada com os objetivos estratégicos de expansão da Companhia e um passo importante para a consolidação do mercado brasileiro de grãos.

Atualmente, o portfólio diversificado de marcas tradicionais, consolidadas e com reconhecimento pelos consumidores, permite a ocupação de posições de liderança nos mercados de atuação da Camil. Lideramos *rankings* e possuímos participações relevantes nos mercados de arroz do Brasil, Uruguai, Chile e Peru, além de expressivas participações no mercado de açúcar e pescados enlatados no Brasil. Seguimos focados no crescimento pautado pela combinação de crescimento e consolidação de mercado e expansão para novas categorias e geografias.

Histórico de Private Equity

1998 – entrada da Texas Company of the West (TCW) (aquisição da participação da Cooperativa de 50%)

2006 – saída TCW (aquisição de participação através de alavancagem Camil)

2011 – entrada do Gávea (aquisição de 31,75% de participação)

2016 – saída do Gávea (aquisição da participação da Gávea pela Warburg Pincus – mesmo *Portfolio Manager*)

2016 – entrada da Warburg Pincus

2017 – saída parcial da Warburg Pincus (venda de participação de 23% no IPO)

Aquisições da Camil

2001 – Aquisição da SAMAN Brasil em Pernambuco
2002 – Planta de Camaquã (Brasil)
2005 – Expansão Norte e Nordeste no Brasil
2007 – Saman (Uruguai)
2009 – Tucapel (Chile)
2011 – Pescador e Coqueiro (Pescados – Brasil)
2011 – Costeño (Peru)
2012 - BB Mendes (Brasil)
2012 – União e Da Barra (Açúcar - Brasil)
2013 – Carreteiro (Brasil)
2013 – La Loma (Argentina) – vendido em 2018
2018 – SLC Alimentos (Brasil)

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não sofreu nenhum pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações consideradas relevantes para este item 6 do Formulário de Referência foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Companhia é uma sociedade por ações, que tem por objeto: (i) industrialização, processamento, comercialização, importação e exportação (inclusive por conta de terceiros e/ou em comissão e/ou em consignação) de alimentos em geral e quaisquer produtos correlatos (inclusive seus respectivos resíduos), sejam eles de produção própria ou de terceiros, incluindo, mas não se limitando a arroz, feijão, café, soja, milho, cereais, óleos vegetais, açúcar, adoçantes, peixes, outros organismos ou produtos aquáticos, produtos alimentícios derivados de trigo, ração animal, molhos, extratos, temperos; (ii) beneficiamento, rebeneficiamento e empacotamento dos produtos relacionados no item "i" acima; (iii) secagem e armazenagem dos produtos relacionados no item "i" acima; (iv) execução da classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico para si ou para terceiros; (v) produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes de cogeração de energia elétrica a terceiros; (vi) industrialização de tampos e canecos; (vii) fabricação e comercialização de gelo; (viii) a importação, exportação, manipulação, comercialização, industrialização, guarda, de fertilizantes e demais insumos agrícolas; (ix) participação em outras sociedades, comerciais, civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; (x) administração, por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral; (xi) a prestação de serviços técnicos relativos às atividades antes mencionadas; e (xii) quaisquer outras atividades correlatas. Atualmente, a Companhia atua no Brasil, Uruguai, Chile, Peru e Argentina.

Com mais de 50 anos de história, a Companhia é uma das maiores empresas de bens de consumo no setor de alimentos no Brasil e, potencialmente, da América do Sul[1], detendo posição de liderança nos segmentos e países em que atua, conforme informações abaixo. Suas atividades incluem a industrialização, comercialização e distribuição de grãos (principalmente, arroz e feijão), açúcar e pescados enlatados (sardinha e atum, incluindo molhos e patês) através de marcas com forte reconhecimento e líderes em participação de mercado no Brasil, Uruguai, Chile e Peru, conforme demonstrado abaixo.

Seu portfólio diversificado de marcas tradicionais, consolidadas e com amplo reconhecimento pelos consumidores permite que a Companhia ocupe uma posição de liderança em todos os mercados de atuação. A Companhia possui participações relevantes nos mercados de arroz do Brasil, Uruguai, Chile e Peru, além de expressivas participações no mercado de açúcar e pescados enlatados no Brasil. A tabela abaixo apresenta informações sobre o *market share* e *Top of Mind* de seus principais produtos e países:

Produto	Marcas	Participação no mercado[1]	*Top of Mind* [2]
Brasil			
Arroz	Camil	7,1% (32,1% em São Paulo[3])	60%
Açúcar	União Da barra	33,0%	84%
Pescados Enlatados	Coqueiro	40,1% (em sardinhas)	47% (em sardinha)

[1] Fontes: Brasil: Nielsen Retail Index abril/maio 2018 (açúcar fevereiro/março 2018); Uruguai: Cosecha Comision Sectorial del Arroz 2016/17; Chile: Nielsen Scantrack, junho 2017 a maio 2018; Peru: Kantar World Panel Q1 (31 março 2018)
[2] Fontes: Top of Mind Camil, União e Coqueiro *Ipsos Nov 2016 e 2017*. Fonte América Latina: *IPSOS; Mercado y Opinion; CADEM*
[3] Considerando a região metropolitana de São Paulo.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

	Pescador	21,5% (em atum)	37% (em atum)
Uruguai			
Arroz	Saman	42%	n/a
Chile			
Arroz	Tucapel Banquete	33,1%	50%
Peru			
Arroz	Costeño Paisana Hoja Redonda	44,4%	72%

Fonte: Nielsen

A Companhia possui 29 (vinte e nove) unidades de processamento e 18 (dezoito) centros de distribuição na América do Sul. Tem 14 (quatorze) unidades industriais no Brasil que atendem os segmentos de grãos, açúcar e processamento de pescados. Fora do Brasil, possui 8 (oito) plantas para beneficiamento de grãos no Uruguai, 3 (três) no Chile, 3 (três) no Peru e 1 (uma) na Argentina. Sua capacidade de produção anual é de 1.780 mil toneladas de grãos, 727 mil toneladas de açúcar e 63 mil toneladas de pescado. No Brasil, atende mais de 19.000 pontos de venda de forma direta e 285.000 pontos de venda de forma indireta através de sua força de vendas e distribuição. Adicionalmente, exporta seus produtos para mais de 50 países.

Brasil

A Companhia possui 8 (oito) fábricas de processamento de arroz e uma fábrica de alimentos processados distribuídas pelo território nacional brasileiro, com capacidade total de produção mensal de 77.000 toneladas de arroz e de 8.990 toneladas dos demais grãos, o que lhe confere uma grande capacidade competitiva.

A grande escala da Companhia no Brasil permitiu, ademais, a implementação de uma estratégia de diversificação que começou, em 2011, com a aquisição da marca “Pescador” e “Alcyon”, além da marca “Coqueiro”. Pioneira na comercialização de pescados enlatados no Brasil, a sociedade detentora da marca Coqueiro está em atividade desde 1937. A estratégia de diversificação da Companhia continuou sendo implementada por meio da aquisição das marcas “Pescador” e “Alcyon” da Femepe Indústria e Comércio de Pescados S.A. para atuação nesse mesmo segmento de pescados enlatados no exterior. Dentre os produtos comercializados com as marcas “Coqueiro” e “Pescador”, destacam-se o atum e a sardinha enlatados. Possui 2 (duas) plantas de processamento de pescado, com capacidade total de produção de 5.200 toneladas de pescado por mês.

A aquisição da marca “União” em 2012, líder no segmento de açúcar refinado, segundo o relatório *Nielsen / Retail Index*, consultado em janeiro de 2017 com mais de 100 anos de atuação no Brasil, trouxe à Companhia mais escala e força nacional. Conforme divulgado pela revista “Istoé” (publicação datada de 2 de maio de 2012 e atualizada em 19 de dezembro de 2016), a “União” é a marca de açúcar refinado mais valiosa do país. Atualmente, considerando todas as marcas detidas pela Camil no setor, a Companhia possui 33,0% do mercado de açúcar refinado e 12,0% do mercado total de açúcar em fevereiro/março 2018, segundo Nielsen Retail Index. Produzindo

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

cerca de 46.000 toneladas por mês em 4 (quatro) fábricas de empacotamento no Brasil. O fornecimento de açúcar é feito por meio de um contrato de fornecimento de longo prazo com volumes e preços de mercado pré-acordados com fornecedor estratégico.

Outros países

Por meio da S.A. Molinos Arroceros Nacionales no Uruguai ("Saman"), líder uruguaia em exportação de arroz, a Companhia é líder no mercado uruguaio com venda de aproximadamente 594.000 toneladas de arroz por ano, sendo o maior exportador de arroz uruguaio, segundo o Relatório Anual da Safra de 2016/2017, divulgado pela Comissão do setor de arroz, com 42% da produção nacional. Adicionalmente, a Companhia possui 8 (oito) plantas industriais e um centro de distribuição no Uruguai e 1 (uma) planta industrial na Argentina.

No Chile a Companhia atua por meio da Tucapel S.A., adquirida pela Companhia em 2009. Atualmente, a marca é líder no Chile no volume de vendas de arroz (33,1% e 39,6% de participação de mercado em volume e valor, respectivamente – junho 2017 a maio 2018), bem como no *share of mind* (indica a frequência e profundidade com que determinado produto é lembrado pelos consumidores) entre os participantes do mercado, segundo a "*Cadem Research Insight Innovation*", divulgada em dezembro de 2016. A produção da marca Tucapel é totalmente voltada para o atendimento do mercado chileno, com as marcas Tucapel e Banquete, sendo que, atualmente, possui 5 (cinco) centros de distribuição estrategicamente localizados no país e conta com 3 (três) plantas industriais nas cidades de Santiago, Retiro e San Carlos.

Já no Peru, a Companhia está presente com a Costeño Alimentos S.A.C ("Costeño"), fundada em 1996 e adquirida pela Camil em 2011. Atualmente, a Costeño possui 2 (dois) centros de distribuição e 3 (três) plantas industriais, sendo uma em Lima, uma em Arequipa e uma em Piura. Em 2014, a Companhia adquiriu a marca Paisana, segunda maior marca de arroz empacotado do Peru, conforme informações do relatório da "*Kantar WorldPanel"* em março 2018, consolidando, assim, a liderança do mercado de arroz empacotado com 44,4% de participação de mercado, nos termos do mesmo relatório.

Na Argentina a Companhia possui uma planta para beneficiamento de arroz localizada na cidade de Los Charrúas, província de Entre Rios.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A. Indicar, caso a Companhia seja sociedade de economia mista:

a. Interesse público que justificou sua criação

Não aplicável.

b. Atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável.

c. Processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações

a. produtos e serviços comercializados

Nos últimos 3 exercícios sociais, a principal atividade realizada pela Companhia foi e continua sendo o beneficiamento, distribuição e comercialização de arroz, feijão, açúcar e pescados enlatados. Adicionalmente, a Companhia também beneficia, distribui e comercializa outros grãos, como, ervilha, grão de bico, lentilha, soja, canjica amarela e branca, milho de pipoca e proteína de soja, sendo que alguns desses são alimentos processados produzidos com a tecnologia Tetra-Recart.

Além dos grãos e pescados, em menor escala, a Companhia também gera energia elétrica a partir da casca do arroz, bem como comercializa óleo de arroz, azeites e presta serviços de irrigação, armazenamento e secagem de grãos.

A Companhia e suas controladas conduzem suas operações em dois segmentos: (i) Alimentício Brasil: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Brasil, nas linhas de produtos de grãos, pescados e açúcar; e (ii) Alimentício Internacional: Compreende as operações realizadas pelas unidades estabelecidas no Uruguai, Chile e Peru, nas linhas de produtos de grãos, pescados e açúcar.

I – Alimentícios Brasil

Grãos

Arroz

A Companhia possui 10 fábricas de processamento de grãos, incluindo arroz, distribuídas pelo território nacional com capacidade total de produção de 78.000 toneladas de arroz por mês. A Companhia beneficia uma variedade de diferentes tipos de arroz para atrair maior número de consumidores. Além disso, possui uma relação de longo prazo com os fornecedores de arroz e faz compras diárias a preço de mercado, alocando aos produtores os riscos de preços das commodities ao longo do ano. As principais marcas de arroz da Companhia, em termos de volume, incluem *Camil, Pop, Príncipe, Carreteiro* e *Tche.*

Feijão

Em relação à produção de feijão, a Companhia vende aproximadamente 7.000 toneladas de feijão por mês. O ciclo do feijão é de 85 a 95 dias e há três safras de feijão por ano, que são colhidas em março, agosto e novembro. As margens do feijão são, geralmente, maiores do que as do arroz e os aumentos no preço do feijão, historicamente, não alteraram significativamente o volume de grãos vendidos. A principal marca de feijão da Companhia é a marca *Camil*.

Outros Grãos

Em relação aos demais grãos comercializados pela Companhia, estes podem ser divididos nas seguintes categorias, grãos especiais, biscoito de arroz, prontos e proteína de soja. Os grãos especiais são compostos por ervilha, grãos de bico, lentilha, milho, soja e canjica. Esses produtos,

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

apesar de possuírem uma margem muito positiva, não possuem representatividade na receita, devido à volatilidade de fornecimento desses insumos. O biscoito de arroz é o produto com maior crescimento em receita na Companhia, sendo produzido em uma planta (em Camaquã). No final da safra 17/18, a Companhia aumentou sua capacidade produtiva devido à grande demanda do produto. A principal marca de grãos da Companhia é a marca *Camil*.

A linha de prontos são os alimentos processados produzidos com a tecnologia Tetra-Recart. Atualmente, eles são divididos em produtos de conveniência e conserva. Dentre os alimentos de conveniência a Companhia produz 5 tipos de feijões (Carioca, Preto, Branco e Fradinho).

A linha de proteína de soja é apenas comercializada e distribuída pela marca Camil. A Companhia possui um parceiro estratégico e não atua na etapa de produção.

Açúcar

Atualmente, a Companhia comercializa cerca de 46.000 toneladas por mês em 4 fábricas de empacotamento localizadas no Brasil. O fornecimento de açúcar é feito por meio de um contrato de fornecimento de longo prazo com volumes e preços de mercado pré-acordados com fornecedor estratégico. Além da marca "União", a Companhia detém também as marcas "Da Barra", "Duçula", "Neve" e "Dolce". A marca União está presente também nos segmentos de açúcar orgânico, demerara, adoçante de sucralose, açúcar especial para culinária, entre outros. A partir de julho, a Companhia deu início à produção de empacotamento de açúcar em uma planta em Barra Bonita (SP).

Pescado

A Companhia possui uma fábrica de peixes enlatados localizada estrategicamente no principal ponto de pesca do Brasil (Navegantes, em Santa Catarina), que possui capacidade de processamento de 4.800 toneladas de sardinha e, aproximadamente, 400 toneladas de atum por mês. Adicionalmente, a Companhia produz molhos e patês derivados do atum e sardinha para comercialização. O suprimento de pescados para venda no mercado local é feito por uma base fragmentada de fornecedores e completada por importações ocasionais. A principal marca de pescado da Companhia é a marca *Coqueiro*.

II – Alimentícios Internacional

Uruguai

A atuação da Companhia no Uruguai ocorre por meio da Saman S.A. Molinos Arroceros Nacionales ("Saman"), a qual possui 8 plantas industriais para produção do arroz. Além do arroz, a Saman também comercializa biscoitos de arroz, doces e salgados, tendo em seu portfólio óleo vegetal e subprodutos como o farelo de arroz e arroz quebrado. A Companhia produz aproximadamente 457 mil toneladas[1] de arroz no país por ano.

Chile

A atuação da Companhia no Chile ocorre por meio da Empresas Tucapel S.A. ("Tucapel"), a qual tem sua produção totalmente voltada para o atendimento do mercado chileno, com as marcas

[1] Volume de vendas anual do exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2019.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Tucapel e Banquete, possuindo 5 centros de distribuição estrategicamente localizados no país e contando com 3 plantas industriais nas cidades de Santiago, Retiro e San Carlos. A Tucapel trabalha com diferentes tipos de produtos além do carro chefe, o arroz. Entre eles, legumes (feijão, ervilha, grão de bico e lentilha), risotos semi-preparados, farinha de arroz, receitas de arroz pré-prontos, além de azeite de oliva, quinoa e biscoitos de arroz. A Companhia produz aproximadamente 79,4 mil toneladas[2] de arroz no país por ano.

Peru

No Peru, a Companhia está presente com a Costeño Alimentos S.A.C. ("Costeño"), a qual possui 3 plantas industriais localizadas em Lima, Arequipa e Piura. A Costeño comercializa diversos produtos, os principais são o arroz branco e especiais, tendo em seu portfólio de vendas óleo vegetal, açúcar e diversos cereais como lentilha, quinoa, trigo, feijões e milho. A Companhia produz aproximadamente 83,6 mil toneladas[2] de arroz no país por ano.

Argentina

A atuação da Companhia na Argentina ocorreu por meio da La Loma Alimentos S.A. ("La Loma"), a qual foi alienada em 31 de agosto de 2018. A Companhia produzia aproximadamente 14,0 mil toneladas[3] de arroz no país por ano.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Em R$ milhares	Exercício social encerrado em					
	28 de fevereiro de 2019		28 de fevereiro de 2018		29 de fevereiro de 2017	
Segmento	Receita Líquida de vendas	% do total	Receita Líquida de vendas	% do total	Receita Líquida de vendas	% do total
Alimentício Brasil	3.346.321	70%	3.331.406	71%	3.683.270	74%
Alimentício Internacional	1.402.504	30%	1.331.534	29%	1.264.460	26%
Receita Líquida Total	**4.748.825**	**100%**	**4.662.940**	**100%**	**4.947.730**	**100%**

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Em R$ milhares	Exercício social encerrado em					
	28 de fevereiro de 2019		28 de fevereiro de 2018		29 de fevereiro de 2017	
Segmento	Lucro líquido	% do total	Lucro líquido	% do total	Lucro líquido	% do total
Alimentício Brasil	260.748	72%	173.506	69%	133.880	66%
Alimentício Internacional	101.639	28%	77.159	31%	67.651	34%
Lucro Líquido Total	**362.387**	**100%**	**250.665**	**100%**	**201.531**	**100%**

[2]Volume de vendas anual do exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2019.
[3]Volume de vendas anual do exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2018.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. Características do processo de produção

Grãos

Arroz

A Companhia não possui área de plantio e não atua como produtor primário. Em geral, os produtores não detêm infraestrutura para secagem, classificação e armazenamento do arroz e feijão produzido, de forma que a Companhia aproveita essa oportunidade para oferecer esses serviços por meio de suas unidades especialmente criadas para o recebimento, secagem e beneficiamento de arroz. Os produtos comercializados pela Companhia são adquiridos diretamente dos produtores, sendo armazenados tanto em plantas próprias como nos depósitos dos próprios produtores, e posteriormente, beneficiados, empacotados e revendidos ao consumidor final. . O beneficiamento do arroz em casca é realizado diretamente nas plantas da Companhia, seguindo as seguintes etapas:

Estágio	Processo
1. Limpeza	Remoção de impurezas.
2. Secagem	Secagem do produto recebido da lavoura (umidade alta).
3. Descascamento	Raspagem da casca excessiva do arroz limpo. Separação do arroz integral das cascas por meio de processo de ventilação e por um equipamento mecânico, levando o arroz integral puro para o beneficiamento.
4. Beneficiamento	Beneficiamento, ou branqueamento, do arroz integral a fim de remover a camada de farelo. Moderno *multi-break*, clareadores verticais usam abrasão e fricção para converter de forma suave e eficiente o arroz integral em grãos brancos. A camada de farelo é sugada por uma ventilação, que normalmente ocorre em dois ou três ciclos, dependendo do nível exigido de beneficiamento.
5. Polimento	Processo para alisar e dar brilho à superfície do grão de arroz, por meio de uma série de rolos.
6. Classificação	Separação do arroz beneficiado (que consiste numa mistura de diferentes tamanhos, incluindo grãos inteiros e arroz quebrado) por meio de seleção e de diversas técnicas para classificar os grãos.
7. Seleção eletrônica	Remoção de defeitos do arroz, como descoloração ou seleção, grãos amarelados, grãos verdes, gessados, sementes, arroz vermelho, impurezas.
8. Empacotamento/ estocagem	Empacotamento e armazenagem do arroz produzido de acordo com a sua classificação para preparar o arroz para ser entregue aos clientes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Feijão

Assim como o arroz, o feijão é comprado pela Companhia e entregue por fornecedores para beneficiamento em suas plantas. O beneficiamento do feijão é realizado da seguinte forma:

Estágio		Processo
1.	Limpeza	Remoção de impurezas e limpeza geral dos feijões.
2.	Classificação e seleção eletrônica	Seleção dos feijões (que consistem numa mistura de diferentes tamanhos e cores).
3.	Separação	Separação e remoção de impurezas.
4.	Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem do feijão produzido de acordo com a sua classificação para preparar os feijões para serem entregues aos clientes.

Outros Grãos

Com relação ao processo produtivo de outros grãos, temos os relacionados aos produtos prontos e o biscoito de arroz. O restante dos produtos, são recebidos prontos para empacotar.

Biscoito de Arroz

Estágio		Processo
1.	Recebimento	Recebimento e limpeza do arroz integral.
2.	Formação do biscoito	Prensa do arroz na chapa em elevada temperatura para formação do biscoito.
3.	Descanso	Descanso do arroz à temperatura ambiente e selecionamento de biscoitos com requisitos necessários para empacotamento.
4.	Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem do biscoito produzido de acordo com a sua classificação serem entregues aos clientes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Linha de prontos

Estágio		Processo
1.	Limpeza / Selecionamento	Seleção dos grãos que serão utilizados nas linhas de prontos. Após essa etapa, todos os produtos passam por uma rigorosa limpeza e por uma peneira.
2.	Acondicionamento	Acondicionamento dos grãos nas caixas de tetrapak e adicionamento dos insumos que serão utilizados para elaborar a receita do produto pronto.
3.	Autoclave	Produto passa por cozimento na autoclave, já embalado na caixa tetrapak.
4.	Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem das caixas produzidas de acordo com a sua classificação para serem entregues aos clientes.

Açúcar

A Companhia comercializa cerca de 46.000 toneladas de açúcar por mês em 4 (quatro) fábricas de empacotamento no Brasil. Seus fornecedores são contratados por meio de um contrato de longo prazo, com volumes e preços de mercado pré-acordados.

Diferentemente do arroz e do feijão, o açúcar é adquirido dos fornecedores já processado. Portanto, nesse produto, a atuação da Companhia consiste no empacotamento e estocagem para posterior distribuição aos clientes.

Em apenas duas unidades, a Companhia recebe o produto empacotado de seu principal fornecedor. Nas demais plantas, a Companhia realiza o empacotamento.

Estágio		Processo
1.	Recebimento do açúcar	Recebimento do açúcar em Big Bag de 1.000kg.
2.	Peneiramento	O big bag é aberto e passa apenas por processo de peneiramento em tela com abertura de 2.5mm² para quebrar ou separar possíveis aglomerados antes de empacotar.
3.	Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem do açúcar produzido de acordo com a sua classificação para serem entregues aos clientes.

Somente o açúcar Fit que tem um processo adicional, sofre mistura com sucralose. Um misturador com capacidade para 250kg faz a mistura de açúcar com sucralose em bateladas. Cada batelada tem um ciclo de 7 minutos.

Pescado

Dentre os produtos comercializados com as marcas “Coqueiro” e “Pescador”, destacam-se o atum e a sardinha enlatados. As fábricas de processamento de peixes enlatados estão localizadas estrategicamente nos dois principais pontos de pesca do Brasil: São Gonçalo, no Rio de Janeiro,

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

e, Navegantes, em Santa Catarina. A capacidade de processamento das referidas fábricas é de 4.800 toneladas de sardinha e 400 toneladas de atum por mês. O suprimento de pescados para venda no mercado local é feito por uma base fragmentada de fornecedores e completada por importações ocasionais.

Estágio	Processo
1. Limpeza	Remoção das vísceras e preparo do peixe para enlatamento.
2. Enlatamento	Preparação do produto para enlatamento de acordo com tamanho e tipo de pescado
3. Autoclave	Momento de cozimento do produto e completa assepsia.
4. Empacotamento/estocagem	Empacotamento e estocagem das latas produzidas de acordo com a sua classificação para serem entregues aos clientes.

Tecnologia utilizada

A Companhia busca fazer com que suas plantas detenham o que há de mais moderno no setor em níveis tecnológicos, em todas as etapas do processo de beneficiamento, o que a Companhia acredita garantir a associação de suas marcas à vanguarda tecnológica no setor de alimentos da América Latina. Como exemplo, na planta localizada na Cidade de Camaquã, está em operação uma das 23 unidades no mundo voltadas à produção de produtos prontos para consumo (no caso da Companhia, feijão pronto – preto e carioca – e conservas vegetais – soja, lentilha, feijão branco, feijão fradinho e grão de bico), utilizando a tecnologia Tetra Recart, desenvolvida pela Tetra Pak, que possibilita a durabilidade dos produtos sem adição de conservantes, tendo em vista a utilização de embalagens resistentes a altas temperaturas e equipamentos específicos.

O uso da tecnologia Tetra Recart foi acordado entre a Companhia e a Tetra Pak em 14 de novembro de 2007, por meio do contrato de compra e venda de equipamentos nº BR 07 1003 2745-10, no qual as partes estabelecem a venda e compra de uma linha de acondicionamento e processamento de referidos produtos (designada TP R2) em embalagens Tetra Recart, bem como os termos, condições e serviços de uso, implementação e manutenção dessa tecnologia.

Capacidade Produtiva

A capacidade total de produção efetiva da Companhia é de aproximadamente 1.897 mil toneladas de grãos, 769 mil toneladas de açúcar e 63 mil toneladas de pescado. A Companhia tem adotado uma série de medidas para melhorar a eficiência de suas plantas produtivas de grãos e pescados. Para tal, a Companhia realizou investimentos em automação da linha e pescados e aumento da capacidade de armazenamento de peixe por meio da expansão da câmara fria, assim como concentrou suas operações de pescados de duas plantas para apenas uma planta em Navegantes (SC). Já em grãos, a companhia também investiu em melhoria de eficiência operacional, principalmente nas operações da América Latina, por meio de novos equipamentos de limpeza, seleção e empacotamento.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Com base em tais medidas e as unidades fabris, a Companhia acredita deter a capacidade produtiva instalada necessária para suprir o crescimento da sua produção e da comercialização dos seus produtos.

Seguros

A Companhia possui seguros contra danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, transporte de cargas, frota de veículos, transporte internacional de insumos, responsabilidade civil, dentre outros, que seguem os padrões de mercado de empresas que atuam no setor e nas regiões onde opera.

Manutenção

A Companhia mantém um plano de manutenção preventiva e corretiva, que permite evitar uma paralisação total de suas atividades para fins de manutenção das máquinas e novos equipamentos.

Riscos inerentes ao processo

Os riscos inerentes ao processo produtivo que podem gerar paralisação das atividades incluem, principalmente, incêndio, explosão, greve, desastres naturais, quebra de equipamentos, entre outros, conforme descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência.

b. Características do processo de distribuição

Para auxiliar na distribuição dos produtos, a Companhia conta com 18 centros de distribuição espalhados pelo Brasil e América do Sul, proporcionando uma movimentação diária, no Brasil, mais de 6,8 mil toneladas de produtos junto a empresas terceirizadas.

Os centros de distribuição estão geograficamente localizados próximos aos principais pólos de consumo e canais de importação e exportação do Brasil. Com uma localização privilegiada, aliada à cobertura nacional, a Companhia acredita que o posicionamento de sua rede de distribuição permite atuação de maneira mais racional, o que confere economias de escala, além de uma vantagem logística natural, com maior agilidade e flexibilidade na distribuição dos produtos e, consequentemente, melhor acesso e penetração a um maior número de clientes dos mais variados perfis e portes.

Atualmente, a Companhia possui uma plataforma única de distribuição, sendo que 95% das vendas no Brasil são realizadas por revendedores próprios, contando com mais de 19 mil pontos de venda diretos e 285.000 pontos de venda indiretos. Desse modo, por meio da sua rede de distribuição, a Companhia comercializa, aproximadamente, 126.000 toneladas por mês de produtos no Brasil, chegando diretamente a, aproximadamente, 19.000 pontos de vendas, incluindo redes varejistas (Grupo Pão de Açúcar, Carrefour, Wal-Mart, Bompreço e Dia) e as principais redes atacadistas do Brasil (Makro, Atacadão, Sams Club, Tenda).

Adicionalmente, a Companhia ressalta que a sua área de logística segue a tendência de distribuição dos grandes centros, utilizando cargas cada vez menores. Em decorrência disso, as restrições de horários nas rodovias e nas zonas urbanas demandam uma maior eficiência dos prestadores de serviço em toda a malha logística do país. Atualmente, o transporte rodoviário é responsável por, aproximadamente, 88% da distribuição dos produtos no país, já cabotagem responde por, aproximadamente, 12%.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A Companhia não possui política de manter contratos de distribuição para o transporte de seus produtos. Os contratos assinados com as transportadoras costumam ter prazo de um ano com renovação automática e não possuem cláusula referente a volume ou preço.

Chile

A Companhia conta com, aproximadamente, 20 empresas transportadoras no Chile (PMEs – Pequenas e Medias Empresas), as quais permitem acessar 506 pontos de venda diretos. A partir dos distribuidores, a Companhia chega a outros 1.070 pontos de venda. Ao totalizar todos os pontos de vendas indiretos o alcance é de 38.806 pontos. A rede de distribuição da Companhia no Chile tem permitido comercializar aproximadamente 7.400 toneladas por mês.

O transporte rodoviário foi responsável, nos últimos três exercícios sociais, pela distribuição de quase todos os produtos da Companhia no Chile.

Uruguai

Com relação ao Uruguai, a exportação é realizada via Porto de Montevidéu, responsável pelo escoamento de mais de 90% do volume exportado nos últimos três anos, chegando, atualmente, a 39 países, ou por caminhões via fronteira terrestre com Brasil e Argentina.

A zona industrial de Montevidéu possui desvio ferroviário próprio, assim como a maioria das outras plantas industriais. Desta forma o transporte dos produtos até o porto ou fronteira terrestre é realizado por trem ou por caminhões.

Peru

No Peru, a Companhia tem a sua própria força de vendas, que atendem diversos canais. Para a cidade de Lima, onde está concentrada a maior parte da venda dos produtos da Companhia, a Companhia possui um sistema de distribuição próprio atendido por caminhão de terceiros. Nesse sistema de distribuição, são atendidos 21.700 clientes pequenos e médios, representando 39% da venda da safra 18/19. Neste mesmo canal, servimos mais de 250 atacadistas clientes que representam 11% da venda no exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019.

A venda fora da cidade de Lima representou 9% da venda da safra 18/19 e serve 45 distribuidores que atendem as principais cidades do país, com exceção da cidade de Arequipa, onde a Companhia tem força de vendas própria, alcançando 2.500 clientes mensalmente. A Companhia tem uma venda média mensal de 7.697 toneladas de produtos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

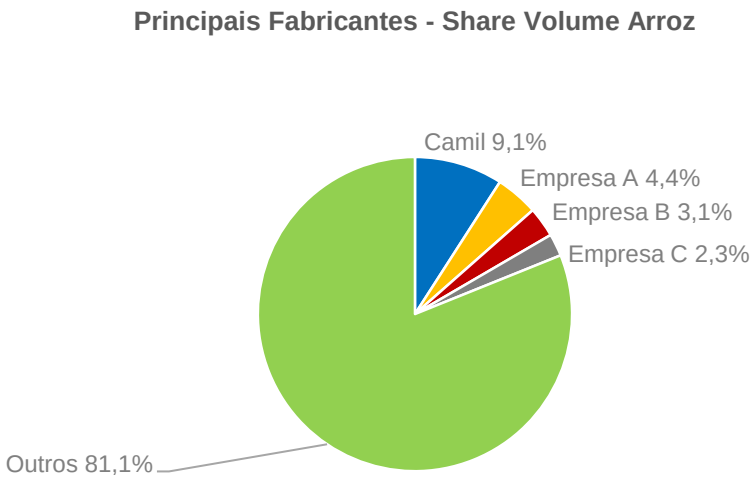
i. Participação em cada um dos mercados

Grãos

Arroz

Conforme gráfico abaixo, o mercado do arroz é altamente fragmentado, sendo que a Companhia lidera o volume de vendas. Seus principais concorrentes são: Prato Fino, Tio João e Namorado.

Nos últimos 3 anos, a Companhia aumentou sua participação entre os principais fabricantes de arroz, somando 9,1% em fevereiro/março 2019, conforme informações do relatório Nielsen/Retail Index. A Companhia acredita haver um amplo espaço para o seu crescimento no segmento de arroz, uma vez que esse mercado é bastante pulverizado, conforme gráfico abaixo.

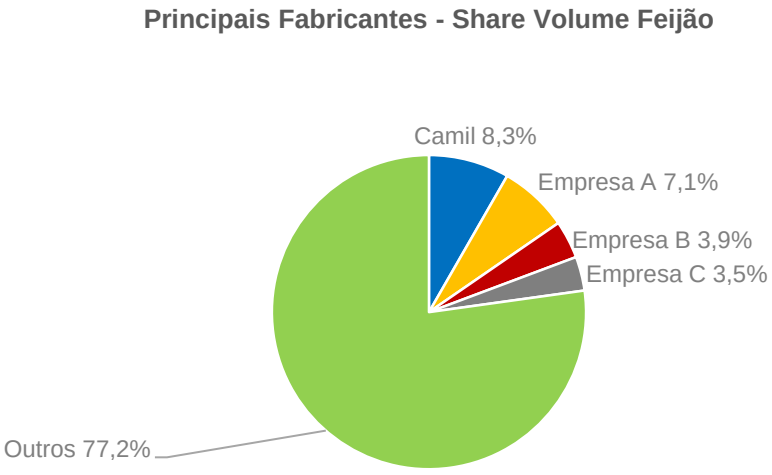


Fonte: Nielsen Arroz (INA, Fevereiro/Março 2019 – Camil+SLC)

Feijão

Conforme gráfico abaixo exposto, a Camil possui uma participação de 8,3% de *share* volume entre os principais fabricantes de feijão, segundo dados da Nielsen / Scantrack, consultados em fevereiro/março 2019.

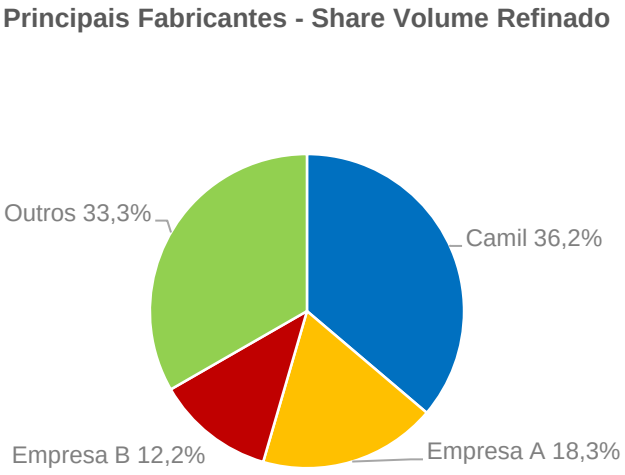
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Nielsen Feijão (AS, Fevereiro/Março 2019 – Camil+SLC)

Açúcar

Considerando todas as marcas detidas pela Camil no setor, a Companhia possui 36,2% do mercado de açúcar refinado e 13,7% do mercado total de açúcar em dezembro/janeiro 2019, segundo Nielsen / Retail Index. Nesse mercado, a Companhia possui as marcas Caravela, Alto Alegre, Delta e Guarani como concorrentes.

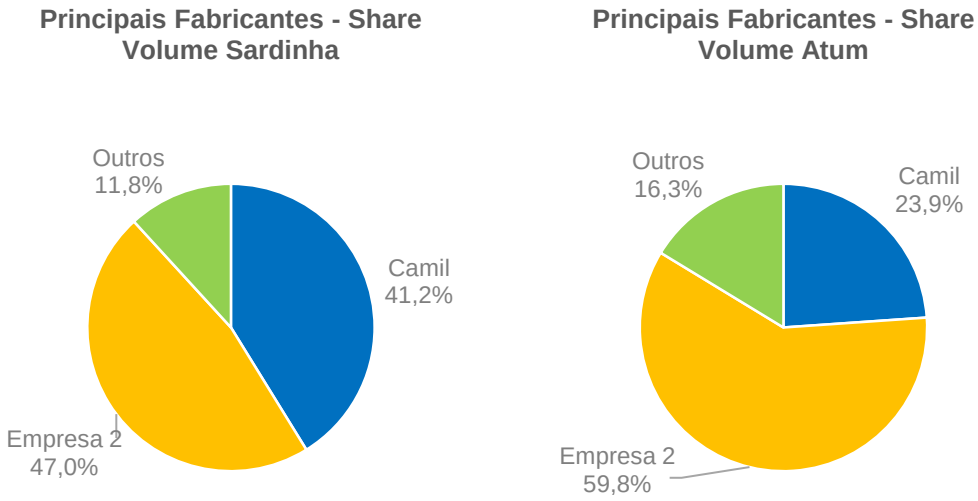


Fonte: Nielsen Refinado (INA, Dezembro/Janeiro 2019)

Pescados

Com as marcas “Coqueiro” e “Pescador”, a Companhia ocupa o primeiro e o segundo lugar, respectivamente, com 41,2% de participação nas vendas do mercado de sardinha e 23,9% nas vendas do mercado de atum, segundo Nielsen / Retail Index consultado em fevereiro/março 2019. A Companhia enfrenta forte concorrência no setor com a marca Gomes da Costa.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Nielsen Sardinha e Atum (INA, Fevereiro/Março 2019)

ii. Condições de competição nos mercados

O setor de alimentos brasileiro cresceu de forma significativa na última década, principalmente em razão de fundamentos macroeconômicos favoráveis e de algumas mudanças culturais. A Companhia acredita que este crescimento deverá continuar ocorrendo nos próximos anos pela expectativa de manutenção destes fundamentos positivos e porque o gasto com alimentos no Brasil ainda é baixo quando comparado a outros países (conforme publicação da "Go Banking Rates", divulgado em 18 de fevereiro de 2016).

Arroz

O arroz compõe a base da alimentação de mais da metade da população mundial. A produção mundial de arroz para 2018/2019 está projetada em 487,8 milhões de toneladas de arroz em casca, com um aumento de mais de 0,45 milhões de toneladas acima da previsão inicial. China, Índia, Indonésia, Brasil e Estados Unidos são, em conjunto, responsáveis por, aproximadamente, 62,2% da produção total mundial (de acordo com as estimativas do departamento de Agricultura dos Estados Unidos – *USDA, Rice Outlook, July 2018*).

O mercado brasileiro de industrialização e comercialização de arroz é fragmentado, formado por muitos processadores médios regionais, e poucos processadores com marca e escala nacionais, capazes de competir em todo o mercado brasileiro.

Os maiores processadores de arroz têm vantagens competitivas importantes, porque utilizam tecnologia avançada para aumentar a sua capacidade de secagem, armazenagem, transformação, comercialização e venda de seus produtos, e assim têm maior capacidade de desenvolver um bom relacionamento com os produtores.

Segundo estudo realizado pela CONAB, a produção de arroz, a região Sul apresenta os mais altos índices de produtividades do Brasil, segundo divulgado pela CONAB, com alta utilização de tecnologia agrícola e genética diminuindo perdas e melhorando a qualidade. Atualmente, a produção de arroz no Brasil está concentrada nos estados do Rio Grande do Sul (representando

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

82,3% da produção total brasileira em 2016/2017 e 66,5% em 2017/2018) e Santa Catarina (representando aproximadamente 10,6% da produção total brasileira em 2016/2017, ficando em 9,3% em 2017/2018), segundo a CONAB. Acredita-se que o Brasil ainda possui capacidade de expandir a produção do arroz, tanto nos estados tradicionais quanto em novas fronteiras como Maranhão, Piauí e Tocantins.

Feijão

O feijão é também um alimento básico na alimentação de grande parte da população brasileira e de outros países da América do Sul, principalmente entre as classes de renda média e baixa. Assim como no caso do arroz, esta característica permite que não haja variações significativas de consumo e que as oscilações de preço possam ser repassadas para o consumidor final. Além disso, como o estoque médio é menor para os fornecedores de feijão, os processadores podem transferir o aumento dos custos para os consumidores de forma mais rápida que no caso do arroz.

O mercado de processadores de feijão é bastante fragmentado, assim como a produção que se desenvolve de forma regionalizada, em praticamente todas as regiões do país de acordo com a época do ano. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam maior produtividade, mas as do Norte e Nordeste estão cada vez mais investindo em tecnologia e mecanização tanto no processamento quanto no plantio.

O desenvolvimento de melhores condições de armazenagem, processamento e embalagem permitiram o alongamento dos prazos de validade do feijão, que tinha vida útil curta. As oscilações de preço no feijão estão ligadas, principalmente, à suscetibilidade do produto às condições meteorológicas e ao fato de o feijão ser um produto mais perecível quando comparado ao arroz.

Segundo a CONAB, aproximadamente, 64,7% da produção de feijão é concentrada nos estados do Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Bahia. Ainda, segundo a CONAB, a produção total de feijão do Brasil foi de 3.399,5 mil toneladas em 2016/2017 e de 3.308,0 mil toneladas em 2017/2018. Na primeira safra de 2018/2019, a produção atingiu 996,9 mil toneladas, redução de 22,5% em comparação com 2017/2018. Para a segunda safra a produção esperada é de 1.301,9 mil toneladas, representando incremento de 7,1% em relação à temporada anterior e, na terceira safra, a área plantada está 3,8% superior àquela verificada no exercício anterior.

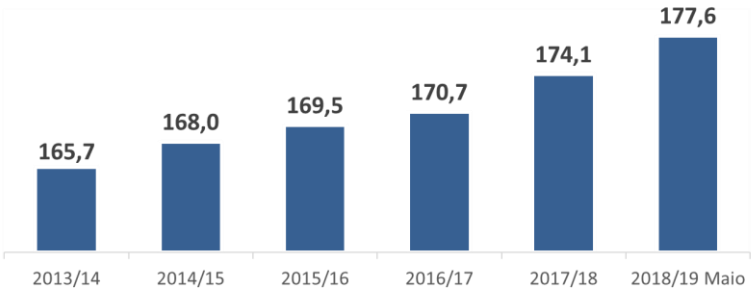
Para viabilizar este crescimento, os processadores brasileiros de feijão devem continuar investindo no desenvolvimento da estrutura logística, de suas marcas e de novos produtos, além de promover a consolidação de players médios e pequenos.

Açúcar

O consumo global de açúcar subiu de 165,7 milhões de toneladas em 2013/14 para 177,6 milhões de toneladas em 2018/19, conforme demonstra o gráfico abaixo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Consumo Global de Açúcar (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos)

O Brasil está entre os países que mais consomem açúcar nas Américas e é o maior produtor global, responsável pela produção de 38,870 milhões de toneladas em novembro 2017/18, enquanto a Índia lidera o consumo global, respondendo por aproximadamente 26,5 milhões de toneladas de açúcar no mesmo período.

O maior produtor e exportador de açúcar do mundo é o Brasil (21% da produção total e 45% das exportações totais no ano fiscal de 2016). Uma quantidade significativa de açúcar também é produzida na Índia, União Europeia, China, Tailândia e Estados Unidos. Os contratos de futuros de açúcar estão disponíveis para negociação na Bolsa Mercantil de Nova York. O montante de cada contrato é em torno de 112.000 libras (*Trading Economics, Commodity, Sugar*).

Pescados

Desde 2010, o consumo de peixe enlatado no Brasil subiu de 85 mil toneladas para 109,8 mil toneladas em 2015, representando um crescimento no período de 30%.

O consumo de peixe enlatado no Brasil evoluiu significativamente nos últimos anos, devido à conveniência oferecida aos consumidores, que buscam alimentos saudáveis. Adicionalmente, campanhas de marketing, como a "Semana do Peixe" do Ministério de Pesca e Agricultura, impulsionaram as vendas dos produtos dessa categoria.

Benefícios Fiscais

Bahia

Celebramos termo de acordo com o estado da Bahia para obtenção de um regime especial para fins de (i) redução da carga tributária de ICMS para operações internas, e (ii) aplicação de crédito presumido sobre o valor do ICMS para operações interestaduais. O termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e possui prazo de vigência indeterminado. Ceará Celebramos termo de acordo com o estado do Ceará para assumir a condição de sujeito passivo por substituição tributária, ou seja, nós nos responsabilizamos pela retenção e pelo recolhimento do ICMS devido nas operações subsequentes, até o consumidor final. Em geral, a base de cálculo do imposto será o valor do documento fiscal que acobertar as entradas das mercadorias, incluídos os valores do IPI, frete e carreto, seguro e outros encargos transferidos aos destinatários. O termo de acordo

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

está sujeito a certos termos e condições e seu prazo de vigência é limitado a até 31.08.19, podendo ser renovado anualmente.

Mato Grosso

Celebramos termo de acordo com o estado do Mato Grasso para fins de aplicação do crédito presumido sobre o valor do ICMS incidente na comercialização interestadual de mercadorias efetivamente produzidas no estabelecimento industrial localizado no referido estado. A utilização de referido crédito está sujeita a certos termos e condições. O prazo de vigência do Termo é limitado até 01.06.18 e, atualmente, está em fase de renovação. Uma vez renovado, o prazo de início da vigência será retroativo à data de vencimento. O Termo pode ser denunciado por qualquer das partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou rescindido a qualquer tempo em razão da inadimplência contratual.

Pernambuco

Celebramos termos de acordo com o estado do Pernambuco para fins de assegurar a aplicação de crédito presumido de ICMS para (i) na condição de estabelecimento industrial, beneficiamento de arroz saídas interestaduais e internas e (ii) na condição de estabelecimento atacadista, crédito presumido nas saídas interestaduais. Os termos estão sujeitos a termos e condições específicas, sendo que o prazo de vigência para a filial industrial é ilimitado até eventual revogação dos benefícios por lei (efeito guarda-chuva) e para a filial atacadista a até 31.07.2029.

Rio Grande do Sul

Celebramos termo de acordo com o estado do Rio Grande do Sul para fins de usufruto dos benefícios (i) de diferimento do ICMS na aquisição da matéria prima do arroz para beneficiamento, e (ii) da redução da base de cálculo do ICMS na saída do produto beneficiado. Os referidos benefícios são válidos para todas as filiais do estado, estão sujeitos a certos termos e condições e possuem vigência limitada a até 14.02.2020. Ademais, a filial de Camaquã possui termos de acordo específicos celebrados com o estado que garantem a (i) aplicação de crédito presumido para produtos processados (prontos) e nas operações internas com biscoitos de arroz. O termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e seu prazo de vigência é limitado a até 30.12.22.

São Paulo

Fazemos uso do Crédito Outorgado de ICMS, nas operações com feijão beneficiado, e dessa forma recolhe apenas 1% (um por cento) a título de ICMS, sujeito a obrigação acessória de lavrar o livro de termo de ocorrência. O benefício decorre de lei e tem prazo de vigência indeterminado.

Rio de Janeiro

Celebramos termos de acordo com o estado do Rio de Janeiro, específico para a filial de São Gonçalo, que nos garante uso do crédito presumido de ICMS que beneficia as operações de saídas interestaduais com pescado processado. O valor do crédito presumido será o resultado da diferença entre o valor do ICMS destacado na nota fiscal de saída e o valor resultante da aplicação dos percentuais estabelecidos, sobre o valor total dos produtos. Ainda, as saídas internas de pescados do estabelecimento industrial, possuem redução de base de cálculo do ICMS de 100% (cem por cento). O referido termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e possui

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

prazo de vigência limitado a até 30.09.2032.No que tange à filial de Santa Cruz, celebramos termo de acordo com o estado que nos concede a possibilidade de diferimento do ICMS (i) na importação de arroz e feijão importado e desembaraçado pelos portos fluminenses e (ii) na aquisição na aquisição da matéria prima do arroz para beneficiamento. O referido termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e possui prazo de vigência indeterminado.

Santa Catarina

Celebramos termos de acordo com o estado de Santa Catarina para fins de (i) uso de crédito presumido de ICMS; (ii) diferimento do ICMS na importação de bens do ativo imobilizado com desembaraço no estado e na aquisição de matéria-prima, material secundário, material de embalagem, energia elétrica e outros insumos, de estabelecimento localizado no estado, para utilização em processo de industrialização; e (iii) diferimento do ICMS na importação de produtos prontos (Azeite e Sucos), e crédito presumido nas saídas internas e interestaduais dos produtos. Os referidos termos de acordo estão sujeitos a certos termos e condições e possuem prazo de vigência indeterminado.

Distrito Federal

Celebramos termo de acordo com o Distrito Federal/DF em 01/12/2012 para fazer uso dos benefícios legais de redução da carga tributária nas saídas internas dos produtos onde a carga tributária do seu crédito se equipara ao percentual do débito. O referido termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e possui prazo de vigência indeterminado.

Goiás

No estado de Goiás fazemos uso do benefício do crédito presumido nas saídas interestaduais, condicionado a certas obrigações. O benefício é garantido por lei e tem prazo de vigência indeterminado.

Maranhão

No estado do Maranhão celebramos termos de acordo diferentes para cada filial conferindo benefícios de (i) crédito presumido de ICMS nas operações internas para a filial atacadista de Itapecuru Mirim, de forma que a carga tributária é equivalente a 2%, e (ii) crédito presumido de 75% sobre o valor do imposto devido pelo arroz beneficiado na filial industrial de Itapecuru Mirim (fábrica) nas operações internas e interestaduais. Os termos de acordo estão sujeitos a certos termos e condições e possuem prazo de vigência limitado a até 31.07.19 para a filial atacadista de Itapecuru Mirim e até 12.05.2020 para a filial industrial de Itapecuru Mirim.

Uruguai

Em 11 de março de 2011 e prorrogado em 7 de novembro de 2013, a SAMAN obteve um incentivo fiscal no Uruguai de acordo com a lei uruguaia n°16.906, de 7 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 455/2007. O incentivo estabelece faixas de desconto no imposto de renda proporcionais ao valor de investimentos realizados no Uruguai. No exercício social de 2018, a Companhia realizou investimentos em ampliações e melhorias de suas plantas industriais no valor total aproximado de US$50,0 milhões. O incentivo tem sido gradualmente descontado do imposto de renda devido no Uruguai pela Companhia no valor total de US$18,3 milhões em 2018, e com saldo restante de aproximadamente US$3,5 milhões que poderá ser descontado

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

gradualmente do imposto de renda devido no Uruguai até o exercício social encerrado em fevereiro de 2026.

Para informações a respeito dos benefícios fiscais usufruídos pela Companhia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Custos de matérias-primas e outras despesas

A composição do custo dos produtos vendidos da Companhia apresenta concentração nos itens de natureza variável, os quais incluem matérias primas (grãos, açúcar e pescado), material de embalagem e energia elétrica.

Para mais informações a respeito dos riscos relacionados às matérias-primas, ver item 4.1 e item 4.2 deste Formulário de Referência.

Dependência de Tecnologia e Mão de Obra

A Companhia não depende da utilização de uma tecnologia específica para viabilizar a fabricação de seus produtos. As tecnologias utilizadas no processo de fabricação dos produtos produzidos e comercializados pela Companhia são comuns ao mercado, não necessitando de nenhum *know how* específico de propriedade da Companhia. Quando necessário, a Companhia contrata e licencia de terceiros os recursos tecnológicos e produtivos necessários ao desenvolvimento de suas necessidades.

No entanto, a Companhia ressalta que depende, cada vez mais, de sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar informações eletrônicas, de forma a permitir de forma eficaz a troca de informações entre a Companhia e os seus fornecedores e clientes, permitindo à Companhia manter níveis de estoque das matérias-primas e produtos adequados às suas atividades e o devido abastecimento dos pontos de venda dos seus produtos. Para mais informações, ver o fator de risco "*Falhas no funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem comprometer as suas operações*", constante do item 4.1 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a fim de desenvolver, produzir e comercializar os produtos da Companhia, a Companhia deve contratar e conservar empregados experientes com expertise específica em tais atividades, bem como atrair e reter membros de sua Administração altamente qualificados. Para mais informações, ver o fator de risco "*A perda de membros da alta administração da Companhia, ou da sua capacidade de atrair e reter profissionais qualificados para integrar seus quadros, pode ter um efeito adverso relevante sobre as suas atividades, situação financeira e resultados operacionais*." constante do item 4.1 deste Formulário de Referência.

Legislação Especial

Na data deste Formulário de Referência, não há legislação especial e normas aplicáveis à Companhia que tenham influência relevante sobre as operações e/ou seus mercados de atuação, que não tenham sido descritas no item 7.5 e no item 7.7 deste Formulário de Referência,

d. Eventual sazonalidade

A demanda pelos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade, sendo historicamente constante, tendo em vista que o arroz e feijão são produtos básicos da alimentação

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

no Brasil. Todavia, os preços do feijão e do arroz são afetados pela sazonalidade das safras. No Brasil, por exemplo, o preço médio tradicionalmente pago por arroz tem sido menor durante os meses imediatamente seguintes à safra de março, havendo aumento dos preços depois de setembro. A safra do arroz ocorre uma vez ao ano, entre os meses de fevereiro e maio. Quanto ao feijão, tendo em vista que sua safra ocorre três vezes ao ano e que o feijão é mais vulnerável a mudanças das condições climáticas, bem como possui menor duração da vida em estoque, o preço médio pago por feijão é mais volátil do que o preço pago pelo arroz.

Com relação ao açúcar, a demanda pelos produtos da Companhia não sofre influência de sazonalidade, tendo em vista que o açúcar é item básico na alimentação. Entretanto, os itens culinários no portfólio de especialidades têm volume alavancado em datas comemorativas como dia das mães, das crianças, festas de São João e de final de ano. Todavia, o preço do açúcar sofre sazonalidade de acordo com a safra que vai de abril a março. Portanto, o preço normalmente segue a característica de oferta e demanda, sendo que no início da safra quando a oferta é maior, o preço tende a ser menor e no final da safra, quando a oferta é menor, o preço tende a ser maior.

Já com relação ao pescado, existe uma forte influência da sazonalidade (i) no período de quaresma (fevereiro a abril) para Sardinha, onde na religião cristã muitos praticantes não consomem carne vermelha; e (ii) no verão, época em que a busca de alimentos mais leves, saudáveis e práticos geram maior interesse.

Além da sazonalidade da demanda, também existe a sazonalidade do fornecimento de matéria prima, uma vez que a indústria da pesca precisa respeitar o período de defeso da pesca (período em que a pesca é proibida por lei). Esse período varia de acordo com o tipo de pescado. Para a sardinha são dois períodos: o primeiro ocorre entre 15 de junho a 31 de julho e o segundo de 1 de novembro a 15 de fevereiro. Para o atum não há uma lei específica, existindo um defeso natural que ocorre nos meses de julho a setembro, sendo que a espécie retorna em outubro.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Brasil

Fornecedores

A Companhia possui relacionamento comercial com mais de 1.400 fornecedores (dos quais mais de 1.200 são produtores de arroz) dos quais compra regularmente arroz, feijão, açúcar e pescados ao longo de todo ano. A compra é realizada por meio de contratos individualizados por negócio, sendo que o respectivo fornecedor decide o momento e o volume da venda, o que pode ocorrer em diversos períodos ao longo do ano.

A Companhia possui uma relação de longo prazo com os fornecedores de arroz e realiza compras diárias a preço de mercado, alocando aos produtores os riscos de preços das commodities ao longo do ano. Já o suprimento de pescados para venda no mercado local é feito por uma base fragmentada de fornecedores e completada por importações ocasionais.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em relação ao fornecimento de açúcar, a Companhia possui grande concentração de fornecimento da Raízen Energia, que é praticamente sua fornecedora exclusiva, porém realiza compras pontuais são realizadas junto a outros fornecedores, principalmente no açúcar cristal, porém o volume não é relevante. Para mais informações a respeito do contrato de fornecimento de açúcar, ver item 7.3 ii deste Formulário de Referência.

Com relação aos outros grãos, a Companhia também possui uma base pulverizada de fornecimento, porém devido a sazonalidade de produção e dificuldade na originação deste tipo de matéria prima, sua disponibilidade pode ser afetada em determinadas épocas do ano no ponto de venda.

Serviços financeiros disponibilizados aos fornecedores no Brasil

Com relação ao mercado brasileiro, a Companhia realiza adiantamentos esporádicos a determinados fornecedores para financiar parcialmente os seus custos de produção, em montantes e critérios que variam caso a caso, levando em consideração a qualidade e longevidade do relacionamento que mantemos com determinados fornecedores.

A partir desse financiamento que concedemos a esses fornecedores selecionados, nós garantimos o recebimento das suas respectivas safras de arroz. Nos três exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2019, 28 de fevereiro de 2018 e 28 de fevereiro de 2017, o montante que adiantamos aos nossos fornecedores no Brasil foi de, aproximadamente, respectivamente R$211,4 milhões, R$177,6 milhões e R$182,4 milhões.

Uruguai

Fornecedores

Por meio da SAMAN, na safra de 2017/2018, a Companhia celebrou diversos contratos com 191 produtores e passou a adquirir exclusividade sobre a safra atual desses produtores. Em contrapartida, a Companhia fornece sementes certificadas, as quais são desenvolvidas, conforme prática do mercado uruguaio, o que a Companhia acredita garantir maior retorno e qualidade à produção que financia, uma vez que os fornecedores deixam de utilizar sementes "clonadas", preferindo a utilização de sementes certificadas que são cuidadosamente tratadas pela Companhia. Além disso, a Companhia também oferece serviços de orientação técnica na área agronômica.

A recepção, secagem, armazenagem, beneficiamento e distribuição de toda a safra de arroz destes produtores é atribuição exclusiva da Companhia. Durante as últimas décadas, o relacionamento da Companhia com os produtores uruguaios vem se aprimorando, por conta de contínua interação comercial. Em diversos casos, esse relacionamento comercial já se encontra na terceira geração de famílias de agricultores.

Atualmente, dos mais de 144.000 hectares cultivados de arroz no Uruguai, na safra 2017/2018, a Companhia detém exclusividade sobre cerca de 60.000 hectares, correspondendo a 42% da área cultivada de arroz do país.

Os contratos da Companhia com os fornecedores uruguaios têm validade por uma safra e são padronizados e previamente negociados em suas linhas gerais com a ACA. Em nenhuma das etapas deste relacionamento há intervenção governamental ou de algum órgão público.

Serviços Financeiros disponibilizados aos fornecedores no Uruguai

A Companhia possui um relacionamento exclusivo com todos os seus fornecedores uruguaios, financiando, aproximadamente, 60% da produção de seus fornecedores. Cada fornecedor recebe

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

financiamento da Companhia até 70% do seu custo de produção. Em retorno, a Companhia tem a garantia de que receberá a safra de arroz de seus fornecedores. Ainda, a Companhia fornece sementes e serviços de orientação técnica na área agronômica. Foi praticada na Safra 2017/2018 uma taxa de 8,25% ao ano de empréstimos aos nossos fornecedores, sendo sua inadimplência inferior a 1%.

Chile

Fornecedores

Por meio da Tucapel, a Companhia adquire, no mercado nacional arroz em casca produzido no Chile, nas regiões de Maule e Ñuble (responsáveis por produzir, aproximadamente, 100% do arroz chileno), o que representa, aproximadamente, 54% do arroz comercializado pela Companhia.

O arroz produzido nessas regiões é comprado pelas empresas beneficiadoras, quase em sua totalidade em casca.

Para obter um maior controle sobre o abastecimento de arroz, anualmente, a Companhia firma contratos com mais de 700 produtores chilenos de arroz, bem como fornece aos agricultores sementes de arroz certificadas, bem como financia parte dos seus custos de produção. Adicionalmente, presta serviços de orientação técnica na área agronômica, com a garantia de entrega de sua produção à Companhia.

Por meio da Tucapel, a Companhia tem um relacionamento de mais de 30 anos com produtores locais. Atualmente, dos aproximadamente 27.000 hectares cultivados de arroz no Chile, a Companhia contrata, aproximadamente, 11.000 hectares com produtores locais.

A relação com os fornecedores, especialmente no que diz respeito ao preço praticado, está regulamentada pelo governo do Chile por intermédio do Ministério de Agricultura chileno, por meio da ODEPA.

Os restantes 46% do arroz que comercializamos são adquiridos no mercado internacional, tendo a Argentina como principal fornecedor, seguido de Paraguai e eventualmente de Uruguai e Brasil.

Serviços financeiros disponibilizados aos fornecedores de arroz produzido no Chile

A Companhia financia parte dos custos de produção de seus fornecedores com os quais celebra contratos de financiamento, por meio dos quais cada um dos produtores de arroz recebe financiamento de no máximo 40% do custo de produção. Como retorno, a Companhia recebe a safra de arroz dos agricultores financiados. Ademais, a Companhia presta serviços de orientação técnica na área agronômica.

A taxa anual de empréstimos que praticamos foi de 18,6% ao ano para a safra de 2018/2019. Historicamente, temos um baixo índice de inadimplência.

Peru

Fornecedores

A tabela abaixo apresenta informações sobre os fornecedores nacionais e estrangeiros dos produtos comercializados pela Costeño Alimentos S.A.C. (“Costeño”):

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Produto	Participação	Fornecedores
Arroz com casca (paddy) nacional	10.15%	Fornecedores nacionais (norte do Peru)
Arroz branco nacional	0.00%	Fornecedores nacionais (Peru)
Arroz branco importado	50.67%	Fornecedores estrangeiros
Feijão, lentilha e produtos similares	5.00%	Fornecedores nacionais (Peru)
Açúcar	1.11%	Fornecedores nacionais (Peru)
Óleo	3.22%	Fornecedores nacionais (Peru)
Outros	29.85%	Fornecedores nacionais (Peru)
Total	**100,00%**	

A matéria-prima utilizada pela Costeño, em seus produtos, é adquirida, pela Companhia, em mercados nacionais e internacionais. Assim, 28% da matéria-prima é adquirida no mercado nacional e 72% é adquirida no mercado internacional.

Com relação à aquisição de arroz branco importado, que representa 51% das compras realizadas pela Costeño, 100% é adquirido da Saman.

As compras realizadas pela Costeño no mercado nacional representam 10% do total das compras. O arroz com casca (*paddy*), que é utilizado como matéria-prima e processado na Unidade Sullana, em Piura, Peru (moinho).

A Costeño concede empréstimos a 6% dos agricultores que atuam como seus fornecedores, assegurando assim parte do fornecimento de matéria-prima (arroz com casca). Esses empréstimos são garantidos por hipoteca e são remunerados a juros mensais de 1,33%. Com esses empréstimos, os agricultores podem cobrir os custos do aluguel da terra e plantio (custos de produção).

As quotas são liquidadas quando os agricultores entregam o arroz com casca (*paddy*) na safra seguinte. Ao final da safra, os juros são liquidados e pagos pelos agricultores. Até o momento, não houve empecilhos para a recuperação dos empréstimos concedidos aos agricultores.

Finalmente, a compra de feijão, lentilha, açúcar e óleo representa 9% do total das compras realizadas pela Costeño. Essas compras são realizadas junto a fornecedores diretos de forma a manter o relacionamento comercial da companhia com esses fornecedores.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia depende de alguns fornecedores estratégicos de matérias-primas, e, principalmente no setor de açúcar de um fornecedor exclusivo, com dependência não só do fornecimento do produto *in natura* mas também de seu beneficiamento, refino, ou processo de industrialização correspondente.

Contrato de Compra de Açúcar

O fornecimento de açúcar da Companhia é contratado por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Açúcar, celebrado entre a Cosan S.A. Indústria e Comércio ("Cosan") e a Raízen Energia S.A. ("Raízen") em 1 de julho de 2011, conforme aditado em 31 de janeiro de 2012 e 01 de setembro de 2014 ("Contrato de Fornecimento"). Em 20 de julho de 2012, a Cosan cedeu o Contrato de Fornecimento à Docelar Alimentos e Bebidas S.A. ("Docelar"), a qual foi incorporada pela Companhia em 31 de dezembro de 2012, ocasião na

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

qual a Companhia passou a deter integralmente todos os direitos e obrigações da Docelar no âmbito do Contrato de Fornecimento.

O Contrato de Fornecimento é de longo prazo, possuindo vigência de vinte anos a partir da data de sua celebração, com renovação automática por igual período, e estabelece volumes pré-acordados de fornecimento de açúcar, seja para refino, seja para empacotamento, sendo os preços aqueles usuais de mercado. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia adquirir volumes adicionais de açúcar, conforme demanda da Companhia e dentro dos limites estabelecidos pelo Contrato de Fornecimento. A Companhia e a Raízen poderão aditar o escopo do Contrato de Fornecimento e celebrar novos instrumentos contratuais que se fizerem necessários, a fim de garantir a integridade de outros termos e condições acordados pelas partes.

O açúcar adquirido pela Companhia por meio do Contrato de Fornecimento é, ainda, refinado e/ou empacotado, conforme o caso, pela própria Raízen, por meio de 2 (duas) unidades de refino e empacotamento, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Refino e Empacotamento", celebrado entre a Cosan e a Raízen em 1 de julho de 2011, conforme aditado em 1 de setembro de 2014 e 23 de agosto de 2016 ("Contrato de Refino"). A Companhia passou a ser a detentora de todos os direitos e obrigações contratuais da Cosan no âmbito do Contrato de Refino da mesma forma que no Contrato de Fornecimento, por meio da cessão dos direitos à Docelar e sua posterior incorporação pela Companhia. O Contrato de Refino possui vigência de vinte anos com renovação automática por igual período. Por fim, o Contrato de Refino possui, ainda, cláusula de *take or pay*, em que a Companhia ou a Raízen devem pagar determinado valor à outra no caso de o volume fornecido ou o volume retirado de açúcar for inferior à variação de volume tolerada nos termos do Contrato de Refino. A Companhia, no entanto, possui direito a indenização caso a Raízen entregue volume baixo de açúcar menor que provoque uma ruptura no abastecimento ao mercado. A Companhia e a Raízen poderão aditar o escopo do Contrato de Refino e celebrar novos instrumentos contratuais que se fizerem necessários, a fim de garantir a integridade de outros termos e condições acordados pelas partes.

iii. Eventual volatilidade dos preços de insumos e matérias primas

Considerando que a Companhia possui uma relação de longo prazo com os fornecedores de arroz e faz compras diárias a preço de mercado, a Companhia aloca aos produtores os riscos de preços das commodities ao longo do ano. Já o fornecimento de açúcar é feito por meio de um contrato de fornecimento de longo prazo com volumes e preços de mercado pré-acordados com fornecedor estratégico.

Em relação ao pescado é negociado, anualmente, no SINDIPE - Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região os preços de atum, sardinha fresca e salmourada, em consenso com pescadores, armadores e indústria. Este preço é cumprido por todos os elos da cadeia produtiva. A exceção se dá em anos de baixíssimo volume de captura, em que o mercado de peixe fresco absorve a preços mais altos que o preço convencionado no sindicato. Quando o mercado brasileiro está sem captura, o suprimento é feito com sardinha do Marrocos e Omã, que geralmente tem paridade de preços com a sardinha nacional. Já o suprimento de atum é importado do Equador. Geralmente, o preço do produto nacional é mais competitivo, e não havendo captura, a importação é fator de elevação de custos.

Em relação aos outros grãos, a Companhia realiza compras "spot" a preço de mercado.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor:

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10,0% de sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia, comentando especificamente:

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Vigilância Sanitária

Atualmente, as atividades desenvolvidas que digam respeito à saúde da população estão sujeitas à regulação, fiscalização e controle das autoridades sanitárias competentes. Em âmbito federal, a ANVISA, autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde, criada pela Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, conforme alterada ("Lei 9.782/99"), tem por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e de fronteiras.

Adicionalmente, a Lei 9.782/99, também estabeleceu o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS, formado pela ANVISA, o Conselho Nacional de Secretarias Estaduais da Saúde, o Conselho Nacional das Secretariais Municipais da Saúde, bem como os Centros de Vigilância Sanitária dos Municípios, Estados e Distrito Federal. De acordo com a legislação vigente, o instrumento básico utilizado para o licenciamento de atividades sob controle da vigilância sanitária é o Alvará de Funcionamento emitido pela autoridade sanitária estadual ou local, de forma a atestar a regularidade do estabelecimento industrial ou comercial. Cada estabelecimento deve obter um alvará sanitário independente, que deve ser renovado anualmente.

No rol dos segmentos sujeitos à fiscalização, controle e regulação da ANVISA, via de regra, os produtos do setor alimentício também estão sujeitos ao processo de registro. Porém, conforme dispõe a Resolução da ANVISA RDC n° 27, de 6 de agosto de 2010, os produtos de vegetais, cereais, amidos, farinha e farelos estão dispensados da obrigatoriedade de registro junto à ANVISA, sendo suficiente a mera apresentação do comunicado de início de fabricação de tais produtos junto ao órgão sanitário local competente.

Com relação ao beneficiamento e processamento de açúcar, e acordo com a Resolução – RDC nº 23, de 15 de março de 2000, certos produtos como açúcar estão dispensados da obrigatoriedade de registro no órgão competente do Ministério da Saúde. No entanto, deve-se considerar a Resolução RDC nº 271, de 22 de setembro de 2005, que aprova o Regulamento Técnico para Açúcares e Produtos para Adoçar, indicando os requisitos gerais específicos e adicionais do produto.

Ainda, vale notar que a Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002, e a Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997, estabelecem que empresas do setor alimentício devem obter o Regulamento Técnico sobre Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação, objetivando estabelecer procedimentos operacionais padronizados que contribuam para a garantia das condições higiênico-sanitárias necessárias ao processamento/industrialização de alimentos, bem assim cumprir e fazer cumprir com os regulamentos técnicos constantes das resoluções editadas pela ANVISA específicos para cada tipo de alimento, como a Resolução RDC nº 263, de 22 de setembro de 2005, que aprova o regulamento técnico para produtos de cereais, amidos, farinhas e farelos, e a Resolução RDC nº 273, de 22 de setembro de 2005, aplicável para alimentos prontos e semi-prontos para consumo, entre outros.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Por fim, devem-se considerar, ainda, o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, bem como a Resolução – RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação.

b. Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

No desenvolvimento e na execução de suas atividades industriais, a Companhia busca adotar as melhores práticas de gestão ambiental (especialmente, por meio do tratamento de emissões atmosféricas e efluentes industriais) e realiza os investimentos necessários conforme identificação da necessidade para tanto. Destacamos que aproximadamente 70% da energia da Companhia é comprada de fontes renováveis.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

O uso da tecnologia Tetra Recart foi acordado entre a Companhia e a Tetra Pak em 14 de novembro de 2007, por meio do Contrato de Compra e Venda de Equipamentos nº BR 07 1003 2745-10, no qual as partes estabelecem a venda e compra de uma Linha TP R2 de acondicionamento e processamento de feijão pronto (preto e carioca) em embalagens Tetra Recart, bem como os termos, condições e serviços de uso, implementação e manutenção desta tecnologia.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6. Em relação aos países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes, identificar:

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

	Exercício social findo em 28/02/2019	
País Sede do Emissor	**Soma de Receita Líquida (R$ milhares)**	**Participação (%)**
Brasil	3.346.321	70,47%

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

	Exercício social findo em 28/02/2019	
Países Estrangeiros	**Soma de Receita Líquida (R$ milhares)**	**Participação (%)**
Uruguai	652.450	13,74%
Chile	383.525	8,08%
Peru	344.617	7,26%
Argentina[(1)]	21.912	0,45%
	1.402.504	29,53%

[(1)] Em 31 de agosto de 2018, a Companhia alienou sua participação direta e indireta (via Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.) na subsidiária argentina La Loma Alimentos S.A.. O valor da negociação foi de US$ 5.500 (cinco milhões e quinhentos mil dólares) ou R$22.744 (vinte e dois milhões e setecentos e quarenta e quatro mil reais) recebido das empresas espanholas Herba Foods, S.L.U e Herba Ricemills, S.L.U, que integram o grupo Ebro.

c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

	Exercício social findo em 28/02/2019	
	Soma de Receita Líquida (R$)	**Participação (%)**
Total dos Países Estrangeiros	1.402.504	29,53%

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida a Companhia está sujeita à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios da Companhia

Nenhum dos países nos quais a Companhia obtém receitas relevantes, conforme indicado no item 7.6 deste Formulário de Referência, apresenta restrições à comercialização de seus produtos que poderiam causar um efeito adverso relevante em seus negócios. Adicionalmente, a Companhia destaca que, o Uruguai, país responsável pela maior parcela das receitas relevantes auferidas pela Companhia, faz parte do Mercosul, o que possibilita o livre trânsito dos produtos da Companhia.

Legislação e Regulamentação Ambiental – Uruguai

Autorizações Ambientais

As principais licenças ambientais que devem ser obtidas são as seguintes: *Autorización Ambiental Previa* (AAP), licença de *Vialidad Ambiental de Localización* (VAL), *Autorización Ambiental Especial* (AAE) e *Autorización Ambiental de Operación* (AAO). A *Autorización Ambiental Previa* (AAP) deve ser obtida para qualquer projeto que possa provocar dano ambiental, e não poderá ser requerida caso um projeto seja declarado inviável – mesmo que este seja revisto. Já a VAL é requerida em casos específicos sendo uma ferramenta de regulamentação territorial.

A AAE é requerida para projetos que tenham entrado em operação antes de 2005 (ano de aprovação do Decreto n° 349/005) e para os projetos que visam ao aumento de produção ou de capacidade de armazenamento. Esta autorização pode ser obtida apenas após a apresentação de um estudo ambiental e da expedição de licença especial para plantas industriais operacionais ou para instalações agroindustriais.

A AAO, por sua vez, é requerida para fins de plantas operacionais e deve ser renovada a cada três anos. Esta renovação pode ser antecipada caso ocorram modificações ou expansões significativas antes do prazo de expiração. Para obter uma AAO, o interessado deverá comprovar o cumprimento de todas as condições estabelecidas pela AAP e deverá conduzir um estudo sobre o impacto ambiental causado.

A esse respeito, a Companhia destaca que todas as nossas principais unidades possuem licenças ambientais válidas para operar e encontram-se regularizadas perante os órgãos ambientais estaduais competentes.

Demais Regulamentações

As operações da controlada Saman S.A. Molinos Arroceros Nacionales (“Saman”) com arroz também estão sujeitas à extensiva regulação pelo Ministério da Agricultura uruguaio e demais autoridades locais, estaduais ou internacionais, com as quais, historicamente a Saman mantém uma relação muito próxima.

A Saman também está sujeita a regulamentações sanitárias nacionais e municipais, principalmente por meio da habilitação sanitária de suas plantas e das autorizações emitidas pelo Ministério de Saúde Pública uruguaio.

As normas uruguaias regulamentam também a utilização e conservação da água no solo e superfícies destinadas a atividades agropecuárias, os mecanismos de prevenção de contaminação ambiental, assim como o uso de águas de irrigação, o uso e preservação de solos e a construção de fontes perfuradas para obtenção de água subterrânea e as licenças requeridas em cada caso. A

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Companhia destaca que a Saman obteve todas as licenças relevantes para obtenção de água nas suas operações regulares e encontram-se regularizadas perante os órgãos competentes.

Legislação e Regulamentação Ambiental – Chile

Autorizações Ambientais e Sanitárias

A legislação ambiental chilena possui diversas normas ambientais e sanitárias aplicáveis à produção, armazenagem e distribuição relacionadas a alimentos, dentre outras atividades. Nesse sentido, a Lei nº 19.300 é a base de todas regulação ambiental no Chile e estabelece os projetos ou atividades que deverão se submeter ao Serviço de Avaliação Ambiental. Adicionalmente, outras normas estabelecem autorizações e obrigações específicas relacionadas à produção, armazenagem e venda de produtos para fins ambientais e sanitários.

As atividades da Companhia realizadas no Chile requerem a obtenção de autorizações sanitárias para produção e armazenagem de produtos alimentícios, assim como para armazenamento e descarte de resíduos sólidos e líquidos industriais; relatório sanitário relativo às instalações ou às plantas; autorizações municipais de todas as instalações, incluindo autorização de edificação, certificado de recepção final de obras e; autorizações de sistema de esgoto e água potável próprio ou fornecido por uma empresa sanitária.

Legislação e Regulamentação Ambiental – Peru

Considerando que a Costeño Alimentos S.A.C ("Costeño") utiliza recursos naturais e pode vir a poluir o meio ambiente no curso de suas operações (processamento de grãos e feijão), é necessária a obtenção de licenças e autorizações prévias junto às autoridades ambientais para construir, instalar, expandir e administrar seus negócios no Peru

Autorizações Ambientais e Sanitárias

Atualmente, a Costeño possui três plantas de processamento, todas com as respectivas licenças necessárias ao seu funcionamento, quais sejam:

(i) Validação técnica oficial do sistema *Análisis de Peligros y Puntos Críticos de Control*: Tem o objetivo de verificar a correta implementação de referido sistema em cada linha de produção e cada estabelecimento que produz alimentos e bebidas. A certificação é outorgada pela *Superintendencia Nacional de Salud*; e

(ii) Autorização outorgada pela *Servicio Nacional de Sanidad Agraria*, que confirma a conformidade do processo de produção com a regulamentação da saúde.

Por fim, de maneira a administrar eficientemente os resíduos sólidos gerados por suas atividades, a Costeño contratou companhia especializada em administração e transporte de resíduos, de forma a garantir seu descarte apropriado. Dessa forma, a companhia especializada é responsável pelo descarte de resíduos.

Costeño possui todas as licenças e autorizações administrativas obrigatórias à administração e desenvolvimento de seus negócios no âmbito da legislação peruana.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar:

a. Se a Companhia divulga informações sociais e ambientais

A Companhia não publica relatório de sustentabilidade ou documento similar e também não possui política de responsabilidade socioambiental, embora os considere temas relevantes. Sendo assim, a Companhia pretende desenvolver estudos internos para levantamento de custos, impactos e capacitação para a elaboração de tais documentos.

b. Metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável.

c. Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável.

d. A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9. Outras informações relevantes:

O Setor de Alimentos na América Latina

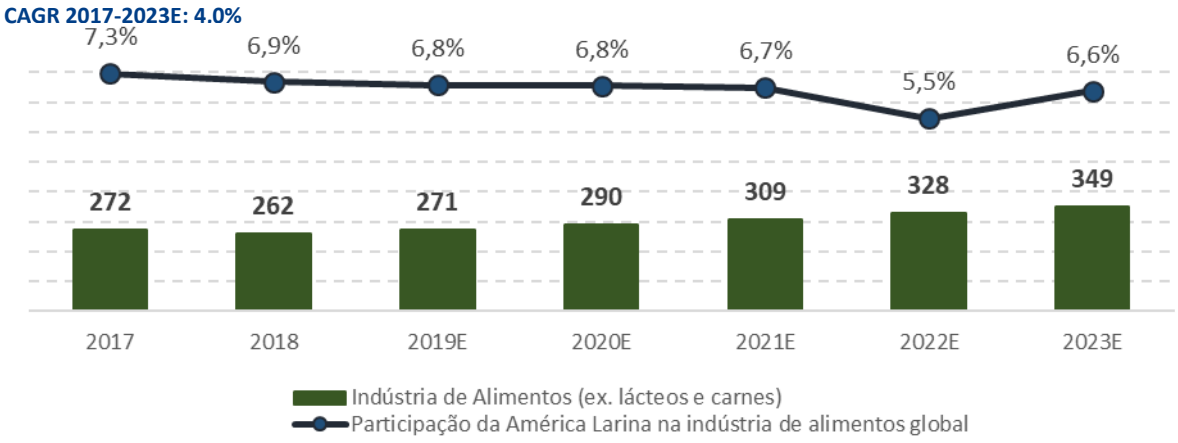
Breve panorama

O setor de alimentos engloba diversos tipos de produtos, tais como carnes, lácteos, café, chá, cereais, açúcares, óleos, gorduras, trigo, frutas, vegetais, pescados, dentre outros, que apresentam entre si grande diversidade de características estruturais de mercados, de processo de produção e de consumo. Tendo em vista tal amplitude, a descrição a seguir foca no setor de alimentos, excluindo carnes e lácteos por possuírem características, dinâmicas de produção e comercialização materialmente divergentes de nossos segmentos de atuação, que se caracterizam pelo caráter não perecível dos produtos comercializados, dispensando a utilização de câmaras frias na distribuição.

A América Latina figura como região de destaque na indústria de alimentos global, representando 6,9% do faturamento global da indústria em 2018, segundo o Business Monitor International ("BMI") e o Fundo Monetário Internacional (International Monetary Fund ou"IMF"). O destaque da região deve-se a fatores como topografia e clima favoráveis, histórico econômico voltado ao setor agrícola, abundância de mão-de-obra especializada e grande extensão de área cultivável potencial ainda não explorada, principalmente no Brasil e Argentina.

Considerando que a região passa por um período volátil de crescimento das principais economias, acredita-se que forte retomada de crescimento e melhoria das condições macroeconômicas na região contribuam para contínua atratividade e expansão do setor. Neste contexto, espera-se que o faturamento da indústria de alimentos na América Latina apresente taxa de crescimento anual composta (Compound Annual Growth Rate ou "CAGR") de 5,6% entre 2019 e 2023. (Fonte: BMI)

Faturamento da indústria de alimentos na América Latina (em US$(1) bilhões) (2)



(1) US$ - moeda corrente dos Estados Unidos da América (dólares).
(2) Fonte: BMI e IMF

A América Latina é uma região de hábitos alimentares variados, refletindo a rica base de recursos naturais e a diversidade de nacionalidades de imigrantes que se instalaram na região ao longo de sua história e da cultura indígena local. Os europeus trouxeram influências como o consumo de carne bovina e do arroz, que possui origem asiática e foi levado dos países árabes à Europa. Itens amplamente consumidos como feijão, pescados, milho, batata e mandioca já eram cultivados e consumidos pelos povos indígenas antes da colonização europeia na região.

Tendências no setor de alimentos na América Latina

Acreditamos que há uma perspectiva positiva para o setor de alimentos na América Latina, suportado pela retomada do crescimento econômico da região, aumento da população e mudanças demográficas nesses países e fortalecimento de tendências favoráveis nos hábitos de consumo. Dentre as principais tendências destacam-se: (i) aumento da penetração

7.9 - Outras Informações Relevantes

do consumo de alimentos como arroz e pescados; (ii) busca por produtos de maior qualidade; e (iii) aumento da demanda por produtos de maior valor agregado, praticidade e conveniência.

O Setor de Alimentos | Brasil

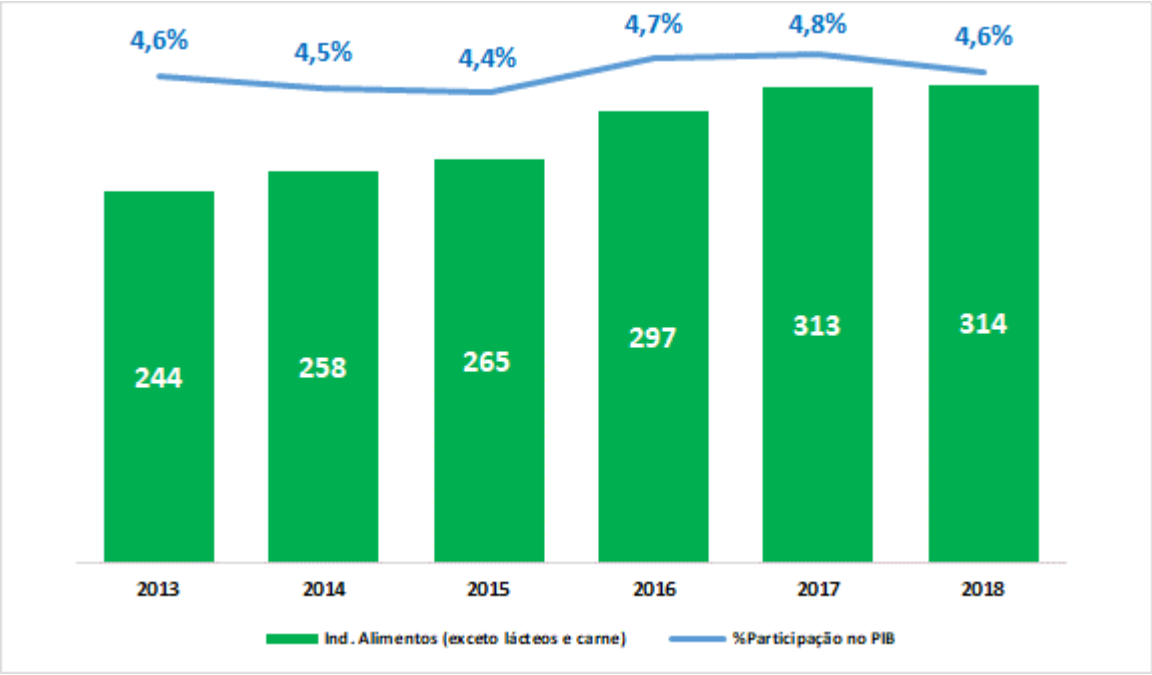
Breve panorama

O setor de alimentos no Brasil apresentou um crescimento de 2,08% em faturamento no ano de 2018, atingindo R$ 656 bilhões, somadas exportação e vendas para o mercado interno, representando 9,6% do PIB nacional, segundo pesquisa conjuntural realizada ABIA – Associação Brasileira da Indústria de Alimentos. Não obstante, a indústria de alimentos foi responsável pela geração 13 mil novos postos de trabalho no exercício social de 2018. O total de investimentos em ativos e fusões e aquisições alcançou R$ 21,4 bilhões, registrando um aumento de 13,4%, contra R$ 18,9 bilhões registrados em 2017.

O bom desempenho do consumo no mercado interno se manteve e absorve cerca de 80% das vendas da indústria. O crescimento foi de 4,3%, somando-se o crescimento das vendas no varejo e no segmento de alimentação fora do lar (food service).

Adicionalmente, a participação do setor de alimentos e bebidas (excluindo-se carnes e lácteos) no PIB brasileiro, apresentou ligeira queda entre os exercícios sociais de 2017 e 2018, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Faturamento líquido da indústria de alimentos no Brasil[1] (R$ bilhões)

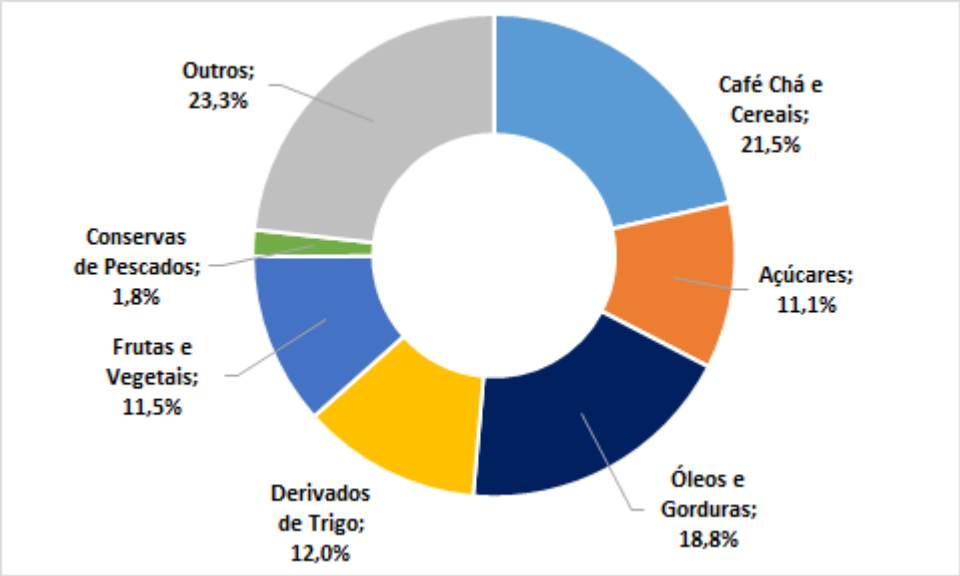


Fonte: ABIA
[1] Não inclui derivados de carne e lácteos

Excluindo-se os segmentos de carnes e lácteos, a categoria de café, chá e cereais foi a mais representativa em termos de faturamento do setor no exercício social de 2018, com 21,5% do total, seguida pela categoria de óleos e gorduras, com 18,8%. Adicionalmente, é possível observar um equilíbrio entre os segmentos de derivados de trigo e derivados de frutas e vegetais e açúcares, que possuem participação de 12,0%, 11,5% e 11,1% nas vendas totais do setor, respectivamente.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Abertura do faturamento por setor (2018) - % faturamento líquido total



Fonte: ABIA

Por ser um país de hábitos alimentares variados, devido a diversidade de nacionalidades de imigrantes que se instalaram no país ao longo de sua história e da cultura indígena local, o prato mais tradicional do Brasil consiste em arroz, feijão, farofa e carne bovina, que reflete toda a miscigenação e o intercâmbio cultural presentes no país. O arroz trazido da Ásia à Europa pelos países árabes, com a chegada dos portugueses, passou a fazer parte da alimentação cotidiana do brasileiro. O feijão e a farofa já eram apreciados pelos indígenas antes da chegada dos colonizadores, enquanto o hábito de comer carne bovina também foi introduzido pelos portugueses.

O setor de alimentos está sujeito a riscos sanitários devido à responsabilidade envolvida na comercialização de produtos voltados para o consumo humano, devido aos riscos causados por potenciais contaminações, adulterações ou deterioração de alimentos. Visto isso, os países possuem políticas próprias para controle de importação e exportação de alimentos além de órgãos de vigilância sanitária com objetivo de minimizar incidentes envolvendo consumidores, como por exemplo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA").

Perspectivas para a indústria de alimentos no Brasil

Em nossa visão, as perspectivas para o crescimento da indústria de alimentos no Brasil são amplamente positivas, especialmente se for considerada a combinação de (i) baixos gastos com alimentos no Brasil, quando comparados a outros países, (ii) expectativa de recuperação na atividade econômica nos próximos anos, beneficiando indicadores de renda, criação de postos de trabalho e aumento do poder de compra da população brasileira, (iii) inflação sob controle e (iv) estimativas de crescimento da população.

Espera-se que a retomada do crescimento da renda e do emprego no Brasil continuem a promover o movimento de migração social para classes de maior poder aquisitivo, alavancando o consumo interno. Essa mobilidade social possui grande relevância na tendência de aumento no consumo de alimentos no país, com expansão do gasto *per capita* com alimentos, dentro e fora do domicílio.

Estima-se, ainda, que a indústria de alimentos brasileira tenha uma redução de custos de produção e distribuição em virtude de (i) topografia e do clima favoráveis, refletindo em altos níveis de produtividade, (ii) grande extensão de área cultivável potencial ainda não explorada, (iii) avanço e desenvolvimento tecnológico e (iv) melhorias e desenvolvimento da infraestrutura de transportes e eficiência logística e acesso aos maiores centros consumidores, que ainda são os principais gargalos para o setor de alimentos do país. A privatização de rodovias, instalações portuárias e ferrovias melhoraram os transportes no Brasil e a infraestrutura de exportação, resultando em redução de custos e menores prazos

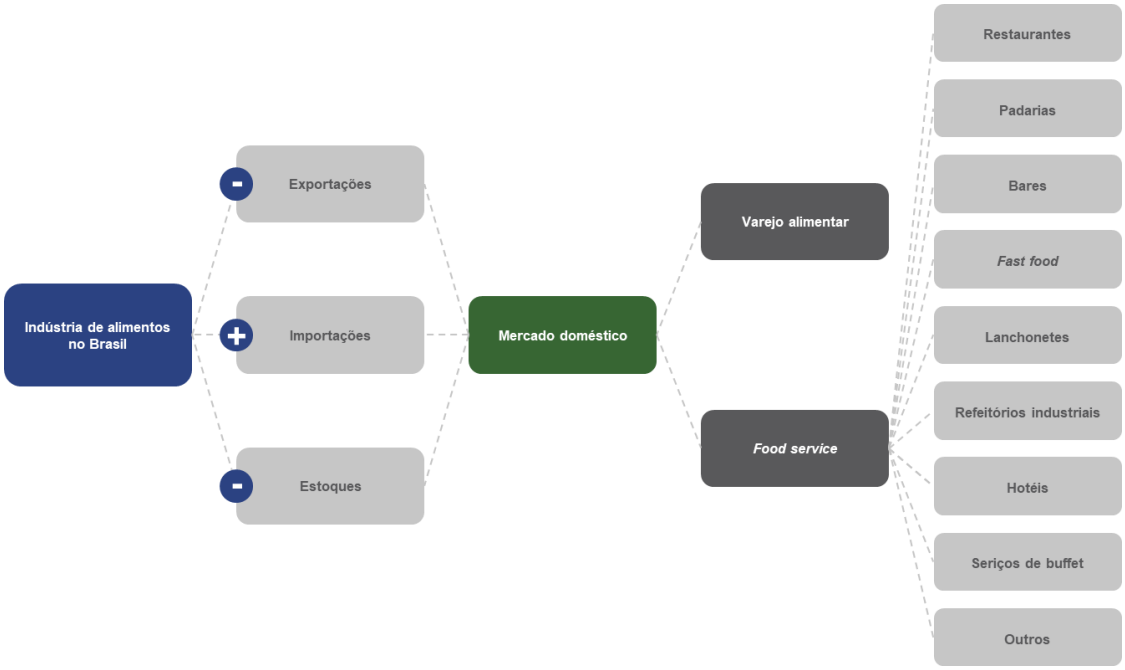
7.9 - Outras Informações Relevantes

de entrega. Estes fatores são ainda suportados pelas perspectivas positivas de retomada da economia, crescimento da população, mobilidade social e tendência de redução da inflação.

Cadeia de distribuição

A indústria de alimentos brasileira possui interação com diferentes canais de distribuição. Apesar da frequente celebração de contratos exclusivos e semi-exclusivos com limitações em áreas geográficas e restrições sobre determinados produtos, a indústria alimentícia possui operação relativamente livre. Neste ambiente, a distribuição no varejo possui participação significativa no escoamento da produção e detém alto poder de barganha vis-à-vis aos fornecedores.
Adicionalmente, o segmento de *food service*, caracteriza-se por ser significativamente fragmentado.

Cadeia de distribuição da indústria de alimentos no Brasil



Fonte: USDA e ABIA

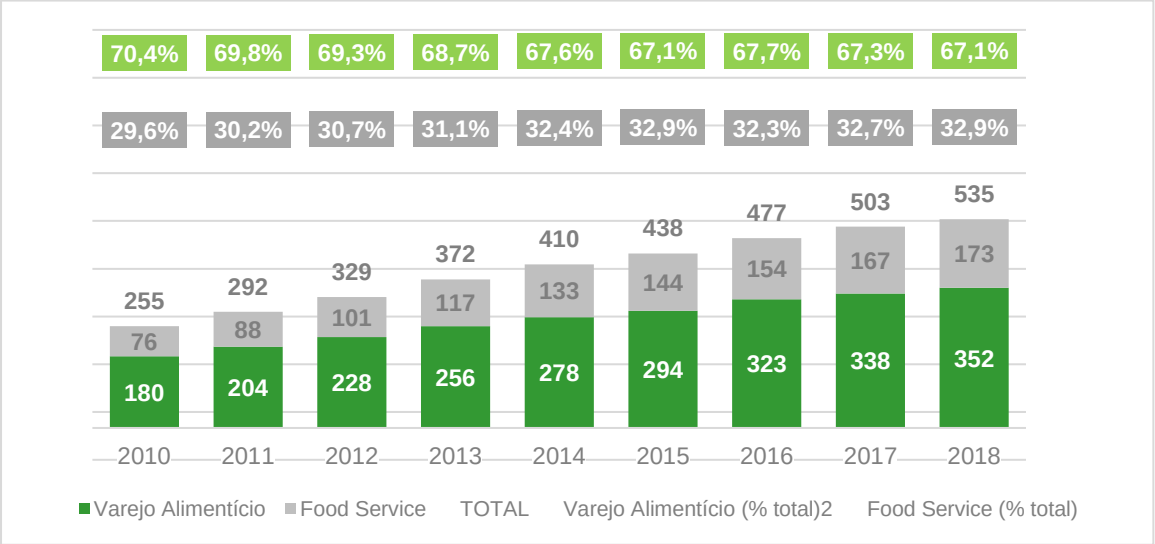
A indústria de varejo de alimentos no Brasil é altamente fragmentada. De acordo com a Associação Brasileira de Supermercados ("ABRAS"), as cinco maiores cadeias de supermercados representavam aproximadamente 35,3% da indústria de varejo de alimentos em 2018, contra 51,5% em 2015.

As redes de pequeno e médio porte, supermercados locais e mercearias independentes ainda capturam fatia relevante do mercado varejista de alimentos, principalmente fora das grandes regiões metropolitanas do país.

As maiores empresas do setor varejista de alimentos são controladas por sociedades sediadas no exterior, sendo o Casino (controlador do Grupo Pão de Açúcar), Carrefour e Walmart os três maiores grupos do setor. As grandes varejistas possuem papel de destaque como canal de distribuição de alimentos no Brasil, possuindo escala e presença em todo território nacional, fatores importantes para a crescente consolidação do setor de varejo de alimentos.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Canais de distribuição da indústria alimentícia no Brasil (R$ bilhões)

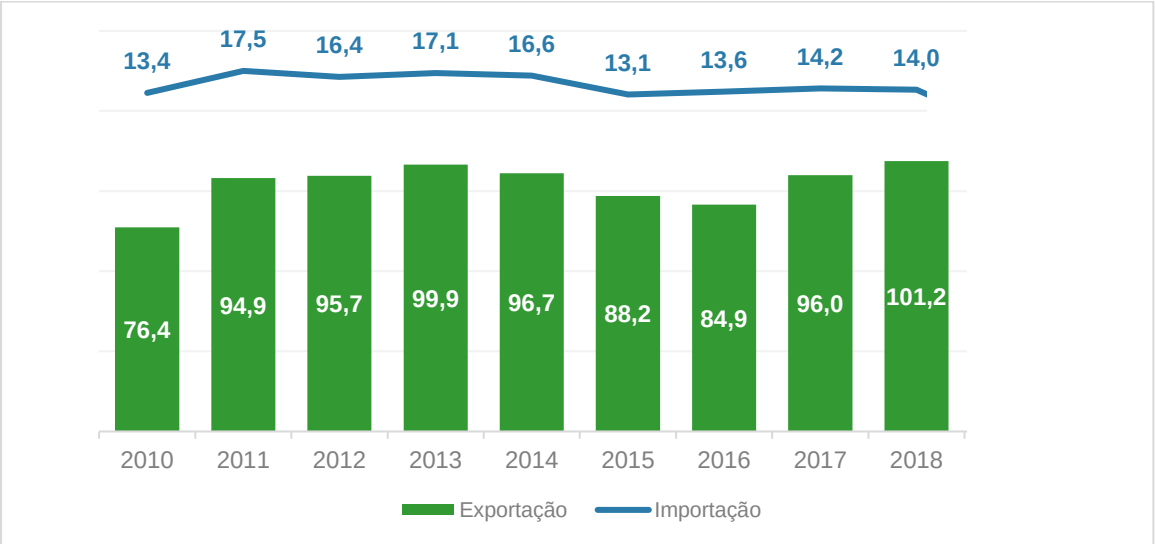


Fonte: ABIA

Balança comercial do setor

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o setor de agronegócios apresenta anualmente crescimento, contribuindo fortemente para a balança comercial do país. Estudo da AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro comprovam:

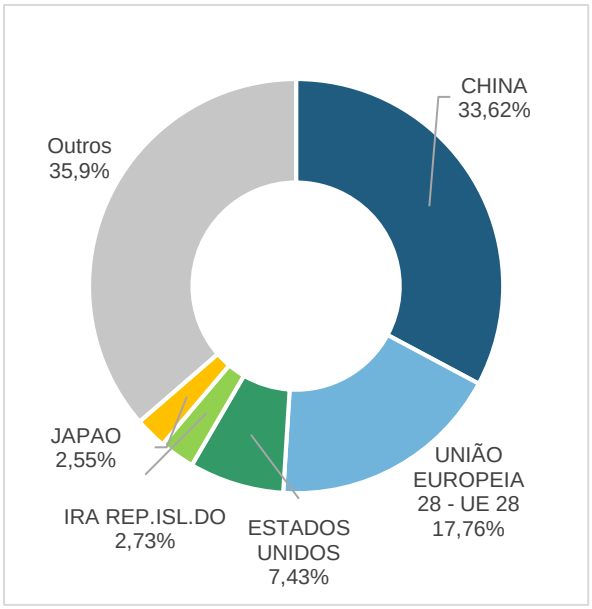
Exportações e importações do agronegócio no Brasil (em US$ Bilhão)

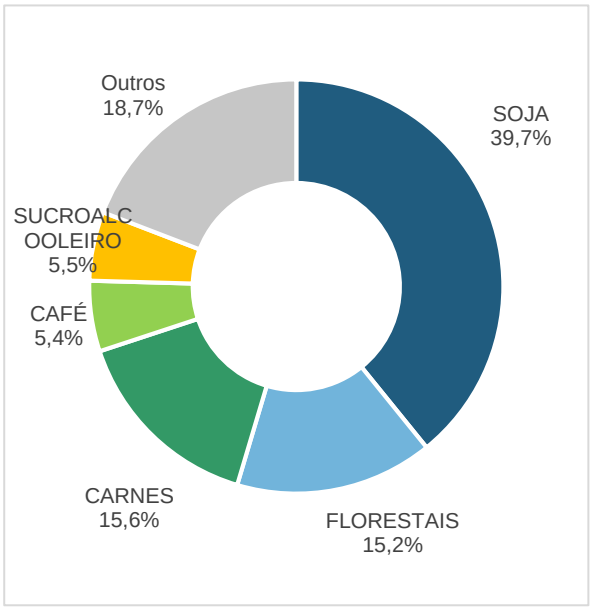


Fonte: AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro

7.9 - Outras Informações Relevantes

Os principais destinos desses produtos são China e União Européia, sendo a soja o principal produto exportado:





Fonte: AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro (jun/19)

Tendências do setor de alimentos no Brasil

Os fundamentos macroeconômicos e algumas mudanças culturais em curso têm influenciado o fortalecimento de tendências, que, por sua vez, devem também impactar o aumento da demanda por alimentos e alterações em alguns padrões de consumo, dentre as quais se destacam:

- Aumento da penetração do consumo de alguns alimentos, principalmente entre as classes de renda D e E. A recuperação da economia e o consequente aumento de renda das classes D e E tendem a impulsionar o consumo de alguns alimentos, dentre os quais o arroz, que é a principal fonte de carboidratos dos brasileiros, sobretudo nas regiões de renda mais baixa, como Nordeste e Norte.

- Aumento da demanda por produtos de maior qualidade. Em razão desse aumento de renda, estima-se que haverá um crescente aumento na procura por produtos de maior qualidade e/ou identificados por melhores marcas.

- Aumento da demanda por produtos de maior valor agregado. Em decorrência de mudanças culturais, demográficas e de hábitos da sociedade brasileira, acredita-se em uma crescente busca por praticidade e conveniência. Esta tendência pode ser observada pelo crescimento da venda de produtos prontos e do segmento de *food service* (vendas para restaurantes, lanchonetes, estabelecimentos de alimentação em geral).

- Novas tecnologias. Alto potencial de crescimento do *e-commerce* para o mercado varejista de alimentos devido ao modelo flexível e velocidade da logística em serviços de entrega a domicílio. Este ambiente virtual é integrado com as lojas físicas e a expansão da presença digital é alavancada pelo engajamento do consumidor *omnichannel* (usuário de diversos canais de compra como loja física, computador e celulares simultaneamente).

7.9 - Outras Informações Relevantes

Indústria De Arroz | Mundo

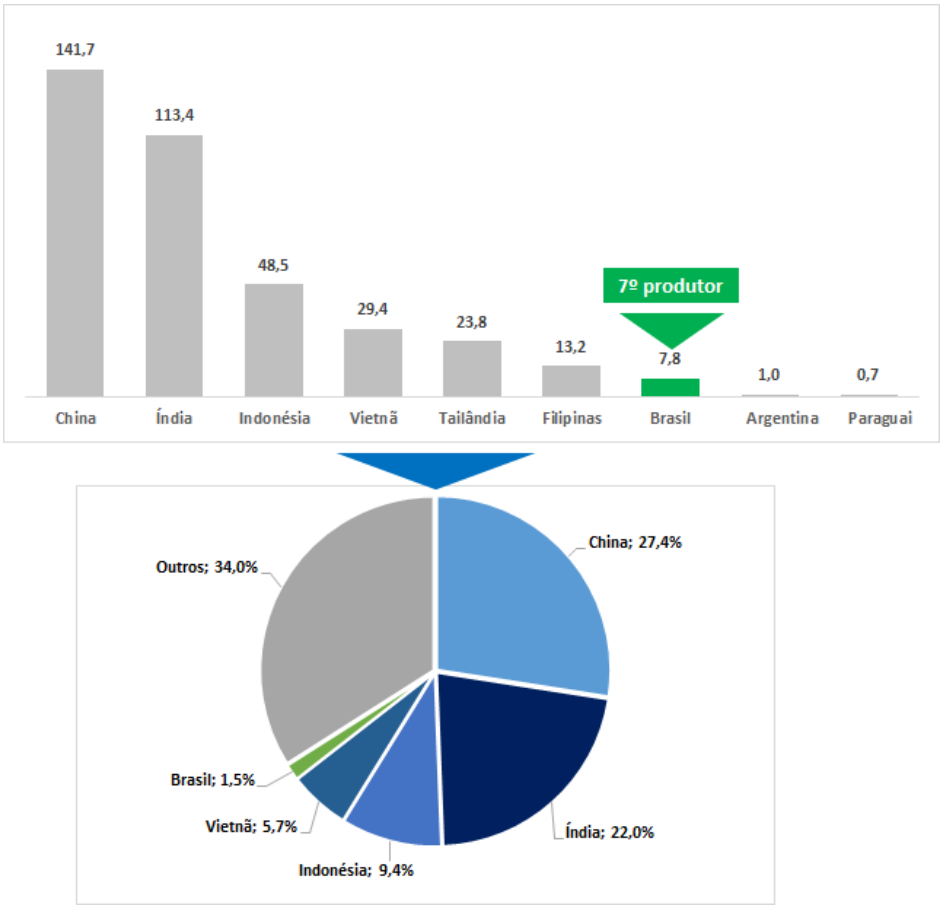
Breve panorama

O arroz compõe a base da alimentação de mais da metade da população mundial. Entre os produtos destinados à alimentação humana, é o 2º em importância, ficando atrás apenas do trigo. Em algumas partes do mundo, especialmente na Ásia, é base da alimentação da população.

Aproximadamente 498,7 milhões de toneladas de arroz beneficiado são produzidas anualmente no mundo, principalmente na Indonésia, China, Índia, Brasil e Estados Unidos, que são, em conjunto, responsáveis por, aproximadamente, 63,3% da produção total mundial, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e 60,0% do consumo total mundial, de acordo com a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (*Organization for Economic Co-operation and Development* ou "OECD").

Atualmente o arroz é cultivado praticamente em todo o mundo, em cerca de 163,5 milhões de hectares, de acordo com o USDA. Isso representa 15,3% das terras cultiváveis, de acordo com a OECD.

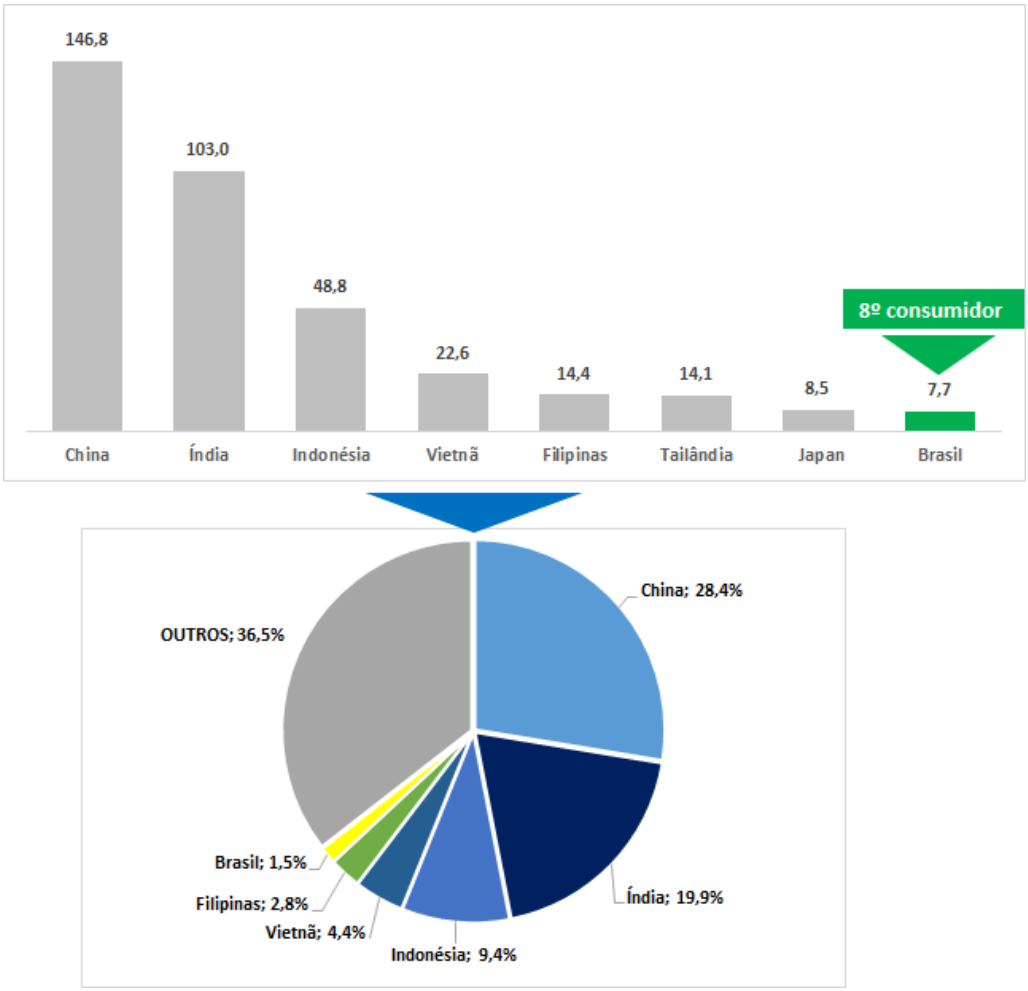
Produção mundial de arroz – julho 2019 (em milhões de toneladas)



Fonte: OECD - Índice de Preços das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação ("FAO"); Companhia Nacional de Abastecimento ("CONAB")
[1] Dados de produção no Brasil disponibilizados pela CONAB

7.9 - Outras Informações Relevantes

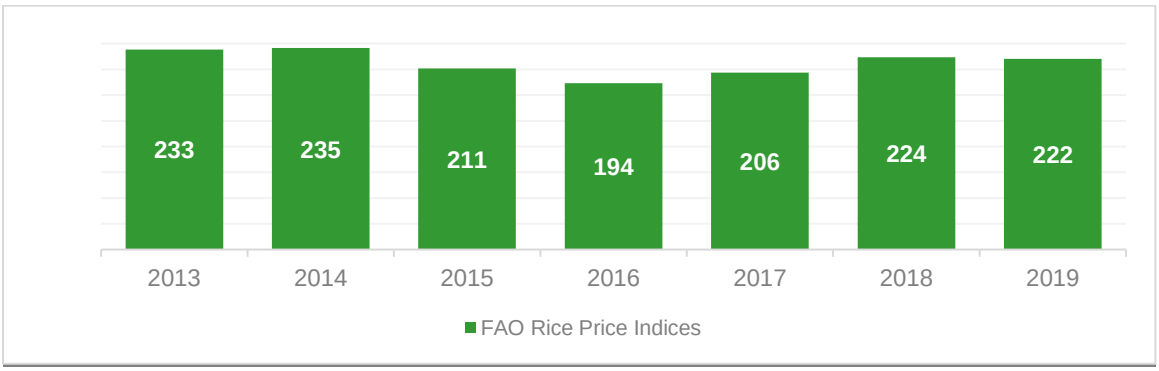
Consumo mundial de arroz – julho 2019 (em milhões de toneladas)



Fonte: OECD

A dinâmica do preço internacional do arroz é fortemente impactada por oscilações da produção, formação de estoques e das políticas instauradas pelos governos dos principais países exportadores de arroz, como Tailândia, Índia e Vietnã e países importadores, como China, Filipinas e Nigéria.

Evolução do preço do arroz no mundo | (índice de preços FAO[1])

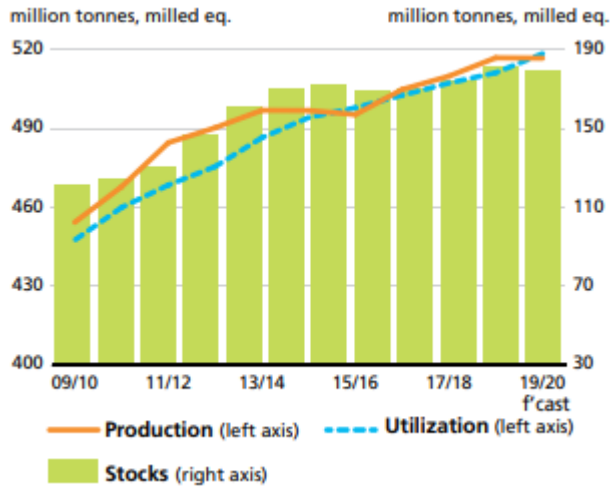


Fonte: FAO - Índice de preço FAO (2019 Jan-Jun.)

7.9 - Outras Informações Relevantes

Perspectivas da indústria de arroz no mundo

Segundo dados divulgados pela FAO, a produção mundial de arroz é provisoriamente prevista para 516,8 milhões de toneladas (base) em 2019, praticamente inalterado desde a alta de 2018.



O desenvolvimento tecnológico na indústria tem permitido a evolução dos produtos de arroz, que cada vez mais apresentam diversidade de qualidade, tipos de embalagens e de produtos pré-preparados, atendendo melhor ao consumidor final. Como resultado da importância que o consumidor tem colocado sobre o arroz de primeira qualidade, os processadores de arroz adotam certas práticas pelas quais pagam um prêmio aos produtores de arroz para cultivarem determinadas variedades de arroz de maior qualidade.

Formas mais utilizadas do produto, diferenciação de qualidade e comercialização

Cinco diferentes produtos podem ser produzidos por meio do arroz em casca: casca, farelo, arroz integral, arroz inteiro e arroz quebrado no processo do beneficiamento.

O arroz geralmente é comercializado em três formas: polido (branco e parboilizado), arroz integral (que pode também ser parboilizado) e arroz em casca. O desenvolvimento das tecnologias, principalmente no processamento do arroz, tem permitido cada vez mais a diferenciação de qualidade entre os tipos, e dentro do mesmo tipo, criando novas formas de agregar valor ao produto e minimizar perdas. Atualmente, as embalagens mais utilizadas para o consumo são de 0,5 kg até 5 kg, agregando facilidade para o consumidor e para a estocagem. As diferentes formas de arroz produzidas apresentam as seguintes diferenciações:

- Arroz polido branco: é produzido por meio de um processo de extração da casca e polimento do grão, que muda sua aparência, maciez e suaviza o seu sabor. Rico em carboidratos, é o arroz mais consumido no Brasil.

- Arroz parboilizado: um processo pelo qual o arroz em casca é embebido em água e vapor sob pressão intensa. A parboilização faz com que o arroz fique menos propenso a quebrar durante a moagem e transmite os nutrientes da camada de farelo para o grão. O arroz parboilizado é vendido tanto beneficiado como integral, tendo como principais destinos os países africanos, para o polido, e europeus para o integral.

- Arroz integral: é o arroz que teve apenas a casca retirada e preserva algumas qualidades nutricionais diferentes do arroz polido. Este tipo de arroz tem apresentado crescimento relevante devido ao apelo de maior qualidade nutricional e de alimento saudável, atraindo cada vez mais consumidores. O apelo de melhor nível nutricional, as menores embalagens e investimento em marketing têm permitido a criação de produtos de consumo com arroz integral que apresentam preços mais elevados.

7.9 - Outras Informações Relevantes

- Arroz em casca: é o arroz que não foi beneficiado, com as cascas e as camadas de farelo ligadas ao grão e é mais usado na exportação de grandes quantidades.

O arroz ainda pode ser classificado de acordo com a quantidade de grãos defeituosos:

- Tipo 1: amostra com no mínimo 92,5% de arroz inteiro, com aspecto mais desprendido após cozido.

- Tipo 2: a amostra possui o dobro de defeito, sendo menos selecionado e com até 15% de grãos quebrados. O resultado é um arroz com aspecto mais compacto, úmido e não uniforme após cozido.

Do arroz integral a versões semiprontas com temperos e ingredientes, o produto passa por uma releitura para estimular o consumo no país. Estas iniciativas da indústria buscam aumentar a percepção de valor do alimento, seja como ingrediente secundário ou principal nas refeições.

Indústria De Arroz | Brasil

Breve panorama

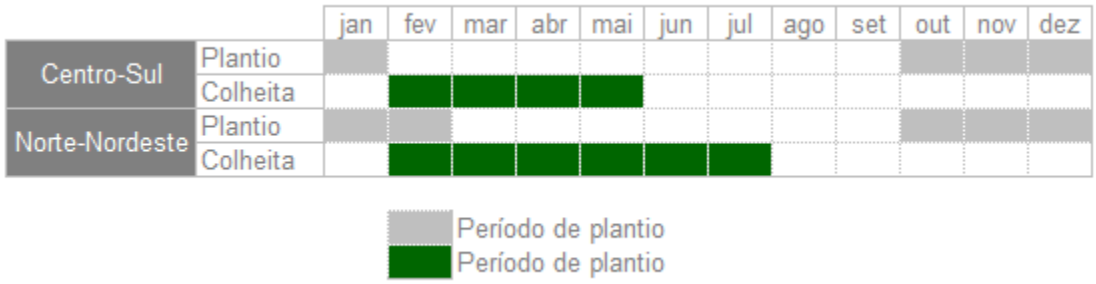
O arroz figura como o principal elemento da dieta dos brasileiros, estando presente na mesa de todas as camadas sociais sendo, consequentemente, um dos principais produtos de consumo do país. Dada sua relevância no abastecimento interno e na segurança alimentar da população, o arroz sempre teve grande importância na formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento.

O Brasil possui o 12º maior consumo médio *per capita* de arroz em casca do mundo, de aproximadamente 38,1kg por ano, nível elevado em comparação aos países ocidentais como Estados Unidos (12,4 kg). Entretanto, o consumo *per capita* no Brasil é significativamente inferior aos níveis de alguns países asiáticos como a Indonésia (135,0 kg) e a China (77,8 kg) segundo a OECD.

Atualmente, acredita-se que a estabilidade do consumo no Brasil esteja relacionada à substituição de outras fontes de carboidratos nas regiões Norte e Nordeste, além da tendência à busca por maior qualidade e marcas *premium* em razão, especialmente, do aumento da disponibilidade de renda na economia.

Produção

Calendário agrícola do arroz no Brasil

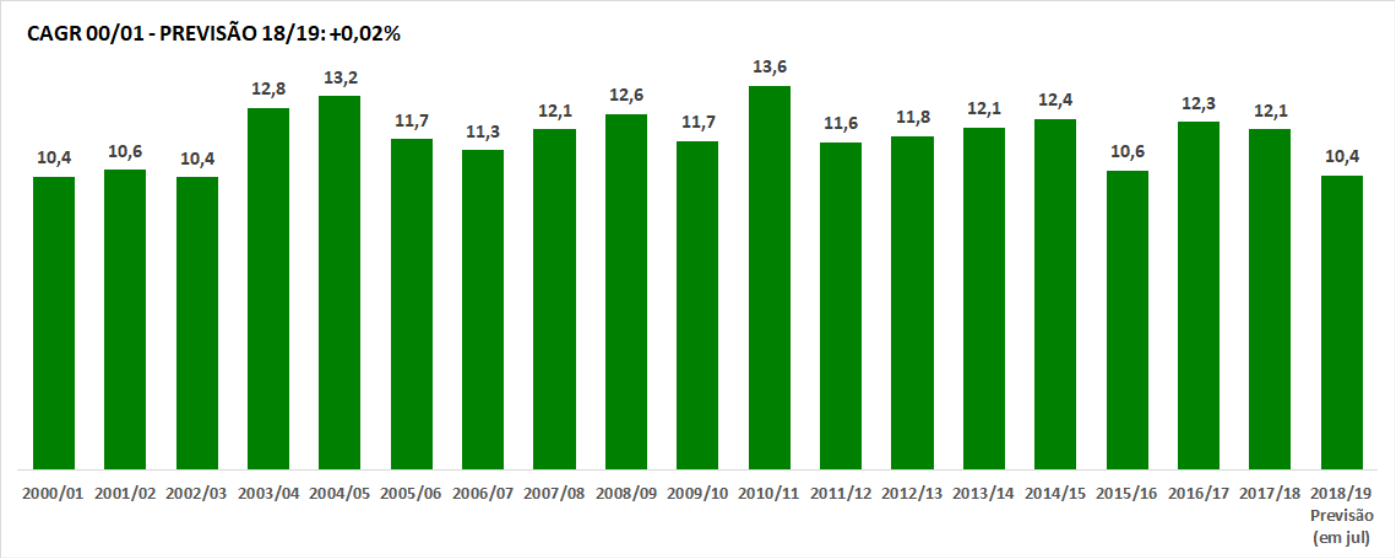


Fonte: CONAB

A produção de arroz no Brasil tem se mostrado estável historicamente, suportada pelo incremento da produtividade. Os gráficos abaixo apresentam a produção total de arroz em casca no Brasil, a área cultivada e a produtividade no período de 2000/2001 a 2018/2019 previsto:

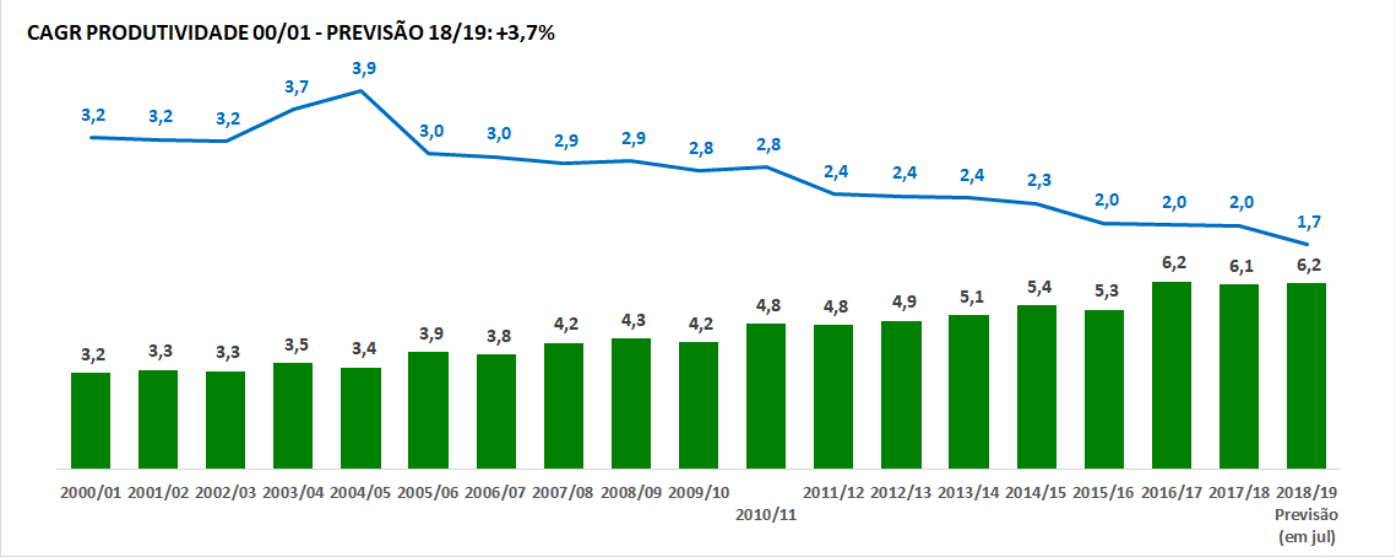
7.9 - Outras Informações Relevantes

Produção brasileira de arroz (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB

Produtividade média de arroz no Brasil (em mil kg por hectare) e área cultivada de arroz no Brasil (em milhões de hectares)



Fonte: CONAB

Como resultado da constante incorporação de tecnologia pelos agricultores brasileiros, verificou-se alta resiliência na produtividade média de arroz. Adicionalmente, as boas condições climáticas, o aumento da área de plantio de arroz irrigado e queda no plantio de sequeiro têm influência no aumento da média de produtividade de arroz do Brasil, uma vez que o manejo irrigado alcança produtividade muito superior ao de sequeiro.

A produção de arroz no Brasil está concentrada nos estados do Rio Grande do Sul (representando 70,9% da produção total brasileira prevista para 2018/2019) e Santa Catarina (representando aproximadamente 10,5% da produção total brasileira prevista para 2018/2019), segundo a CONAB.

Estes dois estados apresentam os mais altos índices de produtividade do Brasil, segundo a CONAB. Além disso, contam com alta utilização de tecnologia agrícola e genética, diminuindo perdas e melhorando a qualidade, além de possuírem condições climáticas favoráveis. Tais fatores levam o Rio Grande do Sul e Santa Catarina a terem índices de

7.9 - Outras Informações Relevantes

produtividade de 7,4 e 7,6 toneladas de arroz em casca por hectare, respectivamente – similares aos registrados nos países mais produtivos do mundo.

Acredita-se que o Brasil ainda possui capacidade de expandir a produção do arroz, tanto nos estados tradicionais quanto em novas fronteiras como Maranhão, Piauí e Tocantins. Essa tendência se verifica no aumento significativo da participação na produção nacional de Tocantins nos últimos anos: a participação prevista na safra 2018/2019 versus a participação na safra 2011/2012 cresceu de 3,8% para 6,0%.

A tabela abaixo apresenta volume de produção, área de cultivo e produtividade registrada nos cinco principais estados produtores de arroz no Brasil:

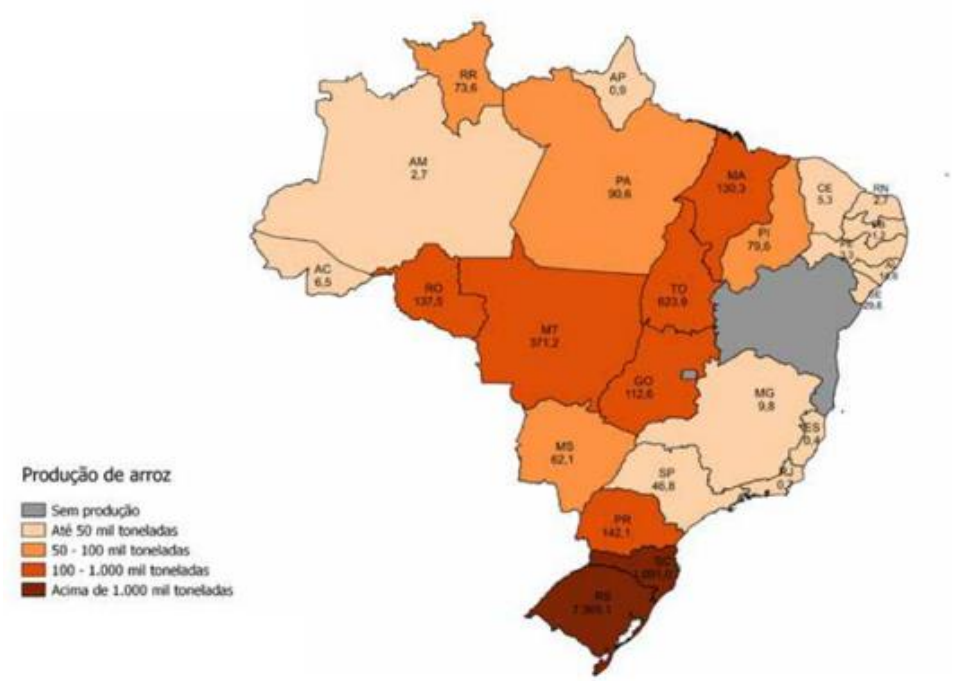
Principais estados produtores de arroz no Brasil (safra estimada em 2017/18E)

Estado	Produção de Arroz (mil toneladas)	% Produção Total	Área de cultivo ('000 hectares)	Produtividade ('000 kg/ha)
RS	7.389	70,9%	1.001	7,4
SC	1.091	10,5%	145	7,6
TO	624	6,0%	120	5,2
MT	371	3,6%	118	3,1
PR	142	1,4%	23	6,1

Fonte: CONAB

O mapa abaixo apresenta as áreas de cultivo de arroz no Brasil, considerando o volume de produção da safra 2018/2019:

Mapa da produção agrícola de arroz



Fonte: Conab

7.9 - Outras Informações Relevantes

Existem atualmente cerca de 18 mil orizicultores no Rio Grande do Sul de acordo com a Fedearroz. Esse grau de fragmentação resultou em uma cadeia de produção que exige uma estreita coordenação entre os produtores de arroz, processadores de arroz, corretores e outros agentes envolvidos.

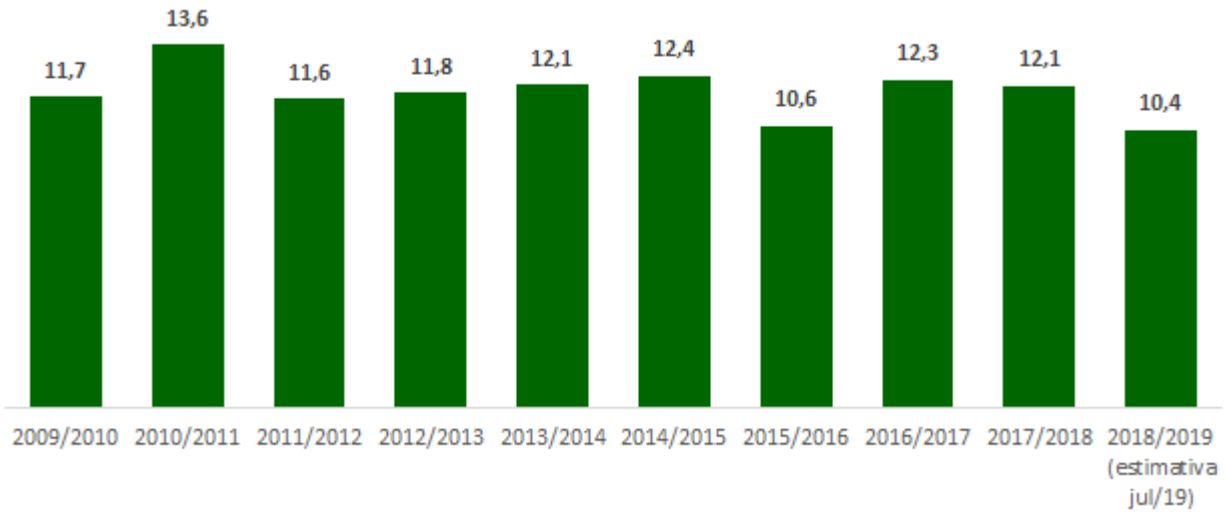
A relação entre os produtores e os processadores de arroz tem base na tradição e relacionamento, pois normalmente não é totalmente definida por contratos formalizados e, por sua natureza, normalmente não é exclusiva. No estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, os produtores de arroz muitas vezes estocam seu arroz nas instalações dos processadores durante uma colheita, sem ter acordado um preço final, podendo deixar seu arroz em tais instalações por longos períodos antes de iniciar as negociações com os processadores.

Este modelo traz vantagens competitivas e segurança de suprimento para os grandes beneficiadores, com maior capacidade de estocagem, visto que tende a tornar mais difícil e custoso para os produtores a retirada de seu arroz.

Preço e consumo

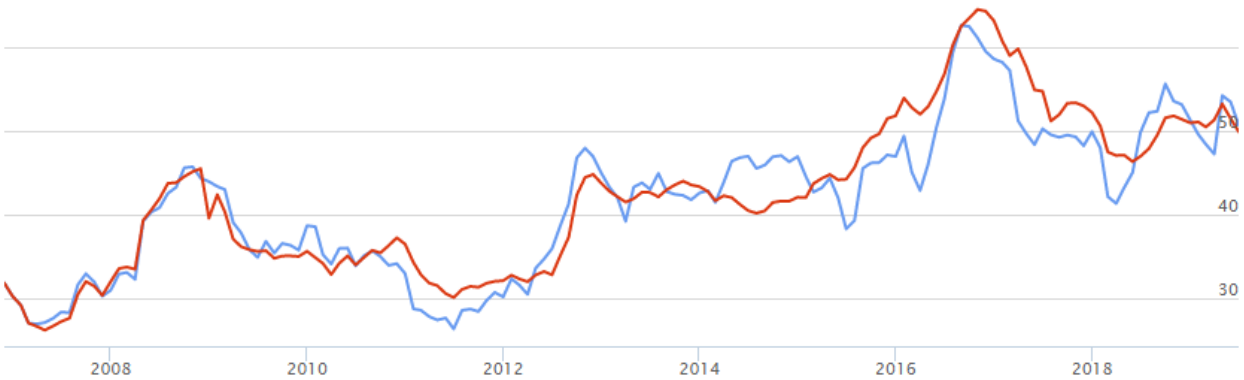
Pela grande importância do arroz na alimentação dos brasileiros e por ser um item básico de consumo, a produção e consumo de arroz se mantém resiliente, de forma que os processadores e comercializadores possuem grande capacidade de repassar variações de preços da matéria-prima aos consumidores finais.

Produção brasileira de arroz em casca[1] (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB
[1]: A casca do arroz representa cerca de ~32% do peso total do grão

Evolução do preço nacional do arroz em casca (R$/saca de 60kg)

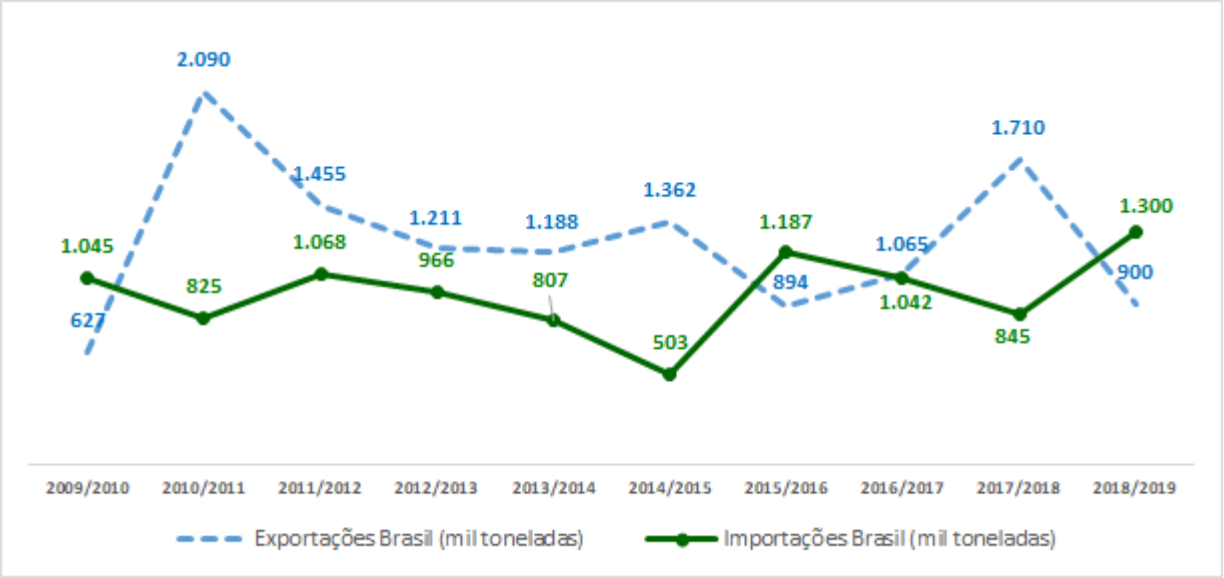


Fonte: Agrolink até jul/19 (https://www.agrolink.com.br/cotacoes/historico/sp/arroz-em-casca-sc-60kg)

7.9 - Outras Informações Relevantes

O Brasil direciona majoritariamente sua produção para o mercado interno, o que corrobora para a independência das cotações internas nacionais frente ao mercado internacional. Visto que o mercado externo ainda é muito reduzido se comparado com o mercado nacional, o volume produzido internamente atua como o fator mais relevante na determinação dos preços nacionais. Desta forma, uma oferta mais abundante do setor se traduz em preços deprimidos. Ou seja, fatores como variações climáticas e incidência de pragas, por influírem na quantidade produzida, possuem significativa importância na definição do preço de mercado vigente.

Importação e exportação de arroz no Brasil (em milhões de toneladas)



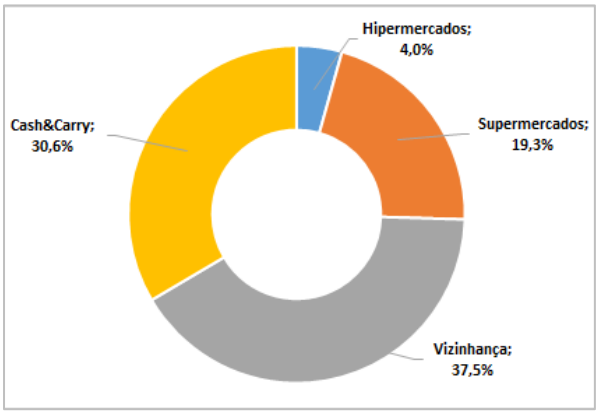
Fonte: CONAB

Os principais destinos das exportações brasileiras de arroz são Peru, Cuba e Estados Unidos e as principais origens das importações são Paraguai, Uruguai e Argentina.

Distribuição por canal

As vendas de arroz no varejo são concentradas nos cash&carry e vizinhança, que juntos correspondem 68,0% das vendas do produto no varejo, enquanto supermercado corresponde a 19,3% das vendas de arroz.

Distribuição de arroz no varejo por formato no acumulado de jul/18 a jun/19 (% das vendas)



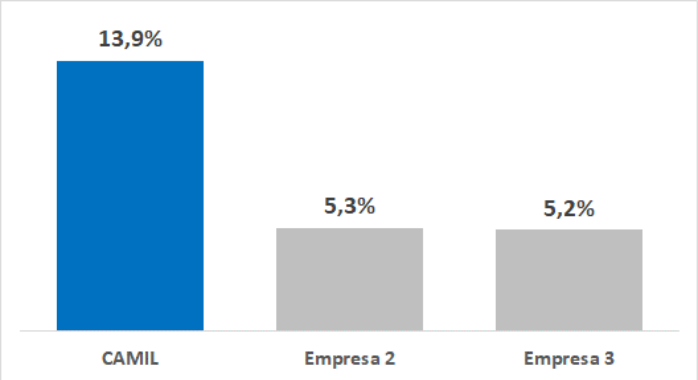
Fonte: Nielsen
Hipermercados: Lojas com mais de 4.000 m² de área de vendas
Supermercados: Lojas entre 1.000 e 4.000 m² de área de vendas
Vizinhança: Lojas com menos de 1.000 m² de área de vendas

7.9 - Outras Informações Relevantes

Aspectos de competição

O mercado brasileiro de industrialização e comercialização de arroz é fragmentado, formado por muitos processadores médios regionais e poucos processadores com marca e escala nacionais, capazes de atuar em todo o mercado brasileiro. As três maiores empresas processadoras de arroz possuem juntas 24,4% de *market share* em volume, conforme gráfico a seguir.

Participação de mercado em volume dos principais competidores na indústria de arroz (acumulado jul/18 a jun/19)



Fonte: Nielsen, INA+Cash&Carry – Acumulado Jul/18 a Jun/19 (Camil+SLC)

Os maiores processadores de arroz têm vantagens competitivas importantes, pois possuem escala, capilaridade de distribuição, utilizam tecnologia avançada para aumentar a sua capacidade de secagem, armazenagem, transformação, comercialização e venda de seus produtos, e assim têm maior capacidade de desenvolver um bom relacionamento e poder de negociação com os produtores.

As vendas de arroz no varejo caracterizam-se pela estratificação em diversos nichos, de acordo com diferentes tipos e variações do produto. Neste contexto, observa-se que a preferência do consumidor por marcas fortes e bem reconhecidas é um fator relevante na decisão de compra, resultando em ampla diferenciação dos preços no varejo entre diferentes marcas dentro do mesmo nicho de mercado, sendo este efeito mais significativo nos segmentos *premium* do mercado de arroz.

Perspectivas e tendências

Com níveis de produção altos e estáveis, o arroz no Brasil se caracteriza por uma combinação de demanda resiliente pautada pela identidade cultural e estabilidade de oferta.

Seguindo uma tendência do setor de alimentos no Brasil, a CONAB divulgou que é esperado um crescimento no consumo de arroz nas regiões Norte e Nordeste, substituindo outros alimentos fontes de carboidratos. Nas demais regiões brasileiras observa-se uma crescente procura por produtos de maior qualidade, com marcas reconhecidas, além de produtos que oferecem mais conveniência e praticidade, como as linhas de produtos prontos para o consumo.

Acredita-se que haverá um movimento de consolidação na indústria de arroz no Brasil, envolvendo grandes companhias consolidadoras de mercado adquirindo empresas médias e pequenas, que gradualmente perdem competitividade em um mercado onde escala e capilaridade de distribuição são essenciais para a rentabilidade da operação.

Entende-se que o Brasil tem potencial de aumentar sua participação no mercado mundial de arroz, devido à disponibilidade de recursos naturais, à alta produtividade e à abertura de mercados – tanto dentro da América Latina como no âmbito mundial – principalmente devido ao processo de urbanização e de desgaste de áreas agrícolas em países populosos e consumidores de arroz, como China e Índia, além de fatores climáticos negativos em produtores tradicionais e devido ao aumento do consumo dos países do continente africano.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Para realizar tal crescimento, os processadores brasileiros de arroz devem continuar a reduzir os custos de suas operações e aperfeiçoar suas redes de distribuição, visto que a produtividade normalmente varia entre diferentes regiões do país e os altos custos de transporte acabaram limitando a quantidade de arroz exportado pelos processadores brasileiros no passado. Por isso, acredita-se que o setor deve se beneficiar do desenvolvimento da infraestrutura de transporte e logística no Brasil nos próximos anos.

A utilização da casca do arroz é bastante variada, sendo a principal forma de reaproveitamento a produção de energia através da utilização da casca do arroz como combustível biomassa.

Indústria De Arroz | Uruguai, Chile E Peru

Breve panorama

Estes países, na série histórica da balança comercial brasileira, se apresentam como importantes mercados exportadores para o Brasil, suprindo, quando necessário, os déficits brasileiros entre a oferta e a demanda interna.

Os outros integrantes do Mercosul não possuem uma forte cultura de consumo do produto, sendo suas produções, em grande parte, não destinadas ao consumo interno e sim ao mercado internacional (o Brasil é o mais importante destino).

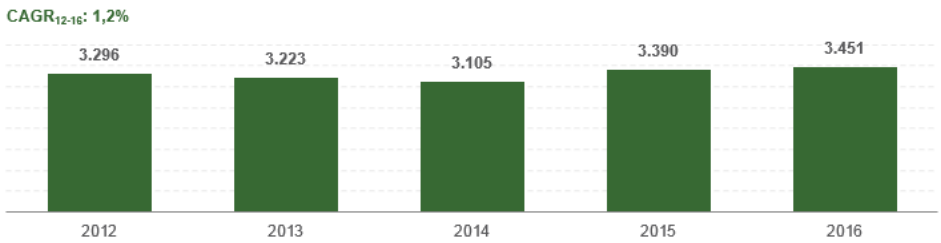
Ainda, espera-se consistente crescimento no setor suportado pela melhora das condições macroeconômicas nesses países.

Os mercados de arroz no Uruguai, Chile e Peru ainda são razoavelmente concentrados com as três maiores empresas processadoras do setor juntas correspondendo a 71,0%, 64,7% e 57,7% dos mercados, respectivamente.

O arroz é um dos produtos alimentícios mais consumidos no Peru e presente diariamente na alimentação da população peruana, com penetração em todos os níveis socioeconômicos. Segundo a OECD, na média entre 2013 e 2015, o país registrou um consumo *per capita* de 65,1 quilogramas por ano, sendo a maior parte produzida localmente. A perspectiva de crescimento do setor é corroborada pela atual tendência de migração de vendas de arroz a granel para empacotados e consequente formalização do mercado.

O mercado de arroz no Uruguai e Chile historicamente apresentam crescimento resiliente, sendo a produção uruguaia predominantemente voltada para a exportação do produto, enquanto a produção chilena é em sua maioria voltada para o consumo interno. Ainda se caracteriza por ser um setor com relevante fragmentação, suportando um potencial de consolidação nesses países.

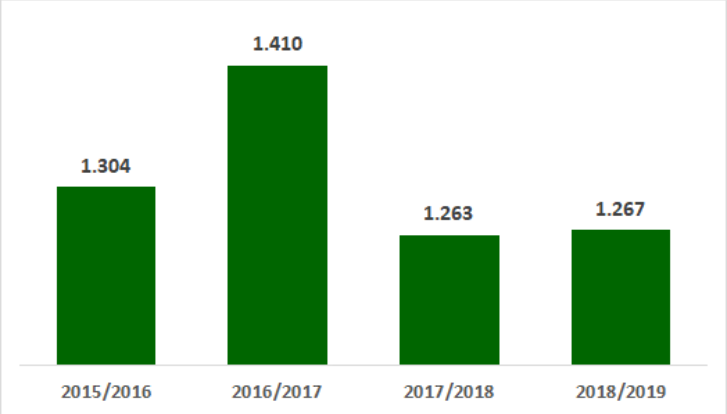
Consumo total de arroz no Peru[1] (milhares de toneladas)



Fonte: Ministério Peruano de Agroindústria e Rego/Irrigação ("MINAGRI")
[1]: Considera soma da produção total e importação

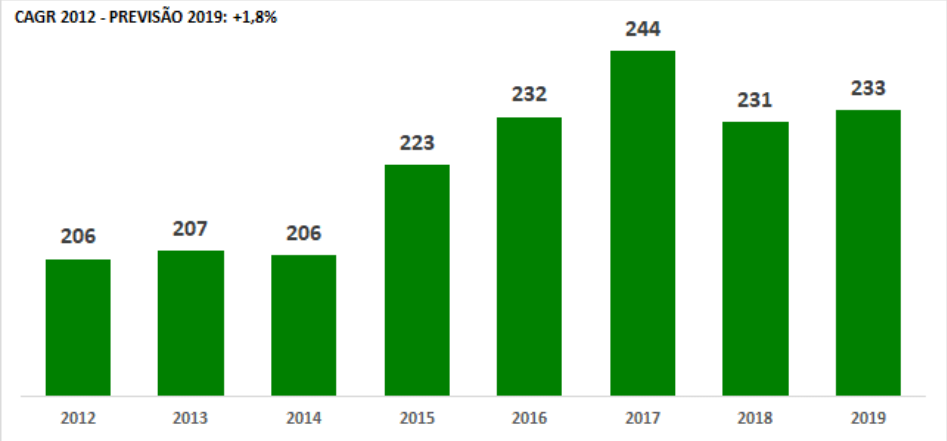
7.9 - Outras Informações Relevantes

Produção total de arroz no Uruguai (milhares de toneladas)



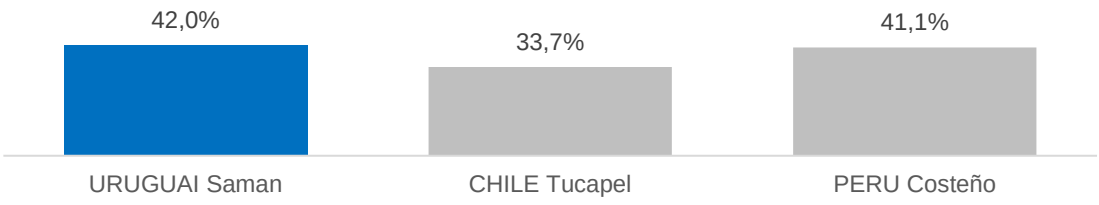
Fonte: USDA

Consumo total de arroz no Chile (milhares de toneladas)



Fonte: OECD

Market share na indústria de arroz no Uruguai, Chile e Peru – 2019



Fontes: (inclui todas as marcas de propriedade das respectivas companhias)
Uruguai: Consecha Comision Sectorial del Arroz 2016/17 (participación em el volume total de producción de arroz en Uruguay para el año 2018).
Chile: Nielsen Scantrack (Fevereiro/Março 2019).
Perú: Kantar World Panel (Fevereiro/Março 2019).

7.9 - Outras Informações Relevantes

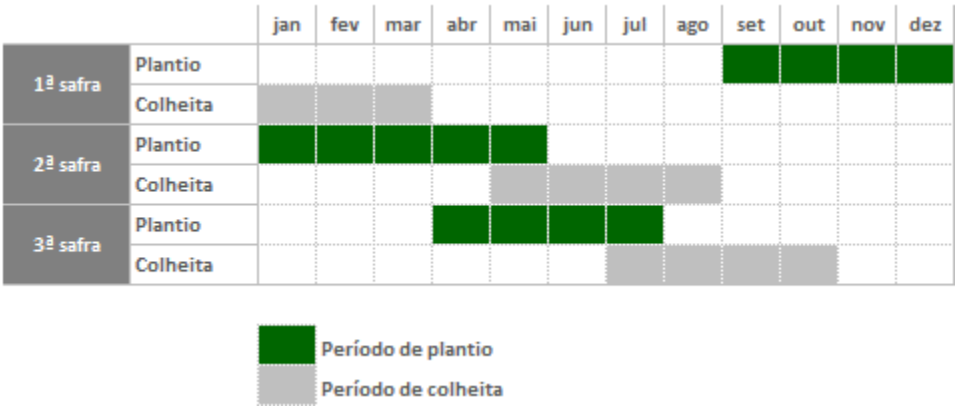
Indústria De Feijão | Brasil

Breve panorama

O feijão é um alimento básico na alimentação de grande parte da população brasileira e de outros países da América Latina. Assim como no caso do arroz, essa característica permite que não haja variações significativas de consumo e que as oscilações de preço possam ser repassadas para o consumidor final. Além disso, como o estoque médio é menor para os fornecedores de feijão devido a elevada perecibilidade da leguminosa, os processadores podem transferir o aumento dos custos para os consumidores de forma mais rápida que no caso do arroz.

Produção

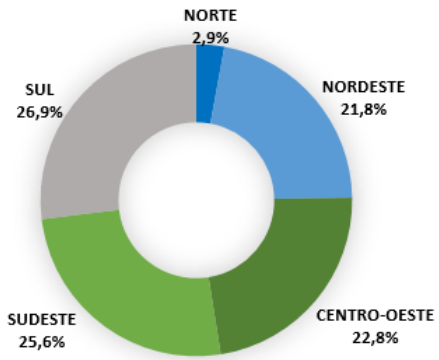
Calendário agrícola do feijão no Brasil



Fonte: CONAB

O ciclo do feijão é de 85 a 95 dias e há três safras de feijão por ano, que são colhidas em março, agosto e novembro. A primeira safra é conhecida como safra das águas devido ao alto índice de chuvas. O plantio dessa safra na região Centro-Sul vai de agosto a dezembro e no Nordeste, de outubro a fevereiro. A segunda é chamada de safra da seca, com plantio realizado de dezembro a março. A terceira, por sua vez, é a safra irrigada, por se referir à colheita do feijão irrigado, com a concentração do plantio na região Centro-Oeste e Sudeste, de abril a junho.

Segundo a CONAB, a produção de feijão é notadamente concentrada na região Centro-Sul do Brasil, responsável por aproximadamente 75,3% do total estimado da safra de 2018/2019.
Produção de feijão por região – Safra 2018/19(previsão**)**



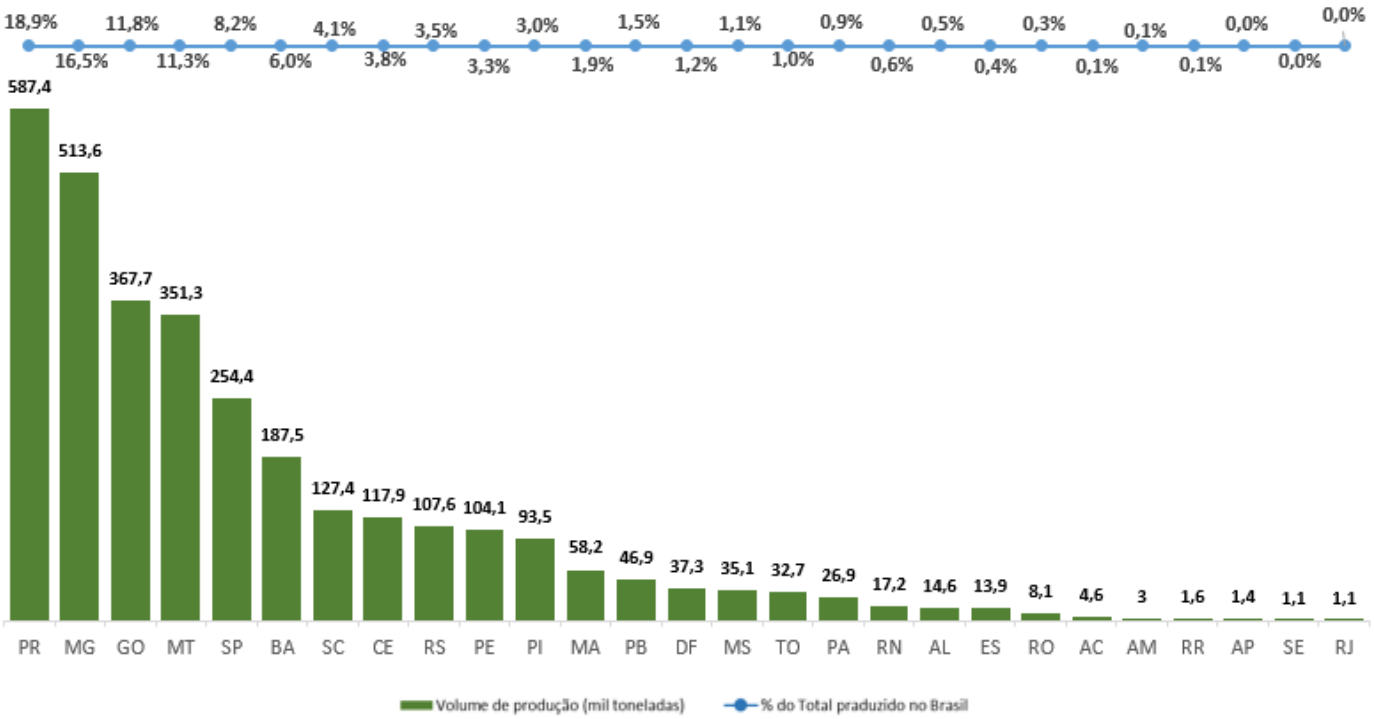
Fonte: CONAB JUL/19

A produção de feijão é fragmentada e se desenvolve de forma regionalizada de acordo com a época do ano. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam maior produtividade, mas as do Norte e Nordeste estão em processo de

7.9 - Outras Informações Relevantes

investimento em tecnologia e mecanização, tanto no processamento quanto no plantio. Nesse contexto, aproximadamente 64,7% da produção de feijão é concentrada em 5 estados brasileiros: (i) Paraná, (ii) Minas Gerais, (iii) Mato Grosso, (iv) Goiás e (v) Bahia, segundo a CONAB.

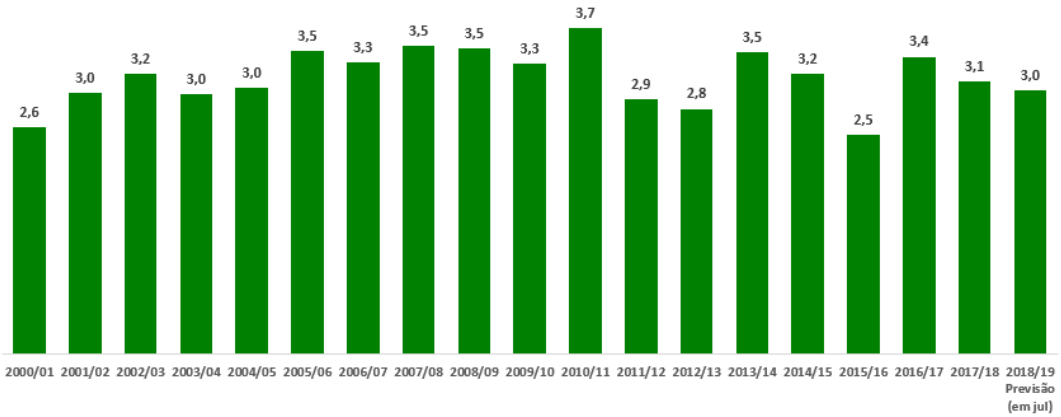
Produção de feijão por estado – Safra 2018/19 (previsão – em milhares de toneladas)



Fonte: CONAB JUL/19

Segundo a CONAB, a produção total de feijão do Brasil foi de 3.400 mil toneladas em 2016/2017, 3.116 mil em 2017/2018 e 3.020 mil toneladas para safra 2018/19.

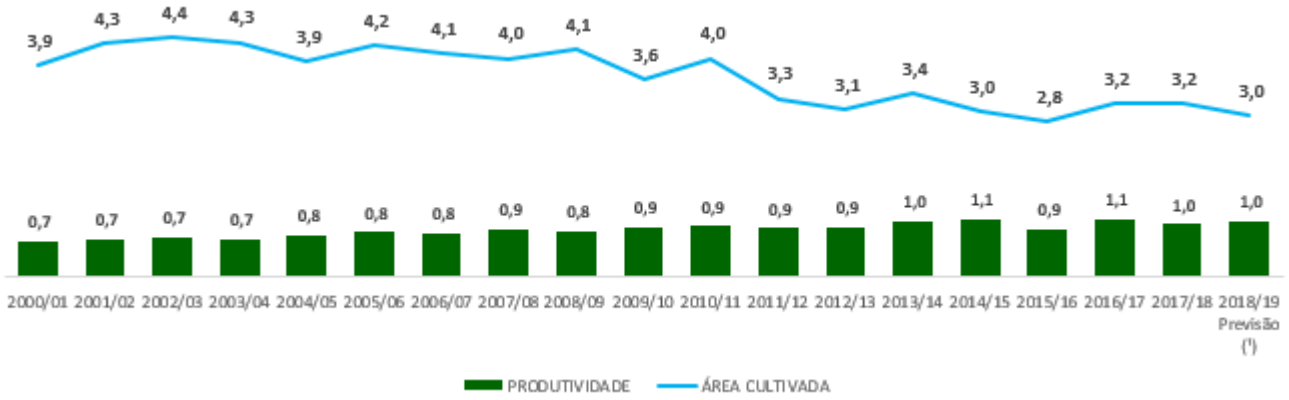
Produção brasileira de feijão (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB JUL/19 - CAGR OO/01 – 18/19: 0,85%

7.9 - Outras Informações Relevantes

Produtividade média de feijão no Brasil (em mil kg por hectare) e área cultivada de feijão no Brasil (em milhões de hectares)



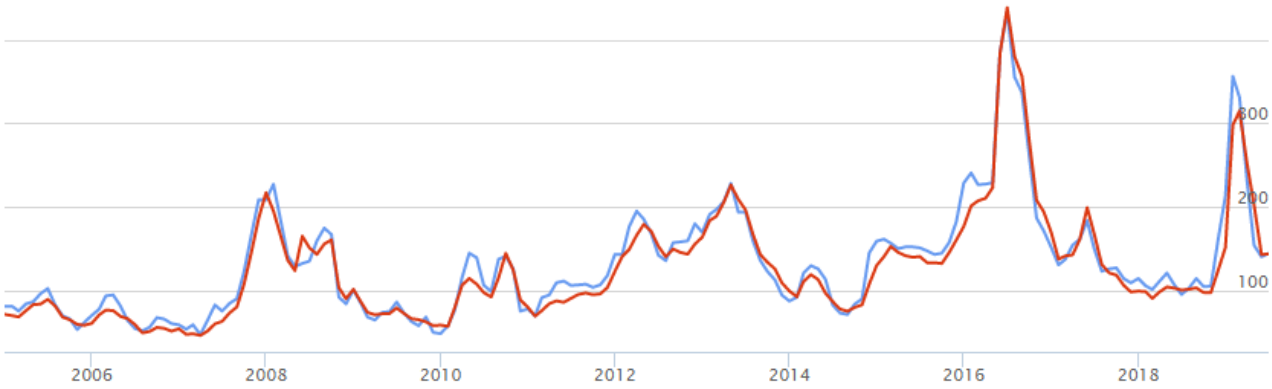
Fonte: CONAB

Segundo a CONAB, na safra 2018/2019, a produção média de feijão, em países que compõem o Mercosul, ficou em 3,6 milhões de toneladas, sendo o Brasil o principal produtor e consumidor, com cerca de 3,1 milhões de toneladas anuais, representando mais de 90% da produção no Mercosul; seguido pela Argentina, com 350,0 mil toneladas; pelo Paraguai, com 56,0 mil toneladas; e pelo Uruguai, com 3,5 mil toneladas.

Preço e consumo

As oscilações de preço no feijão estão ligadas, principalmente, à suscetibilidade do produto às condições meteorológicas e ao fato de o feijão ser um produto mais perecível quando comparado ao arroz. Contudo, o desenvolvimento de melhores condições de armazenagem, processamento e embalagem permitiram o alongamento dos curtos prazos de validade do feijão.

Evolução do preço nacional do feijão no Brasil (feijão carioca em R$/saca de 60kg)



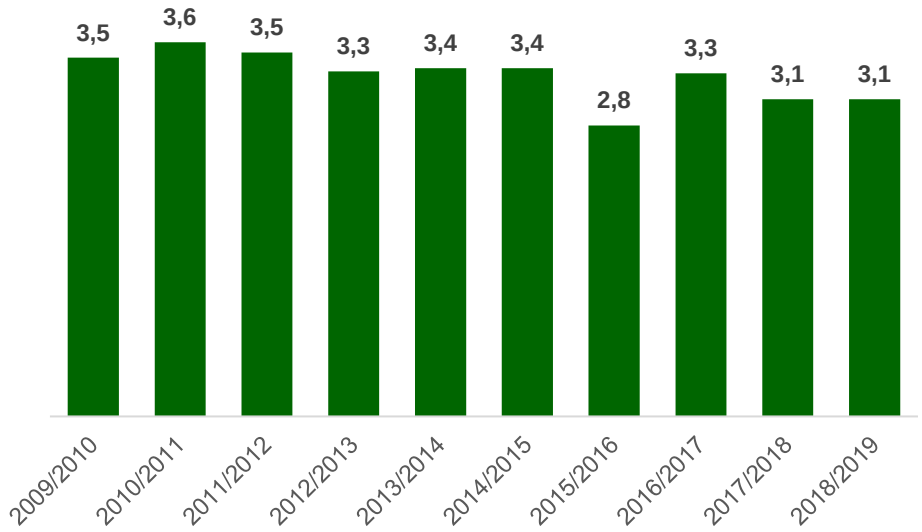
Fonte: Agrolink até jul/19 (https://www.agrolink.com.br/cotacoes/historico/sp/feijao-carioca-sc-60kg)

Em geral, as margens do feijão são maiores do que as do arroz e, historicamente, aumentos no preço do feijão não alteraram significativamente o volume de grãos vendidos. Nos últimos meses, nota-se elevada oscilação no preço do feijão, que foi refletida nos preços do produto no varejo. Por se tratar de um produto básico na alimentação brasileira e inelástico a variações de renda, observa-se a habilidade dos beneficiadores de feijão de repassarem oscilações de preço do produto para o consumidor.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Por ser uma cultura muito sensível e não possuir garantia de manutenção do preço atual no momento da colheita, ainda não há mercado futuro de feijão.

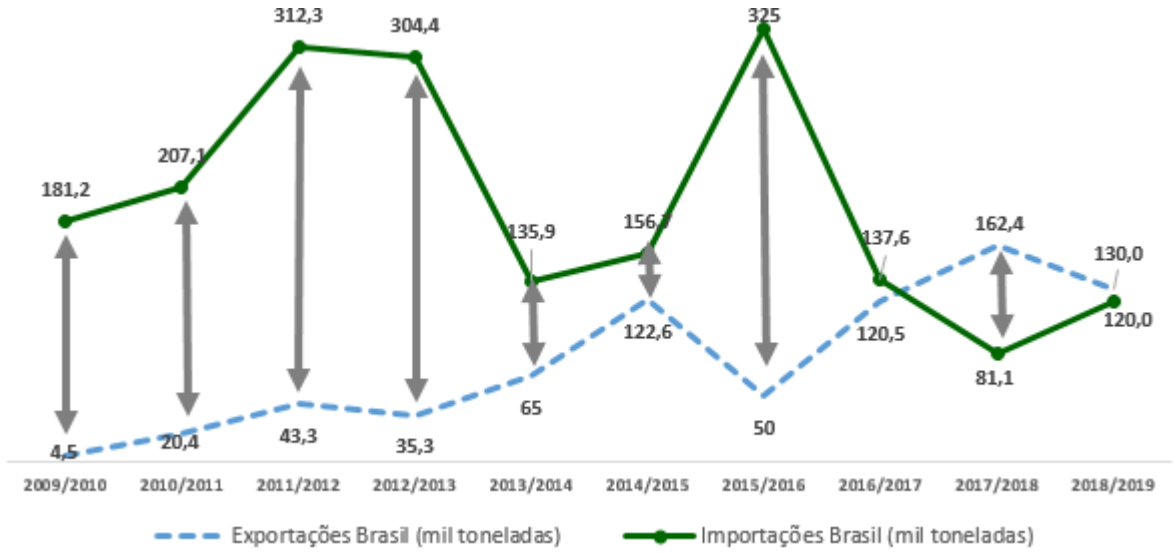
Consumo brasileiro de feijão (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB

As relações entre os produtores e os processadores de feijão são tipicamente informais fato que, somado à pulverização da produção, constituem vantagem competitiva aos grandes processadores por possuírem maior capacidade de desenvolver um bom relacionamento e poder de negociação.

Importação e exportação de feijão no Brasil (em milhões de toneladas)



Fonte: SECEX

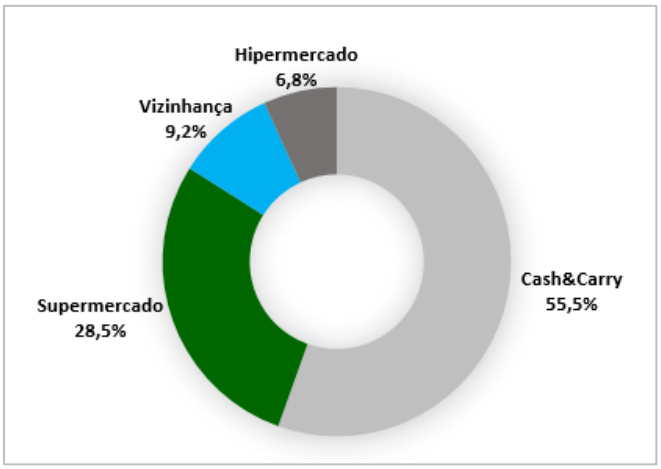
Conforme observado no gráfico anterior, o Brasil não é um grande exportador de feijão já que o consumo interno do produto é bastante elevado. No outro lado da balança comercial, a maior parte das importações são provenientes de países do Mercosul (Paraguai, Argentina e Bolívia), além de China e México.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Distribuição por canal

As vendas de feijão no varejo são concentradas nos supermercados e atacarejos (cash&carry), que em abril/maio de 2019 em conjunto corresponderam a 84,0% das vendas do produto no varejo, enquanto vizinhança corresponde a 9,2% e hipermercados a 6,8% das vendas de feijão.

Distribuição de feijão no varejo por formato em abril/maio 2019 (% das vendas)

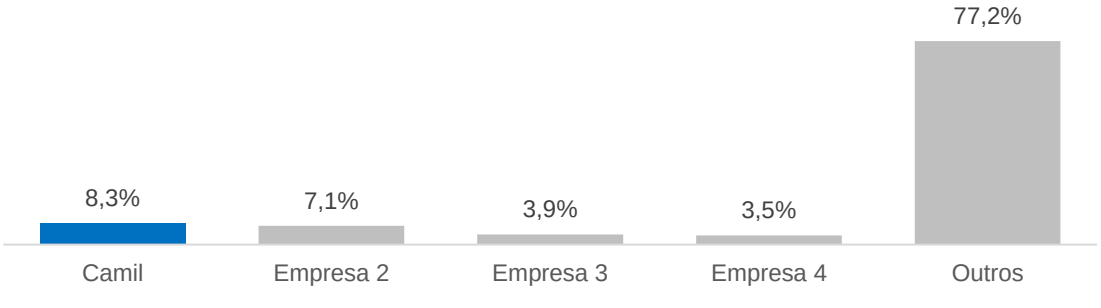


Fonte: Nielsen ScanTrack
Hipermercados: Lojas com mais de 4.000 m² de área de vendas
Supermercados: Lojas entre 1.000 e 4.000 m² de área de vendas
Vizinhança: Lojas com menos de 1.000 m² de área de vendas

Aspectos de competição

O mercado brasileiro de feijão é significativamente fragmentado, com diversos processadores médios regionais e poucos processadores com marca e escala nacionais, capazes de atuar de forma eficiente e competitiva no mercado brasileiro. As quatro maiores empresas processadoras de feijão possuem juntas 22,8% de *market share* em volume.

Participação de mercado em volume dos principais competidores na indústria de feijão (fevereiro/março 2019)



Fonte: Nielsen AS (Fevereiro/Março 2019 – Camil+SLC)
(Inclui todas as marcas de propriedade das respectivas companhias)

7.9 - Outras Informações Relevantes

Perspectivas e tendências

Com níveis de produção altos e estáveis, o feijão, assim como o arroz, também se caracteriza por uma combinação de demanda resiliente pautada pela identidade cultural brasileira e estabilidade de oferta.

Ainda que em menor escala que no mercado de arroz, observam-se fatores semelhantes de aumento do consumo entre as classes de renda média e baixa e de crescimento da procura por produtos de maior qualidade e praticidade, com a evolução de produtos pré-preparados.

O mercado é promissor, principalmente para o atendimento da merenda escolar, refeições coletivas e cestas básicas, além de restaurantes de classe C, D e E, que representam atualmente boa parte do consumo de alimentos fora do domicílio. Dessa forma, acredita-se que o mercado brasileiro de processamento de feijão deva crescer em razão de tendência de consolidação entre as principais empresas, ganhos de escala, profissionalização e criação de marcas nacionais.

Para viabilizar este crescimento, os processadores brasileiros de feijão devem continuar investindo no desenvolvimento da estrutura logística, de suas marcas e de novos produtos, além de promover a consolidação das principais médias e pequenas empresas. Além disso, outro fator positivo para ganhos em escala é o crescente interesse de firmas do setor privado pelo melhoramento genético do feijoeiro, principalmente para a colheita mecânica.

Sob o mesmo ponto de vista, o acesso ao mercado internacional representa um salto importante nas estratégias de produção e comercialização do produto. A exportação viabiliza maiores volumes de produção, incorporação de novas tecnologias produtivas e aperfeiçoamento da qualificação da mão de obra.

Nesse contexto, o Brasil apresenta grandes vantagens competitivas devido à alta produtividade, através das três colheitas anuais contra uma dos demais países.

Indústria De Açúcar | Mundo

Breve panorama

O açúcar é um produto de consumo básico e uma *commodity* essencial produzida em várias partes do mundo. O açúcar é feito primariamente a partir da cana-de-açúcar e da beterraba, sendo que a cana-de-açúcar é responsável por mais de 70,0% da produção mundial total. A produção do açúcar passa por processos industriais e agrícolas, e sua produção requer o uso intensivo de mão-de-obra e de capital.

A produção de açúcar em todo o mundo dobrou desde o início da década de setenta, passando de aproximadamente 72,0 milhões de toneladas de açúcar bruto na safra 1971, para aproximadamente 188 milhões de toneladas previstas para a safra 2018/2019, segundo a USDA. O consumo de açúcar também vem crescendo de forma constante e deve atingir aproximadamente 177,6 milhões de toneladas durante em 2018/19.

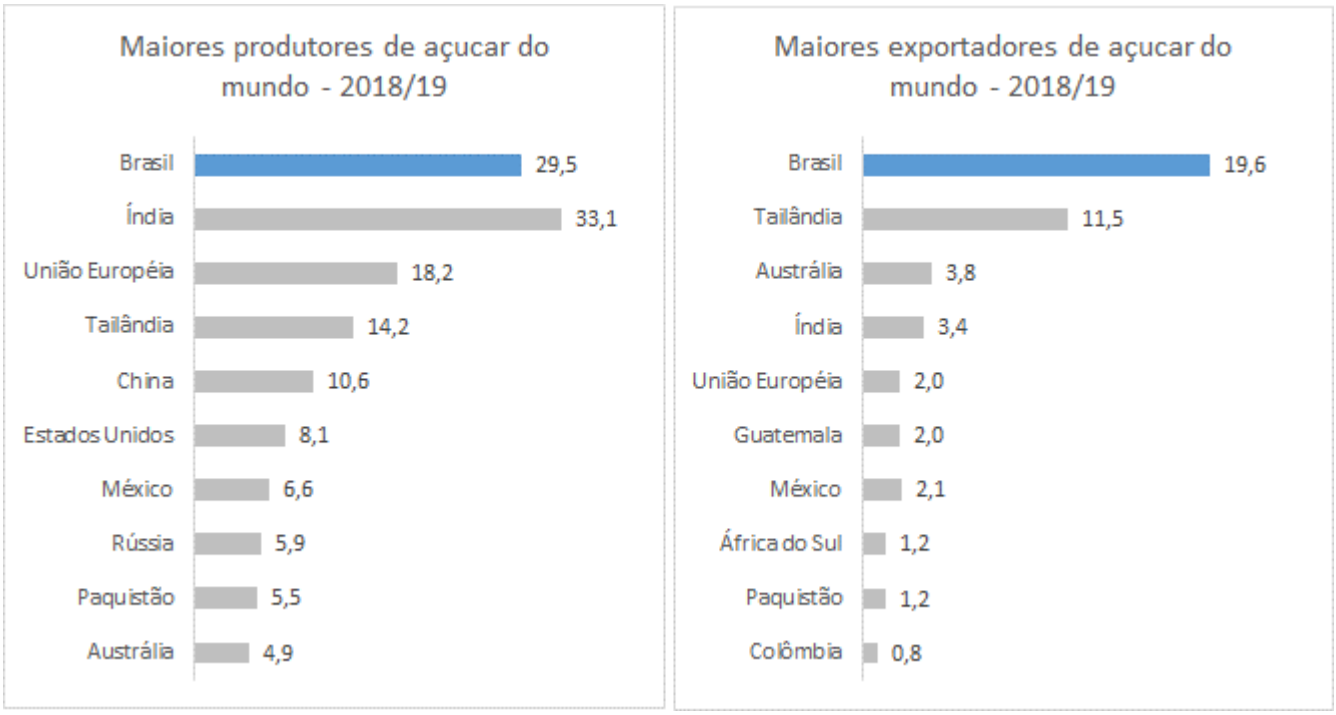
Segundo o USDA, estima-se que a produção global caia de 4 milhões de toneladas para 188 milhões, já que a produção mais baixa no Brasil, no Paquistão e na União Européia são compensadas pelas safras recordes na Índia e na Tailândia. As exportações caíram um pouco, enquanto o consumo subiu devido ao crescimento em mercados como a Índia e o Paquistão.

Os maiores consumidores de açúcar do mundo são tipicamente também os maiores produtores globais, sendo os cinco principais países produtores responsáveis por aproximadamente 59% da produção mundial de açúcar. O Brasil é o segundo maior produtor, com uma participação de aproximadamente 16,5% da produção global e 35% das exportações

7.9 - Outras Informações Relevantes

totais da safra de 2018/19. O primeiro e o terceiro maiores produtores de açúcar são a Índia e a União Europeia, com uma participação aproximada de 18,5% e 10,2%, respectivamente. (Fonte: USDA).

Maiores produtores e exportadores de açúcar do mundo – 2018/19 (em milhões de toneladas)

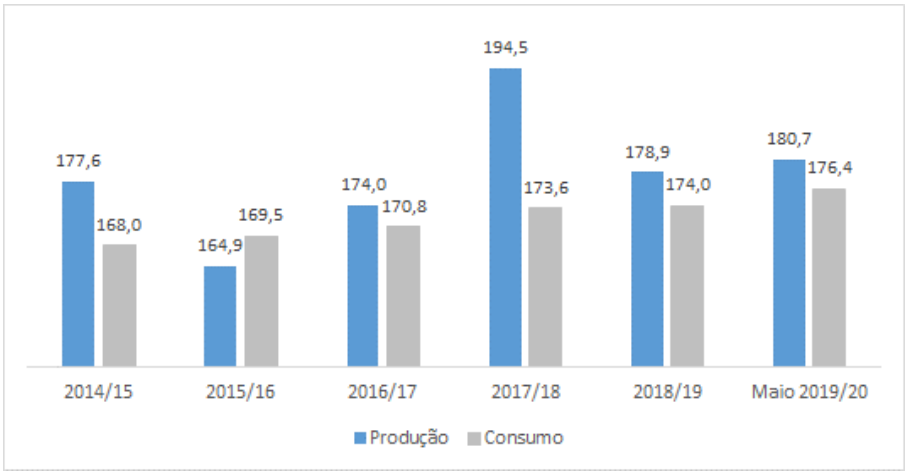


Fonte: USDA

Desde 2014/15, o consumo global de açúcar subiu de 168 milhões de toneladas para 176,4 milhões de toneladas em maio de 2018/19, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Acreditamos que o consumo de açúcar deverá continuar aumentando devido ao crescimento da população, do poder de compra dos consumidores em diversas regiões do mundo, do consumo de alimentos industrializados em todo o mundo resultante da migração da população das áreas rurais para as urbanas.

Produção e consumo global de açúcar (em milhões de toneladas)

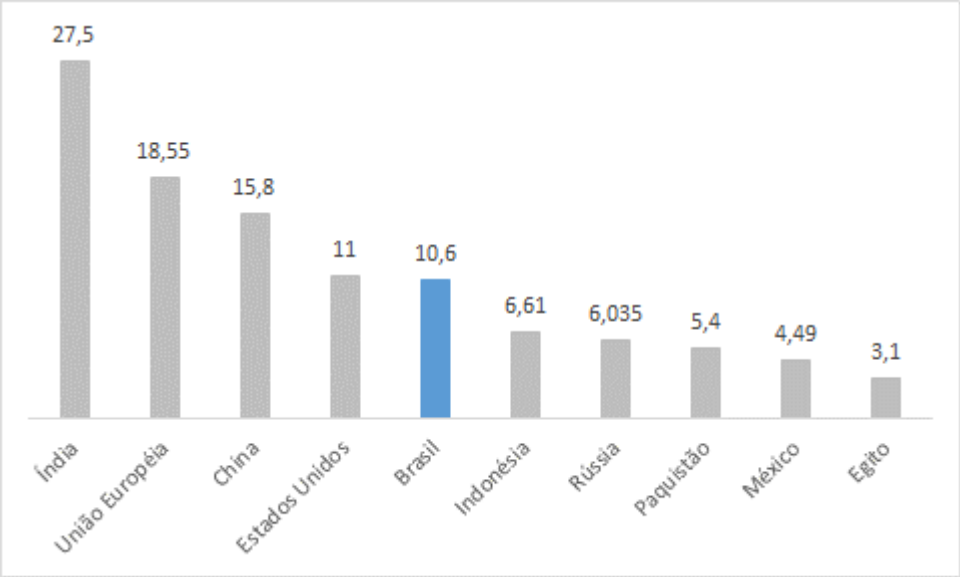


Fonte: USDA

7.9 - Outras Informações Relevantes

O Brasil está entre os países que mais consomem açúcar nas Américas, responsável pelo consumo de 10,6 milhões de toneladas em 2018/2019, enquanto a Índia lidera o consumo global, respondendo por aproximadamente 27,5 milhões de toneladas de açúcar no mesmo período.

Principais países consumidores de açúcar – safra 2018/19 (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA

7.9 - Outras Informações Relevantes

Preço

A maioria dos países produtores de açúcar, inclusive os Estados Unidos e os países da União Europeia, tem protegido seu mercado interno da concorrência estrangeira estabelecendo políticas governamentais e regulamentos que afetam a produção, inclusive com cotas, restrições de importação e exportação, subsídios, tarifas e encargos. Como resultado de tais políticas, os preços do açúcar no mercado interno variam bastante de um país para o outro. O NY 11 é usado como referência primária dos preços não-controlados do açúcar bruto no mundo. Um outro preço de referência é o contrato futuro Lon 5, que é negociado na *London International Financial Futures and Options Exchange* – LIFFE. Os preços do açúcar no Brasil são formados de acordo com os preços por produto predominantes no mercado não-regulado estrangeiro e doméstico. Os Estados Unidos e a União Europeia criaram políticas protecionistas e preços internos subsidiados para proteger os seus produtores de açúcar. Os preços do açúcar bruto nos Estados Unidos e na União Europeia de um modo geral são aproximadamente de duas a quatro vezes mais altos do que o preço do açúcar bruto cotado no NY 11, enquanto os preços do açúcar bruto no Brasil são similares ao preço do açúcar do NY 11.

Os preços do açúcar tendem a acompanhar um padrão cíclico porque os produtores de cana-de-açúcar tendem a responder lentamente às mudanças nos preços mundiais. A cana-de-açúcar, a maior fonte de produção global de açúcar, geralmente acompanha um ciclo de plantio de dois (Ásia, Índia e Austrália) a seis anos (Brasil). Além disso, muitos produtores de açúcar operam em mercados controlados, protegidos de flutuações dos preços internacionais do açúcar e, portanto, não tendem a modificar dramaticamente a produção por causa da variação dos preços internacionais. O Brasil, como um dos líderes globais de produção de açúcar, responsável por aproximadamente 35%das exportações globais, desempenha um papel fundamental no estabelecimento dos preços mundiais do açúcar.

O preço do açúcar aumentou 0,14 centavos por libra ou 1,17% desde o início de 2019. Historicamente, o açúcar atingiu um recorde histórico de 6.851,50 em novembro de 2007 e uma baixa recorde de 1.358,50 em novembro de 1992.

Preço do açúcar (em US$ centavos por kg)

Fonte: http://www.tradingeconomics.com/commodity/sugar

Formas mais utilizadas do produto, diferenciação de qualidade e formas de comercialização

Opções de açúcar não faltam nas prateleiras dos mercados: cristal, refinado, mascavo, orgânico, frutose e light. Abaixo se encontram as principais características de cada tipo:

7.9 - Outras Informações Relevantes

- Refinado: também conhecido como açúcar branco, é o açúcar mais comum no varejo. No refinamento, aditivos tornam o produto branco.

- Cristal: é o açúcar com cristais grandes e transparentes, difíceis de serem dissolvidos em água. Depois do cozimento, ele passa apenas por um refinamento leve. Por ser econômico e render mais, o açúcar cristal é usualmente utilizado no preparo de bolos e doces.

- Mascavo: é o açúcar bruto, escuro e úmido, extraído depois do cozimento do caldo de cana.

- Demerara: usado no preparo de doces, esse açúcar é um dos tipos mais caros. Ele passa por um refinamento leve e não recebe nenhum aditivo químico. Por isso, seus grãos são marrom-claros e têm valores nutricionais altos, parecidos com os do açúcar mascavo.

- Orgânico: é um tipo de açúcar bruto produzido a partir da cana-de- açúcar orgânica e não é submetido a qualquer tratamento químico durante o processo de industrialização**.**

- Light: surge da combinação do açúcar refinado com adoçantes artificiais, como o aspartame, o ciclamato e a sacarina, que quadruplicam o poder de adoçar. Por isso, quem consome o açúcar light ingere menos calorias.

- De confeiteiro: possui cristais mais finos e é utilizado principalmente na preparação de glacês e coberturas. Tem o refinamento sofisticado, que inclui peneiragem para obter os pequenos cristais e a adição de amido de arroz, milho ou fosfato de cálcio para evitar que os cristais se juntem novamente.

Indústria De Açúcar | Brasil

Breve panorama

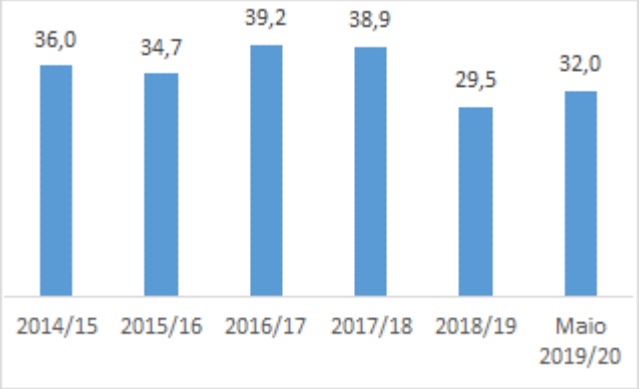
O Brasil possui um papel de destaque na indústria mundial de açúcar, sendo o maior produtor e exportador global, responsável pelo fornecimento de 18,2% do produto consumido no mundo. A liderança brasileira na indústria global deve-se ao fato do Brasil ser um dos produtores de açúcar de menor custo do mundo em função do seu solo, clima e topografia favoráveis, do desenvolvimento tecnológico da variedade de cana-de-açúcar e dos processos de produção de açúcar e de etanol. Tais desenvolvimentos resultaram em ciclos de safra mais longos, maior produção de cana-de-açúcar por hectare, teores mais altos de açúcar na cana-de-açúcar processada que resultam em maior produção. Os custos da produção de açúcar no Brasil são significativamente mais baixos do que alguns dos maiores exportadores de açúcar do mundo, como Índia e Europa.

O período de colheita anual de cana-de-açúcar no centro-sul do Brasil tem início geralmente em abril/maio e fim em novembro/dezembro, o que gera oscilações nos volumes de estoques e no preço do açúcar, especialmente no início da safra quando os custos de produção tendem a ser maiores em virtude de menores níveis de sacarose na cana-de-açúcar colhida e maior volume de chuvas.

Estima-se que a produção brasileira deverá aumentar para 32,0 milhões de toneladas em 2019/20, mas ainda não retomará os patamares acima de 38,0 milhões de 2016/17 e 2017/18.

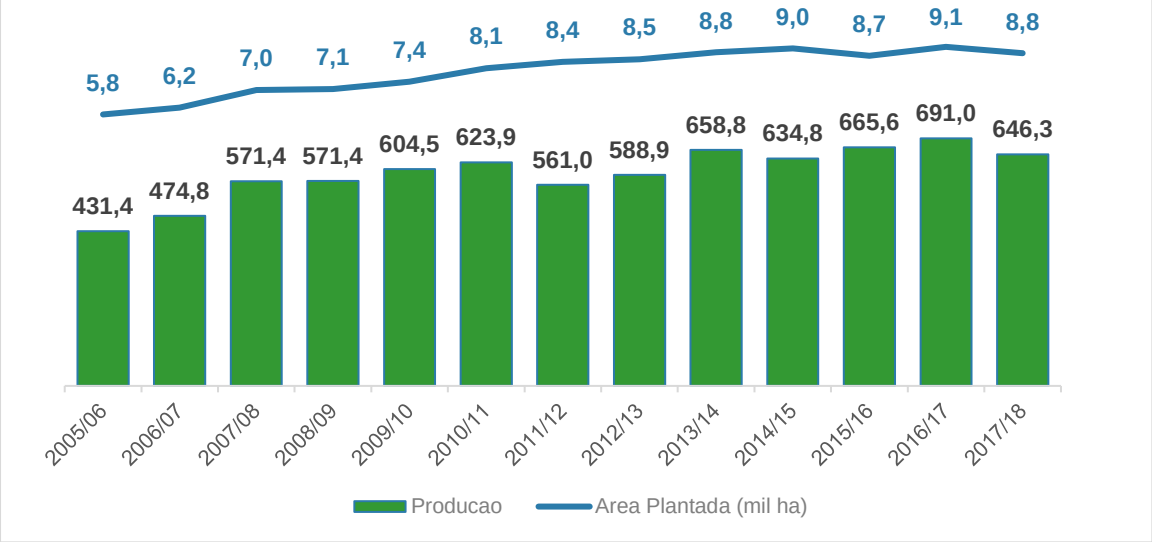
7.9 - Outras Informações Relevantes

Produção brasileira de açúcar (em milhões de toneladas)



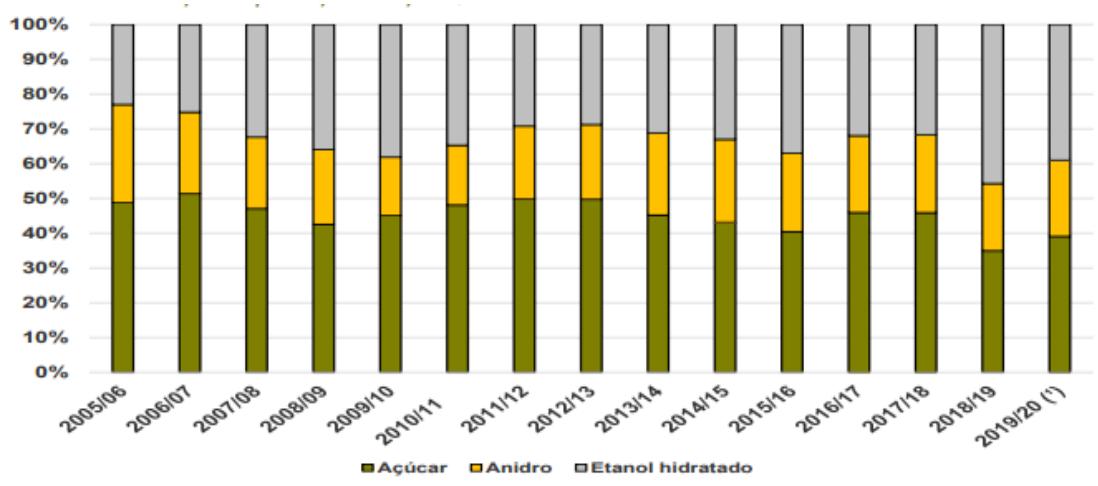
Fonte: USDA

Produtividade média (em mil kg por hectare) e área de cultivo de cana-de-Açúcar no Brasil (em milhões de hectares)



Fonte: CONAB

Distribuição da produção de cana de açúcar entre açúcar e etanol (% da cana-de-açúcar disponível)



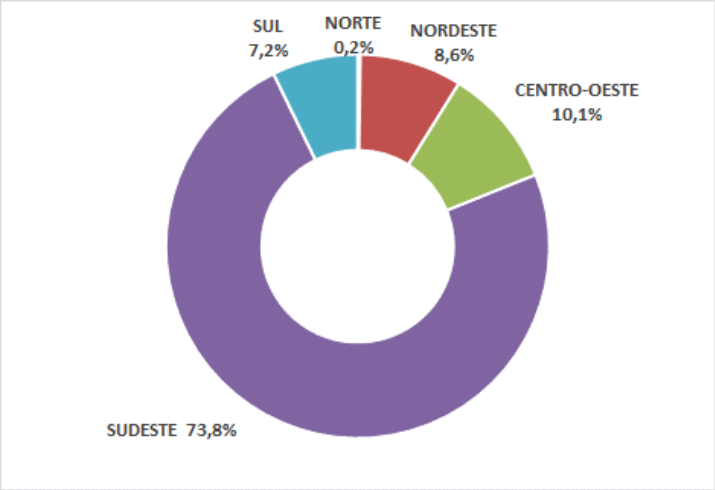
Fonte: CONAB

7.9 - Outras Informações Relevantes

A produção de cana-de-açúcar se concentra nas regiões Centro-Sul e Nordeste do Brasil. O mercado mostra-se bastante concentrado, com cerca de 5 grandes usinas produtoras de açúcar refinado concentradas na região Sudeste do país. Já para o açúcar cristal, há centenas de produtores, mais concentrados na área Centro-Oeste do país.

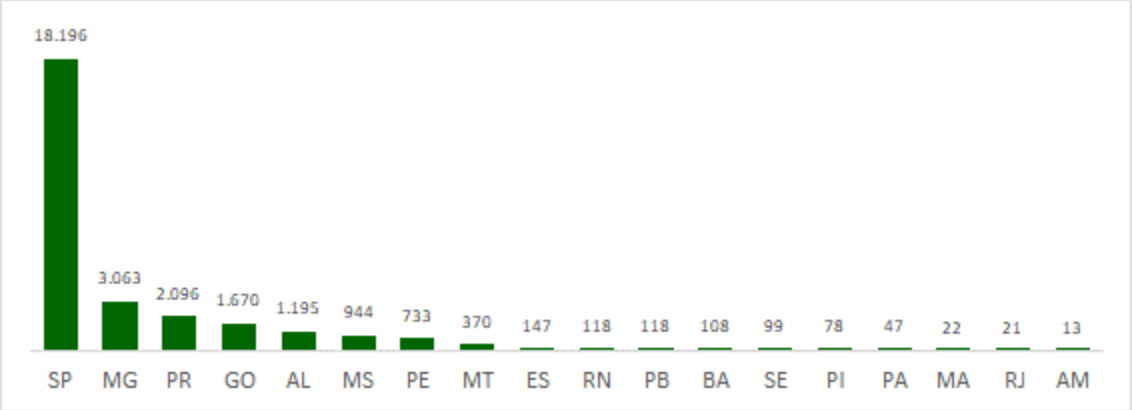
O setor sucroalcooleiro é bastante concentrado em grandes *players* altamente capitalizados como a brasileira Raízen e multinacionais como Bunge, Cargill e Louis Dreyfuss, sendo que as pequenas empresas vêm sofrendo pelo alto nível de endividamento e reduzida capacidade de contrair crédito.

Distribuição da produção de açúcar por região (%)



Fonte: CONAB

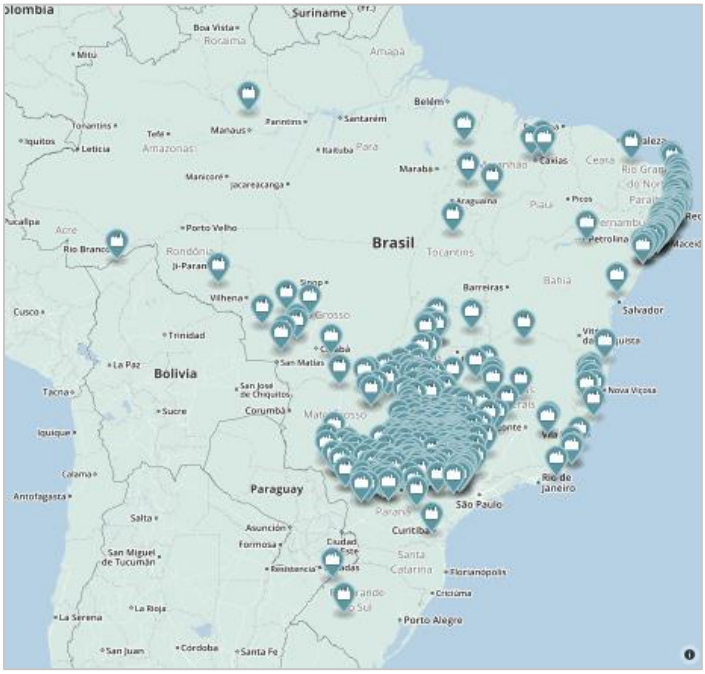
Distribuição da produção de açúcar por estado (em milhões de toneladas)



Fonte: CONAB

7.9 - Outras Informações Relevantes

Mapa da produção de açúcar no Brasil

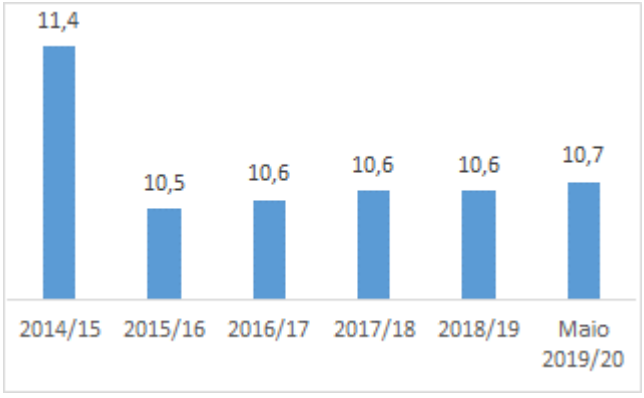


Fonte: Nova Cana

Preço e consumo

O consumo de açúcar no Brasil tem se mantido em um patamar estável, variando de 11,4 milhões de toneladas em 2014/2015 para 10,7 milhões de toneladas em 2019/20. Os preços de açúcar no Brasil dependem da oferta global do produto e do volume de cana-de-açúcar destinado à produção de etanol.

Consumo de açúcar no Brasil (em milhões de toneladas)



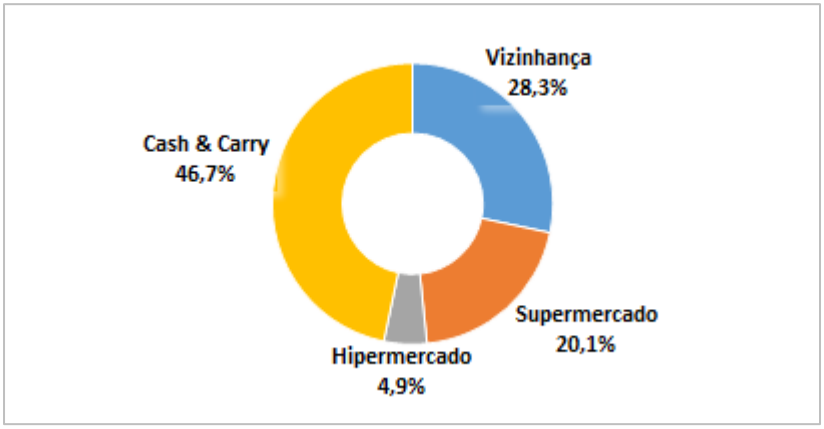
Fonte: USDA

Distribuição por canal

As vendas de açúcar no varejo são concentradas nos atacarejos e supermercados, que em fevereiro/março 2018 correspondem, em conjunto, a 72,1% das vendas do produto no varejo.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Distribuição de açúcar refinado no varejo por formato em Dezembro/Janeiro 2019 (% das vendas)

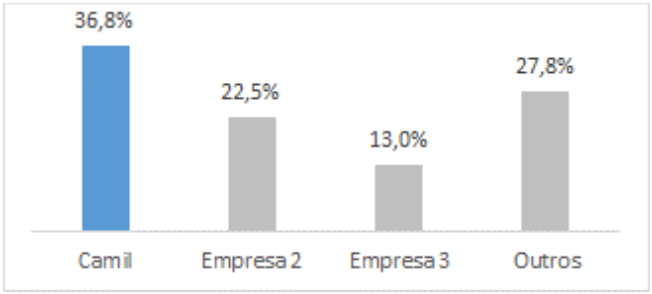


Fonte: Nielsen

Aspectos de competição

O mercado brasileiro de açúcar refinado no varejo é altamente concentrado, Das 5 principais empresas de açúcar no varejo, 4 pertencem a grupos processadores de cana-de-açúcar e estão mais expostos à volatilidade de preços da *commodity*. As cinco maiores empresas de açúcar refinado possuem juntas 96,8% de *market share* em volume.

Participação de mercado em volume dos principais competidores na indústria de açúcar refinado (dezembro/janeiro 2019)



Fonte: Nielsen INA (Dezembro/Janeiro 2019)
(Inclui todas as marcas de propriedade das respectivas companhias)

Perspectivas e tendências

No Brasil, o mercado de açúcar é amplo, resiliente e bastante concentrado. Acreditamos que a indústria possui perspectiva positiva de crescimento com o aumento da população, do poder de compra dos consumidores em diversas regiões do Brasil, do consumo de alimentos industrializados resultante da migração da população das áreas rurais para as urbanas.

Indústria De Pescados | Mundo

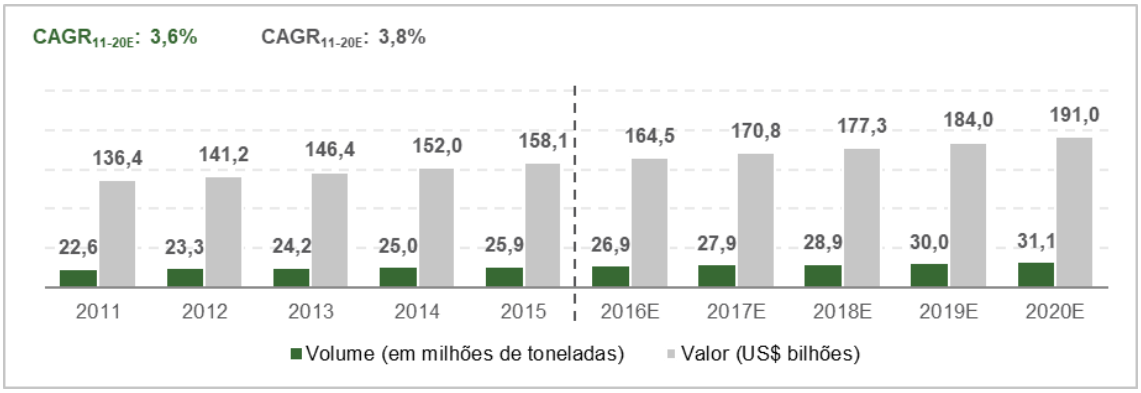
Breve panorama

A indústria de pescados representa uma importante fonte de alimentos e nutrição no mundo, tendo alcançado recorde no consumo *per capita* de 19,7 kg por habitante por ano após duas décadas de forte crescimento da produção global, segundo a FAO. O crescimento significativo no consumo de pescados nas últimas décadas elevou a participação da categoria para 16,8% de toda proteína animal consumida no mundo em 2013, de acordo com a FAO.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Espera-se que indústria de pescados no mundo registre produção total de cerca de 164,5 milhões de toneladas em 2016, representando um crescimento de 20,6% desde 2011, conforme o gráfico abaixo.

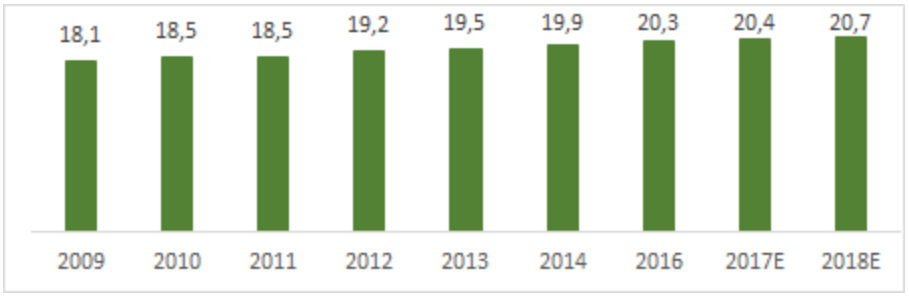
Produção mundial histórica e projetada de pescados



Fonte: Marketline

O consumo mundial *per capita* de pescados superou o crescimento da população entre 2009 e 2014. Este fato se deve principalmente ao expressivo crescimento na produção em aquicultura e considerável melhora em condições de estocagem de peixes. Neste cenário, de modo a atender a demanda projetada, a FAO estima-se que essa modalidade de produção deva dobrar até meados de 2050.

Consumo mundial *per capita* de pescados



Fonte: FAO World Fish Market

O acima exposto indica que a indústria mundial de pescados está passando por um período de crescimento baseado em uma limitada oferta de peixes para captura selvagem. Isso implica que a produção adicional requerida precisará ser suprida pela indústria de aquicultura. Neste contexto, os atuais líderes na produção, como China, Índia, Tailândia, Vietnã e Noruega, possuem capacidade relativamente limitada de expansão, enquanto que o Brasil, por outro lado, tem todas as características necessárias para desempenhar um papel de destaque e preencher a escassez esperada na oferta.

Indústria De Pescados | Brasil

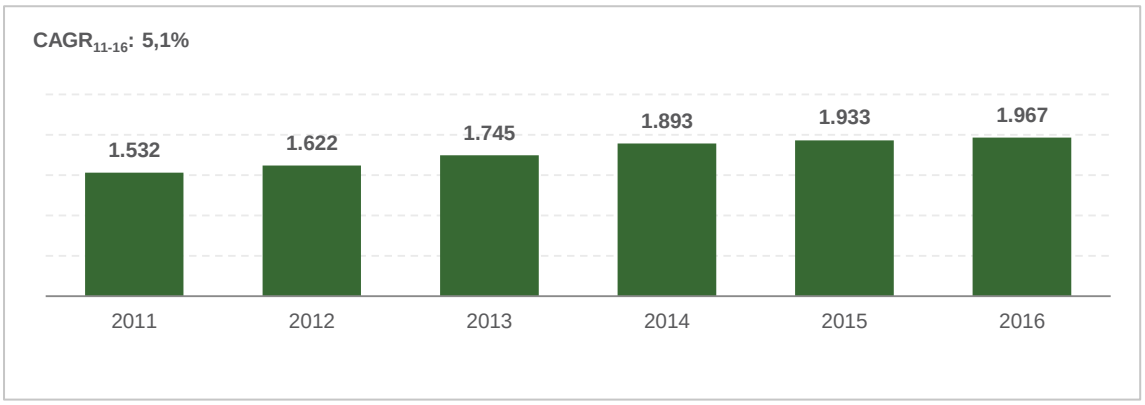
Breve panorama

A indústria de pescados no Brasil vem crescendo de forma consistente nos últimos anos, impulsionada pela tendência de diversificação das fontes de proteína na alimentação e aumento da preocupação dos brasileiros com o consumo de alimentos de maior valor nutricional.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Produção e venda no Brasil

Venda brasileira de pescados (em mil toneladas)



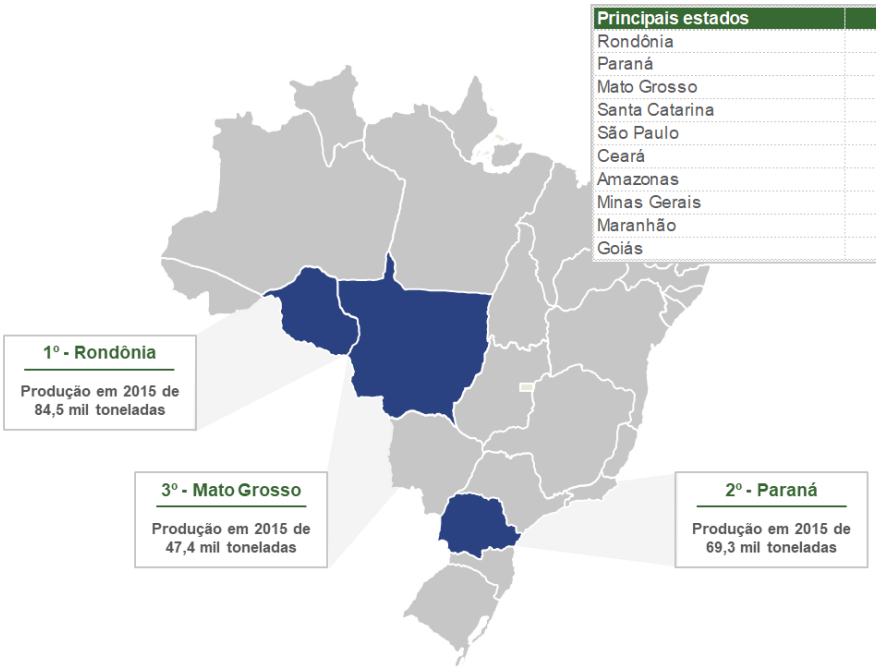
Fonte: Euromonitor

De acordo com a Euromonitor, a venda de pescados no Brasil aumentou de 1,5 milhões de toneladas em 2011 para 2,0 milhões de toneladas em 2016, o que representou um aumento de 28,4.

Espera-se que incentivos governamentais através de disponibilização de crédito, investimentos na produção de pescados e campanhas de marketing, como a "Semana do Peixe" do Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento, deverão continuar a suportar o crescimento da indústria. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento anunciou recentemente R$ 2,0 bilhões em linhas de crédito especiais para estimular a produção.

Principais estados produtores de peixes no Brasil

Principais estados	Produção
Rondônia	84,5
Paraná	69,3
Mato Grosso	47,4
Santa Catarina	33,7
São Paulo	31,1
Ceará	27,9
Amazonas	22,6
Minas Gerais	22,2
Maranhão	19,3
Goiás	15,6



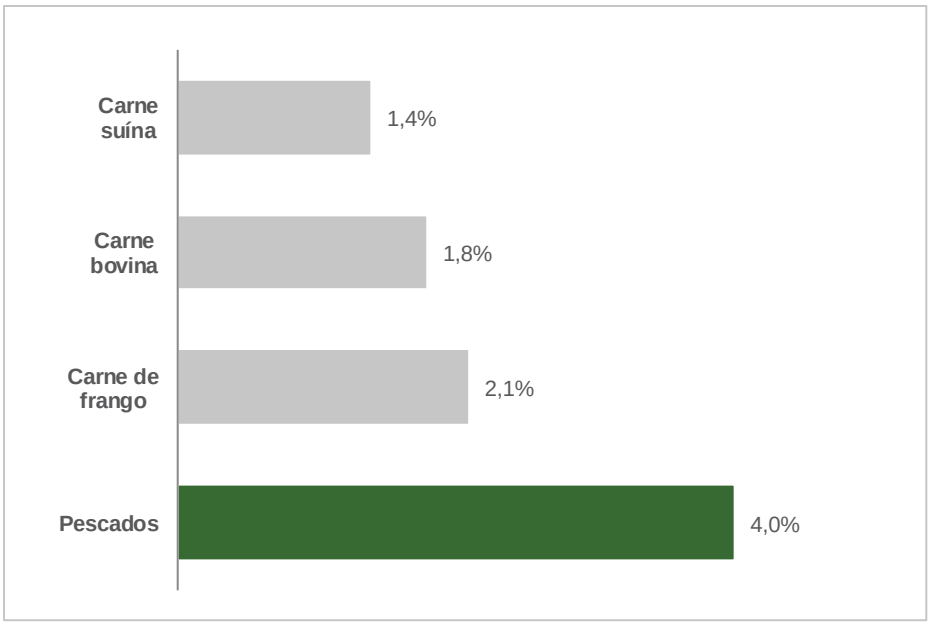
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE")

Ainda, o consumo de pescados no Brasil é um dos segmentos alimentícios de crescimento mais acelerado no Brasil, com CAGR entre 2009 e 2013 de aproximadamente 4,0%, ultrapassando outras proteínas animais. A demanda tem sido direcionada em grande parte pelos maiores níveis de renda e mudanças nos hábitos alimentares dos brasileiros, com crescente busca por alimentos mais saudáveis, além da disseminação de novas culinárias, como a japonesa. Outro fator

7.9 - Outras Informações Relevantes

que também contribui para o aumento no consumo de pescados é a maior disponibilidade e variedade de alternativas em nível de varejo.

Crescimento no consumo *per capita* de proteínas no Brasil (CAGR $_{09\text{-}13}$)

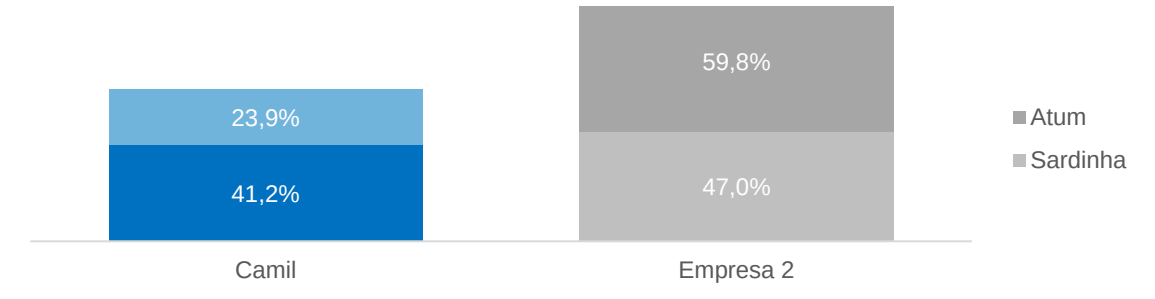


Fonte: ABPA, Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carnes ("ABIEC") e FAO

Aspectos de competição

O mercado brasileiro de pescados em conserva é bastante concentrado, sendo que as duas principais empresas do setor detêm juntas 87,6% de participação das vendas no varejo (em volume), conforme o gráfico abaixo. As empresas brasileiras possuem importantes vantagens competitivas visto que foram pioneiras no segmento, possuem estratégias de preço competitivas e maior conhecimento dos gostos e preferências dos consumidores brasileiros. Atualmente as principais empresas estão investindo na diversificação de seu portfólio de produtos.

Participação de mercado em volume dos principais competidores na indústria de pescados em conserva (fevereiro/março 2019)



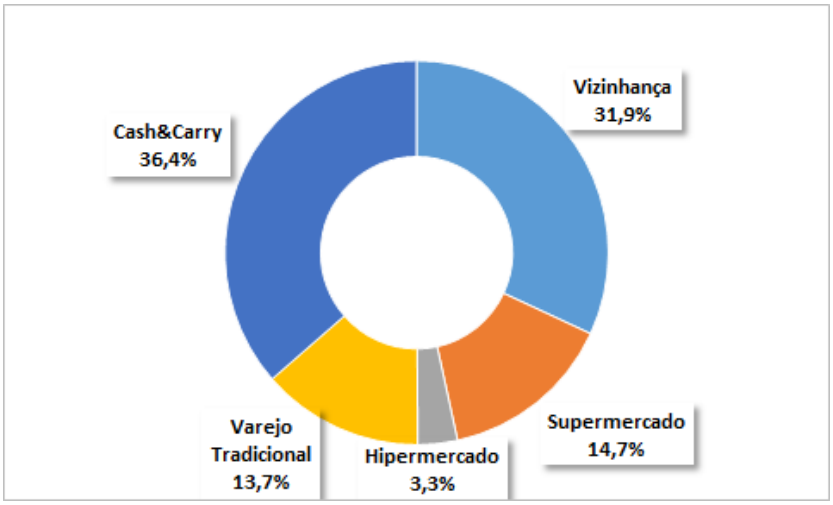
Fonte: Nielsen (Fevereiro/Março 2019)
(Inclui todas as marcas de propriedade das respectivas companhias)

Distribuição por canal

As vendas de sardinha e atum no varejo são bastante diversificadas entre os diversos canais de distribuição. Destacam-se como principais canais para a sardinha os cash&carry e vizinhança, que juntos detém 68,3% das vendas do produto no varejo, considerando fevereiro e março de 2019. No segmento de atum, o principal canal de distribuição é cash&carry, com 36,4% das vendas do produto no varejo, no mesmo período.

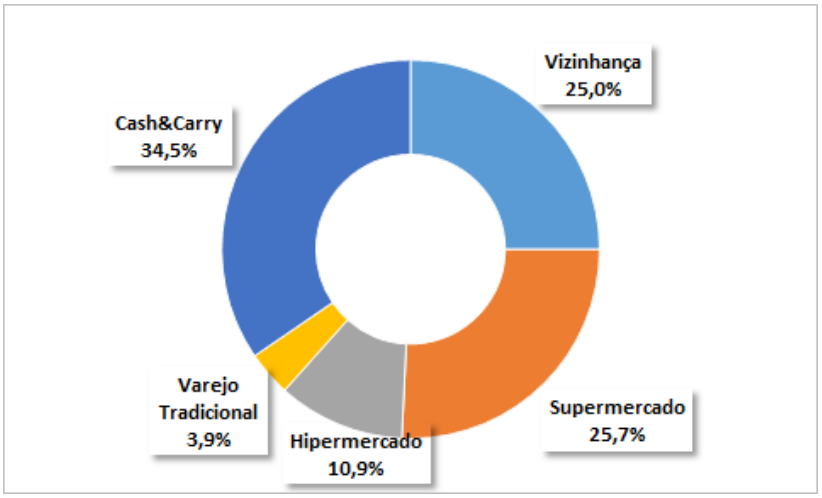
7.9 - Outras Informações Relevantes

Venda de sardinha no varejo por distribuidor em Fevereiro/Março de 2019 (% das vendas)



Fonte: Nielsen

Venda de atum no varejo por distribuidor em Fevereiro/Março de 2019 (% das vendas)



Fonte: Nielsen

Perspectivas e tendências na indústria brasileira de pescados em conserva

A ascensão social da população vem incentivando o consumo de pescados preservados, inclusive com maior valor agregado. A atual tendência de busca por produtos de (i) alta qualidade; (ii) boa relação custo-benefício; e (iii) praticidade e comodidade se mostram como importantes vetores de crescimento do setor, somados à busca por diversificação das fontes de proteína na alimentação e aumento da preocupação dos brasileiros com o consumo de alimentos de maior valor nutricional.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia. As operações de aquisição ou alienação de ativos, realizadas no curso normal dos negócios da Companhia, estão descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia

Não aplicável, dado que não houve, nos últimos três exercícios sociais, alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não aplicável, dado que não foram celebrados, nos últimos três exercícios sociais, contratos relevantes entre a Companhia e suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações consideradas relevantes para este item 8 deste Formulário de Referência foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia, indicando em especial

Os bens do ativo não-circulante considerados relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia estão indicados nos subitens “a”, “b” e “c” deste item 9.1.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terrenos	Chile		Retiro	Própria
Maquinas e Equipamentos	Chile		Retiro	Própria
Terrenos	Chile		São Carlos	Própria
Prédios/Instalações	Chile		São Carlos	Própria
Terrenos	Peru		Lima	Própria
Prédios/Instalações	Peru		Lima	Própria
Maquinas e Equipamentos	Peru		Lima	Própria
Terreno	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Uruguai			Própria
Prédios/Instalações	Uruguai			Própria
Terreno	Uruguai			Própria
Terreno	Brasil	RS	Capão do Leão	Própria
Terreno	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
Terreno	Brasil	TO	Paraíso do Tocantins	Própria
Terreno	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Capão do Leão	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	TO	Paraíso do Tocantins	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Capão do Leão	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	TO	Paraíso do Tocantins	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	GO	Aparecida de Goiânia	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	PE	Cabo de Santo Agostinho	Alugada
Terrenos	Peru			Própria
Prédios/Instalações	Peru		Sullana	Própria
Maquinas e Equipamentos	Peru		Sullana	Própria
Terrenos	Peru		Arequipa	Própria
Prédios/Instalações	Peru		Arequipa	Própria
Maquinas e Equipamentos	Peru		Arequipa	Própria
Terreno	Uruguai		Montevideo	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Prédios/Instalações	Uruguai		Montevideo	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Montevideo	Própria
Terreno	Uruguai		JP Varela	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		JP Varela	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		JP Varela	Própria
Terreno	Uruguai		Lascano	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Lascano	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Lascano	Própria
Terreno	Uruguai		Vergara	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Vergara	Própria
Terreno	Uruguai		Rio Branco	Alugada
Prédios/Instalações	Uruguai		Rio Branco	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Rio Branco	Alugada
Terreno	Uruguai		Tacuarembó	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Tacuarembó	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Tacuarembó	Própria
Terreno	Uruguai		Salto	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Salto	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Salto	Própria
Terreno	Uruguai		Tomas Gomensoro	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Tomas Gomensoro	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Tomas Gomensoro	Própria
Terreno	Uruguai		Vichadero	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Vichadero	Própria
Prédios/Instalações	Uruguai		Vichadero	Própria
Maquinas e Equipamentos	Uruguai		Vergara	Própria
Terreno	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Terreno	Brasil	RS	Camaquã	Própria
Terreno	Brasil	RS	Itaqui	Própria
Terreno	Brasil	RS	Cambai	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terreno	Brasil	RS	Rio Grande	Própria
Terreno	Brasil	MA	Itapecuru Mirim	Própria
Terreno	Brasil	SC	Navegantes	Própria
Terreno	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Terreno	Brasil	RJ	Santa Cruz	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Camaquã	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Itaqui	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Cambai	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RS	Rio Grande	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	MA	Itapecuru Mirim	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	SC	Naveguantes	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Prédios/Instalações	Brasil	RJ	Santa Cruz	Alugada
Prédios/Instalações	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Camaquã	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Itaqui	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Cambai	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RS	Rio Grande	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	MA	Itapecuru Mirim	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	SC	Navegantes	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RJ	São Gonçalo	Própria
Maquinas e Equipamentos	Brasil	RJ	Santa Cruz	Alugada
Maquinas e Equipamentos	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Terrenos	Chile		Santiago	Própria
Prédios/Instalações	Chile		Santiago	Própria
Maquinas e Equipamentos	Chile		Santiago	Própria
Prédios/Instalações	Chile		Retiro	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BARRINHA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	BIO DOCE	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	BIOÇUCAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	BOA AÇÃO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	COSTA BRAVA	10anos prorrog iguais periodos	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	CRISTALBELLO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	CRISTALÇUCAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	DA BARRA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	DIAÇUCAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	DOCELAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	DOÇUCAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	ECOLINEA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	GLAÇUCAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	MUNDO ORGÂNICO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	NEVE	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	NEWSUGAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	BUTUI	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	NAMORADO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	REALSUGAR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	SUCROSE	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	UNIÃO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	UNICO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ALCYON	10anos prorrog iguais periodos	Os Pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: (i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; (ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; (iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o artigo 135 da Lei nº 9.279/96; (iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, de acordo com o certificado de registro, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo. Judicialmente, terceiros podem alegar a violação de direitos de propriedade intelectual e podem obter êxito.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.
Marcas	COQUEIRO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	DOLPHIN SAFE	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	FEMEPE	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	NAVEGANTES	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	PESCADOR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	TUCAPEL	Conforme lei de cada país	Os eventos dependem das normas aplicáveis em cada jurisdição	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.
Marcas	BANQUETE	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	SELECTA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	LOS CHINOS	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	LA LOMA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SAMAN	Idem item acima	A marca “Saman” encontra-se empenhada em favor do banco DEG – Deutsch Investitions und Entwicklungsgesellschaft MBH, como garantia ao contrato de financiamento celebrado pela Saman em 19 de novembro de 2012. Caso ocorra um evento de inadimplemento no âmbito deste contrato, a Saman pode perder o direito ao uso da referida marca.	Idem item acima
Marcas	COSTEÑO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	PAISANA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	HOJA REDONDA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	ARROZ DEL SUR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	DOCE SABOR	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	DUÇULA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	ARROZ DA LISTA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	BOM MARANHENSE	10anos prorrog iguais periodos	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	CAMARADA	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	CAMIL	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	CAMILI	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	CARRETEIRO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	CHEFÃO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	GOLD OURO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	GUIN	10anos prorrog iguais periodos	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	ITAQUI	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	K1000	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	KI-CÃO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	MAIS SABOROSO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	MOMIJI	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MUITOBOM	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	MUNDO ORGÂNICO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	OMIAGUI	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	PAI JOAO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	POP	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	PRINCE ALIMENTOS	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	PRINCIPE	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	SOLTY	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	UMPORUM	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	UNIÃO	Idem item acima	Idem item acima	Idem item acima
Marcas	BARRA	10anos prorrog iguais periodos	Os Pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: (i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; (ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; (iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o artigo 135 da Lei nº 9.279/96; (iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, de acordo com o certificado de registro, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo. Judicialmente, terceiros podem alegar a violação de direitos de propriedade intelectual e podem obter êxito.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	CAMIL	10anos prorrog iguais periodos	Os Pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos, em razão de oposição de terceiros e, quando deferidos, em razão do não pagamento da taxa final, pelo seu titular. Podem causar a perda dos direitos relativos ao registro já concedido: (i) a expiração do prazo de vigência, sem o pagamento das taxas de renovação; (ii) renúncia total ou parcial do direito pelo titular; (iii) transferência da marca se realizada em desacordo com o art. 135 da Lei nº 9.279/96; (iv) caducidade do registro decorrente da não utilização injustificada da marca e/ou da utilização da marca com modificação significativa que implique alteração de seu caráter distintivo original, de acordo com o certificado de registro, por período igual ou superior a 5 anos, contados da data da concessão; e (v) declaração de nulidade do registro, obtido por terceiro em processo administrativo. Judicialmente, terceiros podem alegar a violação de direitos de propriedade intelectual e podem obter êxito.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade do titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades. A perda de uma marca poderia, também, resultar em prejuízos, tendo em vista a perda do investimento feito em tal marca para posicioná-la de forma satisfatória no mercado.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
CAMILATAM S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Uruguai			A CAMILATAM S.A. é uma holding detentora de 100% do capital social de sociedades operacionais no Chile, Uruguai e Peru, por meio das quais a Companhia opera na América Latina. Em 31 de agosto de 2018, a Companhia alienou a empresa La Loma Alimentos S.A. encerrando sua atuação na Argentina.	100,000000

				Valor mercado		
28/02/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	28/02/2019	867.431.000,00
28/02/2018	0,000000	0,000000	0,00			
28/02/2017	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Por meio da CAMILATAM S.A. a Companhia detém participações em empresas líderes em seus respectivos mercados na América Latina. No Chile, é líder no volume de vendas de arroz (32,4% e 39,7% de participação de mercado em volume e valor para abr 18/mar 19), bem como no share of mind (indica a frequência e profundidade com que determinado produto é lembrado pelos consumidores) entre os participantes do mercado, segundo a “Cadem Research Insight Innovation”. Além disso, é líder no mercado uruguaio com venda de aproximadamente 457.560 toneladas de arroz por ano, sendo o maior exportador de arroz uruguaio, segundo o Cosecha Comision Sectorial 2018/19, divulgado pela Comissão do setor de arroz, com 42% da produção nacional. No Peru, a Companhia adquiriu a marca Paisana, segunda maior marca de arroz empacotado do Peru, conforme informações do relatório da “Kantar WorldPanel”, consolidando, assim, a liderança do mercado de arroz empacotado com 41,1% de participação de mercado em fev/mar/2019.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 9 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1. Comentários dos Diretores

Os dados financeiros são extraídos de nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro de 2019 (“2018”), 28 de fevereiro de 2018 (“2017”) e 28 de fevereiro de 2017 (“2016”). Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas previstas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC e aprovados pela CVM e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

(a) **condições financeiras e patrimoniais gerais**

Nos últimos três exercícios sociais, a geração de caixa necessária para as nossas operações, incluindo crescimento orgânico, aquisições, desenvolvimento de novos produtos e outros dispêndios de capital, tem sido provenientes, principalmente, da comercialização dos nossos produtos nos mercados onde atuamos e, em menor proporção, da prestação de serviços de secagem de arroz a produtores de arroz no Brasil e nos demais países da América Latina onde atuamos. Embora acreditemos obter, nos últimos três exercícios sociais, níveis satisfatórios de geração de caixa, temos utilizado também diversas linhas de financiamento e emissão de títulos no mercado de capitais com o objetivo de (i) manter nossa liquidez, (ii) modernizar nossas plantas, e (iii) crescer orgânica e inorganicamente.

Em 2018, a dívida bruta (instrumentos financeiros passivos, empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante) da Companhia era de R$1.428,3 milhões. Em 2016 e 2017 dívida bruta era de R$ R$1.656,7 milhões e R$1.285,8 milhões, respectivamente.

Os Diretores informam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução dos planos de expansão de capital e de investimento, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Os Diretores destacam, no entanto, que estas condições estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e o crescimento da economia brasileira e dos países onde atuamos.

(b) **estrutura de capital**

Os Diretores da Companhia informam que a estrutura de capital da Companhia em 2016, 2017 e 2018, era composta de 35,4%, 48,1% e 48,9% de capital próprio, e 64,6%, 51,9% e 51,1% de capital de terceiros, respectivamente. A participação do capital de terceiros é resultante da divisão do capital de terceiros (soma dos saldos do passivo circulante e passivo não circulante apresentados no balanço patrimonial) pelo ativo total (saldo do ativo total apresentado no balanço patrimonial). A predominância de capital de terceiros na estrutura de capital da Companhia é resultado da nossa opção de financiar o nosso crescimento com capital de terceiros, de forma a maximizar o nosso valor.

Em 2016, 2017 e 2018, nosso patrimônio líquido totalizou, respectivamente, R$ 1.360,7 milhões, R$1.821,1 milhões e R$2.169,1 milhões. Nas mesmas datas, nossa dívida líquida, calculada como a soma de empréstimos e financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

mais instrumentos financeiros derivativos do passivo circulante e não circulante, menos a soma de (a) caixa e equivalentes à caixa; (b) aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante; e (c) instrumentos financeiros derivativos do ativo circulante e não circulante, totalizou, respectivamente, R$1.013,7 milhões, R$571,1 milhões e R$1.031,6 milhões.

Os Diretores da Companhia acreditam que a situação financeira da Companhia lhe permite honrar suas obrigações assumidas perante terceiros e a necessidade de capital de giro, incluindo o pagamento de suas dívidas.

Os Diretores da Companhia acreditam que, nos últimos três exercícios sociais, a nossa estrutura de capital tem se mostrado adequada para fazer frente aos nossos investimentos e as nossas obrigações, caso, no entanto, enfrentemos mudanças no nosso plano de crescimento ou em nossa capacidade de geração de caixa, podemos vir a tomar novas linhas de financiamento ou emitir títulos no mercado de capitais.

(c) **capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Em 2016, 2017 e 2018 nosso índice de liquidez corrente, calculado como ativo circulante dividido por passivo circulante, era de 1,69, 3,48 e 2,24, respectivamente, enquanto, nos exercícios sociais encerrados em 2016, 2017, e 2018 nosso EBITDA foi de R$547,0 milhões, R$489,8 milhões e 483,4 milhões, respectivamente, o que evidencia nossa capacidade de geração de caixa suficiente para suportar o nosso nível de endividamento.

Ademais, nos exercícios sociais encerrados em 2016, 2017 e 2018, nossa alavancagem financeira, em termos de dívida líquida/EBITDA, foi de 1,9 vezes, 1,2 vezes e 2,1 vezes (considerando o EBITDA dos últimos 12 meses), respectivamente. Os Diretores acreditam que a Companhia possui sólidas condições financeiras e patrimoniais para implementação do seu plano de negócio e cumprimento das obrigações de curto, médio e longo prazo. Ainda, os Diretores da Companhia acreditam que a geração de caixa da Companhia suportou sua estratégia de crescimento nos três últimos exercícios sociais e que continuará a suportá-la no futuro.

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, suas projeções para o fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

Para os Diretores da Companhia, o endividamento apresentado é adequado às características dos negócios da Companhia. Os Diretores da Companhia não podem garantir, no entanto, que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendam ser necessário contrair empréstimos ou emitir títulos no mercado de capitais para financiar novos investimentos e aquisições, acreditam que, atualmente, a Companhia possui capacidade para realizá-los.

(d) **fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes**

Nos últimos três exercícios sociais, nossas necessidades para capital de giro e investimentos vêm sendo financiadas por meio da combinação de recursos próprios e recursos de terceiros. Dessa forma, conforme nossas necessidades, realizamos captações no mercado de capitais local e/ou

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

obtemos empréstimos e financiamentos para fazer frente às nossas necessidades de caixa. Nossa principal fonte para investimentos em ativos não-circulantes, como equipamentos, foram os financiamentos por meio do BNDES, que representaram 5,2%, 5,5% e 3,99% das nossas fontes de financiamento, respectivamente, em 2017, 2018 e 2019. Nossas principais fontes de financiamento para capital de giro são obtidas por meio de linhas de financiamento de curto e longo prazos oferecidos por instituições financeiras como Banco do Brasil, Bradesco, Banco Itaú, Citibank, HSBC, BBVA, Scotiabank e Santander. Ademais, a fim de realizar melhor gestão de nosso caixa, emitimos debêntures que foram cedidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. para constituição de lastro de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) no mercado de capitais local.

(e) **fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Na opinião dos Diretores da Companhia, as fontes de financiamento utilizadas nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício corrente são adequadas, e continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes. Não vislumbramos necessidade de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais possamos dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiências de liquidez no curto prazo, podemos optar por captar recursos junto a instituições financeiras ou emitir títulos no mercado de capitais.

(f) **níveis de endividamento e características das dívidas**

Em 2018, o valor total agregado do principal de nossa dívida bruta era de R$1.428,3 milhões, dos quais R$513,6 milhões, ou 35,96%, eram de curto prazo e R$914,7 milhões, ou 64,0%, eram de longo prazo. Na mesma data, R$397,5 milhões, ou 27,8%, do valor total da dívida bruta eram denominados em moedas estrangeiras, como pesos chilenos, soles peruanos e dólares norte-americanos. Ademais, uma parte substancial de nosso endividamento bruto possuía taxas de juros atreladas ao CDI.

(i) **Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

Empréstimos e Financiamentos

BRASIL – Camil Alimentos S.A.

Cédulas de Crédito Bancário

Cédula de Crédito Bancário nº 000050004029800- BNDES FINAME. Em 05 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou uma cédula de crédito bancário mediante repasse de recursos do FINAME com o Itaú Unibanco S.A., no montante total de R$11,3 milhões, destinada à aquisição de equipamentos. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 6,00% ao ano. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de a alienação fiduciária dos equipamentos adquiridos por meio deste financiamento. Esta cédula está programada para vencer em 15 de dezembro de 2024.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Emissões Privadas de Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio

5ª Emissão de Debêntures. Em 23 de novembro de 2016, a Companhia realizou sua quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 402.255 debêntures, sendo 213.905 debêntures na primeira série e 188.350 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R$1,0 mil, totalizando R$402,3 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série incidem juros remuneratórios equivalentes a 99% da Taxa DI, e sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estão programadas para vencer em 12 de dezembro de 2019 e as debêntures da segunda série estão programadas para vencer em 12 de dezembro de 2020. Esta emissão foi realizada para lastrear às 91ª (nonagésima primeira) e 92ª (nonagésima segunda) séries da primeira emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., emitida em 13 de dezembro de 2016.

6ª Emissão de Debêntures. Em 19 de maio de 2017 a Companhia realizou sua sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 405.000 debêntures, sendo 238.020 debêntures na primeira série e 166.980 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R$1,0 mil, totalizando R$405,0 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures da primeira série incidem juros remuneratórios equivalentes a 97% da Taxa DI, e sobre as debêntures da segunda série incidem juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estão programadas para vencer em 20 de julho de 2020 e as debêntures da segunda série estão programadas para vencer em 19 de julho de 2021. Esta emissão foi realizada para lastrear às 117ª (centésima décima sétima) e 118ª (centésima décima oitava) séries da primeira emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., emitida em 18 de julho de 2017.

7ª Emissão de Debêntures. Em 15 de dezembro de 2017 a Companhia realizou sua sétima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição privada. Foram emitidas 168.050 debêntures, todas com valor nominal unitário de R$1,0 mil, totalizando R$168,050 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures estão programadas para vencer em 17 de dezembro de 2021. Esta emissão foi realizada para lastrear às 137ª (centésima trigésima sétima série da primeira emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., emitida em 15 de dezembro de 2017. **8ª Emissão de Debêntures**. Em 16 de abril de 2019 a Companhia realizou sua oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 600.000 debêntures, sendo 271.527 debêntures na primeira série e 328.473 debêntures na segunda série, todas com valor

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

nominal unitário de R$1,0 mil, totalizando R$600,0 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures da primeira série incidem juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI, e sobre as debêntures da segunda série incidem juros remuneratórios equivalentes a 101% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estão programadas para vencer em 17 de abril de 2023 e as debêntures da segunda série estão programadas para vencer em 15 de abril de 2025. Esta emissão foi realizada para lastrear às 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da quinta emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., subscritos em 15 de abril de 2019 e disponibilizado em 16 de abril de 2019.

BRASIL - SLC Alimentos Ltda.

Cédulas de Crédito Bancário

Cédula de Crédito Bancário nº 4498017. Em 25 de maio de 2017, a Companhia celebrou uma cédula de crédito bancário com o Banco ABC Brasil S.A., no montante total de R$18,0 milhões, destinada à financiamento para aquisição de 19,5 toneladas de arroz em casca. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 100% do CDI + 1,70% ao ano, com swap para 127,50% do CDI. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 11 de maio de 2020.

Cédula de Crédito Bancário nº 5035618. Em 31 de maio de 2017, a Companhia celebrou uma cédula de crédito bancário com o Banco Safra S.A., no montante total de R$20,0 milhões, destinada à financiamento de comercialização mercantil. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 127,50% do CDI ao ano. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 15 de maio de 2020.

Cédula de Crédito Bancário nº 21/01332-2. Em 06 de junho de 2017, a Companhia celebrou uma cédula de crédito bancário com o Banco do Brasil S.A., no montante total de R$32,0 milhões, destinada à financiamento para aquisição de 33.9 toneladas de arroz em casca. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 6,00% ao ano, com swap para 122,70% do CDI. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula estava programada para vencer em 21 de maio de 2020, porém antecipamos o pagamento do mesmo em 28 de fevereiro de 2019 pelo saldo de R$ 15.740.092,01.

Cédula de Crédito Bancário nº 100100300282. Em 08 de fevereiro de 2018, a Companhia celebrou uma cédula de crédito bancário com o Banco Santander (Brasil) S.A., no montante total de R$20,0 milhões, destinada à financiamento para estocagem de 27,7 t de arroz em casca. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 8,79% ao ano, com swap para 122,20% do CDI. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 28 de janeiro de 2020.

Cédula de Crédito Bancário nº 21/01421-3. Em 04 de abril de 2018, a Companhia celebrou uma cédula de crédito bancário com o Banco do Brasil S.A., no montante total de R$30,0 milhões, destinada à financiamento para aquisição de 37.5 toneladas de arroz em casca. Sobre o principal

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

deste contrato incidem juros equivalente a 7,00% ao ano. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 22 de setembro de 2019.

Cédula de Crédito Bancário nº 5037441. Em 08 de outubro de 2018, a Companhia celebrou uma cédula de crédito bancário com o Banco Safra S.A., no montante total de R$15,0 milhões, destinada à financiamento comercialização mercantil. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 116,40% do CDI ao ano. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 03 de outubro de 2019.

Cédulas de Crédito à Exportação

Cédula de Crédito à Exportação nº 502424.1. Em 30 de setembro de 2013, a Companhia celebrou uma cédula de crédito à exportação com o Banco Safra S.A., no montante total de R$33,0 milhões, destinada à financiamento de produção de bens para exportação. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 121% do CDI ao ano. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 30 de agosto de 2019.

Cédula de Crédito à Exportação nº 250016105. Em 11 de agosto de 2017, a Companhia celebrou uma cédula de crédito à exportação com o Banco Alfa de Investimento S.A., no montante total de R$32,0 milhões, destinada à financiamento de produção de bens para exportação. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 130% do CDI ao ano. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 11 de agosto de 2020.

Cédula de Crédito à Exportação nº 250016278. Em 12 de janeiro de 2018, a Companhia celebrou uma cédula de crédito à exportação com o Banco Alfa de Investimento S.A., no montante total de R$18,0 milhões, destinada à financiamento de produção de bens para exportação. Sobre o principal deste contrato incidem juros equivalente a 130% do CDI ao ano. O cumprimento deste contrato é garantido por meio de aval da Camil Alimentos S.A. Esta cédula está programada para vencer em 13 de janeiro de 2020.

CHILE

Em 2018, a Companhia mantinha empréstimos e financiamentos com instituições financeiras chilenas no valor total de principal de CLP$1.162 milhões pesos chilenos. O pagamento do principal e dos juros é feito em parcela única. Incidem juros mensais de entre 0,28% e 0,30% para empréstimos de curto prazo. Esses empréstimos são garantidos por fiança da Companhia. A Companhia não mantem empréstimos de longo prazo.

URUGUAI

Em 2018, a Companhia mantinha empréstimos e financiamentos com instituições financeiras uruguaias firmados por sua subsidiária SAMAN, no valor total do principal acrescido de juros de US$ 32,4 milhões para financiar capital de giro, leasing e ativos fixos. O pagamento do principal é feito em parcelas semestrais, sobre as quais incidem juros anuais que variam de 2,6% a 4,19%.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Esses empréstimos são garantidos por hipotecas, penhor de máquinas, sacas de arroz e fiança da empresa-mãe.

PERU

Em 2018, a Companhia mantinha empréstimos e financiamentos com instituições financeiras peruanas no valor do principal mais os interesses de milhões de sóis peruanos S/105. O pagamento de capital e juros é feito em uma única entrega, mensalmente ou a cada três meses. A taxa de juros anual é de cerca de 4,33% para empréstimos de curto prazo e os juros anuais de 4,62% e 7,3% para empréstimos de longo prazo. Nestes empréstimos há uma garantia entre as empresas Costeño Alimentos S.A.C. e Camil Alimentos S.A.

(ii) **Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Os Diretores da Companhia informam que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes aos últimos três exercícios sociais, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) do Formulário de Referência da Companhia.

(iii) **Grau de subordinação entre as dívidas**

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. As dívidas da Companhia que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. A seguir, demonstramos os tipos de obrigações e as respectivas garantias, em milhões de reais:

Exercício social (28/02/2019)						
Tipo de obrigação	Tipo de Garantia	Inferior a 1 ano	Uma três anos	Três a cinco anos	Superior a 5 anos	Total
Financiamentos	Garantia Real	2,4	1,7	25,1	21,9	51,1
Debêntures	Quirografária	222,5	757,6	-	-	980,1
Empréstimos	Quirografária	280,2	107,6	9,7	-	397,5
Total		**505,1**	**866,9**	**34,8**	**21,9**	**1.428,7**

(iv) **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamentos e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle acionário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

BRASIL

As dívidas da Companhia descritas neste item 10.1 (f) estabelecem, conforme o caso, restrições à prática de determinados atos, incluindo (i) inadimplemento de obrigações pecuniárias ou não pecuniárias da Companhia, suas controladas ou seus acionistas controladores; (ii) modificações no controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia; (iii) alienação e/ou oneração de ativos da Companhia; (iv) pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, formulados pela Companhia e/ou por terceiros; (v) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas assumidas pela Companhia que, por sua vez, podem resultar no vencimento antecipado de todos os valores devidos nos termos dos respectivos instrumentos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As emissões de debêntures da Companhia, por sua vez, também estabelecem, conforme o caso, restrições à prática de determinados atos, incluindo (i) inadimplemento de obrigações pecuniárias e não pecuniárias da Companhia, suas controladas ou seus acionistas controladores, conforme o caso; (ii) modificações no controle efetivo, direto ou indireto, da Companhia; (iii) alienação e/ou oneração de ativos da Companhia; (iv) pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, formulados pela Companhia e/ou por terceiros; (v) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas assumidas pela Companhia que, por sua vez, podem resultar no vencimento antecipado de todos os valores devidos nos termos dos respectivos instrumentos; (vi) cumprimento de índices financeiros; (vii) redução do capital social da Companhia; e (viii) pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório definido em lei. Para informações mais detalhadas a respeito das restrições acima descritas.

Apesar das restrições acima descritas, não houve necessidade de a Companhia solicitar renúncias ao direito de declarar antecipadamente vencidas as dívidas e emissões de valores mobiliários da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

INSTRUMENTOS DE DÍVIDA DENOMINADOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

CHILE

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras chilenas possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) inadimplemento ou atraso no cumprimento de qualquer obrigação desses contratos; (ii) declaração de insolvência da Companhia; (iii) atraso na concessão da fiança da Companhia; e (iv) distribuição de dividendos em montante superior a 100% do lucro do período.

URUGUAI

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras uruguaias possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) transformação, fusão, cisão, dissolução ou liquidação da sociedade e/ou venda ou cessão das ações sem autorização da instituição financeira; (ii) mudança de controle ou estrutura acionária ou redução no capital social; (iii) avaliação da companhia por instituições financeiras uruguaias resultando na sua categorização pelo Banco Central do Uruguai como entidade com capacidade de pagamento comprometida; (iv) distribuição de dividendos, exceto se o resultado do exercício for positivo e todas as obrigações contratuais estiverem sendo cumpridas; (v) limitação de garantia por meio de hipotecas; e (vi) inadimplemento do devedor ou de qualquer sociedade do grupo em relação a dívidas com a instituição financeira.

Adicionalmente, os contratos obrigam a Companhia a cumprir com os seguintes índices financeiros: (i) dívida total/patrimônio líquido inferior a 2,4, sendo a dívida total a soma de todos os passivos (circulantes e não-circulantes) e o patrimônio líquido o patrimônio deduzido (a) os ativos intangíveis e (b) as dívidas de diretores e acionistas com a empresa, (ii) razão corrente superior a 1, sendo razão corrente o quociente resultante da divisão entre ativo circulante e passivo circulante, (iii) razão de cobertura do serviço de dívida superior a 1, e (iv) dívida financeira/EBITDA inferior a 3, sendo o quociente resultante de divisão do total devido a entidades financeiras nacionais e internacionais menos inversões temporárias feitas pela

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

empresa, pelo EBITDA. Em 2018, data de avaliação dos índices financeiros, a companhia estava cumprindo com todos os índices requeridos.

PERU

Os empréstimos e financiamentos com instituições financeiras peruanas possuem, em geral, as seguintes cláusulas de vencimento antecipado, dentre outras: (i) inadimplemento no cumprimento de qualquer obrigação desses contratos ou de obrigações de pagamento perante outras instituições financeiras; (ii) caso as declarações ou documentos providenciados tenham sido imprecisos ou falsos; (iii) pedido ou começo de processo de insolvência; e (iv) disposições de patrimônio sem o prévio acordo da instituição financeira.

Adicionalmente, os empréstimos contratados com o Banco de Crédito del Peru possuem uma cláusula de vencimento antecipado sobre o recuso de inspeção dos ativos providenciados como garantia ou a deterioração, perda ou cessão desses ativos sem o prévio acordo do banco.

O empréstimo contratado com o Citibank possui cláusulas de vencimento antecipado sobre (i) inadimplemento de qualquer afiliada, subsidiária ou fiador perante o Citibank; (ii) mudança de controle; e (iii) mudança legislativa ou política que implique um efeito material adverso.

Os empréstimos contratados com o Citibank e Scotiabank possuem cláusulas de vencimento antecipado sobre (i) a ocorrência de um evento que invalida o contrato, a fiança ou quaisquer documentos relacionados; (ii) perda de licenças, certificados, permissões ou autorizações ou o começo de qualquer processo que possa causar um efeito material adverso ou inadimplemento das obrigações da Companhia; e (iii) subordinação do empréstimo perante qualquer empréstimo ou financiamento posterior.

Os empréstimos com o Scotiabank possuem cláusulas de vencimento antecipado sobre (i) a perda de propriedade intelectual que possa resultar no descumprimento das obrigações da Companhia; (ii) a perda do controle da Companhia; (iii) a condenação, expropriação ou nacionalização dos ativos ou operações da Companhia ou qualquer ato que afaste a administração da Companhia; (iv) falha no pagamento dos impostos ou apólices de seguro sobre as a garantia; e (v) a distribuição de dividendos ou a recompra de ações sem o prévio acordo do banco.

(g) **limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados**

Nos últimos três exercícios sociais todas as nossas necessidades de capital de giro foram contratadas com o Bradesco, BNDES, Citibank, Brasil e Santander, conforme descrito no item 10.1 (d) acima. Na hipótese de haver necessidade de linhas adicionais de financiamento, nosso relacionamento com instituições financeiras de primeira linha tem historicamente nos permitido ter acesso a linhas de créditos pré-aprovadas, não contratadas, desde que não excedam as limitações estabelecidas por essas instituições financeiras. No Uruguai, nossas necessidades de capital de giro foram contratadas com, dentre outros, B.B.V.A., Citibank, HSBC, Itaú, Santander e D.E.G. Alemanha, no Chile, contamos com, Banco de Chile, Itaú, Estado, e no Peru contamos com, Citibank, Scotiabank e BIF.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(h) **alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

A discussão a seguir sobre o resultado das nossas operações, nossa situação financeira e nosso fluxo de caixa é baseada em, e deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 2016, 2017 e 2018, bem como as respectivas notas explicativas.

As informações financeiras consolidadas constantes desta proposta foram extraídas das:

- nossas demonstrações financeiras consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 2016, 2017 e 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativas aos exercícios sociais encerrados em 2016, 2017 e 2018, e foram elaborados de acordo (i) com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941; e (ii) com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações financeiras foram auditadas pelos Auditores Independentes de acordo com as normas de auditoria brasileiras e internacionais.

Demonstração de Resultado

Comparação entre os exercícios sociais de 2017 e 2018

Demonstração do Resultado	Exercício social de 2017		Exercício social de 2018		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Receita líquida de vendas e serviços	**4.662,9**	**100,0**	**4.748,8**	**100,0**	**1,8**
Custo das vendas e serviços	**(3.512,5)**	**(75,3)**	**(3.527,1)**	**(74,3)**	**0,4**
Lucro bruto	**1.150,4**	**24,7**	**1.221,7**	**25,7**	**6,2**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(543,6)	(11,7)	(631,0)	(13,3)	16,1
Despesas gerais e administrativas	(238,6)	(5,1)	(292,9)	(6,2)	22,8
Resultado de equivalência patrimonial	(1,9)	0,0	(1,0)	0,0	(47,4)
Outras receitas (despesas) operacionais	33,2	0,7	85,2	1,8	156,6
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	**399,5**	**8,6**	**382,0**	**8,0**	**(4,4)**
Despesas financeiras	(181,1)	(3,9)	(217,9)	(4,6)	20,3
Receitas financeiras	106,7	2,3	201,9	4,3	89,2
Resultado antes dos impostos	**325,1**	**7,0**	**366,0**	**7,7**	**12,5**
Imposto de renda e contribuição social	(74,5)	(1,6)	(3,6)	(0,1)	(95,2)
Lucro líquido do exercício	**250,6**	**5,4**	**362,3**	**7,6**	**44,6**

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços apresentou crescimento de 1,8%, ou R$85,9 milhões, de R$4.662,9 milhões em 2017 para R$4.748,8 milhões em 2018. Esse resultado se deu ao crescimento da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasil e no Segmento Alimentício Internacional, conforme detalhado abaixo:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- *Segmento Alimentício Brasil*. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasil cresceu 0,4%, ou R$14,8 milhões, de R$3.331,4 milhões em 2017 para R$3.346,3 milhões em 2018. O resultado foi impulsionado pela aquisição da SLC Alimentos em dezembro de 2018 e pelo desempenho de cada categoria conforme detalhado abaixo:

  Arroz. O volume das vendas de arroz atingiu 630,1 mil toneladas, crescimento de 5,7% em comparação com 2017. Excluindo as vendas da SLC Alimentos, o volume atingiu 579,7 mil tons, queda de 2,8% no ano. O resultado foi influenciado pela performance de vendas da marca Camil e pela recuperação de vendas das marcas de ocupação, assim como pela aquisição da SLC Alimentos. A redução anual, excluindo a SLC Alimentos, ocorreu em função da redução de vendas como impacto da greve dos caminhoneiros em maio de 2018 e redução de compras pelo varejo em novembro de 2018, com queda rápida dos preços médios de arroz do mercado no período.

  O preço médio de aquisição da matéria-prima[1] atingiu R$40,41/saca em 2018, crescimento de 5,3% frente a 2017. O preço bruto atingiu R$2,46/kg, crescimento de 3,8% no ano, e o preço líquido atingiu R$2,15/kg, crescimento de 3,2% no mesmo período. As variações apresentadas de preço bruto e preço líquido são inferiores aos preços de mercado acima, fruto da readequação de preços e retomada de vendas das marcas de ocupação, que possui preços médios inferiores (característica deste nicho).

  Feijão. O volume das vendas de feijão atingiu 80,2 mil toneladas, crescimento de 10,8% em comparação com 2017. Excluindo as vendas da SLC Alimentos, o volume atingiu 76,1 mil toneladas, crescimento de 5,1% no ano. O crescimento foi impulsionado pelo aumento de vendas da marca Camil e das marcas de ocupação, assim como pela aquisição da SLC Alimentos em dezembro de 2018. O crescimento anual foi parcialmente compensado pelo impacto da greve dos caminhoneiros em maio de 2018.

  Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima[2], o preço médio de feijão do mercado atingiu R$122,64/saca em 2018, redução de 7,2% frente a 2017. Vale destacar que a redução do preço médio no ano foi parcialmente compensada pelo aumento substancial nos preços de feijão do último trimestre de 2018, após períodos longos de estabilidade atípica do mesmo, reflexo da variação da produção de feijão no período. O preço bruto atingiu R$3,69/kg, redução de 4,2% no ano, e o preço líquido atingiu R$3,34/kg, redução de 4,7%.

  Açúcar. O volume das vendas de açúcar atingiu no ano 525,5 mil toneladas, redução de 2,9% frente a 2017. A redução anual foi impulsionada pela agressividade de preços enfrentada pela categoria por competidores das marcas de ocupação no mercado, o que ocasionou da perda de *market share* do período.

[1] Fonte: CEPEA; indicador do arroz em Casca Esalq/Senar-RS 50kg

[2] Fonte: Agrolink; indicador do feijão carioca Sc 60kg.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Adicionalmente, a redução foi impactada pela greve dos caminhoneiros em maio de 2018.

Em relação ao custo de aquisição da matéria-prima[3], o preço médio de açúcar do mercado atingiu R$60,30/saca em 2018, redução de 6,1% frente a 2017. O preço bruto atingiu R$2,04/kg, redução de 8,1% frente a 2017, e o preço líquido atingiu R$1,75/kg, redução de 8,9%. As variações apresentadas de preço bruto e preço líquido não acompanharam os preços de mercado acima, fruto da estratégia da Companhia para retomada de *market share*, em função agressividade de preços enfrentada pela categoria por competidores das marcas de ocupação no mercado.

Pescados. O volume das vendas de pescados atingiu 35,2 mil toneladas, redução de 2,3% no ano. A redução foi decorrente da queda de vendas da marca Pescador. Nos últimos anos, devido ao baixo volume de pesca no litoral brasileiro, registramos elevados níveis de importação da matéria-prima, o que onera diretamente o preço final do produto e, consequentemente, reduz as vendas à medida que o consumidor passa a substituir esse produto por outras proteínas (principalmente o frango). Retomamos a competividade no mercado no ano por meio de reajuste de nossos preços, facilitado pelo aumento do patamar de preços de proteínas substitutas. Ressaltamos a continuidade da dificuldade de pesca local de sardinha e melhoria da pesca local de atum. O preço bruto no ano atingiu R$20,39/kg, crescimento de 5,0% frente a 2017, e o preço líquido atingiu R$15,45/kg, crescimento de 6,2% no ano.

- *Segmento Alimentício Internacional. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento* Alimentício Internacional aumentou 5,3%, ou R$71,0 milhões, de R$1.331,5 milhões em 2017 para R$1.402,5 milhões em 2018. Esse aumento foi impulsionado pelo contínuo crescimento de volumes e rentabilidade do Chile, assim como pelo impacto do câmbio do período, conforme detalhado abaixo:

  Uruguai. O volume das vendas atingiu 457,6 mil toneladas no ano, redução de 16,5% frente a 2017. A redução foi impulsionada pela queda da área plantada do Uruguai e redução de vendas nos períodos. O preço bruto em US$ por tonelada 518,2, crescimento de 3,5% no ano. O preço bruto em reais atingiu R$1,95/kg, crescimento de 21,4% no ano. O câmbio médio (R$/US$) variou em 16,6% em 2018.

  Chile. O volume das vendas atingiu 79,4 mil toneladas no ano, crescimento de 4,8% frente a 2017. Continuamos apresentando crescimento de volume e rentabilidade, fruto da exploração de portfólio de produtos com maior valor agregado no país. O preço bruto em CLP por tonelada atingiu 990,0, redução de 0,7% no ano. O preço bruto em reais atingiu R$5,67/kg, crescimento de 13,5% no ano. O câmbio médio (R$/ CLP) variou em +12,5% em 2018.

[3] Fonte: CEPEA; indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Peru. O volume das vendas atingiu 83,6 mil toneladas no ano, redução de 11,2% frente a 2017. A redução nos volumes foi impulsionada pela instabilidade política do país, com impacto no consumo de arroz empacotado no período.

Custo das Vendas e Serviços

O custo das vendas e serviços atingiu R$3,5 bilhões, crescimento de 0,4% frente a 2017, impulsionado pelo crescimento nos custos das vendas e serviços do Segmento Alimentício Internacional e parcialmente compensado pela redução nos custos das vendas e serviços do Segmento Alimentício Brasil, conforme detalhado abaixo:

- *Segmento Alimentício Brasil*. O custo das vendas e serviços atingiu R$2,5 bilhões, queda de 0,4% frente a 2017. A redução foi impulsionada pela queda do preço médio de mercado de açúcar no ano de 6,1%[4] frente a 2017.
- *Segmento Alimentício Internacional*. O custo das vendas e serviços atingiu R$1,0 bilhão, crescimento de 2,6% no ano, em função do impacto da variação cambial do período (o câmbio médio R$/US$ variou em +16,6%) e aumento do custo da matéria-prima no Peru, em função do reajuste da tarifa de importação (Direito Variável) incidente sobre a importação da matéria-prima.

Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R$1,2 bilhão, crescimento de 6,2% no ano. A margem bruta atingiu 25,7%, crescimento de 1,1 pontos percentuais frente a 2017.

- *Segmento Alimentício Brasil*. O lucro bruto atingiu R$825,0 milhões, crescimento de 3,2% no ano. A margem bruta atingiu 24,7%, crescimento de 0,7 pontos percentuais frente a 2017.
- *Segmento Alimentício Internacional*. O lucro bruto atingiu R$396,7 milhões, crescimento de 12,9% no ano. A margem bruta atingiu 28,3%, crescimento de 1,9 pontos percentuais frente a 2017.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram R$924,0 milhões, crescimento de 18,1% no ano. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas atingiram 19,5% no ano, crescimento de 2,7 pontos percentuais frente a 2017. O crescimento ocorreu em função do aumento das despesas no Segmento Alimentício Brasil e no Segmento Alimentício Internacional, conforme detalhado abaixo:

Despesas com Vendas

As despesas com vendas atingiram R$631,1 milhões no ano, crescimento de 16,1% frente a 2017, principalmente, devido a:

[4] Fonte: CEPEA; indicador do Açúcar Cristal Esalq-SP 50kg

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Segmento Alimentício Brasil. As despesas com vendas do Segmento Alimentício Brasil atingiram R$424,5 milhões, crescimento de 19,3% frente a 2017, em função do crescimento relevante das despesas com fretes, aquisição da SLC Alimentos que incrementou no quarto trimestre R$11,1 milhões, aumento das despesas com exportação e aumento das perdas com recebíveis. O crescimento foi parcialmente compensado pela redução de investimento em propaganda e publicidade.

- *Segmento Alimentício Internacional*. As despesas com vendas do Segmento Alimentício Internacional atingiram R$206,6 milhões, crescimento de 10,1% no ano. Excluindo o impacto do câmbio no Segmento, de aproximadamente R$28,0 milhões, as despesas com vendas apresentaram estabilidade no trimestre frente ao ano anterior, impulsionadas pelo crescimento das despesas com vendas no Chile, com o crescimento de vendas do período. Esse efeito foi parcialmente compensado pela redução das despesas com vendas em moeda local no Uruguai e redução das despesas com vendas no Peru, em função da queda de vendas no período e redução de custos de propagandas.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas atingiram R$292,9 milhões, crescimento de 22,7% no ano, principalmente, devido a:

- *Segmento Alimentício Brasil*. As despesas gerais e administrativas do Segmento Alimentício Brasil atingiram R$225,5 milhões, crescimento de 22,8% no ano, em função da aquisição da SLC Alimentos, que incrementou em R$8,8 milhões as despesas gerais e administrativas, aumento das despesas com projetos de TI e consultorias para aprimorar os sistemas da Companhia e aumentar a eficiência comercial e logística, aumento das despesas com armazenagem, em função da contratação de espaço adicional de armazenamento na categoria de pescados, aumento de custos decorrentes do programa de *stock option*, aumento da provisão de devedores duvidosos e outras despesas com honorários advocatícios e viagens, principalmente em função do processo de aquisição da SLC.

- *Segmento Alimentício Internacional*. As despesas gerais e administrativas do Segmento Alimentício Internacional atingiram R$67,4 milhões, crescimento de 22,3% no ano. Excluindo o impacto do câmbio no Segmento, de aproximadamente R$5,1 milhões, as despesas gerais e administrativas foram impactadas pelo crescimento das despesas no Chile, em função incremento da bonificação de pessoal com o aumento apresentado em vendas e crescimento das despesas gerais e administrativas no Peru, em função da contratação de consultorias e honorários advocatícios e aumento de investimentos com segurança do trabalho. No Uruguai, em moeda local, as despesas apresentaram estabilidade frente ao ano anterior.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial passou de uma despesa de R$1,9 milhão no exercício social encerrado em 2017 para uma despesa de R$1,0 milhão no exercício social encerrado em

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

2018. A variação foi devida, principalmente, a melhora do resultado advindo da subsidiária Galofer S.A. no Uruguai.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais atingiram R$85,2 milhões no ano, crescimento de 156,6% frente a 2017, sendo R$79,1 milhões de receitas/despesas não recorrentes no período, compostas, entre outros efeitos, principalmente por:

- (+) R$93,0 milhões referentes ao reconhecimento de crédito fiscal de IRPJ e CSLL sobre subvenção de ICMS, considerando o efeito retroativo de 5 anos para a Companhia;
- (+) R$35,9 milhões referente ao reconhecimento de crédito de PIS e COFINS com a exclusão de ICMS da base de cálculo (R$41,0 milhões de crédito e R$5,1 milhões de despesas relacionadas a honorários advocatícios);
- (+) R$15,3 milhões de ganho com a venda da subsidiária La Loma (Argentina);
- (+) R$14,5 milhões de reconhecimento de crédito tributário em função de um pagamento em duplicidade de 2014;
- (-) R$41,9 milhões referente à adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (Funrural);
- (-) R$31,4 milhões de provisão para perda de unidade industrial com encerramento e migração das atividades de pescados da unidade de São Gonçalo (RJ) para Navegantes (SC); e
- (-) R$6,3 milhões de provisão para perda do encerramento da unidade de Sertãozinho (sendo R$4,9 milhões de *impairment* e R$1,6 milhões de multa contratual).

Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras

O lucro antes das receitas e despesas financeiras atingiu R$242,8 milhões, redução de 15,8% frente a 2017. O lucro antes das receitas e despesas financeiras excluindo depreciação e amortização (“EBITDA”) atingiu R$483,4 milhões, redução de 1,3% frente a 2017, com margem EBITDA de 10,2%, redução de 0,3 pontos percentuais. Excluindo os efeitos não recorrentes descritos acima em outras receitas e despesas operacionais, o EBITDA atingiu R$404,3 milhões no ano, redução de 17,5% frente a 2017, com margem EBITDA de 8,5%, redução de 2,0 pontos percentuais no ano.

Resultado Financeiro, Líquido

O resultado financeiro líquido atingiu uma despesa de R$16,0 milhões, redução de 78,5% no ano, principalmente, em função do crescimento das receitas financeiras com impacto de +R$41,5 milhões não recorrentes referente ao reconhecimento de atualizações monetárias dos créditos de IRPJ e CSLL sobre o reconhecimento da subvenção de ICMS e créditos de PIS e COFINS gerados pela exclusão do ICMS da base de cálculo. Entre receitas e despesas financeiras, os principais impactos são:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita financeira. A receita financeira atingiu R$201,9 milhões, crescimento de 89,2% no ano, em função de: (i) +R$41,5 milhões não recorrentes referente ao reconhecimento de atualizações monetárias de exercícios anteriores relativos aos créditos de IRPJ e CSLL sobre o reconhecimento da subvenção de ICMS e aos créditos de PIS e COFINS gerados pela exclusão do ICMS da base de cálculo; (ii) aquisição da SLC Alimentos; (iii) ganhos com instrumentos financeiros derivativos, em função do aumento das importações, aliado à variação do dólar; (iv) aumento de aplicações financeiras; e (v) crescimento das receitas financeiras do Segmento Alimentício Internacional, em função da variação cambial do período.

Despesa financeira. A despesa financeira atingiu R$217,9 milhões, crescimento de 20,3% no ano, em função da: (i) aquisição da SLC Alimentos; (ii) crescimento de 69,1% das despesas financeiras do Segmento Alimentício Brasil, em função de juros sobre empréstimos e financiamentos; e (iii) perda com instrumentos financeiros derivativos.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social reduziram em 95,2%, ou R$70,9 milhões, de R$74,5 milhões no ano de 2017 para R$3,6 milhões no ano de 2018.

- *Segmento Alimentício Brasileiro.* O imposto de renda e a contribuição social reduziram R$74,6 milhões, de R$57,1 milhões despesa no exercício social de 2017 para um crédito de R$17,5 milhões no exercício social de 2018. A variação da alíquota efetiva entre os exercícios apresentados é composta principalmente pelas exclusões (i) do pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R$65 milhões; (ii) das subvenções de ICMS reconhecidas no exercício de R$113,5 milhões e (iii) da anistia dos encargos incidentes do Programa de Parcelamento Tributário Rural (PRR) totalizados em R$22,6 milhões.
- *Segmento Alimentício Internacional.* O imposto de renda e a contribuição social aumentaram em 21,6%, ou R$3,7 milhões, de R$17,4 milhões no exercício de 2017 para R$21,1 milhões no exercício de 2018. A variação provém principalmente do aumento do lucro do Chile, consequência do melhor desempenho operacional no exercício.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício atingiu R$362,4 milhões, crescimento de 44,6% frente a 2017, com margem líquida de 5,4%, crescimento de 0,1 pontos percentuais. Excluindo os efeitos não recorrentes, descritos em outras receitas e despesas operacionais, resultado financeiro e imposto de renda, o Lucro Líquido atingiu R$249,1 milhões no ano, redução de 0,6%, com margem líquida de 5,2%, redução de 0,1 pontos percentuais no ano.

Comparação entre os exercícios sociais de 2016 e 2017

Demonstração do Resultado	Exercício social de 2016		Exercício social de 2017		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Receita líquida de vendas e serviços	4.947,7	100,0	4.662,9	100,0	(5,8)
Custo das vendas e serviços	(3.726,6)	(75,3)	(3.512,5)	(75,3)	(5,7)
Lucro bruto	1.221,1	24,7	1.150,4	24,7	(5,8)
Receitas (despesas) operacionais					

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Demonstração do Resultado	Exercício social de 2016		Exercício social de 2017		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Despesas com vendas	(508,7)	(10,3)	(543,6)	(11,7)	6,9
Despesas gerais e administrativas	(256,0)	(5,2)	(238,6)	(5,1)	(6,8)
Resultado de equivalência patrimonial	0,7	(0,0)	(1,9)	0,0	(371,4)
Outras receitas (despesas) operacionais	3,2	0,1	33,2	0,7	937,5
Lucro antes das receitas e despesas financeiras ...	**460,4**	**9,3**	**399,5**	**8,6**	**(13,2)**
Despesas financeiras	(224,9)	(4,5)	(181,1)	(3,9)	(19,5)
Receitas financeiras	66,9	1,4	106,7	2,3	59,5
Resultado antes dos impostos	**302,4**	**6,1**	**325,1**	**7,0**	**7,5**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(87,0)	(1,8)	(38,4)	(0,8)	(55,9)
Imposto de renda e contribuição social					
Diferido	(13,9)	(0,3)	(36,1)	(0,8)	159,9
Total imposto de renda e contribuição social	(100,8)	(2,0)	(74,5)	(1,6)	(26,2)
Lucro líquido do exercício	**201,5**	**4,1**	**250,6**	**5,4**	**24,4**

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços reduziu 5,8%, ou R$284,8 milhões, de R$4.947,7 milhões no exercício social de 2016 para R$4.662,9 milhões no exercício social de 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à redução da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasileiro, o qual, por sua vez, foi parcialmente compensado pelo aumento da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional, conforme detalhado abaixo:

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasileiro reduziu 9,6%, ou R$351,9 milhões, de R$3.683,3 milhões no exercício social de 2016 para R$3.331,4 milhões no exercício social de 2017. Essa redução foi principalmente devida às reduções de volumes das vendas de arroz, feijão, açúcar e pescados enlatados nas marcas de ocupação e de seus respectivos preços médios de venda. As marcas Líder tiveram quase sempre aumentos de volume, mas os preços médios também reduziram por conta do cenário macroeconómico adverso.
  - *Arroz*. O volume das vendas de arroz reduziu 0,6%, de, aproximadamente, 599,5 mil toneladas no exercício social de 2016 para, aproximadamente, 596,1 mil toneladas no exercício social de 2017. A redução do volume global deve ser separada entre marca Camil e marcas de ocupação. No que tange à marca Camil, crescemos 3,6% em volume, mas tivemos uma redução final de receita de 3,1%. O impacto provém da redução de preço entre anos de 6,5%. Isso foi decorrente do nosso plano de ação para conseguir resistir ao cenário macroeconômico adverso no Brasil durante o período que levou vários consumidores a se orientarem para marcas mais baratas. O aumento no volume das vendas de arroz Camil foi resultado do reconhecimento da força de nossa marca Líder. No que tange as marcas de ocupação, o cenário foi de dupla redução, (i) de preço, de 12,8%e (ii) de volume de 6,6%. Fomos afetados pelos preços praticados pelas chamadas marcas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de ocupação que se beneficiaram da relevância da produção de arroz tipo 424 (arroz com qualidade inferior e com preço muito inferior aos outros tipos) para desenvolver produtos de ocupação com alta capacidade de volume e acabaram ganhando participações de mercado relevantes.

- *Feijão*. O volume das vendas de feijão reduziu 4,7%, de, aproximadamente, 76,0 mil toneladas no exercício social de 2016 para, aproximadamente, 72,4 mil toneladas no exercício social de 2017. A redução do volume global deve ser separada entre marca Camil e marcas de ocupação. No que tange à marca Camil, crescemos 4,1% em volume, mas tivemos uma redução final de receita de 32,4%. O impacto provém da redução de preço entre anos de 35,0%. Isso também foi decorrente do nosso plano de ação para conseguir resistir ao cenário macroeconômico adverso no Brasil durante o período que levou vários consumidores a se orientarem para marcas mais baratas. O aumento no volume das vendas de feijão Camil foi resultado do reconhecimento da força de nossa marca Líder. No que tange as marcas de ocupação, o cenário foi de dupla redução, (i) de preço, de 31,8% e (ii) de volume de 34,9%. Fomos afetados pelos preços praticados pelas chamadas marcas de ocupação que desenvolveram produtos de ocupação com alta capacidade de volume e acabaram ganhando participações de mercado.

- *Açúcar*. O volume das vendas de açúcar reduziu 2,2%, de, 553,3 mil toneladas no exercício social de 2016 para, 541,3 mil toneladas no exercício social de 2017. A redução do volume global deve ser separada entre marca União e marcas de ocupação. No que tange à marca União, tanto no refinado quanto no Cristal, crescemos respectivamente 1,8% e 5,6% em volume. Porém ambos tiveram respectivamente uma redução final de receita de 14,7% e 13,8%. O impacto provém da redução de preço entre anos de 16,2% para o refinado e de 18,4% para o cristal. A forte redução de preço provém também de nosso plano de ação para resistir às baixas sucessivas de preços de nossos principais concorrentes. No que tange as marcas de ocupação, o cenário foi de dupla redução, (i) de preço, de 16,4% e (ii) de volume de 21,1%. Fomos afetados também pelos preços praticados pelos nossos concorrentes com o objetivo de ganhar participações de mercado relevantes. Estas baixas fortes de preço foram possibilitadas pela redução do preço de aquisição da matéria prima de 36,4%. No que tange aos açúcares especiais, crescemos 14,3% em volume. No decorrer do período, o aumento de produção na Índia e na Tailândia levou a expectativa do mercado de superávit na produção mundial (6,3Milhões de tons na Safra atual). Assim, mesmo com os produtores locais trocando para etanol, o preço do açúcar cristal no Brasil seguiu a referência mundial (#NY 11 cotações do açúcar demerara) e caiu vertiginosamente na Safra passada.

- *Pescados enlatados*. O volume das vendas de pescados enlatados reduziu 9,1%, de, aproximadamente, 39,6 mil toneladas no exercício social de 2016 para,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

aproximadamente, 36,1 mil toneladas no exercício social de 2017. A redução do volume global deve ser separada entre marca Coqueiro e marcas de ocupação e entre a sardinha e o atum. No que tange à Sardinha, a marca Coqueiro reduziu 11,32%. Conseguimos compensar parte deste efeito com aumento de preço de 10,6%, com redução de vendas de apenas 2,0%. Ainda na Sardinha, a marca ocupação reduziu 11,9%. Conseguimos compensar parte deste efeito com aumento de preço de 10,4%, com uma redução de vendas de apenas 2,8%. No que tange ao atum, a marca Coqueiro teve um cenário de duplo aumento, tanto em preço quanto em volume que elevou nossa receita em 11,1%. Na ponta do preço, o aumento foi de 4,6% e na ponta do volume, o aumento foi de 6,2%. Ainda no atum, a marca ocupação reduziu 2,5% no volume. Conseguimos compensar parte deste efeito com aumento de preço de 0,4%, com redução de vendas de apenas 2,1%. De fato, a falta de fornecimento de peixe no mercado local forçou os produtores de pescados enlatados a importar matéria prima, causando aumento de preço no mercado como um todo. Em que pese o aumento do preço médio de venda de pescados enlatados, não fomos capazes de repassar integralmente ao preço de nossos produtos o aumento do custo de aquisição da matéria prima devido a pressões competitivas no setor.

- *Segmento Alimentício Internacional*. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional aumentou 5,3%, ou R$67,1 milhões, de R$1.264,5 milhões no exercício social de 2016 para R$1.331,5 milhões no exercício social de 2017. Esse aumento foi devido principalmente à boa performance das nossas operações que mais que compensaram a desvalorização cambial da cesta de moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno, novo sol peruano e peso argentino, cujas desvalorizações no período em relação ao real foram de 4,3%, 0,2%, 1,4% e 16,0%, respectivamente. Desconsiderando-se o efeito da desvalorização cambial, a receita líquida de vendas e serviços no Uruguai e no Chile aumentaram em 6,0%, no Peru de 7,2% enquanto a receita líquida de vendas e serviços na Argentina reduziu de 6,8%. No Uruguai, o efeito positivo provém de uma combinação de (i) aumento de volume de 3,4%, de 529,7 mil toneladas no exercício social de 2016 para 547,8 mil toneladas no exercício social de 2017 e (ii) de aumento de preço de 2,5% de US$ 480,3 por tonelada no exercício social de 2016 para US$ 492,4 por tonelada no exercício social de 2017. No Chile, o efeito positivo provém também de uma combinação de (i) aumento de volume de 4,8%, de 72,3 mil toneladas no exercício social de 2016 para 75,8 mil toneladas no exercício social de 2017 e (ii) de aumento de preço de 1,2% de CLP 843,1 por tonelada no exercício social de 2016 para CLP 852,9 por tonelada no exercício social de 2017. No Peru, o efeito positivo provém também de uma combinação de (i) aumento de volume de 9,5%, de 86,0 mil toneladas no exercício social de 2016 para 94,1 mil toneladas no exercício social de 2017 e (ii) de redução de preço de 2,1% de PEN 3.641,5 por tonelada no exercício social de 2016 para PEN 3.565,2 por tonelada no exercício social de 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custo das Vendas e Serviços

O custo das vendas e serviços reduziu 5,7%, ou R$214,1 milhões, de R$3.726,6 milhões no exercício social de 2016 para R$3.512,5 milhões no exercício social de 2017 em linha com a redução da receita líquida de vendas e serviços, demonstrando uma manutenção estável da margem bruta resultado da nossa capacidade de repassar os aumentos verificados nas matérias primas aos preços finais de nossos produtos.

- *Segmento Alimentício Internacional*. O custo das vendas e serviços aumentou 4,7%, ou R$43,8 milhões, de R$936,4 milhões no exercício social de 2016 para R$980,2 milhões no exercício social de 2017 com melhor performance de 0,6 p.p. se comparado ao aumento da receita líquida de vendas e serviços (5,3%). Esta melhora provém principalmente da melhor eficiência nas compras de matéria prima (i) no Chile em função da melhora da produtividade na produção em função dos investimentos realizados na planta de Retiro (novas linhas de produção mais modernas) e da desvalorização cambial que reduziu o custo da matéria prima importada e (ii) no Peru, além deste efeito câmbio, fomos beneficiados por um DAV melhor que durante o exercício anterior (18.69 USD na média do exercício social de 2016 contra 68.09 USD na média no exercício social de 2017).

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. O custo das vendas e serviços reduziu 9,2%, ou R$257,9 milhões, de R$2.790,2 milhões no exercício social de 2016 para R$2.532,2 milhões no exercício social de 2017 com leve queda de performance de 0,2 p.p. se comparado à redução da receita líquida de vendas e serviços (9,6%) quase em linha com a redução da receita líquida de vendas e serviços, demonstrando uma manutenção estável da margem bruta resultado da nossa capacidade de repassar os aumentos verificados nas matérias primas aos preços finais de nossos produtos.

Lucro Bruto

O lucro bruto reduziu 5,8%, ou R$70,7 milhões, de R$1.221,1 milhões no exercício social de 2016 para R$1.150,5 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro bruto se manteve perfeitamente alinhado com uma taxa de 24,7%.

- *Segmento Alimentício Internacional*. O lucro bruto aumentou 7,1%, ou R$23,3 milhões, de R$328,0 milhões no exercício social de 2016 para R$351,3 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro bruto aumentou de 0,5 p.p. de 25,9% no exercício social de 2016 para 26,4% no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. O lucro bruto reduziu 10,5%, ou R$93,9 milhões, de R$893,1 milhões no exercício social de 2016 para R$799,2 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro bruto reduziu de 0,2 p.p. de 24,2% no exercício social de 2016 para 24,0% no exercício social de 2017.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram 6,9%, ou R$34,9 milhões, de R$508,7 milhões no exercício social de 2016 para R$543,6 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

líquida de vendas e serviços, as despesas com vendas tiveram uma ineficiência relativa de 1,4 p.p. passando de 10,3% no exercício social de 2016 para 11,7% no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. As despesas com vendas aumentaram 10,1%, ou R$17,1 milhões, de R$170,5 milhões no exercício social de 2016 para R$187,7 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas com vendas tiveram uma ineficiência relativa de 0,6 p.p. passando de 13,5% no exercício social de 2016 para 14,1% no exercício social de 2017 O aumento foi devido principalmente (i) ao aumento das despesas logísticas no Uruguai (ineficiência de 1,3 p.p.- aumento do custo de embarque por container e maior relevância das saídas pelo porto de Montevideo com custo por tonelada maior) já que as outras despesas de vendas ficaram em linha; (ii) ao aumento das despesas comerciais e logísticas no Peru (ineficiência de 1,4 p.p.- aumento do custo da força comercial em função da revisão das escalas de remuneração, do aumento da quantidade de *headcounts* e da superação das metas e aumento do custo de armazenagem em função das melhores vendas e da utilização total da capacidade das plantas) e (iii) do aumento da despesa logística de fretes no Chile (ineficiência de 3,3 p.p) em função do aumento da proporção de envio de mercadorias para CDs centralizados (principalmente com o cliente WalMart e Super10).

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. As despesas com vendas aumentaram 5,3%, ou R$17,8 milhões, de R$338,1 milhões no exercício social de 2016 para R$355,9 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas com vendas tiveram uma ineficiência relativa de 1,5 p.p. passando de 9,2% no exercício social de 2016 para 10,7% no exercício social de 2017. O aumento foi devido principalmente às despesas (i) com frete no valor de R$11,2 milhões a pesar da queda de volume, gerando uma ineficiência de 0,9 p.p. em função do reajuste acima da inflação devido à situação de quase falência do setor de transporte e do problema de falta de fluxo retorno para nossas fábricas do sul em função da ausência de exportação para Argentina, aumentando o custo por tonelada transportada, de aumento do custo do diesel pela nova incidência do PIS/COFINS e petróleo, da competição com soja para disponibilidade de frete aumento o preço da demanda com oferta restrita e (ii) com promotores e ações promocionais no valor de R$7,8 milhões a pesar da queda de volume, gerando uma ineficiência de 0,3 p.p. em função de nosso maior investimento no ponto de venda para compensar os impactos de volume em função do cenário adverso.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas reduziram de 6,8%, ou R$17,4 milhões, de R$256,0 milhões no exercício social de 2016 para R$238,6 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas gerais e administrativas tiveram uma eficiência relativa de 0,1 p.p. passando de 5,2% no exercício social de 2016 para 5,1% no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. As despesas gerais e administrativas reduziram 1,8%, ou R$1,0 milhões, de R$56,1 milhões no exercício social de 2016 para R$55,1 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

despesas gerais e administrativas tiveram uma eficiência relativa de 0,3 p.p. passando de 4,4% no exercício social de 2016 para 4,1% no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. As despesas gerais e administrativas reduziram 8,2%, ou R$16,4 milhões, de R$199,9 milhões no exercício social de 2016 para R$183,6 milhões no exercício social de 2017. A pesar deste excelente comportamento, como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas gerais e administrativas tiveram uma ineficiência relativa de 0,1 p.p. passando de 5,4% no exercício social de 2016 para 5,5% no exercício social de 2017. Esta ineficiência relativa provém principalmente do aumento das despesas relacionadas a (i) aumento no valor de aluguéis de R$5,8 milhões devido à cisão de imóveis com partes relacionadas, que passaram a cobrar aluguel da Companhia, (ii) aumento nos custos de pessoal no valor de R$5,0 milhões devido a dissídio coletivo e (iii) aumento na depreciação e amortização de direitos autorais de R$4,2 milhões. Estes aumentos foram mais que compensados nominalmente pela redução de (i) R$ 8,8 milhões em indenizações trabalhistas (ii) R$ 7,3 milhões em PDD; (iii) redução de R$ 11,2 milhões com PPR em função do não atingimento das nossas metas corporativas e (iv) redução de R$ 6,7 milhões graças a um maior controle de nossas despesas de manutenção e viagens.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial passou de uma receita de R$0,7 milhões no exercício social de 2016 para uma despesa de R$1,9 milhão no exercício social de 2017. A variação foi devida, principalmente, ao resultado negativo advindo da subsidiária Galofer S.A. no Uruguai (planta de geração de energia elétrica que ficou parada vários meses por motivos de retrofit da turbina geradora, afetando fortemente seu resultado).

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais passaram, de uma receita de R$3,2 milhões no exercício social de 2016 para uma receita de R$33,2 milhões no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. As outras receitas (despesas) operacionais passaram de uma despesa de R$3,7 milhões no exercício social de 2016 para uma receita de R$4,3 milhões no exercício social de 2017. Esta variação de R$ 7,9 milhões provém do Uruguai, (i) da não recorrência de uma perda do contas a receber ocorrida no exercício de 2017 de R$ 5,2 milhões; (ii) de um aumento das outras receitas operacionais de exportação de R$ 1,8 milhões e (iii) de uma reversão de provisão de impostos de R$ 0,8 milhões.

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. As outras receitas (despesas) operacionais passaram de uma receita de R$6,9 milhões no exercício social de 2016 para uma receita de R$28,9 milhões no exercício social de 2017. Esta variação de R$ 22,0 milhões provém principalmente do reconhecimento de créditos tributários de PIS e ICMS extemporâneo sobre energia elétrica e da redução de multas e juros sobre parcelamento federal com a migração para nova modalidade a RFB (PERT 2017), totalizados em R$ 20,8 milhões

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras

O lucro antes das receitas e despesas financeiras reduziu 13,2%, ou R$60,8 milhões, de R$460,4 milhões no exercício social de 2016 para R$400,0 milhões no exercício social de 2017, e como percentual da receita líquida de venda e serviços reduziu de 0,7 p.p. de 9,3% no exercício social de 2016 para 8,6% no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. O lucro antes das receitas e despesas financeiras aumentou 12,7%, ou R$12,5 milhões, de R$98,5 milhões no exercício social de 2016 para R$111,0 milhões no exercício social de 2017, e como percentual da receita líquida de venda e serviços aumentou de 0,5 p.p. de 7,8% no exercício social de 2016 para 8,3% no exercício social de 2017. Esse aumento provém da melhora do lucro bruto que absorveu os aumentos nominais e relativos das despesas de vendas e gerais e administrativas.

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. O lucro antes das receitas e despesas financeiras reduziu 20,3%, ou R$70,3 milhões, de R$361,9 milhões no exercício social de 2016 para R$288,6 milhões no exercício social de 2017, e como percentual da receita líquida de venda e serviços aumentou de 1,1 p.p. de 9,8% no exercício social de 2016 para 8,7% no exercício social de 2017. Essa redução foi devida principalmente à falta de receita que impactou nosso lucro bruto, acompanhado da perda de eficiência nas reduções nas despesas com vendas, compensadas pela melhora das outras receitas operacionais.

Resultado Financeiro, Líquido

O resultado financeiro, líquido reduziu em 52,7%, ou R$82,9 milhões, de R$157,3 milhões no exercício social de 2016 para R$74,5 milhões no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. O resultado financeiro, líquido aumentou em 11,4%, ou R$1,7 milhões, de R$14,8 milhões no exercício social de 2016 para R$16,5 milhões no exercício social de 2017. O aumento foi devido, principalmente ao aumento no Chile (perdas registradas com contratos forwards no decorrer do exercício) e no Peru (efeito da variação da taxa de câmbio), compensado em parte pela melhora no Uruguai.

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. O resultado financeiro líquido reduziu em 59,3%, ou R$84,5 milhões, de R$142,5 milhões no exercício social de 2016 para R$58,0 milhões no exercício social de 2017. O efeito líquido dos derivativos reduziu de R$17,3, de R$18,3 milhões no exercício social de 2016 para R$1,0 milhões no exercício social de 2017 em função da não recorrência no exercício social de 2017 do reconhecimento de despesas com instrumentos financeiros derivativos para o risco cambial de importações no valor de R$19,3 milhões contabilizado no exercício social de 2016. As despesas financeiras (líquidas do efeito dos derivativos) reduziram de 35,8%, ou R$61,3, de R$171,1 milhões no exercício social de 2016 para R$109,8 milhões no exercício social de 2017. Esta redução provém principalmente da redução de 35,5% ou de R$53,5 milhões nas despesas com juros sobre financiamentos em função da redução do nosso endividamento e da redução da meta da taxa de juros Selic ocorrida no Brasil de 5,50 p.p. de 12,25% no exercício social de 2016 para 6,75% no exercício social de 2017. As receitas financeiras (líquidas do efeito dos derivativos) aumentaram de 17,3% ou de R$7,8 milhões de R$45,0 milhões no exercício

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

social de 2016 para R$52,8 milhões no exercício social de 2017 em função do (i) aumento na variação monetária ativa de R$ 12,8 milhões, de R$0,5 milhões no exercício social de 2016 para R$13,3 milhões no exercício social de 2017, em função da atualização de créditos tributários da companhia, compensado em parte pela (ii) redução dos ganhos com aplicações financeiras e juros ativos de R$ 5,1 milhões, de R$39,3 milhões no exercício social de 2016 para R$34,2 milhões no exercício social de 2017.

Resultado antes dos Impostos

Em razão dos fatores acima, o resultado antes dos impostos aumentou 7,5%, ou R$22,8 milhões, de R$302,4 milhões no exercício social de 2016 para R$325,2 milhões no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. O resultado antes dos impostos aumentou 13,9%, ou R$11,6 milhões, de R$83,0 milhões no exercício social de 2016 para R$94,5 milhões no exercício social de 2017. A boa performance no resultado antes de despesas e receitas financeiras foi apenas compensada em parte pelo piora do resultado financeiro líquido.

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. O resultado antes dos impostos aumentou 5,1%, ou R$11,2 milhões, de R$219,4 milhões no exercício social de 2016 para R$230,6 milhões no exercício social de 2017. A queda do resultado antes de despesas e receitas financeiras foi totalmente compensada pela melhora do resultado financeiro líquido.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes reduziram 50,4%, ou R$50,9 milhões, de R$101,1 milhões no exercício social de 2016 para R$50,1 milhões no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. O imposto de renda e a contribuição social correntes aumentaram 5,4%, ou R$0,8 milhões, de R$14,3 milhões no exercício social de 2016 para R$15,0 milhões no exercício social de 2017. A variação provém principalmente do aumento do pagamento e taxa efetiva no Uruguai em função do fim das deduções em função de projetos de investimentos altos (evento não recorrente no exercício encerrado em 2016). Os outros países tiveram um desempenho contrário com redução de alíquota efetiva, permitindo de compensar este aumento.

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. O imposto de renda e a contribuição social correntes reduziram 59,6%, ou R$51,7 milhões, de R$86,8 milhões no exercício social de 2016 para R$35,1 milhões no exercício social de 2017. A variação da alíquota efetiva entre os exercícios apresentados é composta pelas deduções dos gastos com emissão de ações, do pagamento de Juros sobre Capital Próprio e do aproveitamento das subvenções para investimento (incentivos fiscais), compensadas em parte pela adição dos lucros auferidos no exterior.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos reduziram R$24,6 milhões, de uma receita de R$0,2 milhões no exercício social de 2016 para uma despesa de R$24,4 milhões no exercício social de 2017.

- *Segmento Alimentício Internacional*. O imposto de renda e a contribuição social diferidos aumentaram 221,5%, ou R$4,3 milhões, de uma receita de R$2,0 milhões no exercício social de 2016 para uma despesa de R$2,4 milhões no exercício social de 2017. A variação provém principalmente do Chile em função do (i) badwill função da fusão das empresas com Camil e de outros aumentos recorrentes de provisão ativo fixo.
- *Segmento Alimentício Brasileiro*. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reduziram R$20,3 milhões, de R$1,7 milhões no exercício social de 2016 para R$22,0 milhões no exercício social de 2017. A variação decorre principalmente da redução do tributo diferido ativo, devido amortização do ágio da GIF Codajás e redução das provisões para crédito de liquidação duvidosa, fretes e programa de participação nos resultados.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício aumentou 24,4%, ou R$49,1 milhões, de R$201,5 milhões no exercício social de 2016 para R$250,7 milhões no exercício social de 2017.

Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro líquido do exercício aumentou de 1,3 p.p. de 4,1% no exercício social de 2016 para 5,4% no exercício social de 2017. O aumento do lucro líquido foi devido principalmente à melhora do resultado financeiro e do IRPJ/CSLL que reverteram a redução entre anos do Lucro antes de receitas e despesas financeiras.

- *Segmento Alimentício Internacional*. O lucro líquido do exercício aumentou 14,1%, ou R$9,5 milhões, de R$67,7 milhões no exercício social de 2016 para R$77,2 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro líquido do exercício aumentou de 0,4 p.p. de 5,4% no exercício social de 2016 para 5,8% no exercício social de 2017. Esta melhora veio principalmente do Peru (Costeño) cuja melhora tanto nominal de R$8,6 milhões, quanto relativa de 2,5 p.p., agregou valor à estabilidade do Uruguai e do Chile que entregaram quase a mesma performance nominal entre anos, com leve decréscimo relativo de 0,2 p.p. e 0,4 p.p. (4,7% para 4,5%).
- *Segmento Alimentício Brasileiro*. O lucro líquido do exercício aumentou 29,6%, ou R$39,6 milhões, de R$133,9 milhões no exercício social de 2016 para R$173,5 milhões no exercício social de 2017. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro líquido do exercício aumentou de 1,6 p.p. de 3,6% no exercício social de 2016 para 5,2% no exercício social de 2017. A redução da dívida e o aproveitamento de créditos fiscais e distribuição de dividendos mais eficiente, já comentados anteriormente são a principal razão desta melhora significativa.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação entre os exercícios sociais de 2015 e 2016

Demonstração de Resultado	Exercício social de 2015		Exercício social de 2016		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Receita líquida de vendas e serviços	**4.228,9**	**100,0**	**4.947,7**	**100,0**	**17,0**
Custo das vendas e serviços	**(3.194,8)**	**(75,5)**	**(3.726,6)**	**(75,3)**	**16,6**
Lucro bruto	**1.034,1**	**24,5**	**1.221,1**	**24,7**	**18,1**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	(444,4)	(10,5)	(508,7)	(10,3)	14,5
Despesas gerais e administrativas	(227,1)	(5,4)	(256,0)	(5,2)	12,7
Resultado de equivalência patrimonial	(5,7)	(0,1)	0,7	(0,0)	(112,3)
Outras receitas (despesas) operacionais	(19,8)	(0,5)	3,2	0,1	(116,2)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	**337,2**	**8,0**	**460,4**	**9,3**	**36,6**
Despesas financeiras	(227,9)	(5,4)	(224,9)	(4,5)	(1,3)
Receitas financeiras	72,0	1,7	66,9	1,4	(7,1)
Resultado antes dos impostos	**181,2**	**4,3**	**302,4**	**6,1**	**66,9**
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	(40,9)	(1,0)	(87,0)	(1,8)	112,7
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	(29,5)	(0,7)	(13,9)	(0,3)	(52,9)
Total imposto de renda e contribuição social	(70,4)	(1,7)	(100,8)	(2,0)	43,3
Lucro líquido do exercício	**110,8**	**2,6**	**201,5**	**4,1**	**81,9**

Receita Líquida de Vendas e Serviços

A receita líquida de vendas e serviços aumentou 17,0%, ou R$718,8 milhões, de R$4.228,9 milhões no exercício social de 2015 para R$4.947,7 milhões no exercício social de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasileiro, o qual, por sua vez, foi parcialmente compensado pela redução da receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional, conforme detalhado abaixo:

- *Segmento Alimentício Brasileiro*. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Brasileiro aumentou 25,5%, ou R$748,0 milhões, de R$2.935,3 milhões no exercício social de 2015 para R$3.683,3 milhões no exercício social de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento dos volumes das vendas de arroz, feijão, açúcar e pescados enlatados, e de seus respectivos preços médios de venda, especialmente o preço médio de venda do açúcar, conforme descrito abaixo:
  - *Arroz*. O volume das vendas de arroz aumentou 8,1%, de, aproximadamente, 554,9 mil toneladas no exercício social de 2015 para, aproximadamente, 599,6 mil toneladas no exercício social de 2016. O aumento no volume das vendas de arroz foi resultado do reconhecimento e força de nossas marcas com características menos *premium* que capturaram a oportunidade de mercado decorrente da demanda de consumidores por marcas diferentes de suas prediletas devido ao cenário macroeconômico adverso no Brasil durante o período. Adicionalmente ao

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

aumento no volume das vendas de arroz, o preço médio de venda de arroz aumentou 16,0%, de R$1,97 por quilo no exercício social de 2015 para R$2,28 por quilo no exercício social de 2016. O aumento no preço médio de venda de arroz no período foi devido principalmente ao repasse que fizemos aos preços de nossos produtos do aumento do custo de compra de arroz, causado pelas condições climáticas adversas que ocasionaram a quebra da safra no estado do Rio Grande do Sul, principal estado produtor de arroz em casca consumido pela Companhia.

- *Feijão*. O volume das vendas de feijão aumentou 10,6%, de, aproximadamente, 68,7 mil toneladas no exercício social de 2015 para, aproximadamente, 76,0 mil toneladas no exercício social de 2016. O aumento no volume das vendas de feijão foi devido principalmente ao bom desempenho de vendas do feijão tipo preto que apresentou forte crescimento em todas as regiões, como resultado da queda de vendas do feijão tipo carioca, causado pelas condições climáticas adversas que ocasionaram a quebra de safra nos principais estados de origem da matéria prima consumida pela Companhia. Adicionalmente ao aumento no volume das vendas de feijão, o preço médio de venda de feijão aumentou 48,1%, de R$3,55 por quilo no exercício social de 2015 para R$5,26 por quilo no exercício social de 2016, devido ao impacto negativo da quebra de safra do feijão carioca, que é produzido unicamente no Brasil, causando assim a elevação de preços da matéria prima adquirida durante o período, que foi repassada ao preço de nossos produtos.

- *Açúcar*. O volume das vendas de açúcar aumentou 1,5%, de, aproximadamente, 545,3 mil toneladas no exercício social de 2015 para, aproximadamente, 553,3 mil toneladas no exercício social de 2016. O aumento no volume das vendas de açúcar foi devido principalmente aos esforços de marketing e de relacionamento com distribuidores da Companhia, apesar de uma situação difícil de suprimento. Adicionalmente ao aumento no volume das vendas de açúcar, o preço médio de venda de açúcar aumentou 30,7%, de R$1,71 por quilo no exercício social de 2015 para R$2,24 por quilo no exercício social de 2016, devido ao aumento do preço internacional do açúcar decorrente do déficit mundial na produção, principalmente na Índia e Tailândia, e baixa recuperação nos mercados brasileiro e europeu, combinado com a alta cotação do indexador ESALQ cristal, utilizado no mercado brasileiro como referência para o preço de venda do açúcar, causada pelas condições internacionais.

- *Pescados enlatados*. O volume das vendas de pescados enlatados aumentou 6,2%, de, aproximadamente, 6.108,4 mil caixas no exercício social de 2015 para, aproximadamente, 6.487,4 mil caixas no exercício social de 2016, devido principalmente ao crescimento das vendas em todas as regiões decorrente do desenvolvimento bem-sucedido de relacionamento com distribuidores regionais, esforços de marketing nos pontos de venda e execução de campanhas promocionais de fortalecimento das marcas nas regiões onde atuamos. Adicionalmente ao aumento no volume das vendas de pescados, o preço médio

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de venda de pescados aumentou 6,8%, de R$78,54 por caixa no exercício social de 2015 para R$83,86 por caixa no exercício social de 2016, devido principalmente à falta de fornecimento suficiente de peixe no mercado local que forçou os produtores de pescados enlatados a importar matéria prima, causando aumento de preço no mercado como um todo. Em que pese o aumento do preço médio de venda de pescados enlatados, não fomos capazes de repassar integralmente ao preço de nossos produtos o aumento do custo de aquisição da matéria prima devido a pressões competitivas no setor.

- *Segmento Alimentício Internacional*. A receita líquida de vendas e serviços no Segmento Alimentício Internacional reduziu 2,3%, ou R$29,2 milhões, de R$1.293,6 milhões no exercício social de 2015 para R$1.264,4 milhões no exercício social de 2016. Essa redução foi devida principalmente à desvalorização cambial da cesta de moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano, cujas desvalorizações no período em relação ao real foram de 22,1%, 16,2% e 15,5%, respectivamente. Desconsiderando-se o efeito da desvalorização cambial, a receita líquida de vendas e serviços no Uruguai aumentou em 19,3%, parcialmente compensada pela diminuição da receita líquida de vendas e serviços no Peru de 5,6%. A receita líquida de vendas e serviços no Chile manteve-se estável.

Custo das Vendas e Serviços

O custo das vendas e serviços aumentou 16,6%, ou R$531,8 milhões, de R$3.194,8 milhões no exercício social de 2015 para R$3.726,6 milhões no exercício social de 2016 em linha com o aumento da receita líquida de vendas e serviços. O aumento no custo das vendas e serviços foi devido principalmente ao aumento no custo de aquisição das matérias primas de arroz e açúcar. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, os custos das vendas e serviços reduziram de 75,5% no exercício social de 2015 para 75,3% no exercício social de 2016, demonstrando uma manutenção estável da margem bruta resultado da nossa capacidade de repassar os aumentos verificados nas matérias primas aos preços finais de nossos produtos, principalmente o açúcar.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 18,1%, ou R$187,0 milhões, de R$1.034,1 milhões no exercício social de 2015 para R$1.221,1 milhões no exercício social de 2016. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro bruto aumentou de 24,5% no exercício social de 2015 para 24,7% no exercício social de 2016, devido principalmente ao aumento no volume de vendas de arroz e feijão e dos preços médios de nossos produtos, especialmente o açúcar cujas margens foram superiores aos demais produtos e compensaram o aumento do custo de matérias primas.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas aumentaram 14,5%, ou R$64,3 milhões, de R$444,4 milhões no exercício social de 2015 para R$508,7 milhões no exercício social de 2016. O aumento foi devido principalmente às operações no Segmento Alimentício Brasileiro, que tiveram aumento das despesas de (i) marketing no valor de R$23,5 milhões para manter e aumentar a participação de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

mercado das nossas marcas, (ii) frete no valor de R$19,0 milhões resultante do aumento de volume de vendas, e (iii) demais despesas gerais de vendas no valor de R$8,6 milhões também relacionadas ao aumento de volume de vendas, tais como carga e descarga. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas com vendas representaram 10,5% no exercício social de 2015 e 10,3% no exercício social de 2016.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 12,7%, ou R$28,9 milhões, de R$227,1 milhões no exercício social de 2015 para R$256,0 milhões no exercício social de 2016. O aumento das despesas foi devido principalmente a (i) aumento no valor de aluguéis de R$7,5 milhões devido à cisão de imóveis com partes relacionadas, que passaram a cobrar aluguel da Companhia, (ii) aumento nos custos de pessoal no valor de R$14,6 milhões devido a dissídio coletivo e indenizações trabalhistas, e (iii) aumento nas provisões para demandas judiciais no valor de R$6,7 milhões devido à alteração da análise de risco de possível para provável. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, as despesas gerais e administrativas representaram 5,4% no exercício social de 2015 e 5,2% no exercício social de 2016.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial passou de uma despesa de R$5,7 milhões no exercício social de 2015 para uma receita de R$0,8 milhão no exercício social de 2016. A variação foi devida, principalmente, ao resultado advindo do processo de beneficiamento de parboilização do arroz pela subsidiária uruguaia e à apreciação de 22,1% do dólar norte-americano, moeda funcional do Uruguai, em relação ao real durante o período.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais passou de uma despesa de R$19,8 milhões no exercício social de 2015 para uma receita de R$3,2 milhões no exercício social de 2016. No exercício social de 28 de fevereiro 2016 a Companhia apresentou despesas no valor de R$17,9 milhões, principalmente relacionadas à venda de propriedade no Estado do Rio de Janeiro cujos equipamentos e instalações foram baixados do ativo da Companhia e mudanças nas estruturas administrativa e de vendas.

Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras

O lucro antes das receitas e despesas financeiras aumentou 36,6%, ou R$123,2 milhões, de R$337,2 milhões no exercício social de 2015 para R$460,4 milhões no exercício social de 2016, e como percentual da receita líquida de venda e serviços aumentou de 8,0% no exercício social de 2015 para 9,3% no exercício social de 2016. Esse aumento foi devido principalmente aos aumentos de preços terem compensado as pressões de custos, e ao controle de despesas.

Resultado Financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido aumentou em 1,3%, ou R$2,1 milhões, de R$155,9 milhões no exercício social de 2015 para R$158,0 milhões no exercício social de 2016. O aumento foi devido, principalmente, (i) a redução de 5,4%, ou R$9,7 milhões nas despesas com juros sobre empréstimos, de R$181,1 milhões no exercício social de 2015 para R$171,4 milhões no exercício

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

social de 2016, que, por sua vez, foi devida, principalmente, à redução da taxa de juros Selic ocorrida no Brasil de 14,15% no exercício social de 2015 para 12,15% no exercício social de 2016, (ii) ao reconhecimento de despesas com instrumentos financeiros derivativos para o risco cambial de importações no valor de R$19,3 milhões no exercício social de 2016, (iii) redução de R$10,1 milhões na despesa com variação cambial no exercício social de 2016 devido à apreciação do real frente ao dólar norte-americano de 22,1%, e (iv) redução nas receitas financeiras de 7,1%, ou R$5,1 milhões, de R$71,9 milhões no exercício social de 2015 para R$66,8 milhões no exercício social de 2016 devido ao aumento no valor da receita de aplicações financeiras de R$7,4 milhões e à redução no valor de ajustes de correção monetária de R$11,1 milhões, principalmente em recuperações de impostos.

Resultado antes dos Impostos

Em razão dos fatores acima, o resultado antes dos impostos aumentou 66,9%, ou R$121,2 milhões, de R$181,2 milhões no exercício social de 2015 para R$302,4 milhões no exercício social de 2016.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes aumentaram 112,7%, ou R$46,1 milhões, de R$40,9 milhões no exercício social de 2015 para R$87,0 milhões no exercício social de 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento das adições à base tributável do resultado, e a tributação do lucro no exterior.

Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos reduziram 52,9%, ou R$15,6 milhões, de uma despesa de R$29,5 milhões no exercício social de 2015 para uma despesa de R$13,9 milhões no exercício social de 2016. Essa redução foi devida, principalmente, à amortização de ágio nas aquisições realizadas nos períodos anteriores.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício aumentou 81,9%, ou R$90,7 milhões, de R$110,8 milhões no exercício social de 2015 para R$201,5 milhões no exercício social de 2016. Como percentual da receita líquida de vendas e serviços, o lucro líquido do exercício aumentou de 2,6% no exercício social de 2015 para 4,1% no exercício social de 2016 O aumento do lucro líquido foi devido principalmente ao aumento no preço médio dos produtos, sobretudo o do açúcar, somado ao ganho de eficiência nas despesas operacionais.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanço Patrimonial

Comparação entre as posições em 2017 e 2018

Balanço Patrimonial	Em 2017		Em 2018		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	276,5	7,3	365,3	8,2	32,1
Aplicações financeiras	406,3	10,7	31,2	0,7	(92,3)
Contas a receber de clientes	609,5	16,1	690,5	15,6	13,3
Adiantamento a fornecedores	9,1	0,2	9,8	0,2	7,7
Estoques	855,2	22,6	1.120,2	25,2	31,0
Instrumentos Financeiros – Derivativos	-	0,0	1,0	0,0	100,0
Tributos a recuperar	67,2	1,8	142,0	3,2	111,3
Partes relacionadas	16,9	0,4	24,2	0,5	43,2
Despesas do exercício seguinte	12,0	0,3	18,5	0,4	54,2
Bens destinados à venda	-		39,9	0,9	n.a.
Outros créditos	38,4	1,1	41,2	0,9	7,3
Total do ativo circulante	**2.291,1**	**60,6**	**2.483,8**	**56,0**	**8,4**
Não circulante					
Aplicações financeiras	31,9	0,8	0,2	0,0	(99,4)
Impostos a recuperar	1,4	0,0	245,6	5,5	n.a.
Adiantamento a fornecedores	-	0,0	0,2	0,0	n.a.
Estoques	19,3	0,5	24,3	0,5	25,9
Depósitos judiciais	8,9	0,2	9,9	0,2	11,2
Outros créditos	12,5	0,3	15,9	0,4	27,2
	74,0	**2,0**	**296,1**	**6,7**	**300,3**
Investimentos	26,7	0,7	29,8	0,7	11,6
Imobilizado	823,0	21,8	971,8	21,9	18,1
Intangível	566,3	15,0	655,3	14,8	15,7
Total do ativo não circulante	**1.490,0**	**39,4**	**1.953,0**	**44,0**	**31,1**
Total do ativo	**3.781,1**	**100,0**	**4.436,8**	**100,0**	**17,3**

Balanço Patrimonial	Em 2017		Em 2018		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	365,1	9,7	423,2	9,5	15,9
Empréstimos e financiamentos	150,9	4,0	291,6	6,6	93,2
Instrumentos financeiros	0,1	0,0	-	0,0	(100,0)
Debêntures	9,0	0,2	222,5	5,0	n.a.
Adiantamento de clientes	2,3	0,1	6,7	0,2	191,3
Partes relacionadas	5,1	0,1	3,9	0,1	(23,5)
Obrigações sociais	22,1	0,6	24,1	0,5	9,0

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanço Patrimonial	Em 2017		Em 2018		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Tributos a recolher	26,2	0,7	49,7	1,1	89,7
Provisão para férias e encargos	32,3	0,9	36,4	0,8	12,7
Programa de parcelamento especial	2,5	0,1	8,5	0,2	240,0
Outras contas a pagar	44,2	1,2	41,0	0,9	(7,2)
Total do passivo circulante	**659,8**	**17,4**	**1.107,6**	**25,0**	**67,9**
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	159,1	4,2	157,1	3,5	(1,3)
Debêntures	966,7	25,6	757,6	17,1	(21,6)
Programa de parcelamento especial	1,1	0,0	27,4	0,6	2390,9
Tributos diferidos	137,8	3,6	128,8	2,9	(6,5)
Provisão para demandas judiciais	35,4	0,9	37,1	0,8	4,8
Contas a pagar	-	0,0	50,8	1,1	100,0
Outras contas a pagar	0,1	0,0	1,0	0,0	N/A
Total do passivo não circulante	1.300,2	34,4	1.159,9	26,1	(10,8)
Total do patrimônio líquido	**1.821,1**	**48,2**	**2.169,2**	**48,9**	**19,1**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**3.781,1**	**100,0**	**4.436,7**	**100,0**	**17,3**

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa aumentou 32,1% ou R$88,8 milhões, passando de R$276,5 milhões em 2017 para R$365,3 milhões em 2018. O internacional aumentou 17,5% ou R$6,1 milhões, passando de R$34,7 milhões em 2017 para R$40,8 milhões em 2018. A aumento provém principalmente de R$4,9 milhões no Uruguai que, no exercício de 2018 reequilibrou sua política de saldo médio de caixa de aproximadamente R$15 milhões. No Brasil, o aumento foi de R$82,8 milhões, passando de R$241,8 milhões em 2017 para R$324,5 milhões em 2018. Esse aumento foi devido, principalmente: (i) à gestão de capital de giro da Companhia com reserva de caixa proveniente de aplicações financeiras para liquidação de compra de açúcar em março de 2019; (ii) aquisição da SLC Alimentos Ltda. em 03 de dezembro de 2019, detentora de R$11,5 milhões em caixa e equivalentes no final do exercício.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras reduziram 92,3% ou R$375,1 milhões, passando de R$406,3 milhões em 2017 para R$31,2 milhões em 2018. Essa redução foi devida, principalmente por: (i) ao resgate antecipado de aplicação financeira para pagamento de compromissos de compra de açúcar; (ii) pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R$65 milhões; (iii) recompra de ações de R$25 milhões (iv) liquidação de empréstimos e financiamentos de R$64 milhões; (v) aquisição da SLC Alimentos Ltda. com pagamento da parcela fixa de R$140 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes aumentaram 13,3% ou R$81,0 milhões, passando de R$609,5 milhões em 2017 para R$690,5 milhões em 2018. O internacional reduziu em 7,8% ou R$17,5 milhões, passando de R$224,5 milhões em 2017 para R$207 milhões em 2018. Esta variação provém principalmente da diminuição de R$17,1 milhões no Uruguai decorrente de uma menor receita líquida de vendas e serviços em 13,9%. O impacto do internacional foi compensado pelo aumento no Brasil de R$100 milhões, passando de R$383,6 milhões em 2017 para R$483,5 milhões em 2018, sendo esta variação, explicada principalmente por 48% resultante da nova controlada SLC Alimentos Ltda. e 52% foi reflexo do melhor volume de vendas na Companhia, no mês de fevereiro de 2019, com recebimento para o ano de 2019.

Estoques

Os estoques aumentaram 31% ou R$265 milhões, passando de R$855,2 milhões em 2017 para R$1.120,2 milhões em 2018. O internacional aumentou 27,2% ou R$95,2 milhões, passando de R$349,5 milhões em 2017 para R$444,7 milhões em 2018, devido principalmente, (i) Uruguai: aumento de produtos acabados compensado pela redução da matéria-prima de R$30,4 milhões, como consequência da redução das vendas e aumento de R$42,8 milhões de aumento em adiantamentos a produtores e (ii) Chile: aumento de R$15,4 milhões de matéria-prima e produtos acabados pela expectativa de vendas no próximo exercício e R$5,2 milhões de aumento em adiantamentos a produtores. No Brasil, o aumento foi de R$169,8 milhões, passando de R$505,7 milhões em 2017 para R$675,5 milhões em 2018. Esta variação deveu-se, principalmente, (i) ao aumento dos estoques de produtos acabados e matéria-prima em R$146,7 milhões, em função das menores vendas e (ii) R$25,6 milhões provenientes da SLC Alimentos Ltda.

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar aumentaram em 111,3% ou R$74,8 milhões, passando de R$67,2 milhões em 2017 para R$142 milhões em 2018. Este aumento decorre principalmente dos créditos tributários reconhecidos pela Companhia, sendo R$20,4 milhões de PIS e COFINS devido exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições e R$117 milhões de IRPJ e CSLL pelo reconhecimento das subvenções extemporâneas de ICMS (credito presumido e redução da base de cálculo do ICMS). Estes créditos foram segregados entre ativo circulante e não circulante, conforme plano de monetização da Companhia.

Partes Relacionadas

As partes relacionadas aumentaram 43,2% ou R$7,3 milhões, passando de R$16,9 milhões em 2017 para R$24,2 milhões em 2018, em consequência do aumento dos adiantamentos efetuados pela SAMAN para suas controladas no Uruguai.

Bens destinados à venda

Em 2018 a Companhia fez o reconhecimento de R$39,9 milhões nesta rubrica, relativos aos bens da unidade de São Gonçalo localizado no estado do Rio de Janeiro, devido a migração de suas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

atividades para a unidade de Navegantes, situada no estado de Santa Catarina, visando eficiência operacional.

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras tiveram redução de R$31,7 milhões ou 99,4%, passando de R$31,9 milhões em 2017 para R$0,2 milhões em 2018. A variação se justifica pela reclassificação para o ativo circulante para os pagamentos supracitados.

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar aumentaram em R$244,2 milhões, passando de R$1,4 milhões em 2017 para R$245,6 milhões em 2018. Este aumento decorre principalmente dos créditos tributários reconhecidos pela Companhia, de PIS e COFINS devido exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições e R$117 milhões de IRPJ e CSLL pelo reconhecimento das subvenções extemporâneas de ICMS (crédito presumido e redução da base de cálculo do ICMS). Estes créditos foram segregados entre ativo circulante e não circulante, conforme plano de monetização da Companhia.

Investimentos

O saldo da conta investimentos aumentou 11,6% ou R$3,1 milhões, passando de R$26,7 milhões em 2017 para R$29,8 milhões em 2018.

Imobilizado

O imobilizado aumentou 18,1% ou R$148,8 milhões, passando de R$823 milhões em 2017 para R$971,8 milhões em 2018. A maior parte da variação deu-se no Brasil pelos investimentos na planta de grãos em Recife, projeto de internalização do empacotamento de açúcar (“Super Barra”), projeto de ampliação de secagem e aumento do armazém de Itapecuru de grãos. Além dos novos investimentos, o ativo imobilizado da SLC Alimentos Ltda. ao final do exercício e após avaliação preliminar das mais-valias resultou em R$111,9 milhões. O internacional aumentou 8,7% ou R$26,8 milhões, passando de R$306,6 milhões em 2017 para R$333,4 milhões em 2018 devido movimento de aquisições em todas as controladas do exterior compensado pelo impacto da baixa dos ativos da La Loma Alimentos S.A. em decorrência de sua venda em agosto de 2018.

Intangível

O intangível aumentou 15,7% ou R$89 milhões, passando de R$566,3 milhões em 2017 para R$655,3 milhões em 2018. A maior parte da variação deu-se no Brasil, pelo laudo de avaliação preliminar da adquirida SLC Alimentos Ltda. resultando em intangíveis totalizados em R$32,5 milhões e pelo Goodwill de R$34,8 milhões. O internacional sofreu aumento de R$9,7%ou R$15,3 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores aumentou 15,9% ou R$58,1 milhões, passando de R$365,1 milhões em 2017 para R$423,2 milhões em 2018. O aumento deve-se principalmente ao Brasil, com variação de R$63,1 milhões, sendo R$55,2 milhões relativos ao (i) aumento dos investimentos na fábrica de açúcar em Barra Bonita/SP acompanhado do aumento da compra de matéria-prima; (ii) aumento dos dispêndios com fretes; (iii) postergação de prazo de pagamento aos produtores (iv) R$9,2 milhões advindos da SLC Alimentos Ltda.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos aumentaram em 93,2% ou R$140,7 milhões, passando de R$150,9 milhões em 2017 para R$291,6 milhões em 2018. Esta variação é composta pelo aumento no Brasil de R$113,3 milhões devido saldo advindo da SLC Alimentos Ltda. e pelo aumento no internacional de R$27,4 milhões, justificado pelas captações em todas as controladas para fomento da produção, compensadas parcialmente pelas liquidações ocorridas.

Debêntures

O saldo da conta debêntures aumentou R$213,5 milhões, passando de R$9 milhões em 2017 para R$222,5 milhões em 2018. A variação deveu-se à reclassificação do não circulante devido liquidação prevista para o exercício de 2019.

Tributos a Recolher

Os impostos a recolher aumentaram em 89,7% ou R$23,5 milhões, passando de R$26,2 milhões em 2017 para R$49,7 milhões em 2018.

Passivo Não Circulante

Debêntures

O saldo da conta debêntures reduziu em 21,6% ou R$209,1 milhões, passando de R$966,7 milhões em 2017 para R$757,6 milhões em 2018. Esta redução decorreu da reclassificação para o circulante, pela liquidação prevista para o exercício de 2019.

Programa de Parcelamento Especial

O programa de parcelamento especial sofreu aumento de R$26,3 milhões, passando de R$1,1 milhões em 2017 para R$27,4 milhões em 2018. A variação é justificada, principalmente, pela adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural quanto aos processos em curso sobre as retenções e recolhimentos da contribuição social calculada com base na receita bruta da comercialização da produção rural de terceiros denominada Funrural – Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural. A liquidação se dará em 54 parcelas atualizadas pela Selic.

Tributos Diferidos

O saldo dos tributos diferidos diminuiu 6,5%, ou R$9 milhões, passando de R$137,8 milhões em 2017 para R$128,8 milhões em 2018. A variação decorre principalmente da constituição do

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

diferido ativo sobre prejuízo fiscal decorrente do crédito extemporâneo gerado após o reconhecimento das subvenções de ICMS.

Contas a pagar

O saldo das contas a pagar foi de R$50,8 milhões em 2018, relativo ao montante devido pela aquisição da controlada SLC Alimentos Ltda. em 03 de dezembro de 2018. Este montante é composto (i) pela parcela retida de R$40 milhões; (ii) pela contraprestação contingente de R$10,3 milhões vinculada à utilização de créditos fiscais e (iii) atualização monetária mensal (Selic).

Patrimônio Líquido

O capital social não sofreu alterações no exercício de 2018, mantendo o saldo de R$950,4 milhões. O último aumento de capital ocorreu em 26 de setembro de 2017, conforme Reunião do Conselho de Administração, quando foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$369.000, o qual passou de R$581.374 para R$950.374, mediante a emissão de 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações ordinárias, objeto da Oferta Primária de ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Reservas de Lucro

As reservas de lucros aumentaram 53% ou R$301,6 milhões, passando de R$569,5 milhões em 2017 para R$871,1 milhões em 2018. Esse aumento foi devido, principalmente, ao lucro líquido do exercício social de 2018 de R$362,4 milhões parcialmente compensado pelo pagamento de juros sobre capital próprio realizada no referido exercício de R$65 milhões.

Ações em tesouraria

As ações em tesouraria aumentaram 24,9 milhões, passando de R$20,3 milhões em 2017 para R$45,2 milhões em 2018. Esse aumento foi consequência da conclusão do programa de recompra de ações de emissão da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2017.

Outros resultados abrangentes

O saldo dos outros resultados abrangentes aumentou em 26,5% ou R$69,6 milhões, passando de R$262,5 milhões em 2017 para R$332,0 milhões em 2018, variação esta decorrente, principalmente, da variação cambial apurada no cálculo de equivalência patrimonial sobre as controladas do exterior.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação entre as posições em 2016 e 2017

Balanço Patrimonial	Em 2016		Em 2017		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	139,7	3,6	276,5	7,3	97,9
Aplicações financeiras	470,7	12,3	406,3	10,7	(13,7)
Contas a receber de clientes	676,7	17,7	609,5	16,1	(10,1)
Estoques	953,9	24,9	855,2	22,6	(10,3)
Instrumentos Financeiros – Derivativos	0,6	0,0	-	0,0	
Tributos a recuperar	75,7	2,0	67,2	1,8	(11,2)
Partes relacionadas	10,2	0,3	16,9	0,4	65,7
Outros créditos	41,1	1,1	47,5	1,3	15,6
Despesas do exercício seguinte	11,2	0,3	12,0	0,3	7,1
Total do ativo circulante	**2.379,8**	**62,1**	**2,291,1**	**60,6**	**(3,8%)**
Não circulante					
Aplicações financeiras	32,6	0,9	31,9	0,8	(2,1)
Tributos a recuperar	1,9	0,0	1,4	0,0	(26,3)
Partes relacionadas	-	0,0	-	0,0	n.a.
Estoques	9,8	0,3	19,3	0,5	96,9
Depósitos judiciais	9,2	0,2	8,9	0,2	(3,3)
Outros créditos	9,5	0,2	12,5	0,3	31,6
	62,9	**1,6**	**74,0**	**2,0**	**17,5**
Investimentos	27,3	0,7	26,7	0,7	(2,2)
Imobilizado	797,7	20,8	823,0	21,8	3,2
Intangível	562,9	14,7	566,3	15,0	0,6
Total do ativo não circulante	**1,450,8**	**37,9**	1,490,0	39,4	2,7
Total do ativo	**3.830,6**	**100,0**	**3.781,1**	**100,0**	**1,3**

Balanço Patrimonial	Em 2016		Em 2017		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	467,9	12,2	365,1	9,7	(22,0)
Empréstimos e financiamentos	634,1	16,6	150,9	4,0	(76,2)
Instrumentos financeiros	-	-	0,1	0,0	-
Debêntures	146,1	3,8	9,0	0,2	(93,8)
Partes relacionadas	4,5	0,1	5,1	0,1	13,3
Obrigações sociais	37,9	1,0	22,1	0,6	(41,7)
Tributos a recolher	34,8	0,9	26,2	0,7	(24,7)
Provisão para férias e encargos	27,4	0,7	32,3	0,9	17,9
Passivo a descoberto em controlada			2,6	0,1	(73,5)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanço Patrimonial	Em 2016		Em 2017		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Programa de parcelamento especial	9,8	0,3	3,4	0,1	-
Outras contas a pagar	47,9	1,3	43,0	1,1	(13,2)
Total do passivo circulante	**1.410,4**	**36,8**	**659,8**	**17,4**	**-53,3**
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	262,7	6,9	159,1	4,2	(39,4)
Debêntures	614,4	16,0	966,7	25,6	57,3
Programa de parcelamento especial	50,7	1,3	1,1	0,0	(97,8)
Tributos diferidos	99,9	2,6	137,8	3,6	37,9
Provisão para demandas judiciais	31,5	0,8	35,4	0,9	12,4
Outras contas a pagar	0,2	0,0	0,1	0,0	(50,0)
Total do passivo não circulante	**1.059,5**	27,7	1.300,2	34,4	22,7
Total do patrimônio líquido	**1.360,7**	**35,5**	**1.821,1**	**48,2**	**33,8**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**30,6**	**100,0**	**3.781,1**	**100,0**	**(1,3)**

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa aumentou 97,9% ou R$136,8 milhões, passando de R$140,0 milhões em 2016 para R$276,5 milhões em 2017. O internacional reduziu 21,3% ou R$9,4 milhões, passando de R$44,1 milhões em 2016 para R$34,7 milhões em 2017. A redução provém principalmente de R$ 7,2 milhões no Uruguai que, apesar de dispor de política de saldo médio de caixa de aproximadamente R$15 milhões, atingiu em fevereiro seu limite mínimo de disponibilidade. A razão foi a liquidação parcial da dívida, não suprida pelo menor nível de recebimentos do mês. No Brasil o aumento foi de R$146,1 milhões, passando de R$95,6 milhões em 2016 para R$241,7 milhões em 2017. Esse aumento foi devido, principalmente: (i) à gestão de capital de giro da Companhia; (ii) pelo caixa gerado pelas atividades operacionais no exercício social findo em 2017; (iii) pela captação de recursos por meio de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio no decorrer do exercício findo em 2017, e (iv) pela captação de recursos por meio da abertura do Capital (IPO), parcialmente compensados pelo pagamento do JCP e liquidação antecipada da 3º e 4º emissão de debêntures no decorrer do exercício social findo em 2017.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras reduziram 13,7% ou R$64,4 milhões, passando de R$470,7 milhões em 2016 para R$406,3 milhões em 2017. Essa redução foi devida, principalmente, ao resgate antecipado de aplicação financeira para pagamento do nosso fornecedor de açúcar no decorrer do exercício social de fevereiro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes reduziram 9,9% ou R$67,2 milhões, passando de R$676,7 milhões em 2016 para R$609,5 milhões em 2017. O internacional aumentou 12,3% ou R$27,5 milhões, passando de R$197,0 milhões em 2016 para R$224,5 milhões em 2017. O aumento provém de R$ 10,0 milhões no Uruguai e de R$19,9 milhões no Chile e foi decorrente do aumento na receita líquida de vendas e serviços (respectivamente 2,3% e 5,7%). No Brasil a redução foi de R$96,1 milhões, passando de R$479,7 milhões em 2016 para R$383,6 milhões em 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à redução de 9,6% ocorrido na receita líquida de vendas e serviços, e a manutenção dos prazos médios de recebimento ao longo do exercício.

Estoques

Os estoques reduziram 10,3% ou R$98,6 milhões, passando de R$953,9 milhões em 2016 para R$855,2 milhões em 2017. O internacional reduziu 7,8% ou R$16,3 milhões, passando de R$226,9 milhões em 2016 para R$210,6 milhões em 2017 e principalmente, da redução de produtos acabados de R$ 21,9 milhões no Uruguai em consequência de maior comercialização. No Brasil a redução foi de R$73,6 milhões, passando de R$579,2 milhões em 2016 para R$505,7 milhões em 2017. Essa redução foi devida, principalmente, (i) à redução do estoque de produtos acabados de grãos em função das menores vendas; (ii) do almoxarifado de R$ 19,0 milhões e (iii) de R$ 23 milhões de produtos acabados de pescado em função das menores vendas e da falta de matéria prima nacional.

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar reduziram 11,2% ou R$8,5 milhões, passando de R$75,7 milhões em 2016 para R$67,2 milhões em 2017. Essa redução provém principalmente do Brasil e foi devida, à utilização de créditos de PIS e COFINS para compensação de tributos federais a pagar.

Partes Relacionadas

As partes relacionadas aumentaram 65,0% ou R$6,6 milhões, passando de R$10,2 milhões em 2016 para R$16,9 milhões em 2017, em consequência do aumento dos adiantamentos efetuados pela SAMAN para suas controladas no Uruguai.

Outros Créditos

Os outros créditos aumentaram 15,7% ou R$6,4 milhões, passando de R$41,1 milhões em 2016 para R$47,5 milhões em 2017. O Brasil se manteve alinhado entre anos passando de R$22,3 milhões em 2016 para R$22,3 milhões em 2017. Portanto, o aumento provém do internacional que aumentou 34,4% ou R$6,5 milhões, passando de R$4,5 milhões em 2016 para R$10,8 milhões em 2017 com principal impacto no Uruguai de R$ 6,7 milhões, oriundo da transferência de dívida de um grande produtor para longo prazo, compensada por novos contratos com outros produtores.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras reduziram levemente R$0,7 milhões, passando de R$32,6 milhão em 2016 para R$31,9 milhões em 2017.

Estoques

Os estoques aumentaram 97,2% ou R$9,5 milhões, passando de R$9,8 milhões em 2016 para R$19,3 milhões em 2017. Este aumento provém do Brasil que aumentou R$9,4 milhões, passando de R$8,6 milhões em 2016 para R$18,0 milhões em 2017 em função do aumento de adiantamentos a produtores realizada durante o período. Trata-se de uma prática de mercado adiantar capital de giro para os produtores durante a entressafra.

Outros Créditos

Os outros créditos aumentaram 32,5% ou R$3,1 milhões, passando de R$9,5 milhões em 2016 para R$12,5 milhões em 2017. O Brasil reduziu R$3,2 milhões, passando de R$3,3 milhões em 2016 para R$0,1 milhões em 2017 em função da liquidação das parcelas da venda de um imóvel, no Rio de Janeiro, advindo da aquisição da Docelar, e que não era estratégico para a Companhia. Portanto, o aumento provém do internacional que aumentou 58,0% ou R$6,3 milhões, passando de R$4,5 milhões em 2016 para R$10,8 milhões em 2017 e com impacto principal de R$ 6,3 milhões no Uruguai em função da conversão da dívida de um dos maiores produtores locais para longo prazo.

Investimentos

O saldo da conta investimentos reduziu 2,2% ou R$0,6 milhões, passando de R$27,3 milhões em 2016 para R$26,7 milhões em 2017.

Imobilizado

O imobilizado aumentou 3,2% ou R$25,3 milhões, passando de R$797,7 milhões em 2016 para R$823,0 milhões em 2017. O Brasil se manteve quase no mesmo nível pois aumentou 0,3% ou R$1,4 milhões, passando de R$515,1 milhões em 2016 para R$516,4 milhões em 2017. Esse aumento provém do internacional que aumentou 8,5% ou R$23,9 milhões, passando de R$282,7 milhões em 2016 para R$306,6 milhões em 2017 e principalmente, de novas aquisições de R$ 21,2 milhões no Chile.

Passivo Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores reduziu 22,0% ou R$102,7 milhões, passando de R$467,9 milhões em 2016 para R$365,1 milhões em 2017. Essa redução foi devida, no Brasil, principalmente, à redução dos pagamentos para nosso fornecedor de açúcar. No internacional a redução provém da desvalorização cambial ocorrida na cesta de moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno, novo sol peruano e peso argentino, cujas desvalorizações no período em relação

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ao real foram de 4,3%, 0,2%, 1,4% e 16,0%, respectivamente, impactando os saldos de fornecedores das controladas

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos reduziram 76,2% ou R$483,2 milhões, passando de R$634,1 milhões em 2016 para R$150,9 milhões em 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à liquidação de empréstimos.

Debêntures

O saldo da conta debêntures reduziu 93,9% ou R$137,1 milhões, passando de R$146,1 milhões em 2016 para R$9,0 milhões em 2017. Essa redução foi devida a liquidação de debêntures.

Partes Relacionadas

O saldo da conta partes relacionadas aumentou 11,2%, ou R$0,5 milhões, passando de R$4,5 milhões em 2016 para R$5,0 milhões em 2017.

Obrigações sociais

O saldo da conta de obrigações sociais reduziu 41,8%, ou R$15,9 milhões, passando de R$37,9 milhões em 2016 para R$22,1 milhões em 2017 em função da reversão do PPR de R$ 13,1 milhões e comissão sobre vendas de R$ 1,4 milhões, ambos relacionados ao não atingimento das metas corporativas.

Tributos a Recolher

Os tributos a recolher reduziram 24,4% ou R$8,5 milhões, passando de R$34,8 milhões em 2016 para R$26,3 milhões em 2017. Essa redução foi devida, principalmente, ao aumento dos créditos fiscais decorrentes do aumento do volume de compras da Companhia que foram utilizados para compensar os impostos a recolher.

Outras Contas a Pagar

O contas a pagar reduziu 10,2% ou R$4,9 milhões, passando de R$47,9 milhões em 2016 para R$43,0 milhões em 2017. Essa redução foi devida à desvalorização cambial ocorrida na cesta de moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno, novo sol peruano e peso argentino, cujas desvalorizações no período em relação ao real foram de 4,3%, 0,2%, 1,4% e 16,0%, respectivamente, impactando os saldos de fornecedores das controladas.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta empréstimos e financiamentos reduziu 39,4% ou R$103,6 milhões, passando de R$262,7 milhões em 2016 para R$159,1 milhões em 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à transferência de parcelas vincendas para a rubrica de empréstimos e financiamentos do curto prazo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Debêntures

O saldo da conta debêntures aumentou 57,3% ou R$352,3 milhões, passando de R$614,4 milhões em 2016 para R$966,7 milhões em 2017. Esse aumento foi devido às captações ocorridas de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do em 19/05/17 no valor de R$ 405 milhões (sendo a primeira série de

238 milhões e a segunda de 167 milhões) e em 15/12/2017 no valor de R$ 168 milhões.

Programa de Parcelamento Especial

O saldo da conta programa de parcelamento especial reduziu 97,8%, ou R$49,7 milhões, passando de R$50,7 milhões em 2016 para R$1,1 milhões em 2017. Essa redução foi devida, principalmente, à liquidação dos parcelamentos com a migração para a nova modalidade da RFB (PERT 2017) com redução de multas e juros.

Tributos Diferidos

O saldo da conta tributos diferidos aumentou 37,9%, ou R$37,9 milhões, passando de R$99,9 milhões em 2016 para R$137,8 milhões em 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, às diferenças entre ágio fiscal e ágio contábil.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 12,5% ou R$3,9 milhões, passando de R$31,5 milhões em 2016 para R$35,5 milhões em 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, à atualização das provisões referentes aos riscos classificados como prováveis.

Patrimônio Líquido

O capital social aumentou 63,5% ou R$369,0 milhões, passando de R$581,4 milhões em 2016 para R$950,4 milhões em 2017. Em 1º de agosto de 2016, houve aumento do capital social da Companhia no valor de R$73,7 milhões, mediante a emissão de 4.396.173 novas ações ordinárias, escriturais, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$16,77 por ação, onde 3.184.688 ações foram subscritas e integralizadas por WP Angra dos Reis Holdco S.A. (“WP”) e 1.211.485 ações formam subscritas e integralizadas pela acionista controladora Camil Investimentos S.A. Neste ato a Camil Investimentos S.A. cedeu seu direito de preferência na subscrição de 1.788.908 ações emitidas em razão do aumento de capital ora implementado para a WP.

Em 1º de agosto de 2016, houve a cisão parcial desproporcional da Companhia, com a consequente redução de imobilizado e do capital, no montante de R$19,8 milhões, correspondente ao valor residual contábil do acervo patrimonial cindido para as novas sociedades constituídas sob as denominações Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda. e Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda., mediante o cancelamento de 1.644.601 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal, todas com titularidade da acionista Camil Investimentos S.A., passando o atual capital social da Companhia para R$581,4 milhões, dividido em 115.738.312 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 17 de janeiro de 2017, houve aumento do capital social da Companhia no valor de R$727,90 (setecentos e vinte e sete reais e noventa centavos), mediante a emissão de 7.278.980 novas ações ordinárias, escriturais, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$1,00 para cada 10.000 (dez mil) ações, em razão do exercício pela acionista Camil Investimentos S.A. do bônus de subscrição emitido pela Companhia e subscrito pela acionista Camil Investimentos

Em 28 de agosto de 2017, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, houve um desdobramento das ações de emissão da Companhia na proporção de 1:3 (uma para três), pelo qual cada ação passou a ser representada por três ações, passando o capital social da Companhia a se dividir em 369.051.876 (trezentos e sessenta e nove milhões, cinquenta e uma mil, oitocentos e setenta e seis) ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e vantagens integrais das ações atualmente existentes.

Em 26 de setembro de 2017, conforme Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$369.000, o qual passou de R$581.374 para R$950.374, mediante a emissão de 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações ordinárias, objeto da Oferta Primária de ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Reservas de Lucro

As reservas de lucros aumentaram 18,7% ou R$89,8 milhões, passando de R$479,7 milhões em 2016 para R$569,5 milhões em 2017. Esse aumento foi devido, principalmente, ao lucro líquido do exercício social findo em 2017 parcialmente compensado pela distribuição de dividendos realizada no referido exercício.

Reservas de ágio e outros resultados abrangentes

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial reduziu 11,1% ou R$33,4 milhões, passando de R$299,6 milhões em 2016 para R$333.0 milhões em 2017. Esse aumento provém de outros resultados abrangentes relacionado ao efeito da valorização cambial frente ao real sobre investimentos no exterior no valor de R$37,4 milhões.

Comparação entre as posições em 2015 e 2016

Balanço Patrimonial	Em 2015		Em 2016		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	441,4	11,8	139,7	3,6	(68,4)
Aplicações financeiras	50,7	1,4	470,7	12,3	828,4
Contas a receber de clientes	615,0	16,4	676,7	17,7	10,00
Estoques	857,6	22,9	953,9	24,9	11,2
Instrumentos Financeiros – Derivativos	-	0,0	0,6	0,0	100,0

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanço Patrimonial	Em 2015		Em 2016		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Tributos a recuperar	117,7	3,1	75,7	2,0	(35,7)
Partes relacionadas	23,6	0,6	10,2	0,3	(56,8)
Outros créditos	75,7	2,0	41,1	1,1	(45,7)
Despesas do exercício seguinte	9,2	0,2	11,2	0,3	21.7
Total do ativo circulante	**2.190,8**	**58,5**	**2.379,8**	**62,1**	**8,6**
Não circulante					
Aplicações financeiras	0,1	0,0	32,6	0,9	n.a
Tributos a recuperar	3,5	0,1	1,9	0,0	(45,7)
Partes relacionadas	7,2	0,2	-	0,0	(100,0)
Estoques	17,0	0,5	9,8	0,3	(42,4)
Depósitos judiciais	4,9	0,1	9,2	0,2	87,8
Outros créditos	6,0	0,2	9,5	0,2	58,3
	38,7	1,0	62,9	1,6	62,5
Investimentos	20,9	0,6	27,3	0,7	30,6
Imobilizado	897,6	24,0	797,7	20,8	(11,1)
Intangível	593,8	15,9	562,9	14,7	(5,2)
Total do ativo não circulante	**1.551,0**	**41,5**	**1.450,8**	**37,9**	**(6,5)**
Total do ativo	**3.741,8**	**100,0**	**3.830,6**	**100,0**	**2,4**

Balanço Patrimonial	Em 2015		Em 2016		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	460,6	12,3	467,9	12,2	1,6
Empréstimos e financiamentos	367,8	9,8	634,1	16,6	72,4
Debêntures	209,1	5,6	146,1	3,8	(30,1)
Partes relacionadas	7,6	0,2	4,5	0,1	(40,8)
Obrigações sociais	35,9	1,0	37,9	1,0	5,6
Tributos a recolher	54,0	1,4	34,8	0,9	(35,6)
Provisão para férias e encargos	24,6	0,7	27,4	0,7	11,4
Programa de parcelamento especial	10,0	0,3	9,8	0,3	(2,0)
Outras contas a pagar	74,0	2,0	47,9	1,3	(35,3)
Total do passivo circulante	**1,243,6**	**33,2**	**1.410,4**	**36,8**	**13,4**
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	578,5	15,5	262,7	6,9	(54,6)
Debêntures	334,8	8,9	614,4	16,0	83,5
Programa de parcelamento especial	55,8	1,5	50,7	1,3	(9,1)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanço Patrimonial	Em 2015		Em 2016		AH%
	R$ milhões	AV%	R$ milhões	AV%	
Tributos diferidos	87,7	2,3	99,9	2,6	13,9
Provisão para demandas judiciais	14,8	0,4	31,5	0,8	112,8
Outras contas a pagar	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0
Total do passivo não circulante	**1.071,7**	**28,6**	**1.059,5**	**27,7**	**(1,1)**
Total do patrimônio líquido	**1.426,4**	**38,1**	**1.360,7**	**35,5**	**(4,6)**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**3.741,8**	**100,0**	**3.830,6**	**100,0**	**2,4**

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa reduziu 68,4% ou R$301,7 milhões, passando de R$441,4 milhões em 2015 para R$139,7 milhões em 2016. Essa redução foi devida, principalmente: (i) à gestão de capital de giro da Companhia; (ii) pelo caixa gerado pelas atividades operacionais no exercício social findo em 2016; (iii) pelo resgate de parte do saldo de aplicações financeiras de liquidez imediata e sua aplicação em aplicações financeiras que possuem cláusulas de carência de liquidez; (iv) captação de empréstimos (líquido da liquidação) no valor de R$196,0 milhões e juros pagos sobre empréstimos no valor de R$157,6 milhões no exercício social findo em 2016, e (v) dividendos distribuídos e pagos no valor de R$156,7 milhões no exercício social findo em 2016.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras aumentaram 828,4% ou R$420,0 milhões, passando de R$50,7 milhões em 2015 para R$470,7 milhões em 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, à captação de recursos por meio de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio no decorrer do exercício findo em 2016, ao aumento da geração de caixa pela Companhia e às aplicações realizadas no período conforme informado no item anterior.

Contas a Receber de Clientes

O contas a receber de clientes aumentou 10,0% ou R$61,7 milhões, passando de R$615,0 milhões em 2015 para R$676,7 milhões em 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento de 17% ocorrido na receita líquida de vendas e serviços, e a manutenção dos prazos médios de recebimento ao longo do exercício.

Estoques

Os estoques aumentaram 11,2% ou R$96,3 milhões, passando de R$857,6 milhões em 2015 para R$953,9 milhões em 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento de estoques estratégicos no Brasil: (i) relacionados a formação de estoques de segurança em pescados devido a safra de sardinha (período permitido da pesca); e (ii) aquisição de matéria-prima do arroz aproveitando as oportunidades de mercados advindas do início da safra do arroz, parcialmente compensado pela redução do prazo médio de estoque e pela desvalorização cambial da cesta de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

moedas composta por dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano, cujas desvalorizações no período em relação ao real foram de 22,1%, 16,2% e 15,5%, respectivamente.

Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar reduziram 35,7% ou R$42,0 milhões, passando de R$117,7 milhões em 2015 para R$75,7 milhões em 2016. Essa redução foi devida, principalmente, à utilização de créditos de PIS e COFINS para compensação de tributos federais a pagar.

Partes Relacionadas

As partes relacionadas reduziram 56,8% ou R$13,4 milhões, passando de R$23,6 milhões em 2015 para R$10,2 milhões em 2016, em consequência da baixa dos adiantamentos efetuados na safra anterior pela SAMAN para suas controladas no Uruguai.

Outros Créditos

Os outros créditos reduziram 45,7% ou R$34,6 milhões, passando de R$75,7 milhões em 2015 para R$41,1 milhões em 2016. Essa redução foi devida, principalmente, à baixa de adiantamentos a fornecedores e a recebimentos de parcelas da venda de um imóvel, no Rio de Janeiro, advindo da aquisição da Docelar, e que não era estratégico para a Companhia.

Ativo Não Circulante

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras aumentaram R$32,5 milhões, passando de R$0,1 milhão em 2015 para R$32,6 milhões em 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento do saldo de aplicações no Brasil.

Estoques

Os estoques reduziram 42,4% ou R$7,2 milhões, passando de R$17,0 milhões em 2015 para R$9,8 milhões em 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, à baixa de adiantamentos a produtores realizada durante o período. Trata-se de uma prática de mercado adiantar capital de giro para os produtores durante a entressafra.

Outros Créditos

Os outros créditos aumentaram 58,3% ou R$3,5 milhões, passando de R$6,0 milhões em 2015 para R$9,5 milhões em 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao parcelamento de venda de um imóvel, no Rio de Janeiro, advindo da aquisição da Docelar, e que não era estratégico para a Companhia.

Investimentos

O saldo da conta investimentos aumentou 30,6% ou R$6,4 milhões, passando de R$20,9 milhões em 2015 para R$27,3 milhões em 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento do resultado de equivalência patrimonial na coligada SAMAN, que possui investimentos em empresas no Uruguai.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Imobilizado

O imobilizado reduziu 11,1% ou R$99,9 milhões, passando de R$897,6 milhões em 2015 para R$797,7 milhões em 2016. Essa redução foi devida, principalmente, a: (i) desvalorização cambial ocorrida nas taxas do dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano frente ao real, de 22,1%, 16,2% e 15,5% respectivamente, impactando os saldos dos ativos imobilizados desses países das controladas; e (ii) Cisão parcial desproporcional da Companhia, com a consequente redução de imobilizado no valor líquido de R$19,7 milhões.

Passivo Circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores aumentou 1,6% ou R$7,3 milhões, passando de R$460,6 milhões em 2015 para R$467,9 milhões em 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao aumento de estoques estratégicos no Brasil: (i) relacionados a formação de estoques de segurança em pescados devido a safra de sardinha (período permitido da pesca); e (ii) aquisição de matéria do arroz aproveitando as oportunidades de mercados advindas do início da safra do arroz, parcialmente compensado pela redução do prazo médio de pagamento dos fornecedores e desvalorização cambial ocorrida nas taxas do dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano frente ao real, de 22,1%, 16,2% e 15,5% respectivamente, impactando os saldos de fornecedores das controladas.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos aumentaram 72,4% ou R$266,3 milhões, passando de R$367,8 milhões em 2015 para R$634,1 milhões em 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, às transferências das parcelas vincendas da rubrica de empréstimos e financiamentos de longo prazo para o curto prazo.

Debêntures

O saldo da conta debêntures reduziu 30,1% ou R$63,0 milhões, passando de R$209,1 milhões em 2015 para R$146,1 milhões em 2016. Essa redução foi devida a liquidação de debêntures não conversíveis em ações emitidas em 20 de janeiro de 2012, cujo último pagamento ocorreu em 19 de janeiro de 2017.

Partes Relacionadas

O saldo da conta partes relacionadas reduziu 40,8%, ou R$3,1 milhões, passando de R$7,6 milhões em 2015 para R$4,5 milhões em 2016. Essa redução foi devida a liquidação de parte do saldo da contracorrente com as controladas no Uruguai.

Tributos a Recolher

Os tributos a recolher reduziram 35,6% ou R$19,2 milhões, passando de R$54,0 milhões em 2015 para R$34,8 milhões em 2016. Essa redução foi devida, principalmente, ao aumento dos créditos fiscais decorrentes do aumento do volume de compras da Companhia que foram utilizados para compensar os impostos a recolher.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras Contas a Pagar

O contas a pagar reduziu 35,3% ou R$26,1 milhões, passando de R$74,0 milhões em 2015 para R$47,9 milhões em 2016. Essa redução foi devida, principalmente, à liquidação no exercício social corrente, do saldo que a Companhia tinha à pagar referente à aquisição da Coqueiro e à desvalorização cambial ocorrida nas taxas do dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano frente ao real, de 22,1%, 16,2% e 15,5% respectivamente, impactando os saldos de fornecedores das controladas.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta empréstimos e financiamentos reduziu 54,6% ou R$315,8 milhões, passando de R$578,5 milhões em 2015 para R$262,7 milhões em 2016. Essa redução foi devida, principalmente, à transferência de parcelas vincendas para a rubrica de empréstimos e financiamentos do curto prazo.

Debêntures

O saldo da conta debêntures aumentou 83,5% ou R$279,6 milhões, passando de R$334,8 milhões em 2015 para R$614,4 milhões em 2016. Esse aumento foi devido às captações ocorridas em 23 de novembro de 2016 por meio da emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, no montante de R$402,3 milhões, compensado parcialmente com as parcelas vincendas transferidas para a rubrica de debêntures do curto prazo.

Programa de Parcelamento Especial

O saldo da conta programa de parcelamento especial reduziu 9,1%, ou R$5,1 milhões, passando de R$55,8 milhões em 2015 para R$50,7 milhões em 2016. Essa redução foi devida, principalmente, às transferências das parcelas vincendas para a rubrica programa de parcelamento especial do curto prazo.

Tributos Diferidos

O saldo da conta tributos diferidos aumentou 13,9%, ou R$12,2 milhões, passando de R$87,7 milhões em 2015 para R$99,9 milhões em 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, às diferenças entre ágio fiscal e ágio contábil.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 112,8% ou R$16,7 milhões, passando de R$14,8 milhões em 2015 para R$31,5 milhões em 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, à constituição de provisão referente a uma ação cível no valor de R$12,7 milhões.

Patrimônio Líquido

O capital social aumentou 10,2% ou R$54,0 milhões, passando de R$527,4 milhões em 2015 para R$581,4 milhões em 2016. Em 1º de agosto de 2016, houve aumento do capital social da Companhia no valor de R$73,7 milhões, mediante a emissão de 4.396.173 novas ações ordinárias, escriturais, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$16,77 por ação, onde 3.184.688 ações foram subscritas e integralizadas por WP Angra dos Reis Holdco

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

S.A. ("WP") e 1.211.485 ações foram subscritas e integralizadas pela acionista controladora Camil Investimentos S.A. Neste ato a Camil Investimentos S.A. cedeu seu direito de preferência na subscrição de 1.788.908 ações emitidas em razão do aumento de capital ora implementado para a WP.

Em 1º de agosto de 2016, houve a cisão parcial desproporcional da Companhia, com a consequente redução de imobilizado e do capital, no montante de R$19,8 milhões, correspondente ao valor residual contábil do acervo patrimonial cindido para as novas sociedades constituídas sob as denominações Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda. e Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda., mediante o cancelamento de 1.644.601 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal, todas com titularidade da acionista Camil Investimentos S.A., passando o atual capital social da Companhia para R$581,4 milhões, dividido em 115.738.312 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de janeiro de 2017, houve aumento do capital social da Companhia no valor de R$727,90 (setecentos e vinte e sete reais e noventa centavos), mediante a emissão de 7.278.980 novas ações ordinárias, escriturais, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$1,00 para cada 10.000 (dez mil) ações, em razão do exercício pela acionista Camil Investimentos S.A. do bônus de subscrição emitido pela Companhia e subscrito pela acionista Camil Investimentos S.A. em 1º de agosto de 2016, constante do certificado de mesmo número (o "Bônus de Subscrição").

Reservas de Lucro

As reservas de lucros aumentaram 11,4% ou R$48,9 milhões, passando de R$430,8 milhões em 2015 para R$479,7 milhões em 2016. Esse aumento foi devido, principalmente, ao lucro líquido do exercício social findo em 2016 parcialmente compensado pela distribuição de dividendos realizada no referido exercício.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial reduziu 36,0% ou R$168,5 milhões, passando de R$468,2 milhões em 2015 para R$299,7 milhões em 2016. Essa redução foi devida, principalmente, ao efeito da desvalorização cambial frente ao real sobre investimentos no exterior no valor de R$164,5 milhões.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 2017 e 2018

	Exercício social de 2017	Exercício social de 2018	AH%
	(R$ milhões, exceto percentuais)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais.	488,0	93,9	(80,8)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(31,3)	61,7	(297,1)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(323,8)	(61,4)	(81,0)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	3,9	(5,4)	(238,5)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais nos exercícios sociais de 2017 e 2018, foi de R$488,0 milhões e R$93,9 milhões, respectivamente, representando uma redução de R$394,1 milhões ou 80,8%. O decréscimo deve-se à variação líquida de ativos e passivos de R$ 549,1 milhões no exercício de 2018 comparado à diminuição de R$ 41,9 milhões no exercício social de 2017 (aumento nos ativos de R$ 655,7 milhões devido aumento nos saldos de estoques e constituição de créditos tributários sobre subvenções de ICMS e exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS).

Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento no exercício social de 2017 foi de R$31,3 milhões e caixa líquido gerado em 2018 foi de R$61,7 milhões, com um aumento de R$93,0 milhões devido, principalmente (i) resgate de aplicações financeiras, sendo o montante da variação de R$341,6 milhões, justificado principalmente por pagamentos de Juros sobre Capital Próprio e aquisição da SLC Alimentos, compensado em parte (ii) pelo maior volume de adições aos investimentos em imobilizado no valor de R$199,3 milhões, de R$99,7 milhões no exercício social de 2017 para R$299,0 milhões em 2018, sendo destes, R$111,9 milhões advindos da SLC Alimentos Ltda.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento nos exercícios sociais de 2017 e 2018, foi de R$323,8 milhões e R$61,4 milhões, respectivamente, representando uma redução de R$262,4 milhões. Isso é devido, principalmente (i) ao menor volume de liquidações de empréstimos, financiamentos e debêntures (conforme vencimentos previstos em contrato) de R$524,0 milhões no exercício de 2018; (ii) efeito do aumento do capital com os fundos do IPO de R$369 milhões ocorrido no exercício anterior; e (iii) à redução na distribuição de dividendos de R$100 milhões em comparação ao exercício anterior.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 2016 e 2017

	Exercício social de 2016	Exercício social de 2017	AH%
	(R$ milhões, exceto percentuais)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais.	294,3	488,0	65,8
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(546,7)	(31,4)	(94,3)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(44,6)	(323,8)	626,6
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	(4,7)	3,9	(183,4)

* A partir do 2º trimestre de 2017, houveram adequações conceituais na Demonstração do Fluxo de Caixa, com reclassificações entre as atividades operacionais, de investimento e financiamento. Para fins de comparabilidade, estas reclassificações foram replicadas para o exercício findo em fevereiro de 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais nos exercícios sociais encerrados em 2017 e 2016, foi de R$488,0 milhões e R$294,3 milhões, respectivamente, representando um aumento de R$193,7 milhões ou 65,8%. O acréscimo deve-se à melhora do nosso capital de giro contando com um impacto muito pequeno entre reduções de ativos e passivos de R$ 41,9 milhões no exercício social de 2017 comparado com R$ 285 milhões no exercício social de 2016 (aumentos nos ativos de R$ 352 milhões).

Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento nos exercícios sociais encerrados em 2017 e 2016 foi de R$31,4 milhões e R$546,7 milhões, respectivamente, com uma redução de R$515,4 milhões devido, principalmente, a (i) menor volume de aplicações financeiras, sendo o montante da variação de R$532,6 milhões, devido a um melhor desempenho operacional e maiores captações, compensado em parte por um (ii) maior volume de adições aos investimentos no valor de R$28,7 milhões, de R$71,0 milhões no exercício social de 2016 para R$ 99,7 milhões no exercício social de 2017.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento nos exercícios sociais encerrados em 2017 e 2016, foi de R$323,8 milhões e R$44,6 milhões, respectivamente, representando um aumento de R$279,2 milhões. Isso é devido, principalmente, a um (i) menor volume de captações (líquidas de liquidações) de R$227,1 milhões no exercício encerrado em 2017, incluindo já o aumento do capital com os fundos do IPO de R$ 369 milhões e (ii) um aumento de R$ 32,5 milhões de custos de emissão e recompra de ações.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 2015 e 2016

	Exercício social de 2015	Exercício social de 2016	AH%
	(R$ milhões, exceto percentuais)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais.	343,2	289,6	(15,6)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(73,2)	(473,0)	546,2
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(72,6)	(118,3)	63,2

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais nos exercícios sociais encerrados em 2016 e 2015, foi de R$289,6 milhões e R$343,2 milhões, respectivamente, uma redução de R$53,6 milhões. Essa redução foi devida, principalmente, às necessidades de capital de giro da Companhia relacionadas ao aumento de (i) R$138,0 milhões do contas a receber de clientes e (ii) R$33,5 milhões nos estoques

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Atividades de Investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento nos exercícios sociais encerrados em 2016 e 2015 foi de R$473,0 milhões e R$73,2 milhões, respectivamente, com um aumento de R$399,8 milhões devido, principalmente, a (i) maior volume de aplicações financeiras, sendo o montante da variação de R$595,6 milhões, devido a um melhor desempenho operacional e maiores captações, e (ii) menor volume de adições aos investimentos no valor de R$109,7 milhões, de R$ 125,1 milhões no exercício social de 2015 para R$ 15,4 milhões no exercício social de 2016 e (iii) aumento de capital no valor de R$73,7 milhões no exercício social de 2016 devido à subscrição e integralização de ações pelos acionistas.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento nos exercícios sociais encerrados em 2016 e 2015, foi de R$118,3 milhões e R$72,6 milhões, respectivamente, representando um aumento de R$45,7 milhões devido, principalmente, ao maior volume de captações (líquidas de liquidações)para suprir as necessidades de capital de giro da Companhia relacionadas às contas a receber e aos estoques, compensadas pelo pagamento de dividendos de R$156,7 milhões no exercício encerrado em 2016, quando comparado ao pagamento de dividendos de R$ 30,0 milhões no exercício encerrado em 2015.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

(a) **resultados das operações da Companhia**

(i) **descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Receita líquida de vendas e serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que a receita líquida de vendas e serviços é substancialmente composta pelas vendas aos nossos clientes redes atacadistas, varejistas de alimentos, redes de food service e tradings de nossos produtos, principalmente arroz, feijão, açúcar e pescados enlatados. Em menor proporção, nossa receita líquida de vendas e serviços é composta por (i) vendas de outros grãos, produtos processados, como arroz e feijão pré-preparados, bolachas de arroz, óleos vegetais, adoçantes, patês, e outros subprodutos; (ii) geração e comercialização de energia elétrica a partir da casca do arroz; (iii) prestação de serviços de irrigação, armazenamento e secagem de grãos; e (iv) prestação de serviço de logística.

Os Diretores da Companhia informam que a receita líquida de vendas e serviços da Companhia consolidada, no exercício social de 2018 totalizou R$4.748,8 milhões, sendo que nos exercícios sociais encerrados em 2017 e 2016 a receita líquida de vendas e serviços totalizou R$4.663,0 milhões e R$4.947,8 milhões, respectivamente.

Reportamos nossa receita líquida de vendas e serviços de acordo com os segmentos Alimentício Brasileiro[1] e Alimentício Internacional[2]. No exercício social de 2018, as receitas decorrentes das nossas vendas no Segmento Alimentício Brasileiro representaram 70,5% da nossa receita líquida de vendas e serviços, enquanto as receitas decorrentes das nossas vendas no Segmento Alimentício Internacional representaram 29,5%.

Em 2018, no Segmento Alimentício Brasileiro, as receitas decorrentes das vendas para o mercado interno representaram 96,6% da receita bruta de vendas e serviços, comparado ao Segmento Alimentício Internacional, onde as receitas decorrentes de vendas internas nos países em que atuamos, representaram 69,4% da receita bruta.

A receita líquida de vendas e serviços decorre da receita bruta, deduzida de impostos sobre vendas, devoluções e abatimentos, conforme detalhamento abaixo:

Impostos sobre vendas

Brasil

ICMS. O ICMS é um imposto estadual que incide sobre a receita bruta de vendas. As alíquotas variam entre 0,0% e 20% de acordo com o tipo de produto e o estado no qual esse produto é vendido.

[1] Referências nesta Proposta a "Segmento Alimentício Brasileiro" são a nossas operações no mercado brasileiro interno, bem como exportações a partir do mercado brasileiro.

[2] Referências nesta Proposta a "Segmento Alimentício Internacional" são a nossas operações no mercado interno de cada país específico, bem como exportações a partir destes países.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Em 2018, somos titulares de benefícios fiscais estaduais, que nos garantem, dentre outros benefícios, créditos mensais de ICMS equivalentes a um determinado percentual do valor do ICMS incidente nas operações de comercialização de arroz, feijão, açúcar e pescados. Esses percentuais e as operações sobre as quais eles incidem dependem do estado no qual mantemos esses benefícios fiscais, que atualmente são: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Pernambuco e Maranhão. Utilizamos nossos créditos de ICMS para abater o saldo a pagar de ICMS mensal. No exercício social de 2018, esses créditos fiscais representaram R$85,3 milhões, no valor que teríamos de recolher caso não fôssemos titulares desses benefícios fiscais. Isso vale também para todas as empresas do nosso setor, estabelecidas nesses estados. Os valores de créditos fiscais foram repassados para os preços de venda de nossos produtos, tendo sido proporcionalmente reduzidos pelos valores dos créditos fiscais aplicáveis.

PIS e COFINS. O PIS/Pasep e a COFINS são contribuições federais e incidem às alíquotas de 0,0% e 1,65% (PIS), e 0,0% e 7,6% (COFINS), respectivamente, sobre o total das receitas auferidas (observadas as deduções permitidas em lei) decorrentes da comercialização dos produtos arroz, feijão, açúcar e pescados.

Em relação à nossa receita de vendas (observadas as deduções permitidas em lei), decorrente da comercialização de arroz, feijão e açúcar, o Governo Federal mantém reduzidas a 0,0% as alíquotas incidentes de PIS e COFINS, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.925/2004 e art. 28 da Lei nº 10.865/2004. No tocante a esses produtos, a legislação tributária através do art. 17 da Lei nº 11.033/2004, prevê a manutenção de créditos fiscais gerados nas aquisições dos insumos, os quais foram utilizados na industrialização dos produtos. Como consequência, acumulamos créditos fiscais de PIS e COFINS em nossa comercialização de arroz, feijão e açúcar.

De acordo com o volume de compras de matérias primas, materiais de embalagem, insumos, e determinados custos industriais, nós nos beneficiamos de créditos mensais de PIS e COFINS, os quais são utilizados para compensar tributos federais, incluindo IRPJ e CSLL. No exercício de 2018, esses créditos fiscais representaram uma compensação parcial dos valores devidos a título de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, e demais tributos federais que teríamos de recolher.

Já em relação aos pescados enlatados, são produtos tributados na sistemática não cumulativa do PIS e da COFINS, conforme as Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003.

Internacional

No Uruguai, as vendas estão sujeitas ao imposto sobre valor agregado (IVA) de 10,0% a 22,0%. No Chile, a alíquota de IVA é de 19,0% sobre as vendas. No Peru, a alíquota de IVA é de 18%.

Devoluções e abatimentos

As devoluções consistem dos produtos que vendemos aos nossos clientes e que nos são devolvidos em caso de avarias ou após a expiração dos respectivos prazos de validade. Os abatimentos consistem dos descontos que concedemos aos nossos clientes, de acordo com negociações que se baseiam, normalmente, no volume de produtos vendidos e qualidade e longevidade do relacionamento com cada cliente.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

As tabelas a seguir apresentam nossa receita bruta de vendas por Segmentos Alimentício Brasileiro e Alimentício Internacional e as deduções de vendas para os períodos indicados:

	Alimentício Brasileiro			Alimentício Internacional		
Receita bruta de vendas	**2018**	**2017**	**2016**	**2018**	**2017**	**2016**
Vendas de mercadorias e serviços no mercado interno	3.838,6	3.883,1	4.273,9	1.061,8	943,2	912,6
Vendas de mercadorias no mercado externo	135,0	108,3	77,7	467,6	500,8	461,6
	3.973,6	**3.991,4**	**4.351,6**	**1.529,4**	**1.444,0**	**1.374,2**
Deduções de vendas						
Impostos sobre vendas	(324,1)	(338,1)	(357,3)	(33,2)	(29,3)	(26,6)
Devoluções e abatimentos	(303,2)	(321,9)	(311,1)	(93,7)	(83,2)	(83,1)
	(627,3)	**(660,0)**	**(668,4)**	**(126,9)**	**(112,5)**	**(109,7)**
Receita líquida de vendas	**3.346,3**	**3.331,4**	**3.683,2**	**1.402,5**	**1.331,5**	**1.264,5**

Custos das Vendas e Serviços

Os custos das vendas e serviços compreendem, principalmente, o custo com matérias-primas (arroz em casca, feijão, açúcar, pescados e materiais de embalagem e auxiliar) que representaram 83,3% no exercício de 2018, nos segmentos Alimentício Brasileiro e Internacional. Em menor proporção, tem-se os dispêndios relacionados ao beneficiamento de arroz, feijão, outros grãos e seus subprodutos, ao empacotamento de açúcar, ao processamento de pescados enlatados e à fabricação de produtos processados, bem como gastos gerais de fabricação, tais como manutenção, mão de obra, depreciação dos imóveis e serviços gerais e públicos.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais incluem, principalmente, despesas com vendas, despesas gerais e administrativas, resultado de equivalência patrimonial e outras receitas (despesas) operacionais.

Despesas com vendas

As despesas com vendas consistem de custos com frete, marketing e outras despesas diretamente relacionadas com a venda dos nossos produtos.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas referem-se, basicamente, às despesas com pessoal, viagens, honorários e outras despesas gerais e administrativas.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao resultado operacional proporcional à participação minoritária em companhias sediadas no Uruguai:

1) Arrozur: Sua principal atividade é parboilização e produção de óleo de arroz, inclusive para a SAMAN;

2) Tacua S.A. e Agência Marítima Sur S.A: Prestam serviços de operações portuárias, inclusive para a SAMAN;

3) Galofer S.A: Presta serviço de fornecimento de energia com a queima da casca de arroz adquirida da SAMAN e de outros produtores também acionistas da Galofer;

4) Comisaco S.A (Comisión Mixta SAMAN Coopar S.A): Desempenha função de administração da concessão de obra pública chamada Represa de India Muerta que

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

proporciona água para irrigação a produtores, entre os quais produtores vinculados a SAMAN.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais compreendem a créditos extemporâneos de impostos e benefícios de redução de juros e multas através de programas de anistia fiscal, e despesas com reestruturações em áreas operacionais, administrativas e de vendas.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. As principais despesas financeiras são juros incidentes sobre o endividamento e variação cambial sobre transações comerciais em outras moedas. As principais receitas financeiras são rendimento de aplicações financeiras e atualização de créditos fiscais.

Para fins de consolidação a variação cambial é diluída em todas as rubricas da demonstração de resultado das controladas, não impactando o resultado financeiro. Esta variação diminui conforme a valorização do real e diminui conforme sua desvalorização, frente às moedas dos países onde operamos na América Latina.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto sobre a renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

Tributo corrente. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente do grupo da Companhia com base nas alíquotas vigentes.

Tributo diferido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, não sendo passíveis à prescrição. Os tributos diferidos passivos geralmente são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis.

A Companhia teve ágio nas aquisições realizadas nos períodos anteriores, especificamente: Femepe, Canadá e Docelar, além do ágio advindo da incorporação da GIF Codajás Participações S.A. Em 2018, a Companhia apurou ágio preliminar sobre a aquisição da empresa SLC Alimentos Ltda. Segue tabela mostrando as datas e as principais marcas relacionadas às aquisições:

Aquisição	Data	Principais Marcas
Femepe	20/05/2011	Pescador
Canadá	13/10/2011	Coqueiro
Docelar	24/10/2012	União, Da Barra
SLC Alimentos	03/12/2018	Namorado

(ii) **fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Os Diretores da Companhia entendem que o resultado das operações é influenciado significativamente pelas variações nos preços de arroz, feijão, açúcar e pescados (sardinha e atum), os quais, por sua vez, apresentam flutuações em diferentes períodos como resultado de diversos fatores, em especial (i) demanda e produção nacional e internacional, (ii) preço internacional, e (iii) variação cambial. Além disso, a sazonalidade das culturas, mudanças climáticas, políticas públicas de fomento às atividades rurais e de uso de fontes de energia como o etanol, conforme sua relevância, impactam indiretamente o resultado das nossas operações, conforme afetem os preços de arroz, feijão, açúcar e pescados (sardinha e atum). Dessa forma, todos os fatores mencionados anteriormente neste item participam, em maior ou menor grau, direta ou indiretamente, da formação do preço dos nossos produtos.

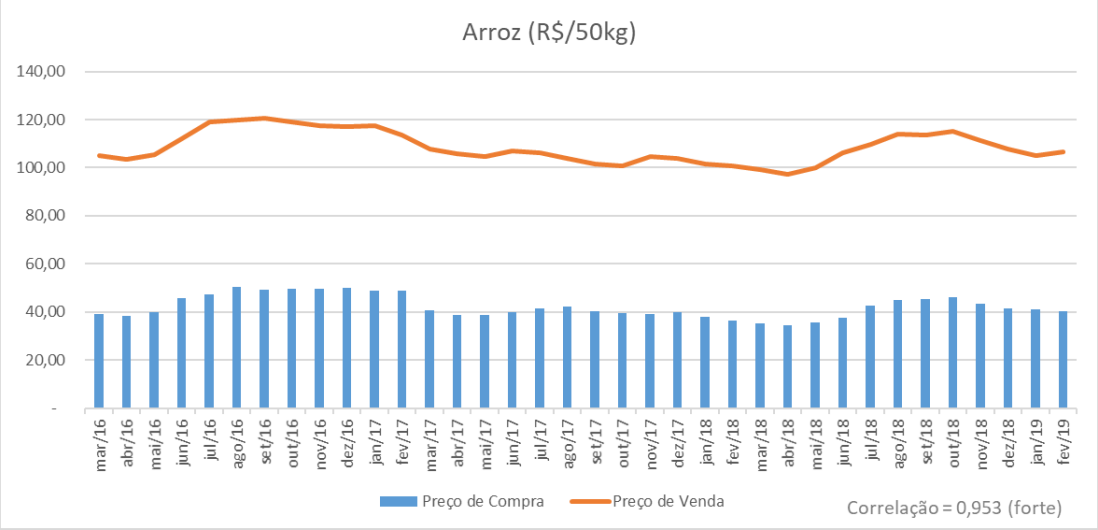
(b) **variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Flutuações nos preços de compra e venda de arroz, feijão, açúcar e pescados (sardinha e atum)

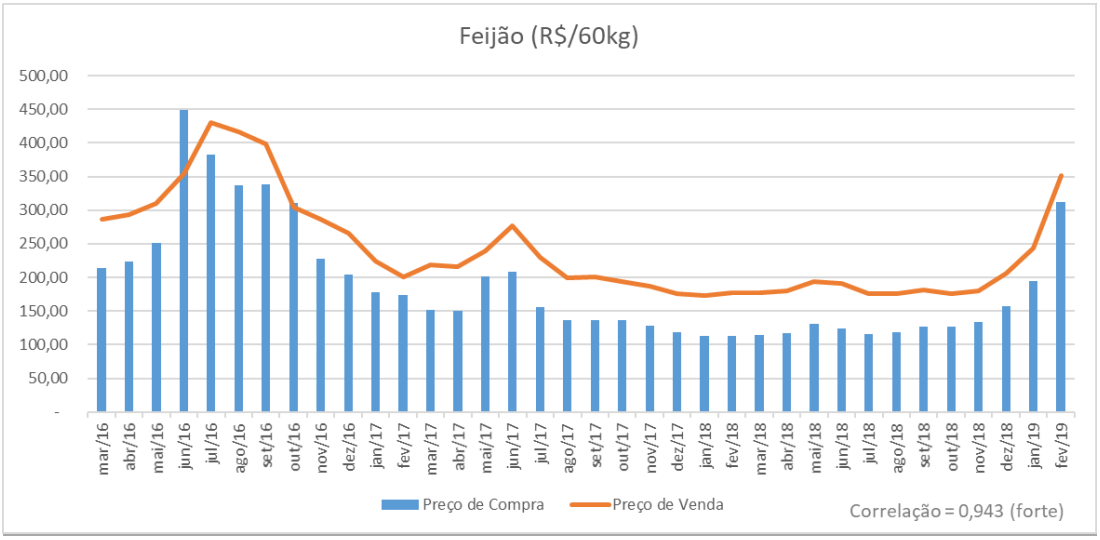
Os custos das vendas e serviços compreendem, principalmente, o custo com matérias-primas, que consistem de arroz em casca, feijão, açúcar e pescados. Em menor proporção, os custos das vendas e serviços compreendem aos dispêndios relacionados ao beneficiamento de arroz, feijão, outros grãos e seus subprodutos, ao empacotamento de açúcar, ao processamento de pescados enlatados e à fabricação de produtos processados, bem como gastos gerais de fabricação, tais como manutenção, mão de obra, depreciação dos imóveis e serviços gerais e públicos.

O custo com matérias-primas é o mais representativo do nosso custo das vendas e serviços, representando 83,3% no exercício social de 2018, nos segmentos Alimentício Brasileiro e Internacional.

Conforme demonstrado pelos gráficos a seguir, historicamente, temos mantido uma correlação direta entre a variação do custo de compra de arroz e feijão e do preço de venda sob não apenas o aspecto de valor, mas também temporalmente, já que as variações no custo tendem a ser prontamente refletidas nos preços de venda. Acreditamos que isso seja devido, principalmente, à força das nossas marcas e às características de resiliência a crises econômicas do arroz e feijão.



10.2 - Resultado Operacional E Financeiro



Ademais, conforme demonstrado no item 10.2 (b) desta Proposta, variações dos preços de compra de arroz e feijão geralmente não afetam de forma significativa nossa margem bruta. No entanto, o valor nominal do nosso lucro bruto é mais suscetível, conforme o caso, a flutuações nos preços de arroz e feijão, resultando, consequentemente, em uma maior ou menor necessidade de capital de giro.

O restante do nosso custo de matérias-primas é composto principalmente pelo custo de compra de açúcar e pescados (sardinha e atum). Quanto aos pescados, adquirimo-los no mercado local, porém, caso haja redução na produção local, a aquisição é realizada no mercado internacional, o que tende a aumentar a pressão no nosso custo de compra dessa matéria-prima.

No que tange ao custo de compra do açúcar, possuímos um contrato de fornecimento de longo prazo, sob condições de *take-or-pay*. Para mais informações sobre esse contrato, vide item 4.1 (e) e 7.3(e) (ii). Flutuações no custo de compra do açúcar decorrentes da oferta e demanda no mercado brasileiro ou de eventos no mercado internacional podem afetar nosso resultado operacional. Nosso custo de compra do açúcar baseia-se na cotação do mercado internacional do açúcar que segue o indexador ESALQ VHP, enquanto nosso preço de venda do açúcar baseia-se nas condições do mercado brasileiro de consumo do açúcar que tem o indexador ESALQ cristal como uma de suas referências. De tal sorte, dependendo da nossa capacidade de repassar os custos de nossos insumos aos nossos clientes, nosso resultado operacional poderá ser afetado.

Preços internacionais

Os preços das matérias-primas que compramos são denominados em reais. No entanto, o preço internacional do arroz tem influência sobre nossas exportações e o preço internacional do açúcar também afeta nossos resultados operacionais.

Preço internacional do arroz

O preço internacional do arroz, que é determinado com base no preço do arroz tailandês, tem influência sobre nossas exportações, principalmente as da SAMAN, que têm um prêmio sobre o preço internacional de arroz. Quanto ao preço no mercado brasileiro, o efeito do preço internacional do arroz é diretamente relacionado a uma maior ou menor alocação dos nossos

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

produtos para exportação, na medida em que o preço internacional de arroz seja menos atrativo do que os preços praticados no mercado doméstico, volumes que seriam originalmente destinados para exportação são distribuídos no mercado doméstico.

A tabela abaixo demonstra o impacto da variação do preço internacional de arroz nas exportações do Uruguai:

Exportações Uruguai	2016	2017	2018
Toneladas	440,4	450,8	365,4
USD milhões	202,6	216,3	178,1
USD por tonelada	460,04	479,82	487,48

Nessa linha, acontecimentos de mercado podem influenciar de maneira significativa o preço de venda de arroz para exportação. Em 2017, o preço internacional de arroz chegou a um patamar médio de US$415 por tonelada (Branco Tailandês 100% B Tipo 2), recuperação de 2% no preço em relação a 2016. Já em 2018, houve o preço seguiu em recuperação (+7,2%), atingindo o valor de US$445 por tonelada. O preço médio do período janeiro abril de 2019 diminuiu 7,9% em relação ao mesmo período de 2018, passando de US$464 por tonelada para US$427 por tonelada. A tabela abaixo demonstra a variação do preço internacional de arroz:

Preço de exportação do arroz														
	Branco Tailandês 100% B Tipo 2	Tailandês Parboiliza-do 100%	Grão Longo Americano Tipo 2, 4%	Tailandês 5%	Vietnamita 5%	Uruguai o 5%(1)	Indiano 25%	Paquistanês 25%	Tailandês 25%	Vietnamita 25%	Tailandês A1 Super(2)	Californiano Grão Médio Tipo 1, 4%	Basmati Paquista-nês(3)	Tailandês Perfuma-do(4)
	US $/tonne, f.o.b.													
2013	435	435	571	423	410	599	377	366	382	377	322	1 007	1.324	1.150
2014	395	392	490	386	353	541	337	318	373	334	327	857	849	1.008
2015	407	410	438	396	347	473	333	327	385	332	348	651	795	768
2016	415	421	456	398	372	499	361	350	384	351	334	673	1.131	843
2017	445	431	531	421	412	497	374	360	408	391	365	888	1.023	1.167
2017														
Abril	478	459	543	451	431	499	384	394	436	409	385	900	1.053	1.178
Maio	477	449	550	451	450	501	381	397	437	427	388	904	1.043	1.191
Junho	456	437	550	431	446	500	380	392	419	421	378	990	1.042	1.246
Julho	420	407	546	398	393	494	388	368	390	370	363	988	1.040	1.150
Agosto	427	415	535	405	388	493	373	363	393	369	349	900	1.029	1.158
Setembro	427	418	519	405	396	493	362	348	393	374	352	893	995	1.164
Outubro	432	419	510	410	404	494	350	343	398	382	358	848	961	1.143
Novembro	423	410	509	402	406	492	354	325	391	387	356	807	938	1.159
Dezembro	425	412	511	404	381	490	358	316	395	370	365	780	921	1.170
2018														
Janeiro	432	422	519	410	354	490	360	319	402	345	377	849	919	1.201
Fevereiro	427	425	497	411	335	494	356	318	403	323	379	870	901	1.223
Março	421	418	495	405	347	490	366	323	398	328	374	882	915	1.199
Abril	429	423	486	413	355	490	359	328	404	334	374	864	983	1.185
2017 Jan. - Abril	464	452	536	437	420	500	386	368	422	398	369	885	1.077	1.155
2018 Jan. - Abril	427	422	499	410	348	491	360	322	402	332	376	866	929	1.202
% Variação	-7,9	-6,8	-6,9	-6,3	-17,2	-1,9	-6,6	-12,4	-4,7	-16,5	1,9	-2,2	-13,7	4,1

Fontes: Livericeindex.com, Departamento Tailandês de Comércio Exterior (Thai Department of Foreign Trade DFT) e outras fontes públicas.

(1) Arroz branco grão longo, fob fcl.

(2) Arroz branco partido.

(3) Basmati comum até maio de 2011. Super grão basmati branco 2% a partir de junho de 2011.

(4) Arroz Hom Mali, tipo A.

Obs.: Dados podem ter sido sujeitos a revisão devido a indisponibilidade temporária e/ou atraso na publicação das cotações semanais de preço.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Preço internacional do açúcar

O preço do açúcar no mercado brasileiro tende a acompanhar o preço internacional do açúcar determinado na Bolsa de Açúcar de Nova York. Em particular no Brasil, devido ao modelo de matriz energética adotado pelo Governo Federal, o preço do açúcar é influenciado também pelo preço do petróleo, uma vez que o etanol é misturado à gasolina vendida no mercado brasileiro e também é uma fonte de energia alternativa utilizada como combustível em automóveis no país. Assim, flutuações do preço do petróleo podem influenciar o preço do açúcar. Vale notar que a partir da implementação pela Petrobras em abril de 2017 de uma política de preços baseada nas cotações internacionais, a correlação entre o preço do etanol e açúcar passou a ser significativa.

Taxas de Câmbio

A tabela abaixo evidencia o impacto das taxas de câmbio na nossa receita bruta de vendas na América Latina quando da conversão para reais, para fins de consolidação:

	2016	2017	% 2016/2017	2018	% 2017/2018
Taxa de Câmbio - Média					
Reais por Dólares	3,3463	3,2034	(4,3)	3,7387	16,7
Reais por Pesos Chilenos	0,005021	0,005010	(0,2)	0,005730	14,4
Reais por Novos Soles	1,0002	0,986438	(1,4)	1,131844	14,7
Reais por Pesos Argentinos	0,2234	0,187694	(16,0)	0,125657	(33,1)
Receita Bruta - R$ milhões					
Uruguai	859,6	880,0	2,4	892,4	1,4
Chile	351,9	378,4	7,5	450,1	18,9
Peru	362,5	373,7	3,1	386,8	3,5
Argentina	39,5	30,5	(22,8)	21,9	(28,2)

Conforme demonstrado acima, a conversão do resultado das controladas afeta diretamente o resultado da Companhia, em especial, a conversão da SAMAN, que aumenta o resultado com a depreciação do real em relação ao dólar norte-americano e diminui com a apreciação do real em relação ao mesmo.

(c) **impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante**

O resultado operacional e condição financeira são afetados por fatores macroeconômicos no Brasil onde há uma parte significativa de nossas operações. Somos afetados principalmente pela taxa de inflação, variação da taxa de câmbio do real em relação a outras moedas estrangeiras e taxa de juros.

Aumentos na taxa de inflação causam um aumento na nossa estrutura de custos e despesas e tendem a ser repassados aos preços de venda de nossos produtos. Caso não sejamos capazes de repassar o aumento da taxa de inflação aos nossos produtos, podemos sofrer um efeito adverso.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Variações cambiais afetam nosso resultado operacional, pois podem aumentar ou diminuir os juros incidentes sobre endividamento denominado em moeda estrangeira, afetando nosso resultado financeiro, bem como os resultados operacionais de nossas investidas fora do Brasil que são convertidos para reais de acordo com a taxa de câmbio aplicável para propósito de consolidação em nossas demonstrações financeiras. Caso haja uma desvalorização do real frente a essas moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, peso chileno e novo sol peruano haverá uma diminuição do resultado operacional a ser reconhecido. Ademais, a variação do câmbio também afeta o valor dos ativos de nossas operações na América Latina, aumentando ou diminuindo nosso patrimônio líquido.

A taxa de juros também influencia nossa receita ou despesa financeira, na medida em que afeta os juros sobre nosso endividamento e aplicações financeiras. No entanto, como vendemos produtos básicos, acreditamos que uma política de juros mais conservadora não tende a afetar o consumo de nossos produtos como afetaria outros negócios cujos produtos apresentam maior valor agregado e/ou dependem de disponibilidade de crédito, como, por exemplo, o setor automobilístico ou de produtos supérfluos.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

(a) **introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais não foi introduzido ou alienado qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia.

(b) **constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Os Diretores da Companhia informam os seguintes fatos ocorridos no exercício de 2018:

- Em 31 de agosto de 2018, a Companhia efetivou a alienação da controlada La Loma Alimentos S.A., pelo montante de US$5,5 milhões ou R$22,7 milhões para as empresas Herba Foods, S.L.U. e Herba Ricemills, S.L.U, que integram o grupo Ebro, extinguindo assim, sua participação direta e indireta, na referida controlada. A subsidiária La Loma Alimentos S.A. representava até o momento um único investimento na Argentina, com representatividade de aproximadamente 0,7% do total da receita líquida de vendas consolidada e 1,1% do volume consolidado da Companhia.
- Em 3 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a aquisição de 100% do capital social da SLC Alimentos Ltda., cujo Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças havia sido celebrado em 26 de outubro de 2018. Foi acordado o pagamento de R$180,0 milhões, dos quais R$140,0 milhões foram liquidados na data de fechamento da operação e o valor remanescente de R$40 milhões foi retido pela Companhia, e será desembolsado de acordo com os prazos previstos em contrato, após dedução de possíveis perdas incorridas relativas a fatos inesperados vinculados à operação adquirida. Adicionalmente, o contrato prevê o pagamento contingente de R$10,3 milhões, líquidos dos honorários advocatícios pagos para efetivação de créditos fiscais. A aquisição da SLC Alimentos Ltda. representa aumento de eficiência operacional através da sinergia estimada pela Companhia em todas as áreas estratégicas na categoria de grãos. A fim de integrar tais sinergias, a partir do próximo exercício social, o Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2019, aprovou a incorporação da subsidiária, nos termos do Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da SLC Alimentos Ltda. Em 1 de março de 2019, a incorporação foi aprovada pela Companhia em Assembleia Geral Extraordinária.

(c) **eventos ou operações não usuais**

Os principais eventos não recorrentes ocorridos no exercício de 2018 foram citados na seção 10.1, item h, nas análises das rubricas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4. Os diretores devem comentar:

(a) **mudanças significativas nas práticas contábeis e**

(b) **efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, as novas normas contábeis, a seguir citadas, não impactaram substancialmente a forma de mensuração, registro ou apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia fez uma análise detalhada da aplicação das normas IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 15 – Receita de contrato com cliente e não houveram impactos significativos. Para a IFRS 15, o relatório final (realizado por E&Y) detalhou todos os tipos de devoluções, descontos e bonificações, mas ao final nenhum deles foi material e nossa apuração da receita permanece inalterada.

Para o próximo exercício social a Companhia fará a adoção da IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil. De acordo com o diagnóstico feito pela Companhia, o principal impacto desta norma será reflexo dos contratos de arrendamento de imóveis associados às plantas industriais e do imóvel onde está situada a sede administrativa, devido a vigência dos contratos. O montante inicial estimado do registro do ativo de direto de uso e sua contrapartida no passivo de arrendamento é de R$81,4 milhões. Quanto ao resultado, o impacto será notado pela redução anual na rubrica de despesas de locação que passará a ser reconhecida como despesa de depreciação e despesa financeira de juros, de acordo com o cálculo individualizado dos contratos. No consolidado, o impacto patrimonial estimado é de R$99,4 milhões.

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, não houve qualquer mudança significativa nas práticas contábeis da Companhia.

(c) **ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Para o exercício social findo em 28 de fevereiro de 2017, o relatório de auditoria foi emitido em 19 de maio de 2017 e reemitido em 18 de setembro de 2017, sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Camil Alimentos S.A., que foram reapresentadas. A reapresentação se fez necessária para a inclusão da seção intitulada “Principais assuntos de auditoria” em nosso relatório de auditoria conforme requerido pela norma brasileira auditoria NBC TA 701 – Comunicação dos principais assuntos de auditoria, no relatório do auditor independente, cuja aplicação é requerida para entidades listadas. A opinião dos auditores independentes continuou sendo sem qualquer modificação.

Os Diretores da Companhia informam que nos exercícios sociais findos em 28 de fevereiro de 2018 e 28 de fevereiro de 2019, o parecer dos auditores independentes não incluiu parágrafos de ênfase ou ressalva.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Na elaboração das nossas demonstrações financeiras, é necessária a utilização de julgamentos e estimativas contábeis, que são baseadas em fatores objetivos e subjetivos para contabilizar certos ativos, passivos, receitas e despesas. Nossas demonstrações financeiras contêm, portanto, diversas estimativas contábeis. Apesar de revisarmos periodicamente as estimativas contábeis que utilizamos na elaboração das nossas demonstrações financeiras, os resultados reais podem apresentar valores divergentes em relação aos de nossas estimativas, tendo em vista as incertezas que lhes são inerentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço publicado, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

No caso de ágio (goodwill), o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos.

Definição e revisão de vida útil de imobilizados e intangíveis

A vida útil de imobilizados e intangíveis são estabelecidas utilizando como base premissas que levam em consideração históricos de bens e intangíveis já depreciados ou amortizados.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia- se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, de suas filiais e de suas controladas.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

(a) **os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia informam que todos os ativos e passivos detidos Companhia estão registrados no balanço patrimonial com exceção dos contratos de arrendamentos mercantis operacionais de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais dos três últimos exercícios sociais.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais dos três últimos exercícios sociais.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais dos três últimos exercícios sociais.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais dos três últimos exercícios sociais.

(a) **outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia esclarecem que no último exercício social a Companhia não manteve quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, que não estejam divulgados em suas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

(a) **como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Os Diretores da Companhia informam que, considerando as normas contábeis vigentes, os arrendamentos mercantis de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos são registrados na despesa operacional da Companhia, no momento de seu pagamento. A partir do exercício social iniciado em 1 de março de 2019, em atendimento à nova norma IFRS 16, o valor presente dos contratos será registrado no balanço patrimonial da Companhia, de modo que os ativos de direto de uso serão depreciados pelo prazo do contrato e os juros do passivo de arrendamento será reconhecido mensalmente na rubrica de Despesas Financeiras. O valor presente estimado dos contratos com vigência acima de um ano até seu vencimento final é apresentado a seguir, em milhões de reais:

	Passivo	Despesa anual
Máquinas e equipamentos	3,6	1,9
Imóvel	75,3	24,6
Veículos	2,5	1,0
	81,4	**27,5**

Vencimentos – passivo de arrendamento	28.02.2019
Até 1 ano	23,5
De 1 a 5 anos	44,9
Mais de 5 anos	13,0
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	**81,4**

(b) **natureza e o propósito da operação**

Os Diretores da Companhia informam que os arrendamentos de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos, fazem parte da estratégia da Companhia e todos os contratos são revistos quando da sua renovação.

(c) **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) **investimentos, incluindo:**

(i) **descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os Diretores da Companhia informam que nos últimos três exercícios sociais, a Companhia realizou os seguintes investimentos:

(em milhões de reais)	2016	2017	2018
Expansão e eficiência das linhas de produção	**27,8**	**40,1**	**336,0**
Expansão e eficiência das Linhas de produção (Brasil) (*)	4,5	9,3	312,1
Expansão e eficiência das Linhas de produção (LATAM)	23,3	30,8	23,9
Sustentação do níveis de produtividade	**28,6**	**49,0**	**61,2**
Sustentação do níveis de produtividade (Brasil)	18,0	34,4	47,5
Sustentação do níveis de produtividade (LATAM)	10,6	14,6	13,8
Outros investimentos em imobilizado	**7,2**	**9,1**	**-**
Total	**63,6**	**98,2**	**397,2**

(*) Considera-se a aquisição da empresa SLC Alimentos Ltda.

Para o próximo exercício social, o plano de investimento da Companhia prevê investimentos no valor de R$194,4 milhões, principalmente em (i) expansão da capacidade de produção e armazenagem e (ii) produtividade mediante investimentos em melhoria de tecnologia e processos, sendo R$177,5 milhões no segmento Alimentício Brasileiro e R$16,9 milhões no segmento Alimentício Internacional.

(i) **fontes de financiamento dos investimentos**

Os Diretores da Companhia informam que para os investimentos realizados nos últimos três exercícios sociais, a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente capitalizações efetuadas pelos acionistas e recursos provenientes de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Para os investimentos a serem realizados, a Companhia utilizará recursos provenientes das atividades de financiamento mediante a concessão de linhas de crédito e recursos originários das atividades operacionais.

(ii) **desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Os Diretores da Companhia informam que até o momento não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

(a) **desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Os Diretores da Companhia informam que a mesma não realizou aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva nos exercícios sociais de 2016 e 2017, além daquelas já citadas nos itens

10.8 - Plano de Negócios

acima. Para o exercício de 2018, os Diretores na Companhia afirmam que a aquisição da SLC Alimentos Ltda. representa aumento de eficiência operacional através da sinergia estimada pela Companhia em todas as áreas estratégicas na categoria de grãos. Com esta nova controlada, a Companhia passou a ter duas novas unidades industriais sendo uma em Paraíso do Tocantins/TO e Capão do Leão/RS, ampliando a capacidade produtiva o otimizando a logística.

(b) **novos produtos e serviços, indicando:**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a mesma não possui novos produtos e serviços que tenham consumido recursos importantes.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Benefícios Fiscais

Bahia

Celebramos termo de acordo com o estado da Bahia para obtenção de um regime especial para fins de (i) redução da carga tributária de ICMS para operações internas, e (ii) aplicação de crédito presumido sobre o valor do ICMS para operações interestaduais. O termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e possui prazo de vigência indeterminado.

Ceará

Celebramos termo de acordo com o estado do Ceará para assumir a condição de sujeito passivo por substituição tributária, ou seja, nós nos responsabilizamos pela retenção e pelo recolhimento do ICMS devido nas operações subsequentes, até o consumidor final. Em geral, a base de cálculo do imposto será o valor do documento fiscal que acobertar as entradas das mercadorias, incluídos os valores do IPI, frete e carreto, seguro e outros encargos transferidos aos destinatários. O termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e seu prazo de vigência é limitado a até 31.08.19, podendo ser renovado anualmente.

Mato Grosso

Celebramos termo de acordo com o estado do Mato Grasso para fins de aplicação do crédito presumido sobre o valor do ICMS incidente na comercialização interestadual de mercadorias efetivamente produzidas no estabelecimento industrial localizado no referido estado. A utilização de referido crédito está sujeita a certos termos e condições. O prazo de vigência do Termo é limitado até 01.06.18 e, atualmente, está em fase de renovação. Uma vez renovado, o prazo de início da vigência será retroativo à data de vencimento. O Termo pode ser denunciado por qualquer das partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou rescindido a qualquer tempo em razão da inadimplência contratual.

Pernambuco

Celebramos termos de acordo com o estado do Pernambuco para fins de assegurar a aplicação de crédito presumido de ICMS para (i) na condição de estabelecimento industrial, beneficiamento de arroz saídas interestaduais e internas e (ii) na condição de estabelecimento atacadista, crédito presumido nas saídas interestaduais. Os termos estão sujeitos a termos e condições específicas, sendo que o prazo de vigência para a filial industrial é ilimitado até eventual revogação dos benefícios por lei (efeito guarda-chuva) e para a filial atacadista a até 31.07.2029.

Rio Grande do Sul

Celebramos termo de acordo com o estado do Rio Grande do Sul para fins de usufruto dos benefícios (i) de diferimento do ICMS na aquisição da matéria prima do arroz para beneficiamento, e (ii) da redução da base de cálculo do ICMS na saída do produto beneficiado.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Os referidos benefícios são válidos para todas as filiais do estado, estão sujeitos a certos termos e condições e possuem vigência limitada a até 14.02.2020.

Ademais, a filial de Camaquã possui termos de acordo específicos celebrados com o estado que garantem a (i) aplicação de crédito presumido para produtos processados (prontos) e nas operações internas com biscoitos de arroz. O termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e seu prazo de vigência é limitado a até 30.12.22.

São Paulo

Fazemos uso do Crédito Outorgado de ICMS, nas operações com feijão beneficiado, e dessa forma recolhe apenas 1% (um por cento) a título de ICMS, sujeito a obrigação acessória de lavrar o livro de termo de ocorrência. O benefício decorre de lei e tem prazo de vigência indeterminado.

Rio de Janeiro

Celebramos termos de acordo com o estado do Rio de Janeiro, específico para a filial de São Gonçalo, que nos garante uso do crédito presumido de ICMS que beneficia as operações de saídas interestaduais com pescado processado. O valor do crédito presumido será o resultado da diferença entre o valor do ICMS destacado na nota fiscal de saída e o valor resultante da aplicação dos percentuais estabelecidos, sobre o valor total dos produtos. Ainda, as saídas internas de pescados do estabelecimento industrial, possuem redução de base de cálculo do ICMS de 100% (cem por cento). O referido termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e possui prazo de vigência limitado a até 30.09.2032.

No que tange à filial de Santa Cruz, celebramos termo de acordo com o estado que nos concede a possibilidade de diferimento do ICMS (i) na importação de arroz e feijão importado e desembaraçado pelos portos fluminenses e (ii) na aquisição na aquisição da matéria prima do arroz para beneficiamento. O referido termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e possui prazo de vigência indeterminado.

Santa Catarina

Celebramos termos de acordo com o estado de Santa Catarina para fins de (i) uso de crédito presumido de ICMS; (ii) diferimento do ICMS na importação de bens do ativo imobilizado com desembaraço no estado e na aquisição de matéria-prima, material secundário, material de embalagem, energia elétrica e outros insumos, de estabelecimento localizado no estado, para utilização em processo de industrialização; e (iii) diferimento do ICMS na importação de produtos prontos (Azeite e Sucos), e crédito presumido nas saídas internas e interestaduais dos produtos. Os referidos termos de acordo estão sujeitos a certos termos e condições e possuem prazo de vigência indeterminado.

Distrito Federal

Celebramos termo de acordo com o Distrito Federal/DF em 01/12/2012 para fazer uso dos benefícios legais de redução da carga tributária nas saídas internas dos produtos onde a carga tributária do seu crédito se equipara ao percentual do débito. O referido termo de acordo está sujeito a certos termos e condições e possui prazo de vigência indeterminado.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Goiás

No estado de Goiás fazemos uso do benefício do crédito presumido nas saídas interestaduais, condicionado a certas obrigações. O benefício é garantido por lei e tem prazo de vigência indeterminado.

Maranhão

No estado do Maranhão celebramos termos de acordo diferentes para cada filial conferindo benefícios de (i) crédito presumido de ICMS nas operações internas para a filial atacadista de Itapecuru Mirim, de forma que a carga tributária é equivalente a 2%, e (ii) crédito presumido de 75% sobre o valor do imposto devido pelo arroz beneficiado na filial industrial de Itapecuru Mirim (fábrica) nas operações internas e interestaduais. Os termos de acordo estão sujeitos a certos termos e condições e possuem prazo de vigência limitado a até 31.07.19 para a filial atacadista de Itapecuru Mirim e até 12.05.2020 para a filial industrial de Itapecuru Mirim.

Uruguai

Em 11 de março de 2011 e prorrogado em 7 de novembro de 2013, a SAMAN obteve um incentivo fiscal no Uruguai de acordo com a lei uruguaia n°16.906, de 7 de janeiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 455/2007. O incentivo estabelece faixas de desconto no imposto de renda proporcionais ao valor de investimentos realizados no Uruguai.

No exercício social de 2018, a Companhia realizou investimentos em ampliações e melhorias de suas plantas industriais no valor total aproximado de US$50,0 milhões. O incentivo tem sido gradualmente descontado do imposto de renda devido no Uruguai pela Companhia no valor total de US$18,3 milhões em 2018, e com saldo restante de aproximadamente US$3,5 milhões que poderá ser descontado gradualmente do imposto de renda devido no Uruguai até o exercício social encerrado em fevereiro de 2026.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1. As projeções devem identificar: (a) objeto da projeção; (b) período projetado e o prazo de validade da projeção; (c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle; e (d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções e estimativas até o momento, não há projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades a serem divulgadas neste Formulário de Referência.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2. Na hipótese de a Companhia ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

Não houve divulgação de projeções pela administração da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando

A estrutura administrativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme previsto no artigo 15 de seu Estatuto Social. O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e pode ser instalado a pedido dos acionistas da Companhia. Além destes órgãos, a Companhia possui também em sua estrutura administrativa três comitês estatutários, sendo o Comitê de Auditoria, o Comitê de Finanças e o Comitê de Desenvolvimento Humano e Organizacional e um Comitê de Ética, não estatutário, instalado formalmente pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 09 de maio de 2019.

a) Atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conselho de Administração

Nos termos do artigo 16 e 17 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, indicados pela assembleia geral, eleitos pelo sistema de chapas ou voto múltiplo, caso solicitado pelos acionistas podendo a assembleia geral definir se serão eleitos um ou mais suplentes. Os conselheiros são eleitos para mandatos unificados de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme deliberação daa assembleia geral que os eleger, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante as faculdades previstas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações. Atualmente o Conselho de Administração da Companhia é composto por 7 (sete) membros titulares e 2 (dois) suplentes, sendo 2 (dois) membros independentes.

O Conselho de Administração da Companhia ainda não possui regimento interno próprio aprovado pelos seus membros.

O artigo 20 do Estatuto Social da Companhia determina que o Conselho de Administração deve realizar reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias sempre que necessário, mediante convocação por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, de seu presidente, ou vice-

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

presidente, ou por 2 (dois) conselheiros, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

As responsabilidades atribuídas ao Conselho de Administração serão aquelas na forma da Lei das Sociedades por Ações e, além destas, as seguintes matérias deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 21 do Estatuto Social:

(a) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;

(b) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria;

(c) atribuir aos Diretores as respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social;

(d) criação de comitês de assessoramento da Companhia, bem como a eleição de seus membros e aprovação de seus respectivos regimentos internos;

(e) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;

(f) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, nos termos do Regulamento do Novo Mercado

(g) autorizar a amortização, resgate ou recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura em tesouraria;

(h) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimento, orçamentos e suas alterações subsequentes;

(i) aquisição de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(j) toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes e em um mesmo exercício social, for igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(k) deliberação sobre a listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão pela própria Companhia, o registro de ofertas de aquisição de ações para fechamento de capital e o pedido de cancelamento de registro;

(l) alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade, igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(m) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário em valor superior a R$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 3 (três) meses;

(n) em qualquer hipótese, a prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades coligadas ou controladas diretas e indiretas da Companhia ("Investidas") em valor igual ou superior a R$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em uma operação ou série de operações com a mesma instituição financeira durante um período de 3 (três) meses;

(o) nomeação ou destituição de auditores independentes;

(p) prestação de quaisquer garantias a terceiros em valor superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), por operação, exceto nos casos de prestação de garantias a terceiros no curso normal dos negócios da Companhia e Investidas, observado o disposto no item "q" abaixo, que independerá de autorização do Conselho de Administração; e

(q) a aprovação de qualquer transação entre partes relacionadas, conforme definido nas regras contábeis que tratam do assunto, à Companhia, exceto as seguintes operações que independerão de autorização por parte do Conselho de Administração: (i) transações entre a Companhia e quaisquer Investidas, no curso normal de seus negócios; e (ii) transações entre controladas, diretas e indiretas, da Companhia, salvo, em ambos os casos, quando os controladores diretos ou indiretos da Companhia, os seus administradores ou pessoas a eles vinculadas, detenham participação, direta ou indireta, por outro veículo que não a própria Companhia, superior a 3% (três por cento) do capital social da Investida.

No último exercício social, não foram realizadas reuniões conjuntas entre os membros do Conselho de Administração e os membros dos Comitês (Estatutários e Não Estatutários) da Companhia. Contudo, os membros independentes do Conselho de Administração que também integram os Comitês (Estatutários e Não Estatutários) da Companhia informam o órgão sobre as pautas discutidas no âmbito do comitê de que fazem parte, contribuindo para que todas as discussões realizadas nos diferentes órgãos da Companhia tenham um melhor alinhamento.

A avaliação do trabalho da auditoria independente da Companhia e a apreciação de propostas de eventual contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente da Companhia são de competência do Comitê de Auditoria, que deve reportar ao Conselho de Administração seu parecer sobre o assunto. Adicionalmente, quando o Conselho Fiscal estiver instalado, se tais serviços extra-auditoria se relacionarem com as matérias de sua competência, tal assunto também será encaminhado para avaliação deste órgão.

Comitês Estatutários e Não-Estatutários

Conforme artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração pode instituir, como órgãos de assessoramento, comitês que exercerão funções consultivas, em conformidade com os seus regimentos internos. Estão previstos no Estatuto Social os seguintes comitês:

(i) Comitê de Auditoria;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(ii) Comitê de Finanças; e

(iii) Comitê de Desenvolvimento Humano e Organizacional.

Além destes, a Companhia possui um Comitê de Ética, não estatutário, instalado formalmente pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 09 de maio de 2019 ("Comitê de Ética").

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é um órgão de apoio ao Conselho de Administração e possui as seguintes funções e responsabilidades: (a) assistir ao Conselho de Administração em assuntos relativos à contabilidade, controles internos, reportes financeiros, auditoria e *compliance*; (b) opinar sobre a contratação e destituição dos auditores independentes para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço, bem como opinar sobre a remuneração dos auditores independentes e os termos propostos de sua contratação; (c) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (c.i) a sua independência; (c.ii) a qualidade dos serviços prestados; (c.iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (d) supervisionar as atividades da área de auditoria interna da Companhia e da área de controles internos da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência das respectivas estruturas, bem como a qualidade e integridade dos seus processos, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las; (e) avaliar e monitorar a qualidade e integridade das informações financeiras trimestrais, das demonstrações intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração; (f) avaliar a qualidade e eficácia dos controles internos da Companhia e recomendar mudanças, caso necessário; (g) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia e os sistemas de alerta prévio para riscos efetivos e potenciais, bem como a política de gestão de riscos da Companhia; (h) avaliar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; (i) avaliar o cumprimento pela administração da Companhia de recomendações feitas pelo Comitê e das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; (j) propor e avaliar mudanças nos princípios e práticas contábeis da Companhia; (k) entender e analisar os assuntos que possam ter impactos financeiros da Companhia; (l) avaliar o desempenho da equipe financeira e de auditoria (interna e independente) da Companhia; (m) acompanhar a atuação dos órgãos reguladores e de supervisão em temas relevantes, bem como as informações, comunicações e relatórios a eles endereçados; (n) acompanhar o *compliance* da Companhia; e (o) propor ao Conselho de Administração alterações no regimento interno do Comitê.

O Comitê de Auditoria é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo que: (a) no mínimo, 1 (um) membro do Comitê de Auditoria deverá ser membro independente do Conselho de Administração; (b) no mínimo, 1 (um) membro do Comitê de Auditoria deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; e (c) um mesmo membro poderá acumular as duas características previstas nos itens "a" e "b" retro. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será unificado ao do Conselho de Administração de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os membros do Comitê devem atender aos requisitos previstos no art. 147

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

da Lei das Sociedades por Ações. Atualmente, o Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros.
O Comitê de Auditoria reunir-se-á ordinariamente mensalmente e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu coordenador, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do Comitê de Auditoria.

O Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de janeiro de 2018.

Comitê de Finanças

O Comitê de Finanças é um órgão de apoio ao Conselho de Administração e possui as seguintes funções e responsabilidades: (a) elaborar e recomendar a aprovação das políticas de finanças corporativas da Companhia, bem como acompanhar e analisar a sua efetividade e implementação; (b) analisar periodicamente o orçamento, os resultados mensais, trimestrais e anuais, o plano de investimentos e plano de finanças da Companhia, bem como recomendar as operações necessárias ao Conselho de Administração; (c) analisar periodicamente o impacto do plano de investimentos e do plano de financiamento na estrutura de capital da companhia e suas consequências nos resultados da companhia, bem como recomendar as alterações necessárias ao Conselho de Administração; (d) sugerir parâmetros para manutenção da estrutura de capital e liquidez desejadas, além de monitorar sua aplicação e recomendar as políticas a serem utilizadas; (e) avaliar o fluxo de caixa, balanço e resultados da companhia frente a volatilidade de taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities; (f) propor medidas de proteção para os riscos financeiros constantes do item "e" e recomendar alterações quando necessário; (g) analisar, revisar e recomendar medidas e ações para as negociações de qualquer incorporação, fusão e aquisição ou de qualquer operação semelhante envolvendo a Companhia ou quaisquer de suas controladas, bem como acompanhar quaisquer operações e negociações; e (h) acompanhar os padrões de negociação dos valores mobiliários da companhia nos mercados brasileiro, bem como as opiniões dos principais analistas de investimentos, propondo medidas que contribuam para a manutenção de um mercado secundário saudável e líquido.

O Comitê de Finanças é composto por entre 3 (três) ou 5 (cinco) membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo no mínimo 1 (um) membro do conselho de administração, com mandatos unificados ao do conselho de administração de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os membros do Comitê de Finanças devem atender aos requisitos previstos no art. 147 da Lei das Sociedades por Ações Atualmente, o Comitê de Finanças é composto por 4 (quatro) membros.

O Comitê de Finanças reunir-se-á ordinariamente mensalmente e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu secretário, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais integrantes do Comitê de Finanças.

O Comitê de Finanças possui regimento interno próprio, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de janeiro de 2018, que pode ser consultado no site de relações com investidores da Companhia.

Comitê de Desenvolvimento Humano e Organizacional

O Comitê de Desenvolvimento Humano e Organizacional é um órgão de apoio ao Conselho de Administração e possui as seguintes funções e responsabilidades: (a) analisar as políticas, estruturas e práticas de Desenvolvimento Humano e Organizacional ("DHO") propostas pela

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Diretoria, considerando as melhores práticas adotadas por empresas nacionais e estrangeiras, bem como das estratégias e contexto de oportunidades e riscos a que a companhia está exposta; (b) examinar, discutir e recomendar mudanças na política de remuneração, incluindo política salarial e de benefícios, propostas de ajustes salariais, definição de metas, remuneração de curto e de longo prazo, regular e extraordinária, para todos os Diretores e membros do Conselho da companhia; (c) analisar e emitir parecer, para decisão do Conselho de Administração, sobre condições especiais de contratação e de desligamento de Diretores; (d) analisar e contribuir permanentemente com os processos de avaliação de desempenho, competências e aprimoramento profissional de Diretores e membros do Conselho da companhia; (e) acompanhar e contribuir de forma continuada com os planos de retenção e sucessão para os níveis de Presidente e Diretores; (f) recomendar ações que reforcem a cultura organizacional alinhada à missão, propósito e valores da companhia, e focada na construção de resultados sustentáveis; (g) acompanhar periodicamente os principais indicadores de DHO da companhia e seus respectivos planos de ação; (h) promover a integração dos profissionais da companhia, suas subsidiárias e controladas localizadas em diferentes departamentos e geografias; e (i) participar de processos seletivos de candidatos aos cargos do Conselho de Administração e da Diretoria.

O Comitê de Desenvolvimento Humano e Organizacional será composto por, no mínimo, 4 (quatro) membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo no mínimo 1 conselheiro independente, com mandatos unificados ao do conselho de administração de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os membros do Comitê de Desenvolvimento Humano e Organizacional devem atender aos requisitos previstos no art. 147 da Lei das Sociedades por Ações. Atualmente, o Comitê de Desenvolvimento Humano e Organizacional é composto por 5 (cinco) membros, sendo o sr. Carlos Alberto Júlio, membro independente do Conselho de Administração.
O Comitê de Desenvolvimento Humano e Organizacional possui regimento interno próprio, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de janeiro de 2018, que pode ser consultado no site de relações com investidores da Companhia.

O Conselho de Administração poderá criar outros comitês para seu assessoramento.

Comitê de Ética

O Comitê de Ética é composto por 3 (três) membros, quais sejam, Diretor Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor de Desenvolvimento Humano e Organizacional.

Compete ao Comitê de Ética: (a) deliberar e acompanhar os planos de trabalho, planos de ação e demais temas apresentados ao Comitê, de modo a emitir suas recomendações ao Conselho de Administração; (b) analisar e definir como proceder nas situações não previstas no Código de Ética da Companhia; (c) esclarecer dúvidas de interpretação das diretrizes do Código de Ética; (d) avaliar os riscos associados ao descumprimento do Código de Ética para recomendar de uma forma macro quais ações deverão ser realizadas conforme o risco associado, mantendo uma uniformidade em eventuais medidas disciplinares a serem realizadas; (e) analisar os relatórios gerenciais sobre os relatos do Canal de Denúncias; (f) acompanhar o andamento das apurações e investigações demandadas pelo comitê; (g) revisar e propor atualizações ao Código de Ética sempre que necessário; (h) patrocinar e apoiar as ações voltadas para a disseminação e manutenção da cultura ética na Companhia; (i) recomendar a criação ou a atualização dos normativos internos e políticas, em decorrência das atualizações do Código de Ética e das decisões do Comitê; (j) apresentar ao Conselho de Administração informações gerenciais sobre a atuação do Comitê e envolvê-los em ações específicas para reforçar a Ética na Companhia sempre que

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

pertinente.

O Comitê de Ética ainda não possui regimento interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna tem como competência: (i) avaliar os processos e sistemas de forma independente, verificando sua conformidade com as políticas e normas adotadas por meio de uma abordagem padronizada e disciplinada; (ii) avaliar a eficácia dos controles internos; e (iii) aprimorar as práticas de gerenciamento de riscos e controles internos, agregando valor à governança corporativa e servindo de referência na tomada de decisão.

A Auditoria Interna foi estruturada visando o fortalecimento da governança corporativa na Companhia, razão pela qual norteia-se pelos seguintes princípios:

- Riscos devidamente identificados e controlados;
- Informações financeiras, gerenciais e contábeis íntegras e disponíveis;
- Ações dos colaboradores de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Companhia;
- Recursos adquiridos ao menor custo, empregados de maneira eficiente e adequadamente protegidos; e
- Qualidade e melhoria contínua.

O Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente, anualmente, por meio da análise do relatório emitido pelo Comitê de Auditoria, o qual analisa o conhecimento dos auditores, planejamento dos trabalhos para o exercício, níveis de relevância e das áreas de riscos por eles identificados, bem como a satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

b) Em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Diretoria é o órgão que gere os negócios da Companhia e que se reune sempre que necessário, podendo ser convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) diretores em conjunto. A Diretoria é constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 8 (oito) diretores, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Tributário, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais, se eleitos, sem designação específica, nos termos do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, permitida a cumulação de cargos. Os mandatos dos diretores serão unificados de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente a Diretoria da Companhia é composta por 3 (três) diretores.

A Diretoria da Companhia ainda não possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo Estatuto Social, seja atribuída a competência à assembleia geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas no Estatuto Social.

Compete à Diretoria:

(a) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social;

(b) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;

(c) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

(d) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;

(e) proceder à alienação de bens do ativo, acordar, contratar, confessar, renunciar, transigir, dar e receber quitação, conceder ônus reais e prestar garantias, com relação a qualquer direito ou

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração;

(f) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no país ou no exterior; e

(g) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto no Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

O parágrafo segundo do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia determina que compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, bem como:

(a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(b) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; e

(c) propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

Compete, ao Diretor de Relações com Investidores, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(a) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável no Brasil e no exterior;

(b) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;

(c) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;

(d) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e

(e) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Compete, ao Diretor Financeiro, incluindo, mas não se limitando, as seguintes atribuições:

(a) planejar, implementar e coordenar a política financeira da Companhia;

(b) elaborar e controlar o plano anual de negócios e orçamento anual da Companhia;

(c) definir e planejar a estratégia de financiamento de curto e longo prazos da Companhia, e seus instrumentos e política de investimento dos recursos;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(d) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os departamentos da Companhia e com as partes envolvidas;

(e) coordenar procedimentos de auditoria, controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia;

(f) responsabilizar-se pela contabilidade da Companhia para atendimento das determinações legais

(g) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;

(h) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;

(i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras; e

(j) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às atividades financeiras da Companhia.

Compete, por fim, ao Diretor Tributário, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração, estabelecer normas e procedimentos internos relativos à administração tributária da Companhia e zelar pelo cumprimento da legislação.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 28, determina que seu Conselho Fiscal não terá caráter permanente e somente será instalado a pedido de acionistas, observado o disposto na legislação e regulamentações aplicáveis e, quando instalado será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

As responsabilidades atribuídas ao Conselho Fiscal, que é um órgão independente da Administração da Companhia, reportando para os próprios acionistas, são aquelas na forma da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o artigo 29 do Estatuto Social determina que, quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal não poderá ser composto por (i) membros de Conselho de Administração da Companhia; (ii) membros da Diretoria da Companhia; (iii) empregados da Companhia; (iv) acionistas da Companhia; (v) empregados de sociedade controlada pela Companhia ou de sociedade do mesmo grupo; ou (vi) cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer membro do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia; ou (vii) cônjuges ou parentes até o terceiro grau de qualquer técnico ou fiscal de sociedade concorrente, de acionista controlador de sociedade concorrente ou de sociedades controladas por sociedade concorrente.

Sem prejuízo do disposto na Lei das S.A., o Conselho Fiscal será responsável pela fiscalização da regularidade dos atos praticados pelos administradores da Companhia e possui as seguintes funções e responsabilidades: (a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatuários; (b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; (c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (e) convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês a convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias Gerais as matérias que considerarem necessárias; (f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, e sobre elas opinar; (g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; (h) solicitar aos auditores independentes da Companhia esclarecimentos ou informações, bem como a apuração de fatos específicos, a pedido de qualquer de seus membros; (i) assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, nas quais forem deliberados os assuntos em que devam opinar; e (j) comparecer, ao menos um dos membros do Conselho Fiscal, às Assembleias Gerais da Companhia e responder aos eventuais pedidos de informações

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

formulados pelos acionistas.

Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. As reuniões do Conselho Fiscal serão convocadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou de qualquer dos Conselheiros. As convocações das reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas por escrito, por qualquer meio disponível, inclusive correio eletrônico, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, exceto quanto aos assuntos que exijam apreciação urgente, as quais poderão ser convocadas em prazos inferiores aos anteriormente previstos. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. As reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas no escritório corporativo da Companhia, podendo, também e excepcionalmente, ocorrer em outro local. A participação dos membros do Conselho Fiscal nas reuniões será preferencialmente presencial, podendo também ser realizada por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica.

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de junho de 2019, embora os acionistas tenham se manifestado a favor da instalação do Conselho Fiscal para o exercício corrente, o pedido restou prejudicado pela não indicação pelos acionistas de membros para compor o Conselho Fiscal.

d) Mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração

O Comitê de Desenvolvimento Humano e Organizacional analisa os processos de avaliação de desempenho, competências e aprimoramento profissional de Diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia. No entanto, na data de entrega deste Formulário de Referência, os mecanismos para a avaliação dos membros do Conselho de Administração, não foram formalizados até o momento.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Item 12.2 Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de Convocação

A Lei das Sociedades por Ações determina a convocação dos acionistas para as assembleias gerais mediante a publicação de três anúncios em órgão oficial da União ou dos Estados ou do Distrito Federal, sendo no caso da Companhia o "Diário Oficial do Estado de São Paulo", e em outro jornal de grande circulação, no caso da Companhia o jornal "Valor Econômico". Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação da CVM, conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, a convocação deverá ser feita com no mínimo 15 (quinze) dias corridos de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do anúncio. Caso a assembleia não seja realizada nesta primeira convocação, será publicado anúncio de uma segunda convocação com 8 (oito) dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as assembleias gerais da Companhia seja feita em até 30 (trinta) dias antes da realização da respectiva assembleia geral, e interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia geral e, se for o caso, informar à companhia aberta, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia geral viola dispositivos legais ou regulamentares.

A instalação das assembleias gerais deverá ocorrer de acordo com o previsto na Lei das Sociedades por Ações, e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por qualquer conselheiro, e na ausência destes, qualquer diretor, indicado pela maioria dos acionistas presentes.

A Companhia não adota práticas e políticas diferenciadas em relação ao previsto na legislação em vigor.

b. Competências

Os acionistas da Companhia poderão, nas assembleias gerais regularmente instaladas e convocadas, deliberar sobre qualquer matéria relativa ao objeto social da Companhia e tomar todas as decisões que julgarem convenientes aos interesses da Companhia, desde que tais matérias constem da ordem do dia do instrumento convocatório da respectiva assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

O Estatuto social prevê que compete à privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações, bem como:

(i) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

(ii) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como aos

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(iii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(iv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e

(v) a política de distribuição de dividendos.

A Companhia não adota práticas e políticas diferenciadas em relação ao previsto na legislação em vigor.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos referentes às assembleias podem ser encontrados nos seguintes endereços eletrônicos: www.camilalimentos.com.br/ri, http://www.cvm.gov.br e http://www.b3.com.br/pt_br/.

Alternativamente, os documentos podem ser encontrados no escritório corporativo da Companhia na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida doutora Ruth Cardoso (nova denominação da Avenida das Nações Unidas) nº 8501, 12º andar, Pinheiros - Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se as regras constantes na legislação e regulamentação aplicável, caso ocorra qualquer conflito de interesses.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Até a data deste Formulário de Referência, não houve nenhuma solicitação de procuração pela administração para o exercício do direito de voto, tampouco a Companhia possui política estabelecida para tal finalidade. Por esta razão, a Companhia observa o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 481").

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

O Colegiado da CVM, em reunião realizada em 04.11.2014 (Processo CVM RJ2014/3578), entendeu que os acionistas pessoas jurídicas podem ser representados nas assembleias de acionistas por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Desta forma, não há necessidade desse mandatário ser acionista, administrador da companhia ou advogado.

Os acionistas podem ser representados nas assembleias gerais por procurador, nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o procurador esteja com seu documento de identidade e os seguintes documentos comprovando a validade de sua procuração:

a) **Pessoas Físicas**: a procuração.

b) **Pessoas Jurídicas**: cópia simples do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração.

c) **Fundos de Investimento**: cópia simples do último regulamento consolidado do fundo, cópia do contrato/estatuto social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, documentos societários que comprovem os poderes de representação e a correspondente procuração.

Além dos documentos pessoais e de representação, a Companhia também solicita o comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custodia.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma, notarização, consularização ou aposição de apostila, conforme o caso, dos documentos de representação dos acionistas, sendo exigida apenas a tradução juramentada dos documentos produzidos no exterior.

De modo a facilitar os trabalhos, nos termos do Estatuto Social, solicitamos que os acionistas representados por procuradores preferencialmente enviem cópia dos documentos acima elencados por e-mail, correio ou portador para a sede da Companhia com antecedência mínima de 2 (dois) dias das respectivas assembleias gerais.

A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se a Companhia exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização.

O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia deverá encaminhar para o escritório corporativo da Companhia na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida doutora Ruth Cardoso

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(nova denominação da Avenida das Nações Unidas) nº 8501, 12º andar, Pinheiros - Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070, em até 7 (sete) dias antes da assembleia, os seguintes documentos aos cuidados da Diretoria de Relação com Investidores: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado em conformidade com os documentos de representação (a Companhia não exigirá o reconhecimento de firma do boletim de voto); (ii) extrato indicando a posição acionária na Companhia; e (iii) cópia simples dos seguintes documentos de representação:

(a) **Pessoas Físicas:** documento de identidade com foto (acionista ou representante);

(b) **Pessoas Jurídicas:** documento de identidade com foto (acionista ou representante), contrato/estatuto social consolidado e comprovação de poderes de representação; ou

(c) **Fundos de Investimento:** documento de identidade com foto (acionista ou representante), cópia do último regulamento consolidado do fundo, cópia do contrato/estatuto social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

O acionista poderá também, se preferir, encaminhar as vias digitalizadas do Boletim de Voto a distância e a documentação descrita acima por meio do endereço eletrônico ri@camil.com.br, sendo que, nesse caso, também será necessário o envio da via original do Boletim de Voto e da cópia autenticada dos demais documentos requeridos ao endereço da Companhia, obedecidos os procedimentos e prazos descritos abaixo.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia comunicará ao acionista que optar por enviar o boletim de voto a distância diretamente a ela, em 3 (três) dias do seu recebimento, se o boletim e os documentos recebidos (i) são suficientes para que o voto seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância e documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma, notarização, consularização ou aposição de apostila, conforme o caso, dos documentos de representação dos acionistas, sendo exigida apenas a tradução juramentada dos documentos produzidos no exterior.

h. Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

boletim de voto a distância

O acionista que tiver interesse em incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração no boletim de voto a distância, deverá apresentar tais propostas, acompanhadas de seus documentos de representação e eventuais documentos pertinentes à proposta, para o endereço do escritório corporativo da Companhia, aos cuidados da Diretoria de Relação com Investidores, na forma e nos prazos estabelecidos na Instrução CVM nº481/2009.

j. Se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não dispõe de páginas ou fóruns na Internet destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Os acionistas da Companhia cujas ações estejam depositadas em depositário central poderão optar por transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes custodiantes, desde que os mesmos prestem tal serviço.

Os acionistas da Companhia cujas ações não estejam depositadas em depositário central poderão optar por transmitir as instruções de voto para fins da votação a distância ao Banco Bradesco S.A., na qualidade de instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No último exercício social (entre 01 de março de 2018 e 28 de fevereiro de 2019), o Conselho de Administração realizou 19 (dezenove) reuniões, sendo 4 (quatro) reuniões ordinárias e 15 (quinze) reuniões extraordinárias.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Atualmente, encontra-se vigente o acordo de acionistas celebrado, em 27 de julho de 2017, entre os acionistas controladores da Companhia, Srs. Jacques Maggi Quartiero ("Jacques"), Luciano Maggi Quartiero ("Luciano"), Thiago Maggi Quartiero ("Thiago" e, em conjunto com Jacques e Luciano "Acionistas da Camil Investimentos") e Jairo Santos Quartiero ("Jairo"), e ainda, como intervenientes anuentes Camil Investimentos S.A., ("Camil Investimentos"), e os cônjuges dos Acionistas da Camil Investimentos (Alete Helena Maggi Quartiero, Maria Fernanda Resende Quartiero, Luciana Pereira Quartiero e Karina Natale Quartiero) ("AA da Camil Investimentos"), o qual dispõe sobre determinados mecanismos que vinculam o exercício do direito de voto da Camil Investimentos e dos Acionistas da Camil Investimentos na Companhia. Na presente data, os Srs. Jacques e Thiago atuam como membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia e o Sr. Luciano é Diretor Presidente da Companhia.

O AA da Camil Investimentos determina que sempre que for convocada uma (i) assembleia geral da Companhia para deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração; e (ii) reunião do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre qualquer matéria, deverá ser realizada uma Reunião Prévia (conforme definido no AA da Camil Investimentos) para discutir, determinar e vincular o voto a ser proferido pela Camil Investimentos na referida Assembleia Geral, e pelos Conselheiros Vinculados (conforme abaixo definido) na reunião do Conselho de Administração da Companhia. Os Acionistas da Camil Investimentos não poderão exercer o seu direito de voto e instruir os seus representantes a não votar, conforme o caso, sempre que tal voto for determinante para obstar o voto da Camil Investimentos na aprovação de qualquer matéria em Assembleia Geral ou em Reunião do Conselho de Administração de suas subsidiárias ou sucessoras, assim como não pedir voto múltiplo, instalação do Conselho Fiscal, ou exercer direitos de voto, inclusive em separado, para eleição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, respeitando integralmente, portanto, o voto da Camil Investimentos.

Dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a Camil Investimentos e Jairo poderão indicar 1 (um) ou mais candidato(s) para eleição ("Conselheiros Vinculados"). Caso eleitos, os Conselheiros Vinculados deverão exercer seus votos nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia conforme as deliberações das Reuniões Prévias, realizada com o fim específico.

Por fim, conforme disposto no AA da Camil Investimentos, o eventual exercício, por qualquer dos Conselheiros Vinculados, de seu direito de voto em uma Reunião do Conselho de Administração da Companhia em desacordo com o referido acordo de acionistas ou com as decisões proferidas em Reunião Prévia, obrigará o presidente da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, nos termos do art. 118, §§ 8º e 9º, da Lei das

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Sociedades por Ações, a não computar o voto proferido pelo Conselheiro Vinculado em infração ao disposto no AA da Camil Investimentos.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificação e administração de conflito de interesses, cabendo aos Conselheiros, presentes às Reuniões do Conselho de Administração, identificar eventuais conflitos de interesses, próprios ou de qualquer de seus pares, na deliberação acerca de determinada matéria. Considerando a realidade em que a Companhia se insere, a Companhia entende que as regras constantes na legislação e regulamentação aplicáveis são adequadas para o gerenciamento de eventuais conflitos de interesses.

A Lei das Sociedades por Ações, em seu artigo 147, §§ 1º e 2º, não permite que sejam eleitas para o Conselho de Administração pessoas (i) impedidas por lei especial; (ii) condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena que vedem, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iii) tenham sido declaradas inabilitadas pela CVM.

Adicionalmente, nos termos do artigo 147, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, também não podem ser eleitos para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia Geral, (i) ocupantes de cargos em sociedades consideradas concorrentes da Companhia, especialmente em conselhos consultivos, de administração ou fiscal; e (ii) aqueles que tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia.

Ademais, ressalta-se ainda que, nos termos da Lei das Sociedades por Ações (artigo 156), os administradores não podem intervir em qualquer operação em que tenham interesse conflitante com a Companhia, sendo-lhes vedado o acesso a informações ou a participação em reuniões do Conselho de Administração relacionadas a tais assuntos. Também cabe a tais conselheiros cientificar os demais administradores do seu impedimento, e, conforme o caso, fazer consignar em ata a natureza e a extensão do interesse considerado conflitante.

Por fim, a Companhia ressalta que, nos casos em que se verifique uma situação de conflito de interesses, o Conselheiro conflitado deverá registrar sua abstenção de voto e/ou o presidente do Conselho de Administração não deverá registrar o voto proferido em situação de conflito de interesses.

Caso um conflito de interesses, que represente um potencial ganho privado decorrente de determinada decisão, não seja voluntariamente manifestado, o Conselheiro conflitado poderá sofrer ação corretiva deliberada pelo Conselho de Administração que avaliará o fato. Dessa forma, os Conselheiros deverão assinar um documento indicando que receberam a política para transações com partes relacionadas e, além disso, manter informações, próprias e de membros próximos de sua família, atualizadas junto à diretoria de recursos humanos da Companhia.

d. Se a Companhia possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. Órgão responsável pela aprovação da política, data de aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

ii. Principais características da política, incluindo regras relativas ao

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Atualmente a Companhia não possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada. A administração da Companhia tem estudado modelos de políticas de indicação de membros do conselho de administração, a fim de estabelecer estrutura adequada à realidade da Companhia e avaliar sua implantação, como parte do processo de adequação às regras do Regulamento do Novo do Mercado da B3 –Brasil, Bolsa, Balcão que passou a vigorar em janeiro de 2018, aplicável à Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução de conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem.

Nos termos do artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (efetivos e suplentes), se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Flávio Jardim Vargas	02/07/1974	Pertence apenas à Diretoria	30/06/2020	junho de 2022	3
165.910.258-80	Engenheiro	13 - Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores	30/06/2020	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Ética.					
Luciano Maggi Quartiero	18/11/1974	Pertence apenas à Diretoria	30/06/2020	junho de 2022	9
176.015.658-23	Administrador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	30/06/2020	Sim	0.00%
Membro do Comitê de Ética					
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero	16/12/1985	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2020	junho de 2022	1
327.836.588-79	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/06/2020	Sim	100.00%
Membro do Comitê Financeiro e Membro do Comitê de Auditoria					
Jairo Santos Quartiero	23/10/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2020	junho de 2022	9
085.564.580-68	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Jacques Maggi Quartiero	07/08/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2020	junho de 2022	3
157.083.508-06	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/06/2020	Sim	100.00%
Membro do Comitê Financeiro e de Gente e Gestão					
Thiago Maggi Quartiero	20/02/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2020	junho de 2022	10
271.815.418-70	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/06/2020	Sim	100.00%
Membro do Comitê Financeiro e de Gente e Gestão					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Carlos Alberto Júlio	30/08/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2020	junho de 2022	10
998.234.978-34	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/06/2020	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Gente e Gestão					
José Antônio do Prado Fay	10/11/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2020	junho de 2022	6
210.397.040-34	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Piero Paolo Picchioni Minardi	29/06/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2020	junho de 2022	3
051.575.478-11	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Marcos Silveira	18/07/1967	Conselho Fiscal	30/06/2020	junho de 2021	1
073.561.798-81	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Marina Elena Cardoso Figueira	29/11/1965	Conselho Fiscal	30/06/2020	junho de 2021	1
013.908.247-64	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Eduardo Augusto Rocha Pocetti	06/08/1954	Conselho Fiscal	30/06/2020	junho de 2021	1
837.465.368-04	Administrador e Contador	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Fernando Cruchaki de Andrade	04/09/1978	Conselho Fiscal	30/06/2020	junho de 2021	1

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
263.015.618-48	Administrador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Maria Cecilia Rossi	24/06/1960	Conselho Fiscal	30/06/2020	junho de 2021	1
038.192.128-09	Administradora	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					
Ademir José Scarpin	02/03/1951	Conselho Fiscal	30/06/2020	junho de 2021	1
479.407.518-91	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	30/06/2020	Sim	100.00%
Não exerce outro cargo ou função na Companhia.					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Flávio Jardim Vargas - 165.910.258-80

O Sr. Flávio é graduado em engenharia mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), e possui um MBA em finanças, com distinção, pela Leonard N. Stern School of Business da Universidade de Nova Iorque. Nos últimos 5 (cinco) anos, trabalhou como Chief Financial Officer na Smiles S.A., e como diretor de finanças na Gol Linhas Aéreas S.A., sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Além de ser membro da diretoria da Companhia, o Sr. Flávio é diretor da Ciclo Logística Ltda., empresa que integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Flávio declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Flávio declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Luciano Maggi Quartiero - 176.015.658-23

O Sr. Luciano é formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), possui um MBA em finanças pelo IBMEC e curso de extensão em finanças pela University of California. Luciano iniciou sua carreira profissional na Companhia em 1992, onde já atou como Diretor Financeiro e ocupa atualmente o cargo de Diretor Presidente. Além de ser membro da Diretoria Estatutária da Companhia, o Sr. Luciano é Diretor Vice Presidente da Camil Investimentos S.A. (acionista controlador da Camil Alimentos S.A.) e Diretor das empresas Ciclo Logística Ltda., Empresas Tucapel S.A., Saman – S.A. Molinos Arroceros Nacionales, Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A. e Camillatam S.A., empresas que integram o grupo econômico da Companhia.

Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79

O Sr. Rodrigo possui bacharelado em Ciências Econômicas na PUC SP. Rodrigo é socio da NEO Investimentos, onde atua desde 2011, sendo um dos responsáveis pela gestão do NEO Future, que detém participação na Camil, Localiza, Alpargatas e CVC. Atualmente, e membro do comitê de estratégia da CVC Turismo e foi membro de conselhos de Administração e comitês de estratégia de empresas investidas pela NEO Investimentos, como Grupo GPS , MASB incorporadora e Bematech. O Sr. Rodrigo declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Rodrigo declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Jairo Santos Quartiero - 085.564.580-68

O Sr. Jairo trabalhou como representante de vendas e sócio diretor, desde 1972, na empresa Itaqui Comércio e Representação Ltda., sendo que esta empresa não integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Em 1990 tornou-se sócio diretor na Companhia e atuou como Diretor Presidente de 1991 até 2011. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração, órgão em que atua desde 2008. Além de ser membro do conselho de administração da Companhia, o Sr. Jairo é diretor das Empresas Tucapel S.A. e diretor presidente da Camil Investimentos S.A., que integram o grupo econômico da Companhia. O Sr. Jairo declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Jairo declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06

O Sr. Jacques é formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), possui um MBA em Marketing pelo IBMEC e curso de agronegócios pela Universidade de São Paulo (USP). O Sr. Jacques iniciou sua carreira profissional na Companhia em 1990, trabalhando em diversas áreas, entre elas, expedição, logística e comercial. Tornou-se diretor de marketing em 1999 e também é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2008. Além de ser membro do conselho de administração da Companhia, o Sr. Jacques é diretor da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Jacques declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Jacques declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70

O Sr. Thiago estudou administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). O Sr. Thiago iniciou sua carreira profissional em 1997 trabalhando até 2001 em diversas áreas, dentre elas produção, importação, logística e contabilidade. O Sr. Thiago é sócio, desde 2001, e presidente, desde 2002, da Tzar Logística Ltda., empresa de transporte e armazenagem, sendo que esta empresa não integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Além disso, o Sr. Thiago é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2008. O Sr. Thiago declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Thiago declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Carlos Alberto Júlio - 998.234.978-34

O Sr. Carlos é formado em administração de empresas pela faculdade de administração da Universidade de São Paulo (USP), com mestrado nos Estados Unidos da América e especialização em Marketing Estratégico pela Harvard Business School e em Marketing no International Institute for Management Development (IMD), em Lausanne, na Suíça. O Sr. Carlos é professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAUSP), dos programas de Master in Business Administration da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), e dos programas de educação continuada GV Pec da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Sr. Carlos é membro do conselho de administração da Companhia desde janeiro de 2008. Além da Companhia, o Sr. Carlos é membro do conselho de administração da Tecnisa S.A., incorporadora de empreendimentos residenciais, desde julho de 2006 e foi diretor presidente desta empresa de janeiro de 2008 a dezembro de 2009, bem como é presidente do conselho de administração da CPFL Energia S.A., empresa do setor elétrico, desde abril de 2010, sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. O Sr. Carlos declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Carlos declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Carlos é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

José Antônio do Prado Fay - 210.397.040-34

O Sr. José é formado em engenheira mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-graduação em sistemas industriais pelo COPPEAD - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-graduação em sistemas industriais pelo COPPEAD - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nos últimos 5 (cinco) anos, trabalhou como Chief Executive Officer na empresa BRF S.A. e participa do conselho de administração da Camil Alimentos S. A., JMACEDO Alimento S. A. e Supremo Cimentos S. A., além disso é consultor sênior do grupo SEMAPA em Portugal, sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. O Sr. José declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. José declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. José é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Piero Paolo Picchioni Minardi - 051.575.478-11

O Sr. Piero possui bacharelado em Engenharia de Minas pela Escola Politécnica USP, MBA pela INSEAD, Fontainebleau, França. O Sr. Piero atua na Warburg Pincus do Brasil Ltda. em São Paulo, desde 2014, empresa que integra o grupo econômico do acionista direto da Companhia. Anteriormente, de 2006 a 2014, foi sócio no grupo de private equity Gávea Investimentos Ltda., uma das principais empresas brasileiras de gestão de recursos. Além da Companhia, o Sr. Piero é membro do conselho da EMPEA (Emerging Markets Private equity Association) desde 2012, sendo que referida empresa não integra o grupo econômico da Companhia e não é controlada por seus acionistas. O Sr. Piero declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Piero declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Marcos Silveira - 073.561.798-81

O Sr. Marcos é Economista pela PUC-SP, Especialista em controladoria (FIA-USP), MBA em finanças (IBMEC), Mestre em administração de empresas (PUC-SP) e com programas avançados de gestão na London Business School em Londres e IESE/ISE – SP, Barcelona e Nova York. Foi CFO e COO por mais de 14 anos em empresas nos setores farmacêutico, tecnologia, aço e varejo, incluindo investidas de fundos de private equity, tais como Biosintética (Ache), Zamprogna, Biolab, Zatix e Livraria Cultura. Por mais de 12 anos atuou como executivo comercial, de produtos e tesouraria em bancos comerciais e de investimentos como Citibank, Lloyds Bank e Banco Pactual. Iniciou a carreira como auditor externo na KPMG. É membro do comitê de auditoria da Too Seguros. Participação e gestão de comitês de riscos e finanças em investidas de private equity e em Conselhos de Administração como executivo estatutário. Desenvolvimento em programa de riscos, compliance e governança na Risk University. Sólida experiência em transformações: venda, aquisição, reestruturação, captação de recursos, preparação para IPO e implantação de práticas de governança corporativa em diferentes segmentos da economia. Desde 2017 atua na AXIS Consultoria, onde é sócio fundador.

Marina Elena Cardoso Figueira - 013.908.247-64

A Sra. Maria Elena é Bacharel em economia pela PUC/RJ, concluiu o programa Senior Executive Management Program pela Universidade de Navarra – Espanha, conclui o MBA de Gestão do Luxo da Fundação Armando Alvares Penteado, o Curso para Conselheiros de Administração ministrado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, além disso, a Sra. Maria Elena conclui o programa Senior Management Program pela IE Business School e um Programa de Certificação em GRC – Governance, Risk e Compliance pela KPMG Risk University. Profissionalmente, a Sra. Maria Elena foi Gerente de Impostos de setembro de 1991 a janeiro de 1999 na Arthur Andersen Consultoria Fiscal-Financeira, Diretora Adjunta de Planejamento Tributário de fevereiro de 1999 a janeiro de 2001 no Banco Santander Brasil S.A., Diretora de Contabilidade e Controle Financeiro de janeiro de 2001 a dezembro de 2002 no Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Brasil S.A., Diretora de Consultoria Tributária na KPMG Corporate Finance, membro Independente do Comitê de Auditoria, coordenadora e especialista financeira de agosto de 2004 a abril de 2012 no Banco Santander S.A., Presidente e membro do Conselho Consultivo e do Audit and Risk Committee no HSBC Bank Brasil S.A., sócia proprietária em Figueira Consultoria Econômica Eireli – EPP, Membro e presidente do Comitê Consultivo no HSBC Brasil S.A. – Banco de Investimento, Membro Independente do Comitê de Auditoria no Banco Santander (Brasil) S.A.e Membro Independente do Comitê de Auditoria nas Lojas Americanas S.A..

Eduardo Augusto Rocha Pocetti - 837.465.368-04

O Sr. Eduardo Pocetti possui Bacharel em Ciências contábeis pela FECAP – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado e MBA em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. O Sr. Eduardo Pocetti atuou por 39 anos na função de auditoria contábil, coordenando trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis de empresas e conglomerados empresariais de diversos segmentos. Pocetti foi Presidente da Diretoria Nacional do Ibracon para o triênio 2012-2014, membro do Conselho do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa – triênio 2012-2014, presidente da BDO Auditores durante maio de 2004 até abril de 2011, sócio da KPMG de abril de 2011 a outubro de 2014, Presidente do Conselho de Administração do Ibracon para o triênio 2015-2017, sendo reeleito para a gestão 2018-2020, membro do Conselho Fiscal da Marfrig Global Foods desde abril de 2014, entre outras funções. O Sr. Eduardo Pocetti declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Fernando Cruchaki de Andrade - 263.015.618-48

Executivo com mais de 20 anos de carreira em diversas culturas organizacionais, sólida formação e vivência em áreas operacionais e de custos. Atuou em posições estratégicas em Finanças nos últimos 15 anos, majoritariamente no setor varejista (multicanais) e de serviços, liderando iniciativas baseadas em colaboração, inovação e tecnologia com impacto ao cliente final. Especialista em integrar a gestão financeira às operações, negócios e canais de vendas; otimizando custos e potencializando a geração de receitas, desenvolvendo e treinando equipes internas e externas. Experiente em negociações de crédito e fornecimento sob extrema pressão.

Maria Cecilia Rossi - 038.192.128-09

A Sra. Maria Cecília é formada em Administração de Empresas, e é sócia fundadora da Interlink Consultoria para Mercado de Capitais. Nos últimos cinco anos, a Sra. Maria Cecília foi membro do Conselho Fiscal da CCR S.A. de abril/2017 a março/2020, membro do Conselho de Supervisão da BSM Supervisão de Mercados - empresa de autorregulação da B3 (2007 - 2019), presidindo-o de 2008 a 2010. Além disso, membro dos conselhos de Autorregulação em Governança de Investimentos da ABRAPP, SINDAPP e ICSS, como representante do IBGC desde 2019, do Conselho Consultivo da Assoc. Bras. de Private Equity e Venture Capital ABVCAP desde 2008 e do Conselho Consultivo do Fórum Mulheres em Destaque desde 2013.

Ademir José Scarpin - 479.407.518-91

Membro titular do Conselho Fiscal da JHSF Participações S.A. Também é administrador de empresas pela FGV – Fundação Getúlio Vargas – SP e contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis Paulo Eiró. É membro independente do Comitê de Auditoria Estatutário da Hypera (ex-Hypermarcas), atua como Conselheiro Fiscal na Liq (ex-Contax), Investco, Transnordestina Logística e Esporte Clube Pinheiros e atua como Conselheiro Consultivo no Grupo Shark-Tratores. Atuou como Executivo Principal da Companhia Metalúrgica Prada. Foi membro do Comitê de Auditoria Estatutário da JHSF Participações S.A., Diretor Financeiro e de Controladoria nas empresas Engeform Construções e Comércio, Brasil Telecom e Grupo Vicunha. Iniciou sua carreira como auditor na PWC.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Flávio Jardim Vargas - 165.910.258-80	
N/A	
Luciano Maggi Quartiero - 176.015.658-23	
N/A	
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79	
N/A	
Jairo Santos Quartiero - 085.564.580-68	
N/A	
Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06	
N/A	
Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70	
N/A	
Carlos Alberto Júlio - 998.234.978-34	
N/A	
José Antônio do Prado Fay - 210.397.040-34	
N/A	
Piero Paolo Picchioni Minardi - 051.575.478-11	
N/A	
Marcos Silveira - 073.561.798-81	
N/A	
Marina Elena Cardoso Figueira - 013.908.247-64	
N/A	
Eduardo Augusto Rocha Pocetti - 837.465.368-04	
N/A	
Fernando Cruchaki de Andrade - 263.015.618-48	
N/A	
Maria Cecilia Rossi - 038.192.128-09	
N/A	
Ademir José Scarpin - 479.407.518-91	
N/A	

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Marcelo Marcondes Leite de Souza	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	24/02/1963	30/06/2020	junho de 2022
045.485.938-45		Engenheiro		30/06/2020	2	100.00%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor						
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	16/12/1985	30/06/2020	junho de 2022
327.836.588-79		Economista		30/06/2020	1	100.00%
Membro do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração						
Carlos Roberto de Albuquerque Sá	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	31/01/1950	30/06/2020	junho de 2022
212.107.217-91		Economista e Contador		30/06/2020	2	100.00%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.						
Jacques Maggi Quartiero	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	07/08/1972	30/06/2020	junho de 2022
157.083.508-06		Administrador		30/06/2020	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração (Efetivo) e acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	16/12/1985	30/06/2020	junho de 2022
327.836.588-79		Economista		30/06/2020	1	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração						
Thiago Maggi Quartiero	Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	20/02/1979	30/06/2020	junho de 2022
271.815.418-70		Empresário		30/06/2020	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração (Efetivo) e acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Frances Yumi Fukuda Alvim	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	10/07/1981	30/06/2020	junho de 2022
220.822.968-14	Comitê de Gente e Gestão	Administradora		30/06/2020	1	100.00%
Não exerce outros cargos ou funções no emissor.						
Luciano Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/11/1974	30/06/2020	junho de 2022
176.015.658-23	Comitê de Ética	Administrador		30/06/2020	2	100.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Membro da Diretoria Estatutária da Companhia e acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Carlos Alberto Júlio	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/08/1957	30/06/2020	junho de 2022
998.234.978-34	Comitê de Gente e Gestão	Administrador		30/06/2020	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração (Efetivo) e Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo)						
Erika Maria Porto Magalhães	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/04/1973	30/06/2020	junho de 2022
799.973.924-34	Comitê de Gente e Gestão	Administradora		30/06/2020	2	100.00%
Diretora de Desenvolvimento Humano e Organizacional						
Jacques Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/08/1972	30/06/2020	junho de 2022
157.083.508-06	Comitê de Gente e Gestão	Administrador		30/06/2020	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração (Efetivo) e acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Thiago Maggi Quartiero	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/02/1979	30/06/2020	junho de 2022
271.815.418-70	Comitê de Gente e Gestão	Empresário		30/06/2020	2	100.00%
Membro do Conselho de Administração (Efetivo) e acionista da Camil Investimentos S.A., que integra o grupo econômico da Companhia.						
Flávio Jardim Vargas	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	02/07/1974	30/06/2020	junho de 2022
165.910.258-80	Comitê de Ética	Engenheiro		30/06/2020	2	100.00%
Membro da Diretoria Estatutária da Companhia						
Experiência profissional / Critérios de Independência						

Marcelo Marcondes Leite de Souza - 045.485.938-45

O Sr. Marcelo Leite possui bacharelado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica USP. O Sr. Marcelo atuou tanto na introdução de novas tecnologias de produtos como na gestão da operação para a indústria de meios de pagamentos, propiciando assim uma visão privilegiada que tem sido fundamental para a entrega de resultados. Sólida experiência em organizações com líderes globais, assim como em empresas brasileiras ligadas ao setor financeiro. O Sr. Marcelo também possui trajetória profissional reconhecida pelo sucesso na liderança de projetos desafiadores tais como “Migração EMV Chip MasterCard” no mercado brasileiro, Projeto “Internet Banking Unibanco”; Migração para cartão da carteira de vouchers, da VR; Migração de processadora de cartões da Alelo e a “Expedição 5 Continentes”. O Sr. Marcelo foi eleito “CIO do ano” na categoria Serviços pela revista InfoExame em 2008 e 2009, além de ser autor de “Estrada para os sonhos” publicado pela Editora Gente, já em sua terceira edição. O Sr. Marcelo residiu fora do país por 12 anos e atualmente lidera um empreendimento próprio. O Sr. Marcelo declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79

Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79

O Sr. Rodrigo possui bacharelado em Ciências Econômicas na PUC SP. Rodrigo é socio da NEO Investimentos, onde atua desde 2011, sendo um dos responsáveis pela gestão do NEO Future, que detém participação na Camil, Localiza, Alpargatas e CVC. Atualmente, e membro do comitê de estratégia da CVC Turismo e foi membro de conselhos de Administração e comitês de estratégia de empresas investidas pela NEO Investimentos, como Grupo GPS , MASB incorporadora e Bematech. O Sr. Rodrigo declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Rodrigo declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá - 212.107.217-91

O Sr. Carlos Sá possui bacharelado em Economia (Cândido Mendes) e Ciências Contábeis (Morais Junior) e MBA em finanças pela PUC do Rio de Janeiro. O Sr. Carlos foi Diretor Financeiro na Castrol, Sobremetal e Vicom durante os anos 90, Diretor de Riscos e Auditoria Interna na GloboCabo/NET até 2003 e Sócio Diretor na KPMG de 2003 a 2010, atua na Cs Consult em São Paulo, desde 2010. Além da Camil, Carlos é membro do Comitê de Auditoria das Lojas Marisa S.A. desde 2011 e Moinho Paulista desde 2016, Conselheiro Fiscal na Itaú Holding desde 2016 e na Marfrig Global Foods, desde 2016. O Sr. Carlos Sá é professor nos cursos para Conselheiros de Administração do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) desde 2010, sendo Conselheiro de Administração e Conselheiro Fiscal certificado pelo IBGC. O Sr. Carlos declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Carlos declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06

Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06

O Sr. Jacques é formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), possui um MBA em Marketing pelo IBMEC e curso de agronegócios pela Universidade de São Paulo (USP). O Sr. Jacques iniciou sua carreira profissional na Companhia em 1990, trabalhando em diversas áreas, entre elas, expedição, logística e comercial. Tornou-se Diretor de Marketing em 1999 e membro do Conselho de Administração desde 2008. Atualmente, Jacques ocupa a posição de membro do Conselho de Administração da Companhia e é diretor da Camil Investimentos S.A. (acionista controlador), que integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Jacques declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Jacques declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70

Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70

O Sr. Thiago estudou administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). O Sr. Thiago iniciou sua carreira profissional em 1997 trabalhando até 2001 em diversas áreas, dentre elas produção, importação, logística e contabilidade. Thiago é sócio, desde 2001, e presidente, desde 2002, da Tzar Logística Ltda., empresa de transporte e armazenagem, sendo que esta empresa não integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Além disso, Thiago é membro do Conselho de Administração da Companhia desde 2008. O Sr. Thiago declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Thiago declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Frances Yumi Fukuda Alvim - 220.822.968-14

A Sra. Frances é formada com menção honrosa em Administração de Empresas pelo Insper e M.B.A nos Estados Unidos pela Wharton Business School. Atua como Principal na Warburg Pincus, empresa global líder em private equity. Sra. Frances ingressou no fundo em 2012 e foca em investimentos em diversos setores, como Varejo, Consumo, Saúde, Educação, Logística e Serviços. Sra. Frances é membro do Conselho de Administração da Sequoia Logística e da Petz. Nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Lidera também o processo de Geração de Valor das companhias do portfólio da Warburg Pincus Brasil. Anteriormente, de 2004 a 2010, Frances trabalhou na AmBev/ ABInBev, atuando em diversas áreas, incluindo a área de gestão estratégica para as operações da América Latina.

Luciano Maggi Quartiero - 176.015.658-23

O Sr. Luciano é formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), possui um MBA em finanças pelo IBMEC e curso de extensão em finanças pela University of California. Luciano iniciou sua carreira profissional na Companhia em 1992, onde já atou como Diretor Financeiro e ocupa atualmente o cargo de Diretor Presidente. Além de ser membro da Diretoria Estatutária da Companhia, o Sr. Luciano é Diretor Vice Presidente da Camil Investimentos S.A. (acionista controlador da Camil Alimentos S.A.) e Diretor das empresas Ciclo Logística Ltda., Empresas Tucapel S.A., Saman – S.A. Molinos Arroceros Nacionales, Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A. e Camillatam S.A., empresas que integram o grupo econômico da Companhia.

Carlos Alberto Júlio - 998.234.978-34

O Sr. Carlos é formado em administração de empresas pela faculdade de administração da Universidade de São Paulo (USP), com mestrado nos Estados Unidos da América e especialização em Marketing Estratégico pela Harvard Business School e em Marketing no International Institute for Management Development (IMD), em Lausanne na Suíça. O Sr. Carlos é professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEAUSP), dos programas de Master in Business Administration da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), e dos programas de educação continuada GV Pec da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Carlos é membro do conselho de administração da Companhia desde janeiro de 2008. Além da Camil, o Sr. Carlos é membro do conselho de administração da Tecnisa S.A., incorporadora de empreendimentos residenciais, desde julho de 2006 e foi diretor presidente da mesma de janeiro de 2008 a dezembro de 2009, bem como é presidente do conselho de administração da CPFL Energia S.A., empresa do setor elétrico, desde abril de 2010. O Sr. Carlos declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Carlos declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Erika Maria Porto Magalhães - 799.973.924-34

A Sra. Erika é formada em Administração pela UNIFEV e em Psicologia pela UNP-PB, com MBA em Finanças pela ESAMC. Com mais de 20 anos de experiência profissional na área de Recursos Humanos e Gestão, a Sra. Erika ingressou na Camil em 2019 para atuar como Diretoria de Desenvolvimento Humano e Organizacional da Companhia. Antes de ingressar na Companhia, Erika atuou em grandes empresas nacionais e multinacionais, entre elas AMBEV, Noble Group, Grupo Libra, Allied Tecnologia e Estácio. A Sra. Erika declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Flávio Jardim Vargas - 165.910.258-80

O Sr. Flávio é graduado em engenharia mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), e possui um MBA em finanças, com distinção, pela Leonard N. Stern School of Business da Universidade de Nova Iorque. Nos últimos 5 (cinco) anos, trabalhou como Chief Financial Officer na Smiles S.A., e como diretor de finanças na Gol Linhas Aéreas S.A., sendo que nenhuma dessas empresas integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por seus acionistas. Além de ser membro da diretoria da Companhia, o Sr. Flávio é diretor da Ciclo Logística Ltda., empresa que integra o grupo econômico da Companhia. O Sr. Flávio declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Flávio declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marcelo Marcondes Leite de Souza - 045.485.938-45	
N/A	
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79	
Rodrigo Tadeu Alves Colmonero - 327.836.588-79	
N/A	
Carlos Roberto de Albuquerque Sá - 212.107.217-91	
N/A	
Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06	
Jacques Maggi Quartiero - 157.083.508-06	
N/A	
Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70	
Thiago Maggi Quartiero - 271.815.418-70	
N/A	
Frances Yumi Fukuda Alvim - 220.822.968-14	
N/A	

Luciano Maggi Quartiero - 176.015.658-23

N/A

Carlos Alberto Júlio - 998.234.978-34

N/A

Erika Maria Porto Magalhães - 799.973.924-34

N/A

Flávio Jardim Vargas - 165.910.258-80

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.				
Pessoa relacionada				
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da da controlada Ciclo Logística Ltda., Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
Administrador do emissor ou controlada				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.				
Pessoa relacionada				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
Administrador do emissor ou controlada				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.				
Pessoa relacionada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
Administrador do emissor ou controlada				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero.				
Administrador do emissor ou controlada				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
Administrador do emissor ou controlada				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da da controlada Ciclo Logística Ltda., Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
Administrador do emissor ou controlada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero.				
Administrador do emissor ou controlada				
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da controlada Ciclo Logística Ltda., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.				
Pessoa relacionada				
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A., Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da Controlada Empresas Tucapel S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero.				
Administrador do emissor ou controlada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
Administrador do emissor ou controlada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Pessoa relacionada				
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da da controlada Ciclo Logística Ltda., Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero				
Administrador do emissor ou controlada				
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da controlada Ciclo Logística Ltda., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.				
Pessoa relacionada				
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero.				
Administrador do emissor ou controlada				
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da controlada Ciclo Logística Ltda., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.				
Pessoa relacionada				
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Camil Alimentos S.A.	64.904.295/0001-03	
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.				
Observação				
Luciano Maggi Quartiero, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero: Irmãos e Filhos de 1º grau por consanguinidade de Jairo Santos Quartiero.				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 28/02/2019

Administrador do Emissor

Jairo Santos Quartiero | 085.564.580-68 | Subordinação | Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A.

Pessoa Relacionada

Camil Investimentos S.A. | 02.303.632/0001-50

Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A. e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.

Observação

Administrador do Emissor

Luciano Maggi Quartiero | 176.015.658-23 | Subordinação | Controlador Direto

Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.

Pessoa Relacionada

Camil Investimentos S.A. | 02.303.632/0001-50

Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor da controlada Ciclo Logística Ltda., Diretor Presidente das controladas: Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.

Observação

Administrador do Emissor

Thiago Maggi Quartiero | 271.815.418-70 | Subordinação | Controlador Direto

Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.

Pessoa Relacionada

Camil Investimentos S.A. | 02.303.632/0001-50

Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.

Observação

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Subordinação	Controlador Direto
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Observação			

Exercício Social 28/02/2018

Administrador do Emissor			
Jairo Santos Quartiero	085.564.580-68	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A.			
Observação			
Administrador do Emissor			
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.			
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Subordinação	Controlador Direto
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Observação			
Administrador do Emissor			
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Subordinação	Controlador Direto
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Observação			

Exercício Social 28/02/2017

Administrador do Emissor			
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Presidente do Conselho de Administração da Camil Alimentos S.A. e Diretor Presidente da Camil Investimentos S.A.			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Luciano Maggi Quartiero	176.015.658-23	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Diretor Presidente da Camil Alimentos S.A., Acionista da Camil Investimentos S.A., Diretor Presidente das controladas Camil Latam S.A., Camil Uruguay Sociedad de Inversion S.A., Molinos Arroceros Nacionales S.A. (Saman) e Diretor da controlada Empresas Tucapel S.A.			
Observação			
Administrador do Emissor			
Jacques Maggi Quartiero	157.083.508-06	Subordinação	Controlador Indireto
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Observação			
Administrador do Emissor			
Thiago Maggi Quartiero	271.815.418-70	Controle	Controlador Direto
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Pessoa Relacionada			
Camil Investimentos S.A.	02.303.632/0001-50		
Conselheiro de Administração (Efetivo) da Camil Alimentos S.A. e Acionista da Camil Investimentos S.A.			
Observação			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia possui apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores, Conselheiros e Administradores (D&O) junto à ZURICH S Minas Brasil Seguros S/A , em termos usuais de mercado. O seguro abrange coberturas para as seguintes despesas: (i) penhora online e bloqueio de bens; (ii) contadores internos, risk managers e auditores internos; (iii) processos ou procedimentos administrativos, arbitrais e/ou judiciais; (iv) custos de investigação; (v) processos judiciais ou arbitrais movidos pela própria Companhia e/ou por suas controladas e/ou subsidiárias contra os administradores; (vi) processos judiciais entre administradores da Companhia; (vii) custos de defesa emergenciais; (viii) processos de extradição; (ix) diretores independentes; (x) despesas de publicidade; (xi) advogados internos; (xii) herdeiros, representantes legais e espólio; (xiii) responsabilidade solidária de bens; (xiv) cobertura para novas controladas e subsidiárias; (xv) administradores aposentados; (xvi) sanções e embargos; (xvii) crise; (xviii) responsabilidade civil do administrador por danos ambientais; (xix) custos de defesa; (xx) danos morais, materiais e corporais; (xxi) erros e omissões na prestação de serviços profissionais e falha de produtos (E&O), mediante desconsideração da personalidade jurídica; (xxii) praticas trabalhistas indevidas; (xxiii) responsabilidade tributária; (xxiv) custos de defesa decorrentes de avais e garantias pessoais.

A apólice é válida até 30 de maio de 2020, sendo seu limite máximo de garantia de R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), e o valor do prêmio corresponde a R$75.166,00 (setenta e cinco mil, cento e sessenta e seis reais)

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais

Seguem abaixo informações sobre a instalação das assembleias gerais de acionistas da Companhia ocorridas nos últimos três exercícios sociais:

Data	29/06/2015
Tipo de Assembleia Geral	AGO/E
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	23/06/2016
Tipo de Assembleia Geral	AGO
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	01/08/2016
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	01/08/2016
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	01/08/2016
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

12.12 - Outras informações relevantes

Data	03/10/2016
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%
Data	13/10/2016
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	16/01/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	28/02/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	18/05/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	30/06/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGO
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

12.12 - Outras informações relevantes

Data	21/07/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	27/07/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	18/08/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	28/08/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	15/09/2017
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100%

Data	29/06/2018

12.12 - Outras informações relevantes

Tipo de Assembleia Geral	AGOE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	AGO 85,480% / AGE 85,661%

Data	01/03/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	82,100%

Data	26/06/2019
Tipo de Assembleia Geral	AGOE
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	86,260%

Outras Informações

As atribuições dos órgãos e comitês de assessoramento do Conselho de Administração estatutários e não estatutários e a relação hierárquica entre referidos órgãos estão descritos no item 12.1.

Os mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração foram descritos no item 12.1 (d).

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 Descrições da política ou prática de remuneração, do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

(a) **Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, quando instalado, e os Diretores executivos, está alinhada com as melhores práticas de governança corporativa, visando a atrair e reter os melhores profissionais do mercado.

(b) **Composição da remuneração, indicando:**

(i) **Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;**

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração:

Conselho de Administração

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	Os membros do Conselho de Administração com exceção dos conselheiros que são acionistas controladores da Companhia e dos conselheiros que são membros do grupo Warburg Pincus, fazem jus a uma remuneração mensal fixa com o intuito de compensar a participação em reuniões do conselho de administração.
Remuneração Variável	Não Aplicável
Benefícios Diretos e Indiretos	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios diretos e indiretos, com exceção de 2 membros do Conselho de Administração, os quais fazem jus à assistência médica, seguro de vida, estacionamento e vale refeição
Benefícios Pós-Emprego	Não Aplicável
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Não Aplicável
Remuneração Baseada em Ações, incluindo Opções	Não aplicável

Diretoria Executiva (Estatutária)

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	Os diretores estatutários da Companhia fazem jus à remuneração fixa mensal, como contraprestação ao trabalho, em linha com as práticas de mercado. O objetivo é reconhecer e refletir o valor do cargo dentro da Companhia e no mercado, bem como reconhecer a evolução na carreira e desempenho na função.
Remuneração Variável	Os diretores estatutários da Companhia fazem jus a bônus ou Programa de Participação no Resultado – PPR ("PPR"), conforme o caso, atrelados aos resultados consolidados da Companhia e a indicadores e metas

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
	individuais específicos. O objetivo, tanto do bônus como da PPR, é incentivar e recompensar o sucesso na superação das metas, vinculando uma parcela da remuneração à superação dos objetivos e resultados do negócio e também promover a cultura de remuneração de desempenho, proporcionando uma remuneração competitiva quando os objetivos são superados.
Benefícios Diretos e Indiretos	Os diretores estatutários da Companhia fazem jus à assistência médica, seguro de vida, estacionamento, cesta básica, vale refeição e/ou restaurante no local, quando aplicável. O objetivo é oferecer um pacote atrativo e compatível com os praticados no mercado.
Benefícios Pós-Emprego	Não aplicável
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Não há política formal para benefícios de cessação do exercício do cargo (transição de carreira). Além dos benefícios legais e verbas rescisórias pagas, é discutido pelo Conselho de Administração da Companhia o pagamento de valor adicional que reflita *non-compete* e reconhecimento de contribuição para os negócios durante o exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações, incluindo Opções	A Companhia possuía um Plano de Incentivo de Longo Prazo ("Plano ILP"), aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de julho de 2017 e que podia ser concedido para determinados diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), além de determinados administradores e empregados da Companhia (ou a eles equiparados), considerados como beneficiários nos termos do Plano ILP, no modelo de *Phantom Shares*, o qual foi cancelado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de dezembro de 2017. Os ganhos potenciais (prêmios) do Plano ILP estavam diretamente relacionados ao crescimento de valor da Companhia, com base na variação do EBITDA consolidado ou ao preço da ação de emissão da Companhia, caso a Companhia viesse a ser listada como empresa de capital aberto. Adicionalmente, há o plano de outorga de opção de compra de ações ("*Stock Options Plan*") aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 28 de agosto de 2017 que pode ser concedido para determinados diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), além de determinados administradores e empregados da Companhia (ou a eles equiparados). Tanto o Plano ILP quanto o *Stock Options Plan* têm como objetivos principais: (i) a convergência de interesses e objetivos dos acionistas e executivos na criação de valor sustentável e no longo prazo; (ii) promover o senso de "dono" e a retenção, no longo prazo, dos principais talentos e líderes da Companhia; (iii) alinhar as práticas de remuneração da Companhia às práticas de remuneração praticadas por *players* similares em porte, segmento e práticas de gestão.

Diretoria Executiva (Não Estatutária)

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	Os diretores não estatutários da Companhia fazem jus à remuneração fixa mensal, como contraprestação ao trabalho, em linha com as práticas de mercado. O objetivo é reconhecer e refletir o valor do cargo dentro da Companhia e no mercado, bem como reconhecer a evolução na carreira e desempenho na função.
Remuneração Variável	Os diretores não estatutários da Companhia fazem jus a PPR atrelada aos

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
	resultados consolidados da Companhia e a indicadores e metas individuais específicos. O objetivo é incentivar e recompensar o sucesso na superação das metas, vinculando uma parcela da remuneração à superação dos objetivos e resultados do negócio e também promover a cultura de remuneração de desempenho, proporcionando uma remuneração competitiva quando os objetivos são superados.
Benefícios Diretos e Indiretos	Os diretores não estatutários da Companhia fazem jus à assistência médica, seguro de vida, estacionamento, cesta básica e vale refeição O objetivo é oferecer um pacote atrativo e compatível com os praticados no mercado.
Benefícios Pós-Emprego	Não aplicável
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Não há política formal para benefícios de cessação do exercício do cargo (transição de carreira). Além dos benefícios legais e verbas rescisórias pagas, é discutido pelo Conselho de Administração da Companhia o pagamento de valor adicional que reflita *non-compete* e reconhecimento de contribuição para os negócios durante o exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	A Companhia possuía um Plano ILP aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de julho de 2017 e que podia ser concedido para determinados diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), além de determinados administradores e empregados da Companhia (ou a eles equiparados), considerados como beneficiários nos termos do Plano ILP, no modelo de *Phantom Shares*, o qual foi cancelado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de dezembro de 2017. Os ganhos potenciais (prêmios) do Plano ILP estavam diretamente relacionados ao crescimento de valor da Companhia, com base na variação do EBITDA consolidado ou ao preço da ação de emissão da Companhia, caso a Companhia viesse a ser listada como empresa de capital aberto. Adicionalmente há o *Stock Options Plan* aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 28 de agosto de 2017 que pode ser concedido para determinados diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), além de determinados administradores e empregados da Companhia (ou a eles equiparados). Tanto o Plano ILP quanto o *Stock Options Plan* têm como objetivos principais: (i) a convergência de interesses e objetivos dos acionistas e executivos na criação de valor sustentável e no longo prazo; (ii) promover o senso de "dono" e a retenção, no longo prazo, dos principais talentos e líderes da Companhia; (iii) alinhar as práticas de remuneração da Companhia às práticas de remuneração praticadas por *players* similares em porte, segmento e práticas de gestão.

Comitês Estatutários

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de janeiro de 2018, foram criados e instalados os seguintes comitês estatutários: (i) Comitê de Auditoria, (ii) Comitê de Finanças, e (iii) Comitê de Desenvolvimento Humano e Organizacional ("CDHO"). Todos são órgãos de funcionamento permanente. Os membros dos comitês estatutários recebem um montante fixo, pago mensalmente. Não há pagamento de remuneração variável, benefícios e/ou planos de opções de compra de ações.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Comitês Não Estatutários

O comitê de ética não é remunerado.

(ii) **Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2019 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	**72,88%**	**83,33%**	**58,99%**	**55,02%**	
Participação em Comitês					**100%**
Outros		**16,67%**	**17,08%**	**20,36%**	
Remuneração Variável					
Bônus					
Participação nos Resultados					
Participações em Reuniões					
Comissões					
Outros					
Benefícios Diretos e Indiretos	**27,12%**		**3,80%**	**3,78%**	
Benefícios Pós-Emprego					
Cessação do Exercício do Cargo				**7,22%**	
Remuneração Baseada em Ações			**20,13%**	**13,62%**	
TOTAL	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2018 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal				
Salário ou pró-labore	**71,55%**	**62,65%**	**66,73%**	
Participação em Comitês				**100%**
Outros		**16,44%**	**24,69%**	
Remuneração Variável				
Bônus		**10,40%**		
Participação nos Resultados				
Participações em Reuniões				
Comissões				
Outros		**1,44%**		
Benefícios Diretos e Indiretos	**28,45%**	**4,23%**	**3,98%**	
Benefícios Pós-Emprego				
Cessação do Exercício do Cargo				
Remuneração Baseada em Ações, incluindo Opções		**4,84%**	**4,60%**	

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
TOTAL	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100%**

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social encerrado em 28 de fevereiro de 2017 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal				
Salário ou pró-labore	84,86%	29,57%	51,12%	-
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	12,99%	6,50%	18,92%	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	14,17%	-	-
Participação nos Resultados	-	2,57%	27,99%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	2,83%	-	-
Benefícios Diretos e Indiretos	2,15%	1,39%	1,97%	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	42,97%	-	-
Remuneração Baseada em Ações, incluindo Opções	-	-	-	-
TOTAL	**100%**	**100%**	**100%**	**-**

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2016 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal				
Salário ou pró-labore	85,44%	34,50%	53,82%	-
Participação em Comitês	-	-	-	-
Outros	12,78%	6,90%	19,91%	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	22,38%	-	-
Participação nos Resultados	-	-	24,35%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	4,48%	-	-
Benefícios Diretos e Indiretos	1,78%	1,14%	1,92%	-
Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	30,60%	-	-
Remuneração Baseada em Ações, incluindo Opções	-	-	-	-
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**-**

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(iii) **Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Em assembleia geral ordinária de acionistas da Companhia, é aprovado o montante que será empregado na remuneração global dos membros da administração da Companhia, com relação ao exercício social corrente. Como premissa básica de aprovação, a remuneração dos administradores da Companhia deverá tratar-se de um custo sustentável e que não comprometa outros investimentos do negócio. Ademais, de acordo com o Artigo 1º do Regimento Interno do CDHO, compete ao referido comitê examinar, discutir e recomendar mudanças na política de remuneração, incluindo política salarial e de benefícios, propostas de ajustes salariais, definição de metas, remuneração de curto e de longo prazo, regular e extraordinária, para todos os Diretores e membros do Conselho da Companhia.

Os reajustes são baseados em desempenho individuais, negociações coletivas com os sindicatos das categorias e no crescimento das remunerações praticadas pelo mercado. Essa análise é realizada anualmente e toma como base o mercado geral e também o mercado selecionado, constituído de um grupo de empresas específicas de bens de consumo, de mesmo porte da Companhia, consistentes em seus negócios ao longo do tempo e que apresentam ao mercado boas práticas de gestão.

(iv) **Razões que justificam a composição da remuneração**

A composição da remuneração busca (i) atrair e reter profissionais; (ii) torná-la justa, equitativa e clara; e (iii) balanceamento entre remuneração de curto e longo prazo, visando ações e decisões que garantam a sustentabilidade do negócio.

(v) **A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Somente 3 (três) membros do Conselho de Administração da Companhia não são remunerados, em razão do vínculo societário que mantêm com a Companhia.

(c) **Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:**

Os indicadores de desempenho que são levados em consideração na remuneração variável são o desempenho da Companhia e a consecução das metas individuais dos executivos da Companhia. Para auferir o desempenho da Companhia, são utilizados indicadores financeiros e operacionais, tais como EBITDA, volume de vendas por categoria e gestão do orçamento de despesas. Em relação à remuneração fixa e benefícios, a Companhia utiliza balizadores de mercado.

(d) **Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:**

O acompanhamento dos indicadores é realizado durante o ano fiscal e a apuração final dos resultados é feita no mês subsequente ao fechamento do exercício pela auditoria externa. Cada indicador tem um peso específico que, ponderado, consolida a remuneração variável total.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(e) **Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:**

A Companhia busca, por meio de seu modelo de remuneração, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em seu corpo executivo profissionais engajados e comprometidos com a estratégia de negócio da Companhia.

(f) **Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:**

A Companhia não possui atualmente membros da diretoria ou do conselho de administraçãoque recebam remuneração suportada por suas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) **Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:**

Não há remuneração ou benefícios diretos e indiretos vinculados a ocorrência de eventos societários.

(h) **Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

(i) **Os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:**

A remuneração individual dos administradores da Companhia é definida de acordo com metas sugeridas pelo Comitê de Desenvolvimento Humano e Organizacional e aprovadas pelo Conselho de Administração, dentro do limite global da remuneração aprovado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

(ii) **Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:**

A remuneração individual dos membros do Conselho de Administração da Companhia é definida em linha com as práticas de mercado.

(iii) **Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia:**

O Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia anualmente, mediante recomendação do Comitê de Desenvolvimento Humano e Organizacional para posterior aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 28/02/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	421.594,00	4.139.472,00	0,00	4.561.066,00
Benefícios direto e indireto	161.073,00	266.227,00	0,00	427.300,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.147.797,00	0,00	1.147.797,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	INSS para Estatutários e FGTS Estatutário CLT	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.736.688,00	0,00	1.736.688,00
Participação de resultados	0,00	962.403,00	0,00	962.403,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	347.338,00	0,00	347.338,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	INSS para Estatutários	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	2.080.211,00	0,00	2.080.211,00
Observação	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019.	
Total da remuneração	582.667,00	10.680.136,00	0,00	11.262.803,00

Remuneração total do Exercício Social em 28/02/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,67	4,00	14,67
Nº de membros remunerados	4,00	3,67	4,00	11,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	421.595,00	4.563.713,00	360.000,00	5.345.308,00
Benefícios direto e indireto	156.905,00	293.929,00	0,00	450.834,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.321.616,00	72.000,00	1.393.616,00

Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	INSS para Estatutários e FGTS Estatutário CLT	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	INSS para Estatutários	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.557.019,00	0,00	1.557.019,00
Observação	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	
Total da remuneração	578.500,00	7.736.276,00	432.000,00	8.746.776,00

Remuneração total do Exercício Social em 28/02/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	5,00	0,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	360.000,00	5.672.199,00	0,00	6.032.199,00
Benefícios direto e indireto	143.113,00	382.861,00	0,00	525.974,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.488.415,00	0,00	1.488.415,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS para Estatutários e FGTS Estatutário CLT	INSS para Estatutários e FGTS Estatutário CLT		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	941.876,00	0,00	941.876,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	130.124,00	0,00	130.124,00

Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Encargos Legais		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	437.817,00	0,00	437.817,00
Observação	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.		O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2018.	
Total da remuneração	503.113,00	9.053.292,00	0,00	9.556.405,00

Remuneração total do Exercício Social em 28/02/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,58	5,25	0,00	11,83
Nº de membros remunerados	4,00	6,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.533.697,00	6.824.884,00	0,00	8.358.581,00
Benefícios direto e indireto	38.918,00	322.150,00	0,00	361.068,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	234.739,00	1.500.198,00	0,00	1.734.937,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS para Estatutários	INSS para Estatutários e FGTS Estatutário CLT	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.270.105,00	0,00	3.270.105,00
Participação de resultados	0,00	593.296,00	0,00	593.296,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	654.021,00	0,00	654.021,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	INSS para Estatutários	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	9.917.500,00	0,00	9.917.500,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação		O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2017.	
Total da remuneração	1.807.354,00	23.082.154,00	0,00	24.889.508,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Previsão para o exercício social corrente (2019/2020)				
Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,00	0,00	9,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.042.013	0	1.042.013
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.473.375	0	3.473.375
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	1.736.688	0	1.736.688
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	577.442	0	577.442
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.924.806	0	1.924.806
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	962.403	0	962.403

Exercício Social encerrado em 28.02.2019				
Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7,00	3,67	4,00	14,67
Nº de membros remunerados	4,00	3,67	4,00	11,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	996.265	0	996.265
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.320.883	0	3.320.883
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	1.660.442	0	1.660.442
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	710.556	0	710.556
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.368.520	0	2.368.520
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	1.184.260	0	1.184.260
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0	0

Exercício Social encerrado em 28.02.2018				
Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	4,00	5,00	0,00	9,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.128.548	0	1.128.548
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.761.828	0	3.761.828
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	1.880.914	0	1.880.914
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	941.876	0	941.876

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Exercício Social encerrado em 28.02.2018				
Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	570.985	0	570.985
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.903.284	0	1.903.284
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	951.642	0	951.642
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0	0

Exercício Social encerrado em 28.02.2017				
Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	6,58	5,25	0,00	11,83
Nº de membros remunerados	4,00	6,00	0,00	10,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.433.643	0	1.433.643
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	4.778.810	0	4.778.810
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	2.389.405	0	2.389.405
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	3.270.105	0	3.270.105
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	241.521	0	241.521
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	805.070	0	805.070
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0	402.535	0	402.535
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	593.296	0	593.296

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia possuía até 12 de dezembro de 2017 um Plano de Incentivo de Longo Prazo ("Plano ILP"), aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de julho de 2017, e que podia ser concedido para determinados diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), além de determinados administradores e empregados da Companhia (ou a eles equiparados), em conjunto com os diretores considerados como beneficiários nos termos do Plano ILP ("Beneficiários ILP"), no modelo de *Phantom Shares*, o qual foi cancelado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de dezembro de 2017, com o consequente distrato dos contratos de outorga celebrados pela Companhia com os respectivos beneficiários. Os subitens deste item 13.4 não são aplicáveis ao Plano ILP por se tratar de um plano sob o modelo de *Phantom Shares*.

Adicionalmente, a Companhia aprovou um plano de outorga de opção de compra de ações ("*Stock Options Plan*") em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de agosto de 2017 e que poderá ser concedido para determinados diretores da Companhia (estatutários e não estatutários), além de determinados administradores e empregados da Companhia (ou a eles equiparados), em conjunto com os diretores considerados como beneficiários nos termos do *Stock Options Plan* ("Beneficiários SOP" e, em conjunto com os Beneficiários ILP, "Participantes").

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2017 foi aprovada a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 2.877.563 (dois milhões, oitocentas e setenta e sete mil, quinhentas e sessenta e três) ações ordinárias de emissão da Companhia. Referido montante de Novas Opções respeita o limite global de 4,00% do capital social da Companhia previsto no *Stock Options Plan*.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de dezembro de 2017 foi aprovada a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia até o limite de 2.944.008 (dois milhões, novecentas e quarenta e quatro mil e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondente nesta data a 0,72% do capital social da Companhia ("Novas Opções"). Referido montante de Novas Opções respeita o limite global de 4,00% do capital social da Companhia previsto no *Stock Options Plan*.

As principais características do *Stock Options Plan* estão descritas a seguir:

(a) **Termos e condições gerais**

O Plano ILP no modelo de *Phantom Shares* apresentava ganhos potenciais (prêmios) para os Beneficiários ILP, que estavam diretamente relacionados ao crescimento de valor da Companhia, com base na variação do EBITDA consolidado ou ao preço da ação de emissão da Companhia, caso a Companhia viesse a ser listada como empresa de capital aberto.

Os Beneficiários ILP faziam jus ao recebimento de valores em dinheiro com base no preço por ação ordinária de emissão da Companhia, ou ao EBITDA consolidado, conforme o caso, à época do pagamento e no preço de referência inicial no momento da instituição da outorga. Os pagamentos ocorreriam a partir do segundo aniversário de instituição do Plano ILP, em três

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

parcelas, na proporção de 20%, 30% e 50% (segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente). A quantidade de ações utilizadas para o cálculo do pagamento devido ao Beneficiário ILP no âmbito do Plano ILP era calculada com base em múltiplos de salários, conforme o cargo e salário do Beneficiário ILP. Por se tratar de pagamento em dinheiro, o Plano ILP não implicaria em diluição dos acionistas da Companhia.

O *Stock Options Plan (SOP)* confere aos Beneficiários SOP a opção de compra de ações de emissão da Companhia, fixando preço e condições de pagamento específicos para seu exercício, nos termos dos contratos de opção celebrados individualmente com cada Beneficiário SOP, conforme decisão do Conselho de Administração. As opções se tornarão exercíveis a partir do segundo aniversário da data de outorga do *Stock Options Plan*, na proporção de 20%, 30% e 50% das opções outorgadas (segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente). As opções não exercidas até o prazo máximo fixado nos contratos de outorga individuais serão consideradas automaticamente extintas.

(b) **Principais objetivos do plano**

O *Stock Options Plan* tem por objetivos: (i) convergência de interesses e objetivos dos acionistas e executivos na criação de valor sustentável no longo prazo; (ii) retenção dos principais talentos e líderes da empresa no longo prazo; e (iii) alinhamento com as práticas de mercado no que tange a remuneração de executivos.

(c) **Forma como o plano contribui para esses objetivos**

O *Stock Options Plan* contribui para os objetivos acima, na medida em que confere aos Beneficiários a possibilidade de permanecerem vinculados à Companhia também como acionistas e incentivarem a criação de valor a longo prazo, além de compartilharem riscos e ganhos de forma equitativa.

(d) **Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**

O *Stock Options Plan* são prêmios, paralelos à remuneração de determinados administradores e empregados e garantem o alinhamento entre os objetivos dos Beneficiários com os da Companhia no longo prazo, contribuindo para a sustentabilidade do negócio da Companhia, a retenção de talentos, além de estarem alinhados com as práticas de remuneração do mercado, considerando os *players* similares à Companhia.

(e) **Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

No âmbito do *Stock Options Plan*, o ganho potencial (prêmio) dos Participantes ocorre conforme definido nos contratos de outorga e no período de 4 anos (*vesting*), respectivamente. Para ambos planos, a oportunidade de ganho é gradual na proporção de 20%, 30% e 50% para o segundo, terceiro e quarto ano, respectivamente. O valor de outorga é sempre baseado no plano de negócios da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(f) **Número máximo de ações abrangidas**

No âmbito do *Stock Options Plan,* as opções outorgadas não poderão exceder 4,0% (quatro por cento) das ações ordinárias representativas do capital social total da Companhia, na data de aprovação do referido plano, em bases totalmente diluídas, computando-se neste cálculo todas as opções já outorgadas nos termos do *Stock Options Plan*, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas, contanto que o número total de ações ordinárias emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do *Stock Options Plan* esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

(g) **Número máximo de opções a serem outorgadas**

Cada opção dará direito ao Beneficiário SOP de adquirir 1 (uma) ação ordinária da Companhia e, portanto, o número máximo de opções a serem outorgadas não devem exceder 4,0% (quatro por cento) das ações ordinárias representativas do capital social total da Companhia, nos termos descritos no item anterior.

(h) **Condições de aquisição de ações**

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da opção a determinadas condições. As opções se tornarão exercíveis a partir do segundo aniversário da data de outorga do *Stock Options Plan*, na proporção de 20%, 30% e 50% das opções outorgadas (segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente). O Beneficiário SOP que desejar exercer a sua opção deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de opções que deseja exercer. O contrato de opção individual estabelecerá duas janelas de prazo em cada exercício social para o exercício das opções cujas carências foram cumpridas.

(i) **Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

Para as outorgas de opções, o preço de exercício será equivalente à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia nos 30 (trinta) pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão imediatamente anteriores à data de outorga, líquido dos proventos acumulados, corrigido pela variação do IPCA desde a data da outorga ou desde a respectiva data de declaração/distribuição, conforme aplicável, até a data do efetivo exercício da opção.

(j) **Critérios para fixação do prazo de exercício**

O prazo de exercício é definido considerando uma visão de longo prazo e alinhada às práticas de mercado, que permite o exercício ("*vesting*") pleno conforme definido nos contratos de outorga e após 4 (quatro) anos, respectivamente. O exercício é gradual nas proporções descritas nos termos do item "e" acima.

(k) **Forma de liquidação**

O beneficiário poderá comprar as ações pelo valor de outorga quando estiverem "vestidas" e, poderá realizar sua posterior venda, pelo preço de mercado, respeitando as regras do referido *Stock Option Plan*.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(l) **Restrições à transferência das ações**

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das ações ordinárias adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário SOP dessas mesmas ações ordinárias.

(m) **Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Conselho de Administração, no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever a qualquer momento as condições *Stock Options Plan*, caso entenda que existe tal necessidade.

(n) **Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Em caso de desligamento do Beneficiário SOP da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador, ou caso o Beneficiário SOP seja desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas.

Caso o Beneficiário SOP seja desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, nas hipóteses previstas no *Stock Options Plan*, todas as opções, exercíveis ou não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Na hipótese do desligamento da Companhia do Beneficiário SOP por aposentadoria, desde que estabelecida de comum acordo entre o Beneficiário SOP e a Companhia, as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, terão seu período de *vesting* antecipado e poderão ser exercidas, junto com as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Por fim, se o Beneficiário SOP for desligado da Companhia por falecimento ou invalidez permanente, as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, terão seu período de *vesting* antecipado e poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário SOP, junto com as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, no prazo de 12 (doze) meses contados da data de

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2019/2020)		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	**7**	**3**
N° de membros remunerados	**4**	**3**
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	01/04/2019
Quantidade de opções outorgadas	N/A	SOP III: 1.936.063
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	As opções se tornarão exercíveis nos seguintes prazos de carência: (i) 20% no 2º ano; (ii) 30% no 3º ano; e (iii) 50% no 4º ano
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	50% das ações adquiridas não poderão ser transferidas pelo período de 1 ano a contar da data do efetivo recebimento das ações
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R$1,37
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	SOP III: R$6,96
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	1,42%

Exercício social encerrado em 28/02/2018		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	**7**	**5**
N° de membros remunerados	**4**	**5**
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	SOP I: 31/Outubro/2017 SOP II: 12/Dezembro/2017
Quantidade de opções outorgadas	N/A	SOP I: 1.737.890 SOP II: 1.778.019
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	As opções se tornarão exercíveis nos seguintes prazos de carência: (i) 20% no 2º ano; (ii) 30% no 3º ano; e (iii) 50% no 4º ano
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	50% das ações adquiridas não poderão ser transferidas pelo período de 1 ano a contar da data do efetivo recebimento das ações
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	SOP I: R$2,07 SOP II: R$1,68
Preço médio ponderado de exercício:		

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Exercício social encerrado em 28/02/2018		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
a. Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R$ 9,00 (nove reais), correspondente ao preço por Ação na oferta pública inicial de ações da Companhia na B3, líquido dos Proventos Acumulados, corrigido monetariamente de acordo com a variação do IPCA a partir da Data de Outorga ou desde a respectiva data de declaração/distribuição, conforme aplicável, até a data de exercício da Opção
b. Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
c. Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
d. Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	1,42%

13.6 - Opções em Aberto

13.6 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não ocorreram novas outorgas no exercício encerrado em 28 de fevereiro de 2019.

Exercício social encerrado em 28/02/2018		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	**7**	**5**
N° de membros remunerados	**4**	**5**
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	SOP I: 1.737.890 SOP II: 1.778.019
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	As opções se tornarão exercíveis nos seguintes prazos de carência: (i) 20% no 2º ano; (ii) 30% no 3º ano; e (iii) 50% no 4º ano
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	50% das ações adquiridas não poderão ser transferidas pelo período de 1 ano a contar da data do efetivo recebimento das ações
Preço médio ponderado de exercício:		
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	SOP I: R$2,07 SOP II: R$1,68
Opções exercíveis:		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 (sete) anos a contar da Data de Outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	50% das ações adquiridas não poderão ser transferidas pelo período de 1 ano a contar da data do efetivo recebimento das ações
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R$ 9,00 (nove reais), correspondente ao preço por Ação na oferta pública inicial de ações da Companhia na B3, líquido dos Proventos Acumulados, corrigido monetariamente de acordo com a variação do IPCA a partir da Data de Outorga ou desde a respectiva data de declaração/distribuição, conforme aplicável, até a data de exercício da Opção
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	SOP I: R$2,07 SOP II: R$1,68
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 28/02/2017		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	**6,58**	**6**
N° de membros remunerados	**4**	**6**
Opções ainda não exercíveis		

13.6 - Opções em Aberto

Exercício social encerrado em 28/02/2017		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Quantidade	N/A	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Opções exercíveis:		
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, pois o prazo de *vesting* ainda não foi atingido.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: (a) modelo de precificação; (b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; (c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; (d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

O valor de mercado das opções concedidas é estimado usando o modelo Black-Scholes de precificação de opções. A estimativa foi realizada na data da concessão. As premissas utilizadas na contabilização dos programas de opção de compra de ações serão: (i) Dado a falta de histórico de negociação das ações da Companhia foi utilizada como premissa de volatilidade valor calculado com base nas observações históricas do preço de Companhias semelhantes utilizando-se o mesmo prazo de observações daquele correspondente ao prazo remanescente para o exercício da opção em cada período de *vesting*, tendo sido considerada uma volatilidade média de 35,00%; (ii) sem expectativa de distribuição de dividendos sobre as ações; (iii) taxa de juros livre de risco de mercado para o prazo da opção no momento da concessão, a qual variou entre 7,84% e 8,72%; e (iv) prazo de vida.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

	Empresas	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
		Ações	Ações	Ações
Controlador	Camil Investimentos S.A.	516.176.474	258.088.237	-
Emissora	Camil Alimentos S.A.	6.812.964	12.197.300	3.000

	Empresa	Total Ações (1)
Controladas diretas ou indiretas da Camil Alimentos S.A (1)	Ciclo Logística Ltda.	25.998.895
	Camil Latam S.A.	552.516.018
	Camil Uruguay Sociedad de Inversión S.A.	1.651.525.027
	Empresas Tucapel S.A.	207.766.748
	Envasadora Arequipa SAC	4.332.906
	Consteño Alimentos SAC	15.318.967
	SAMU Mercantil Uruguaya	7.723
	Molinos Arroceros Nacionales S.A. (SAMAN)	365.601.388
	Arroz Uruguayo S.A.	49.012.774
	Comisaco S.A	250
	Galofer S.A.	810.000
	Agencia Maritima Sur S.A.	1.629.000
	Tacua S.A.	2.851

Nota 1: a quantidade de ações informada, representa as ações detidas direta ou indiretamente pela Emissora e consequentemente detidas indiretamente pelos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal da Emissora.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência não havia planos de previdência conferidos aos administradores da Companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2017	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2017	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2017
Nº de membros	3,67	5,00	5,25	7,00	7,00	6,58	4,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	3,67	5,00	6,00	4,00	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	3.785.460,00	3.649.813,00	10.302.451,00	241.595,00	180.000,00	1.447.354,00	120.000,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	403.311,00	866.805,00	1.112.837,00	59.354,00	496.500,00	120.000,00	24.000,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	2.107.977,00	1.810.658,00	3.847.026,00	144.625,00	125.778,00	451.839,00	108.000,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, não há mecanismo formal de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2019	27,12%	48,93%	0,00%
2018	28,45%	40,31%	0,00%
2017	80,08%	26,95%	0,00%
2016	78,49%	31,80%	0,00%
2015	77,07%	35,61%	0,00%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os administradores não receberam da Companhia qualquer remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos últimos três exercícios sociais não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores para o exercício de cargos na Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

No item 13.2 foi informado o número de membros total do Conselho de Administração e da Diretoria. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº03/2019, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração, com duas casas decimais. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Diretoria

Exercício corrente (2019/2020)

Meses	Nº de membros
março-19	3,00
abril-19	3,00
maio-19	3,00
junho-19	3,00
julho-19	3,00
agosto-19	3,00
setembro-19	3,00
outubro-19	3,00
novembro-19	3,00
dezembro-19	3,00
janeiro-20	3,00
fevereiro-20	3,00
Total	**36,00**
Média (Total/Nº de meses)	**3,00**

Meses	Nº de membros
março-18	5,00
abril-18	5,00
maio-18	5,00
junho-18	5,00
julho-18	3,00
agosto-18	3,00
setembro-18	3,00
outubro-18	3,00
novembro-18	3,00
dezembro-18	3,00
janeiro-19	3,00
fevereiro-19	3,00
Total	**44,00**
Média (Total/Nº de meses)	**3,67**

Exercício (2017/2018)

Meses	Nº de membros
março-18	5,00
abril-18	5,00
maio-18	5,00
junho-18	5,00
julho-18	3,00
agosto-18	3,00
setembro-18	3,00
outubro-18	3,00
novembro-18	3,00
dezembro-18	3,00
janeiro-19	3,00
fevereiro-19	3,00
Total	**44,00**
Média (Total/Nº de meses)	**3,67**

Meses	Nº de membros
março-17	5,00
abril-17	5,00
maio-17	5,00
junho-17	5,00
julho-17	5,00
agosto-17	5,00
setembro-17	5,00
outubro-17	5,00
novembro-17	5,00
dezembro-17	5,00
janeiro-18	5,00
fevereiro-18	5,00
Total	**60,00**
Média (Total/Nº de meses)	**5,00**

13.16 - Outras Informações Relevantes

Exercício (2016/2017)

Meses	Nº de membros
março-16	6,00
abril-16	6,00
maio-16	6,00
junho-16	5,00
julho-16	5,00
agosto-16	5,00
setembro-16	5,00
outubro-16	5,00
novembro-16	5,00
dezembro-16	5,00
janeiro-17	5,00
fevereiro-17	5,00
Total	**64,00**
Média (Total/Nº de meses)	**5,25**

Conselho de Administração

Exercício corrente
(2019/2020)

Meses	Nº de membros
março-19	7,00
abril-19	7,00
maio-19	7,00
junho-19	7,00
julho-19	7,00
agosto-19	7,00
setembro-19	7,00
outubro-19	7,00
novembro-19	7,00
dezembro-19	7,00
janeiro-20	7,00
fevereiro-20	7,00
Total	**84,00**
Média (Total/Nº de meses)	**7,00**

Meses	Nº de membros
março-18	7,00
abril-18	7,00
maio-18	7,00
junho-18	7,00
julho-18	7,00
agosto-18	7,00
setembro-18	7,00
outubro-18	7,00
novembro-18	7,00
dezembro-18	7,00
janeiro-19	7,00
fevereiro-19	7,00
Total	**84,00**
Média (Total/Nº de meses)	**7,00**

Exercício (2017/2018)

Meses	Nº de membros
março-18	7,00
abril-18	7,00
maio-18	7,00
junho-18	7,00
julho-18	7,00

Meses	Nº de membros
março-17	7,00
abril-17	7,00
maio-17	7,00
junho-17	7,00
julho-17	7,00

13.16 - Outras Informações Relevantes

agosto-18	7,00
setembro-18	7,00
outubro-18	7,00
novembro-18	7,00
dezembro-18	7,00
janeiro-19	7,00
fevereiro-19	7,00
Total	**84,00**
Média (Total/Nº de meses)	**7,00**

agosto-17	7,00
setembro-17	7,00
outubro-17	7,00
novembro-17	7,00
dezembro-17	7,00
janeiro-18	7,00
fevereiro-18	7,00
Total	**84,00**
Média (Total/Nº de meses)	**7,00**

Exercício (2017/2016)

Meses	Nº de membros
Março-16	6
Abril-16	6
Maio-16	6
Junho-16	6
Julho-16	6
Agosto-16	7
Setembro-16	7
Outubro-16	7
Novembro-16	7
Dezembro-16	7
Janeiro-17	7
Fevereiro-17	7
Total	**79**
Média (Total/Nº de meses)	**6,58**

Conselho Fiscal

Exercício corrente (2019/2020)

Meses	Nº de membros
março-19	N/A
abril-19	N/A
maio-19	N/A
junho-19	N/A
julho-19	N/A
agosto-19	N/A
setembro-19	N/A
outubro-19	N/A
novembro-19	N/A
dezembro-19	N/A
janeiro-20	0,00
fevereiro-20	0,00
Total	**24,00**
Média (Total/Nº de meses)	**2,00**

2019

Meses	Nº de membros
março-18	0,00
abril-18	0,00
maio-18	0,00
junho-18	0,00
julho-18	6,00
agosto-18	6,00
setembro-18	6,00
outubro-18	6,00
novembro-18	6,00
dezembro-18	6,00
janeiro-19	6,00
fevereiro-19	6,00
Total	**48,00**
Média (Total/Nº de meses)	**4,00**

13.16 - Outras Informações Relevantes

Exercício corrente (2019/2020)

Meses	Nº de membros
março-19	6,00
abril-19	6,00
maio-19	6,00
junho-19	6,00
julho-19	6,00
agosto-19	6,00
setembro-19	6,00
outubro-19	6,00
novembro-19	6,00
dezembro-19	6,00
janeiro-20	6,00
fevereiro-20	6,00
Total	**72,00**
Média (Total/Nº de meses)	**6,00**

Meses	Nº de membros
março-18	0,00
abril-18	0,00
maio-18	0,00
junho-18	0,00
julho-18	6,00
agosto-18	6,00
setembro-18	6,00
outubro-18	6,00
novembro-18	6,00
dezembro-18	6,00
janeiro-19	6,00
fevereiro-19	6,00
Total	**48,00**
Média (Total/Nº de meses)	**4,00**

Exercício (2018/2019)

Meses	Nº de membros
março-18	0
abril-18	0
maio-18	0
junho-18	0
julho-18	3,00
agosto-18	3,00
setembro-18	3,00
outubro-18	3,00
novembro-18	3,00
dezembro-18	3,00
janeiro-19	3,00
fevereiro-19	3,00
Total	**24,00**
Média (Total/Nº de meses)	**2**

Exercício (2017/2018)

Meses	Nº de membros
março-17	**N / A**
abril-17	
maio-17	
junho-17	
julho-17	
agosto-17	
setembro-17	
outubro-17	
novembro-17	
dezembro-17	
janeiro-18	
fevereiro-18	
Total	
Média (Total/Nº de meses)	

Exercício (2016/2017)

Meses	Nº de membros
Março/16	**N / A**
Abril/16	
Maio/16	
Junho/16	
Julho/16	
Agosto/16	
Setembro/16	
Outubro/16	

13.16 - Outras Informações Relevantes

Novembro/16	
Dezembro/16	
Janeiro/2017	
Fevereiro/2017	
Total	
Média (Total/Nº de meses)	

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir evidencia a composição do quadro de colaboradores da Companhia nas datas indicadas:

i. Brasil *(Número de funcionários ativos, sem considerar aprendizes)*

	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2017
Número Total de Empregados	3.747	3.506	3.981
Por grupos			
Administrativo	867	648	704
Operacional	2.880	2.858	3.277
Por unidade geográfica			
01 - São Paulo	202	190	393
03 - Camaquã	336	349	327
04 - Itaqui	395	472	489
07 - Cambaí	71	60	93
08 - Maçambará	86	75	58
10 - Recife	113	88	88
12 - Uruguaiana	1	2	2
13 - Unaí	0	0	0
14 - Cuiabá	32	29	29
15 - Fortaleza	9	9	9
16 - Brasília	11	10	9
17 - Belo Horizonte	17	16	18
18 - Maceió	0	0	0
19 - Salvador	8	5	7
21 - São Luís	15	17	10
24 - Rio Grande	254	244	230
27 - Itapecuru	94	97	106
28 - Navegantes	1.030	1.098	1.005
29 - São Gonçalo	7	184	693
30 - Itajaí	0	0	0
32 - Santa Cruz	161	176	227
33 - Piedade	0	0	1
36 - Sertãozinho	83	108	119
37 - Tarumã	6	8	7
38 - Barra Bonita	29	4	4
39 - Araquari	0	0	0
41 - Camaquã processados	88	68	57
43 – Escritório Central	199	197	0
45 – Ap. Goiânia	46	0	0
46 - Porto Alegre	16	0	0
47 - Capão do Leão	353	0	0
48 - Tocantins	84	0	0
49 - Caucaia	1	0	0

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela a seguir evidencia a composição dos trabalhadores terceirizados contratados pela Companhia nas datas indicadas. As áreas de atuação dos trabalhadores terceirizados são: (i) restaurante, (ii) serviços gerais (manutenção, limpeza, lavanderia, carga e descarga, recepção, segurança patrimonial) e (iii) suporte e tecnologia da informação.

	28/02/2019	28/02/2018	28/02/2017	29/02/2016
Número Total de Terceirizados	494	417	675	786
Por grupos				
Administrativo	20	23	22	26
Operacional	474	394	653	760
Por unidade geográfica				
01 - São Paulo	101	113	144	168
03 - Camaquã	58	1	62	63
04 - Itaqui	64	77	101	103
07 - Cambaí	4	0	4	4
08 - Maçambará	3	0	3	3
10 - Recife	11	8	19	16
12 - Uruguaiana	0	0	0	0
13 - Unaí	0	0	0	0
14 - Cuiabá	21	15	4	4
15 - Fortaleza	0	0	0	0
16 - Brasília	0	0	0	0
17 - Belo Horizonte	0	0	0	0
18 - Maceió	0	0	0	0
19 - Salvador	0	0	0	0
21 - São Luís	5	6	0	0
24 - Rio Grande	6	6	23	27
27 - Itapecuru	7	29	8	8
28 - Navegantes	64	53	52	55
29 - São Gonçalo	13	38	134	148
30 - Itajaí	0	0	8	8
32 - Santa Cruz	51	41	52	44
33 - Piedade	0	0	0	0
36 - Sertãozinho	1	15	61	135
37 - Tarumã	0	0	0	0
38 - Barra Bonita	8	0	0	0
39 - Araquari	0	0	0	0
41 - Camaquã processados	0	0	0	0
43 - Escritório Central	18	15	0	0
45 – Ap. Goiânia	11	0	0	0
46 - Porto Alegre	0	0	0	0
47 - Capão do Leão	40	0	0	0
48 - Tocantins	8	0	0	0

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

49 - Caucaia	0	0	0	0

b. Índice de rotatividade

Demonstramos abaixo a evolução do índice de rotatividade da Companhia:

Data	Índice de rotatividade
28/02/2019	2,80%
28/02/2018	2,52%
28/02/2017	3,00%

Fórmula de Cálculo: ((Número colaboradores admitidos + demitidos) /2) /Total de funcionários ativos do último dia útil do exercício social). [**Nota LdR:** favor confirmar, uma vez que somente é apresentado o índice anual]

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Em dezembro de 2018 a Camil adquiriu a empresa SLC Alimentos com duas unidades Fabris: Capão do Leão e Tocantins.

Em abril de 2018, teve início a operação na unidade de Aparecida de Goiânia.

A diminuição do número de funcionários entre os anos de 2015 e 2019 ocorreu devido à sinergia gerada pela consolidação de unidades de negócio (deslocamento da produção da unidade do Rio de Janeiro para Navegantes), além de automatizações do processo produtivo (como palletizadoras eletrônicas), dentre outras ações de melhorias nos processos produtivos.

Os colaboradores da unidade 43 – Escritório Central, até 2017 constavam no número da unidade 01 – São Paulo. A partir de em julho/17 ocorreu a mudança para a nova sede administrativa.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. Política de salários e remuneração variável

A política de remuneração (salários e remuneração variável) da Companhia está em linha com as práticas de mercado, sendo que os ajustes são feitos para reconhecer desempenhos diferenciados, reter talentos e manter um pacote atrativo de remuneração. Os acordos coletivos de trabalho com os sindicatos são aplicados regularmente conforme as datas bases de cada localidade.

A política de remuneração variável estimula a busca de resultados pelos colaboradores e reconhece o alcance e superação das metas pré-definidas aprovadas no início do ano fiscal, gerando direcionadores e foco nos indicadores considerados críticos para a estratégia e resultados da Companhia, e que corresponde aos interesses dos acionistas.

Para mais informações, vide item 13 deste Formulário de Referência, que detalha os programas de remuneração aplicáveis a administradores da Companhia e determinados empregados.

b. Política de benefícios

Os colaboradores da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo e em linha com as práticas de mercado. A Companhia oferece os seguintes benefícios:

1.Assistência Médica;
2.Assistência Odontológica;
3.Seguro de Vida;
4.Vale transporte;
5.Cesta Básica ou Vale Alimentação; e
6.Vale refeição ou Restaurante no Local.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de agosto de 2017, a Companhia aprovou um plano de outorga de opção de compra de ações ("*Stock Options Plan*"), cujas opções de compra de ações poderão ser outorgadas para empregados da Companhia ou de sociedades sob o seu controle, incluindo aqueles (a) que são considerados como empregados para fins legais ou tributários, ou (b) que trabalham para a Companhia sob sua direção da mesma forma que os indivíduos que são considerados empregados para fins legais ou tributários, ou (c) cujos serviços prestados são similares àqueles prestados pelos empregados, tais como o pessoal da administração que tem autoridade e responsabilidade para planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo diretores estatutários e diretores não estatutários.

Para mais informações, vide item 13 deste Formulário de Referência, que detalha os programas de remuneração aplicáveis a administradores da Companhia e determinados empregados.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos, indicando, se houve, paralizações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia celebra, anualmente, acordos diretamente com sindicatos dos trabalhadores ou através de participação em sindicatos patronais aos quais seus funcionários estão vinculados, estabelecendo as respectivas cláusulas, tais como reajuste salarial, benefícios sociais, Programa de Participação no Resultado – PPR, entre outros. O principal objetivo dessa prática é estabelecer um relacionamento transparente, a partir do qual empregador e colaboradores sejam beneficiados e todas as questões sejam resolvidas, sem que haja tensões ou conflitos, mantendo a harmonia e o equilíbrio nas relações trabalhistas da Companhia.

A Companhia possui um bom relacionamento com seus colaboradores e os sindicatos aos quais estão vinculados, sendo que a última paralização ocorrida em 2015 com duração de apenas 2 dias.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 14 deste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Thiago Maggi Quartiero					
271.815.418-70	Brasil-SP	Sim	Sim	28/09/2017	
Não					
3.344.482	0,904%	0	0,000%	3.344.482	0,904%
Templeton Investment Counsel, LLC					
		Não	Não	16/01/2018	
Sim	Franklin Templeton Investimentos		Juridica	04.205.311/0001-48	
20.553.200	5,555%	0	0,000%	20.553.200	5,555%
Luciano Maggi Quartiero					
176.015.658-23	Brasil-SP	Sim	Sim	13/04/2020	
Não					
12.500.000	3,378%	0	0,000%	12.500.000	3,378%
Camil Investimentos S.A.					
02.303.632/0001-50	Brasil	Sim	Sim	28/09/2017	
Não					
229.735.239	62,091%	0	0,000%	229.735.239	62,091%
Jacques Maggi Quartiero					
157.083.508-06	Brasil-SP	Sim	Sim	28/09/2017	
Não					
3.344.482	0,904%	0	0,000%	3.344.482	0,904%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
OUTROS					
100.522.597	27,168%	0	0,000%	100.522.597	27,168%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 01/06/2018					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
370.000.000	100,000%	0	0,000%	370.000.000	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Camil Investimentos S.A.				**02.303.632/0001-50**	

Jacques Maggi Quartiero					
157.083.508-06	Brasil-SP	Sim	Sim	26/07/2017	
Não					
258.088.237	33,333	0	0,000	258.088.237	33,333

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

Luciano Maggi Quartiero					
176.015.658-23	Brasil-SP	Sim	Sim	26/07/2017	
Não					
258.088.237	33,333	0	0,000	258.088.237	33,333

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

Thiago Maggi Quartiero					
271.815.418-70	Brasil-SP	Sim	Sim	26/07/2017	
Não					
258.088.237	33,333	0	0,000	258.088.237	33,333

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Camil Investimentos S.A.				**02.303.632/0001-50**	
TOTAL					
774.264.711	100,000	0	0,000	774.264.711	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

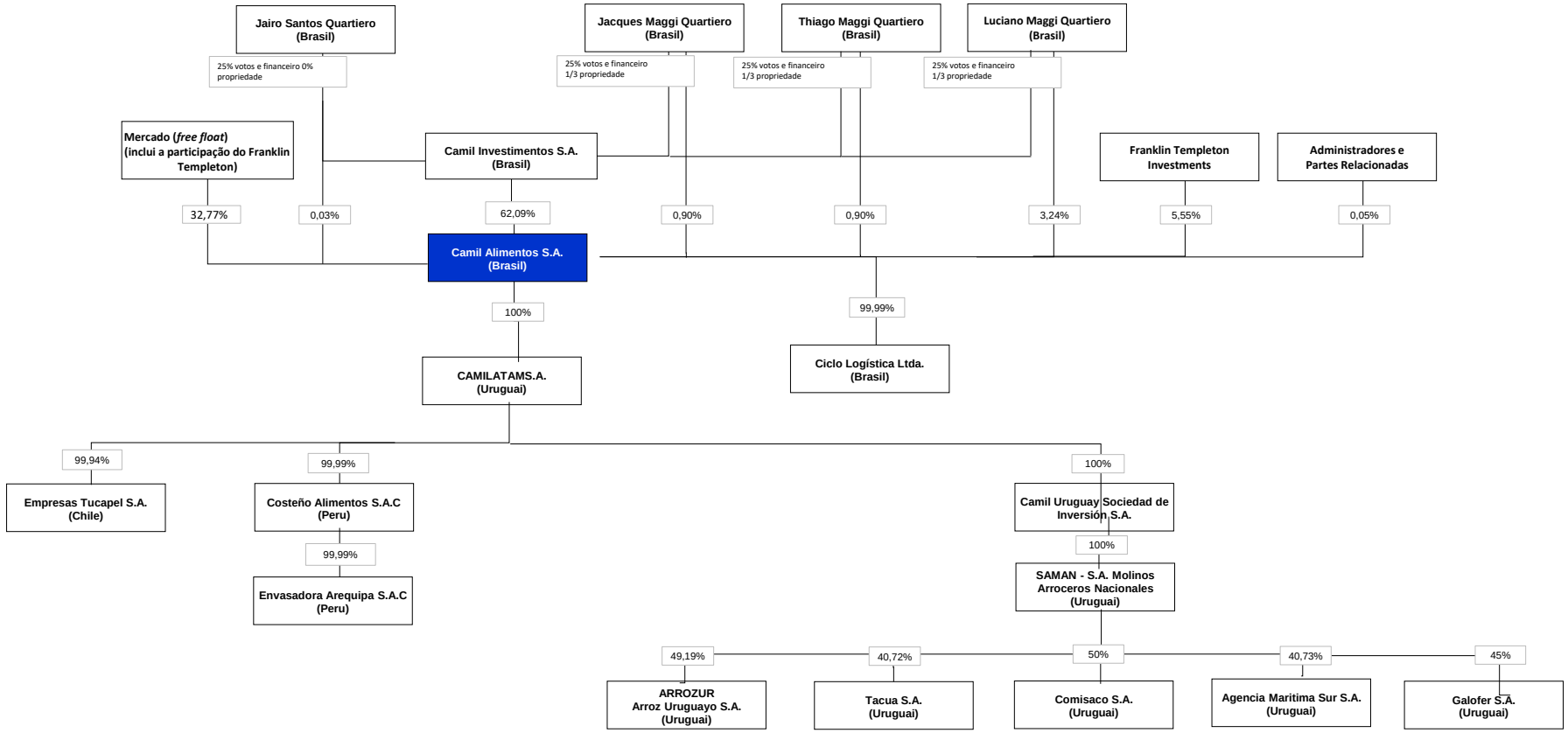
Data da última assembleia / Data da última alteração	30/06/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	30.386
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	145
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	115

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	121.075.797	32,723%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	121.075.797	32,723%

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA*



* Desconsidera participações detidas pela Camil Investimentos e seus repectivos acionistas em outras sociedades.
Atualizado em 10/dez/19

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

- **a. partes**
- **b. data de celebração**
- **c. prazo de vigência**
- **d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle**
- **e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais**
- **f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las**
- **g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle**

Acordo de Acionistas da Camil Investimentos.

a. Partes

São partes do acordo de acionistas vigente da Camil Investimentos S.A. ("AA da Camil Investimentos"): (i) Jacques Maggi Quartiero ("Jacques"); (ii) Luciano Maggi Quartiero ("Luciano"); (iii) Thiago Maggi Quartiero ("Thiago", em conjunto com Jacques e Luciano, "Acionistas da Camil Investimentos"); (iv) Jairo Santos Quartiero ("Jairo"); e ainda, como intervenientes anuentes, (v) Camil Investimentos S.A. ("Camil Investimentos"); (vi) Companhia; e (vii) os cônjuges dos Acionistas da Camil Investimentos (Alete Helena Maggi Quartiero, Maria Fernanda Resende Quartiero, Luciana Pereira Quartiero e Karina Natale Quartiero).

b. Data de celebração

O AA da Camil Investimentos foi celebrado em 27 de julho de 2017.

c. Prazo de vigência

O AA da Camil Investimentos é válido e eficaz por um prazo inicial de 20 (vinte) anos, o qual será automaticamente prorrogado por um prazo adicional de 10 (dez) anos, exceto se houver manifestação em contrário, por escrito, de qualquer Acionista da Camil Investimentos, durante o último semestre de vigência do AA da Camil Investimentos.

d. Descrição da cláusula relativa ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Os Acionistas da Camil Investimentos e o Jairo, se comprometeram, por meio da celebração do AA da Camil Investimentos a exercerem seus respectivos poderes de voto na Camil Investimentos e, indiretamente, na Companhia e demais subsidiárias, de forma a garantir a perpetuidade, o crescimento e a solidificação dos negócios de cada uma delas.

Cada um dos Acionistas da Camil Investimentos e Jairo deverão votar e fazer com que seus representantes votem, conforme o caso, nas assembleias gerais de acionistas, de modo a dar cumprimento e efeito aos termos e condições previstas no AA da Camil Investimentos.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Em determinadas hipóteses, tais como a convocação de uma Assembleia Geral da Companhia para deliberar sobre a eleição dos membros do conselho de administração, ou a convocação de uma Reunião do Conselho de Administração para deliberar qualquer matéria, deverá ser realizada reunião prévia entre Jairo e os representantes dos Acionistas da Camil Investimentos ("Reunião Prévia") com o objetivo de discutir e determinar o voto a ser proferido: (i) pela Camil Investimentos., na Assembleia Geral da Companhia; e (ii) pelos membros do Conselho de Administração da Companhia indicados pela Camil Investimentos, conforme determinado em Reunião Prévia e eleitos pela Assembleia Geral da Companhia ("Conselheiros Vinculados"), na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, ficando a Companhia e os Conselheiros Vinculados obrigados a exercerem seus votos nas Assembleias Gerais e nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, em conformidade com as deliberações das Reuniões Prévias.

Os Acionistas da Camil Investimentos não poderão exercer o seu direito de voto e instruir os seus representantes a não votar, conforme o caso, sempre que tal voto for determinante para obstar o voto da Camil Investimentos na aprovação de qualquer matéria em Assembleia Geral ou em Reunião do Conselho de Administração de suas subsidiárias ou sucessoras, assim como não pedir voto múltiplo, instalação do conselho fiscal, ou exercer direitos de voto, inclusive em separado, para eleição de membros do conselho de administração ou do conselho fiscal, respeitando integralmente, portanto, o voto da Camil Investimentos.

Adicionalmente, toda e qualquer matéria somente poderá ser aprovada na respectiva reunião do Conselho de Administração da Companhia se for previamente aprovada, em Reunião Prévia, pelo voto afirmativo de 2/3 (dois terços) da totalidade das ações de emissão da Camil Investimentos, sendo que cada Acionista da Camil Investimentos e o Jairo terão um voto na respetiva Reunião Prévia para cada ação de emissão da Camil Investimento por eles detidas.

e. Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Conforme disposto no item 6.1 do AA da Camil Investimentos, sempre que for convocada (a) Assembleia Geral da Companhia para deliberar sobre a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia; e (b) Reunião do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre qualquer matéria, deverá ser realizada uma Reunião Prévia entre o Jairo e os demais Acionistas da Camil Investimentos (por meio de seus representantes), com o objetivo de discutir e determinar o voto a ser proferido pela Camil Investimentos na Assembleia Geral da Companhia, e pelos membros do Conselho de Administração indicados pela Camil Investimentos ficando a Camil Investimentos obrigada a exercer seu voto em conformidade com a deliberação na Reunião Prévia.

Cada Acionista da Camil Investimentos (por meio de seus representantes) terá o direito de indicar 1 (um) ou mais candidatos para ocuparem um cargo no Conselho de Administração da Companhia, desde que atendam aos requisitos previstos no AA da Camil Investimentos. Na hipótese de impasse na eleição dos conselheiros da Companhia a serem indicados pela Camil Investimentos, os candidatos propostos na Reunião Prévia pelos Acionistas da Camil Investimentos e pelo Jairo serão escolhidos mediante sorteio, até que se complete, pela ordem do sorteio, o número total de membros do Conselho de Administração que caiba à Camil Investimentos eleger na Assembleia Geral da Companhia.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

f. Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Transferência de Ações

Conforme disposto no AA da Camil Investimentos, nenhum dos Acionistas da Camil Investimentos poderá, de forma direta ou indireta, em qualquer nível, transferir ou de outra forma negociar ou onerar qualquer das ações de emissão da Camil Investimentos, exceto nas hipóteses abaixo:

(i) para outro Acionista da Camil Investimentos do seu próprio grupo (cada Acionista da Camil Investimentos em conjunto com *(a)* sua estirpe, *(b)* seus respectivos cônjuges, companheiros, curadores, herdeiros, legatários e sucessores que se tornem, por qualquer motivo ou razão, titulares das ações ("Sucessores"), e (c) aos cessionários permitidos que se tornem titulares de ações ("Cessionários Permitidos"), conforme procedimentos previstos no AA da Camil Investimentos ("Grupo de Acionistas");

(ii) para os sucessores dos Acionistas da Camil Investimentos e do Jairo; e

(iii) para qualquer sociedade de propósito específico ou fundo de investimento, cuja totalidade de seu capital social ou de suas cotas seja detida diretamente por Thiago, Jacques ou Luciano, e seus respectivos ascendentes, descendentes em linha reta e em qualquer grau, naturais ou civis (adotivos) e herdeiros testamentários, que sejam Cessionários Permitidos.

A transferência de ações entre Acionistas do mesmo Grupo de Acionistas deverá (i) ser previamente autorizada pelos Acionistas pertencentes ao Grupo em questão representando a maioria do capital social detido pelo Grupo, mediante instrumento escrito assinado pelos Acionistas representando tal quórum e entregue à Camil Investimentos, ou (ii) deverá ser feita em observância às disposições de acordo em separado celebrado pelo respectivo Grupo de Acionistas e arquivado na sede da Camil Investimentos.

Na hipótese de transferência de ações oneradas com usufruto para outro acionista, sucessor dos acionistas ou Cessionários Permitidos, o usufruto sobre tais ações permanecerá em pleno vigor e efeito, sem qualquer modificação.

Direito de Preferência

Caso os Acionistas da Camil Investimentos representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Camil Investimentos, recebam oferta firme e de boa-fé de acionista da Camil Investimentos (ou sucessores e Cessionários Permitidos deste) pertencente a outro Grupo de Acionistas da Camil Investimentos ou de terceiro ("Comprador Potencial da Camil Investimentos") para transferir direta ou indiretamente parte ou a totalidade de suas ações na Camil Investimentos ("Proposta"), o acionista ofertante deverá enviar uma notificação por escrito aos demais Acionistas ("Acionistas Ofertados da Camil Investimentos") de sua intenção de venda ("Notificação de Preferência da Camil Investimentos"). Os demais Acionistas da Camil Investimentos terão preferência para adquirir as Ações Ofertadas da Camil Investimentos nos mesmos termos e condições ofertados pelo Comprador Potencial da Camil Investimentos ("Direito de Preferência").

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Tag Along (Direito de Venda Conjunta)

Caso as Ações objeto da Proposta recebida de um Comprador Potencial da Camil Investimentos representem o controle da Camil Investimentos, o(s) Acionista(s) Ofertante(s) somente poderá(ão) contratar a transferência de controle da Camil Investimentos sob a condição de que o Comprador Potencial da Camil Investimentos do Controle se obrigue a fazer oferta irrevogável e irretratável para adquirir a totalidade das ações de propriedade dos demais Acionistas da Camil Investimentos ("Acionistas Alienantes da Camil Investimentos"), nos exatos termos e condições previstos nos instrumentos definitivos da transferência de controle, inclusive pelo preço por ação ("Direito de Venda Conjunta"). Se aplicável, a oferta de aquisição de até a totalidade das ações constará, obrigatoriamente, dos termos da oferta previsto no AA da Camil Investimentos.

Drag Along (Direito de Exigir a Venda).

Se os Acionistas da Camil Investimentos representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Camil Investimentos ("Acionistas Demandantes da Camil Investimentos") tiverem a intenção de vender a totalidade (e não menos que a totalidade) das ações de sua titularidade, os Acionistas Demandantes da Camil Investimentos poderão exigir que os demais Acionistas da Camil Investimentos ("Acionistas Demandados da Camil Investimentos") vendam a totalidade das ações de sua titularidade, em conjunto com a totalidade das ações de titularidade dos Acionistas Demandantes da Camil Investimentos, por valor igual ou superior ao valor previsto no AA da Camil Investimentos ("Direito de Exigir a Venda"), para qualquer terceiro interessado, no âmbito de um procedimento de venda competitiva, desde que todos os termos e condições previstos no AA da Camil Investimentos sejam observados. Para tanto, os Acionistas Demandantes da Camil Investimentos deverão enviar uma notificação aos Acionistas Demandados da Camil Investimentos, com cópia para a Camil Investimentos, informando sobre o exercício do direito de exercer a venda.

Caso seja exercido o Direito de Exigir a Venda, e nenhum dos Acionistas da Camil Investimentos exerça o Direito de Preferência, os Acionistas da Camil Investimentos deverão tomar ou fazer com que sejam tomadas as providências necessárias ou razoavelmente desejáveis para a célere consumação da venda das ações conforme o procedimento previsto no AA da Camil Investimentos, comprometendo-se a celebrar e entregar, contra o pagamento do preço das ações a eles devido, quaisquer instrumentos razoavelmente especificados pelo comprador, incluindo, a assinatura dos termos de transferência de ações no livro de registro de transferência de ações, e, se aplicável, o contrato de compra e venda de ações com declarações e garantias usuais em operações dessa natureza, respondendo os acionistas vendedores por suas declarações, as quais deverão ser equivalentes às prestadas pelo(s) comprador(es).

g. Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

O eventual exercício, por qualquer dos Conselheiros Vinculados, de seu direito de voto em uma Reunião do Conselho de Administração da Companhia em desacordo com o AA Camil Investimentos ou com as decisões proferidas em Reunião Prévia, obrigará o presidente da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, nos termos do art. 118, §§ 8º e 9º, da Lei das Sociedades por Ações, a não computar o voto proferido pelo Conselheiro Vinculado em infração ao disposto no AA da Camil Investimentos.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia.

Exercício Social de 2018:

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia.

Exercício Social de 2017:

Em 20 de julho de 2017, o WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia), sucedeu, na qualidade de única acionista da WP Angra dos Reis Holdco S.A., todos os ativos e passivos da referida sociedade, incluindo a totalidade da participação detida por esta no capital social da Companhia. Para mais informações vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Em 26 de julho de 2017, foi reduzido o capital social da Camil Investimentos S.A. ("Camil Investimentos"), controladora direta da Companhia, que alterou a estrutura acionária direta da Companhia, bem como promoveu uma alteração nos direitos políticos exercidos na Camil Investimentos, uma vez que, em razão do cancelamento de ações livres de ônus, o Sr. Jairo Santos Quartiero passou a deter 27,76% dos votos na Camil Investimentos e cada um dos acionistas da Camil Investimentos, Srs. Jacques Maggi Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero, passaram a deter, cada um, 24,08% dos votos.

Em 26 de setembro de 2017, os Srs. Jacques Maggi Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero exerceram a opção de compra de que eram titulares com relação a 10.033.445 ações de emissão da Companhia, outorgada pelo XP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em 20 de julho de 2017, na seguinte proporção: (i) 3.344.482 ações de emissão da Companhia foram transferidas ao Jacques Maggi Quartiero; (ii) 3.344.482 ações de emissão da Companhia foram transferidas ao Thiago Maggi Quartiero; e (iii) 3.344.481 ações de emissão da Companhia foram transferidas ao Luciano Maggi Quartiero.

Em 27 de setembro de 2017, foi registrada a oferta pública de distribuição secundária da Companhia, por meio da qual Jacques Maggi Quartiero, Thiago Maggi Quartiero e WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("WP FIP") alienaram ações ordinárias de emissão da Companhia, modificando o quadro acionário da Companhia da seguinte forma: Jaques, que inicialmente detinha 2,00% do capital social total da Companhia, passou a deter 0,82% do capital social total da Companhia; Thiago, que incialmente detinha 2,00% do capital social total da Companhia, passou a deter 0,82% do capital social total da Companhia e; WP FIP, que inicialmente detinha 31,75% do capital social total da Companhia, passou a deter 8,63% do capital social da Companhia após a realização da oferta pública de distribuição secundária da Companhia.

Exercício Social de 2016:

Em 1º de agosto de 2016, o Fundo de Investimento em Participações Camil alienou sua participação acionária, representativa de 31,75% do capital social da Companhia, para a WP Angra dos Reis Holdco S.A. Para mais informações, favor verificar a seção 15.7 deste Formulário de Referência.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Em 06 de setembro de 2016, o Sr. Jairo Santos Quartiero doou, com reserva de usufruto, a totalidade das ações por ele detidas na Camil Investimentos, controladora direta da Companhia, aos demais acionistas da Camil Investimentos, Srs. Jacques Maggi Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero, em proporções iguais, de forma que o Sr. Jairo Santos Quartiero deixou de deter o controle da Camil Investimentos S.A., passando os Srs. Jairo Santos Quartiero, Jacques Maggi Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero a deterem o mesmo percentual de voto na Camil Investimentos.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver a Companhia ou qualquer de suas controladas ou coligadas:

a. evento
b. principais condições do negócio
c. sociedades envolvidas
d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor
e. quadro societário antes e depois da operação
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

2018

1) Alienação da controlada La Loma Alimentos S.A.

a) Evento

Alienação da La Loma Alimentos S.A.

b) Principais condições do negócio

Em 31 de agosto de 2018 foi efetivada a alienação da totalidade da participação acionária detida, direta e indiretamente, pela Companhia na sua subsidiária argentina La Loma Alimentos S.A. A alienação foi realizada pelo montante de US$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil dólares) ou R$22.744.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos e quarenta e quatro mil reais).

c) Sociedades envolvidas

Companhia, Herba Foods, S.L.U. e Herba Ricemills, S.L.U.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não houve reflexo no capital social e quadro acionário da Companhia em decorrência da alienação.

e) Quadro societário antes e depois da operação

O quadro societário da Companhia permaneceu inalterado em decorrência da alienação.

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

15.7 - Principais Operações Societárias

2) Aquisição de 100% do capital social da SLC Alimentos Ltda.

a) Evento

Aquisição da SLC Alimentos Ltda.

b) Principais condições do negócio

Em 26 de outubro de 2018, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual a Companhia adquiriu a totalidade das quotas representativas da SLC Alimentos Ltda., pelo valor de R$180.000.000,00, dos quais R$140.000.000,00 foram liquidados na data de fechamento da operação e o valor remanescente de R$40.000.000,00 foi retido pela Companhia, e será desembolsado de acordo com os prazos previstos em contrato, após dedução de possíveis perdas incorridas relativas a atos inesperados vinculados à operação adquirida. Em 3 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das ações da empresa SLC Alimentos Ltda.

c) Sociedades envolvidas

Companhia, SLC Participações S.A. e SLC Alimentos Ltda.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Não houve reflexo no capital social e no quadro acionário da Companhia em decorrência da aquisição.

e) Quadro societário antes e depois da operação

O quadro societário da Companhia permaneceu inalterado em decorrência da aquisição.

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

2017

1) <u>Sucessão da participação acionária da WP Angra dos Reis Holdco S.A. para o WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia)</u>

a) Evento

Sucessão da participação acionária da WP Angra dos Reis Holdco S.A., representativa de 31,75% do capital social da Companhia, pelo WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia), em 20 de julho de 2017.

15.7 - Principais Operações Societárias

b) Principais condições do negócio

A WP Angra dos Reis Holdco S.A. foi integralmente dissolvida e liquidada em 20 de julho de 2017, sendo que o WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia), na qualidade de único acionista da WP Angra dos Reis Holdco S.A., sucedeu todos os ativos e passivos da WP Angra dos Reis Holdco S.A., incluindo a participação por esta detida na Companhia.

c) Sociedades envolvidas

WP Angra dos Reis Holdco S.A. e WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia).

d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

A WP Angra dos Reis Holdco S.A. deixou de ser acionista da Companhia, sendo que a totalidade de sua participação, representativa de 31,75% do capital social da Companhia foi sucedida pelo WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia), que passou a ser acionista da Companhia.

e) Quadro societário antes e depois da operação

Antes da Sucessão

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Camil Investimentos S.A.	83.959.451	68,25	-	-	68,25
WP Angra dos Reis Holdco S.A.	39.057.841	31,75	-	-	31,75
Total	**123.017.292**	**100,0**	-	-	**100,0**

Após a Sucessão

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Camil Investimentos S.A.	83.959.451	68,25	-	-	68,25
WP XII e Fundo de Investimento em Participações (atual WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia)	39.057.841	31,75	-	-	31,75
Total	**123.017.292**	**100,0**	-	-	**100,0**

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

15.7 - Principais Operações Societárias

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

2) Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia

a) Evento

Oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("IPO") realizada no Brasil, com esforços de colocação no exterior e registrada na CVM em 27 de setembro de 2017.

b) Principais condições do negócio

A oferta pública primária envolveu a emissão de 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações ordinárias. nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia, e a oferta pública secundária envolveu a alienação de 86.500.000 (oitenta e seis milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, quais sejam Jacques Maggi Quartiero ("Jacques"), Thiago Maggi Quartiero ("Thiago") e WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("WP FIP"), conforme informações constantes do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

c) Sociedades envolvidas

Companhia, WP FIP, Srs. Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Após o IPO, Jaques, que inicialmente detinha 2,00% do capital social total da Companhia, passou a deter 0,82%; ao passo que Thiago detinha, que incialmente detinha 2,00% da Companhia, passou a deter 0,82% e o acionista WP FIP, que incialmente detinha 31,75% da Companhia, passou a deter 8,63%, deixando ainda de fazer parte do bloco de controle da Companhia em razão do decurso do prazo de vigência do Acordo de Acionistas da Companhia (conforme explicação constante do item 15.5 deste Formulário de Referência).

e) Quadro societário antes e depois da operação

Antes do IPO

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
Acionistas	(Quantidade)	(%)	(Quantidade)	(%)	
Camil Investimentos S.A.	229.735.239	62,25	-	-	62,25
WP FIP	117.173.523	31,75	-	-	31,75
Luciano Maggi Quartiero	7.381.038	2,00	-	-	2,00
Jacques	7.381.038	2,00	-	-	2,00

15.7 - Principais Operações Societárias

Thiago	7.381.038	2,00	-	-	2,00
Total	**369.051.876**	**100,0**	-	-	**100,0**

Após o IPO

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Camil Investimentos S.A.	229.735.239	56,02	-	-	56,02
WP FIP	35.402.154	8,63	-	-	8,63
Luciano Maggi Quartiero	10.725.519	2,62	-	-	2,62
Jacques	3.344.482	0,82	-	-	0,82
Thiago	3.344.482	0,82	-	-	0,82
Outros	127.500.000	31,09	-	-	31,09
Ações em Tesouraria	0	0	-	-	0
Total	**369.051.876**	**100,0**	-	-	**100,0**

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

2016

1) Doação, com reserva de usufruto, de ações da Camil Investimentos S.A. acionista controladora da Companhia.

a) Evento

Em 06 de setembro de 2016, o Sr. Jairo Santos Quartiero doou, com reserva de usufruto, a totalidade das ações por ele detidas na Camil Investimentos S.A., controladora direta da Companhia, aos demais acionistas da Camil Investimentos, Srs. Jacques Maggi Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero, em proporções iguais, de forma que o Sr. Jairo Santos Quartiero deixou de deter o controle da Camil Investimentos S.A., passando os Srs. Jairo Santos Quartiero, Jacques Maggi Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero a deterem o mesmo percentual de voto na Camil Investimentos.

b) Principais condições do negócio

Doação com reserva de usufruto da totalidade das ações detidas pelo Sr. Jairo Santos Quartiero na Camil Investimentos S.A.

c) Sociedades envolvidas

Companhia, Camil Investimentos S.A., Srs. Jairo Santos Quartiero, Jacques Maggi Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

15.7 - Principais Operações Societárias

O Sr. Jairo Santos Quartiero deixou de deter o controle da Camil Investimentos S.A. (controladora da Companhia), passando os Srs. Jairo Santos Quartiero, Jacques Maggi Quartiero, Luciano Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero a deterem o mesmo percentual de voto na Camil Investimentos.

e) Quadro societário antes e depois da operação

O quadro societário da Companhia permaneceu inalterado em decorrência da doação, uma vez que houve apenas alteração na composição do quadro societário da Camil Investimentos S.A. (controladora da Companhia).

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

2) Alienação da participação acionária do Fundo de Investimento em Participações Camil para a WP Angra dos Reis Holdco S.A.

a) Evento

Alienação da participação acionária do Fundo de Investimento em Participações Camil, representativa de 31,75% do capital social da Companhia, para a WP Angra dos Reis Holdco S.A., em 1º de agosto de 2016.

b) Principais condições do negócio

O Fundo de Investimento em Participações Camil alienou 31,75% das ações de emissão da Companhia para a WP Angra dos Reis Holdco S.A., por meio da celebração do "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças", entre o Fundo de Investimento em Participações Camil e a WP Angra dos Reis Holdco S.A., em 12 de julho de 2016, tendo a alienação sido efetivada em 1º de agosto de 2016, conforme fato relevante publicado pela Companhia na mesma data.

c) Sociedades envolvidas

Fundo de Investimento em Participações Camil e WP Angra dos Reis Holdco S.A.

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

O Fundo de Investimento em Participações Camil deixou de ser acionista da Companhia, tendo alienado a totalidade de sua participação, representativa de 31,75% do capital social da Companhia, para a WP Angra dos Reis Holdco S.A., que passou a ser acionista da Companhia.

e) Quadro societário antes e depois da operação

Antes da Alienação

15.7 - Principais Operações Societárias

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Camil Investimentos S.A.	77.113.587	68,25	-	-	68,25
Fundo de Investimento em Participações Camil	35.873.153	31,75	-	-	31,75
Total	**112.986.740**	**100,0**	-	-	**100,0**

Após a Alienação

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Participação no capital total (%)
Acionistas	**(Quantidade)**	**(%)**	**(Quantidade)**	**(%)**	
Camil Investimentos S.A.	77.113.587	68,25	-	-	68,25
WP Angra dos Reis Holdco S.A.	35.873.153	31,75	-	-	31,75
Total	**112.986.740**	**100,0**	-	-	**100,0**

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Cumprimento das regras societárias aplicáveis.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Usufruto das Ações da Camil Investimentos S.A.

Conforme disposto no Instrumento Particular de Doação de Ações com Reserva de Usufruto celebrado em 18 de março de 2013, conforme aditado em 1º de setembro de 2014, em 06 de setembro de 2016 e de acordo com o Termo de Renúncia celebrado em 06 de novembro de 2017, do total de ações de emissão da Camil Investimentos S.A. ("Camil Investimentos"), controladora da Companhia, 64.522.059 ações detidas pelo Sr. Jacques Maggi Quartiero, 64.522.059 ações detidas pelo Sr. Luciano Maggi Quartiero e, 64.522.060 ações detidas pelo Sr. Thiago Maggi Quartiero, vinculam-se e estão sujeitas a cláusula de incomunicabilidade, impenhorabilidade e usufruto político prevista no referido documento..

Não obstante, em observância ao enunciado no Instrumento Particular de Doação de Ações com Reserva de Usufruto celebrado em 06 de setembro de 2016 e de acordo com o Termo de Renúncia celebrado em 06 de novembro de 2017, do total de ações de emissão da Camil Investimentos, controladora da Companhia, 64.522.060 ações detidas pelo Sr. Jacques Maggi Quartiero, 64.522.059 ações detidas pelo Sr. Luciano Maggi Quartiero e, 64.522.059 ações detidas pelo Sr. Thiago Maggi Quartiero, vinculam-se e estão sujeitas a cláusula de incomunicabilidade, impenhorabilidade e usufruto patrimonial prevista no referido documento. Em virtude da efetiva doação, todos os referidos acionistas exercem o direito de voto na Camil Investimentos.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Companhia celebra, no curso normal dos negócios, operações com partes relacionadas em condições semelhantes àquelas que teriam sido obtidas se tais operações tivessem sido celebradas com terceiros. As deliberações referentes a eventuais transações entre a Companhia e suas partes relacionadas são de competência do Conselho de Administração, nos termos de seu Estatuto Social, observado também o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

A Companhia instituiu, no ano de 2017, uma política interna para transações com partes relacionadas visando estabelecer regras a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia. A política se aplica a todas as entidades do grupo da Companhia, bem como seus colaboradores, administradores e acionistas e suas controladas.

Conforme referida política, a Companhia poderá realizar transações com partes relacionadas, observando as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar e contratar prestadores de serviços e desde que, de acordo com a política, as operações sejam contratadas em condições de mercado, observando durante a negociação os princípios da competitividade, conformidade, transparência, equidade e, principalmente, comutatividade, devendo ser observados os mesmo princípios, procedimentos e interesses que norteiam transações entre partes independentes, sempre a preços, termos e condições que prevaleçam no mercado ao tempo de sua aprovação, respeitando às normas legais e éticas. O Conselho de Administração deverá aprovar qualquer transação entre partes relacionadas à Companhia, exceto transações entre a Companhia e a sociedades coligadas ou controladas diretas e indiretas da Companhia, no curso normal de seus negócios e transações entre controladas, diretas e indiretas, da Companhia.

Adicionalmente, a política constituída pela Companhia estabelece veda a realização de algumas transações entre Partes Relacionadas, exceto em caso de deliberação em contrário dos órgãos competentes, com a abstenção de eventuais partes relacionadas envolvidas.

A política também trata de regras para tomadas de decisões de seus administradores e conselheiros fiscais, quando aplicável, em situações de conflito de interesses. Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, ou outras que possam representar potencial conflito de interesses, devem imediatamente manifestar conflito de interesses, próprios ou de qualquer de seus pares, na deliberação acerca de determinada matéria e abster-se de votar. Caso um conflito de interesses, que importe em um potencial ganho privado decorrente de determinada decisão, não seja voluntariamente manifestado, o administrador conflitado poderá sofrer ação corretiva deliberada pelo Conselho de Administração que avaliará o fato. Os administradores deverão assinar um documento indicando que receberam a política para transações com partes relacionadas e, além disso, manter informações, próprias e de membros próximos de sua família, atualizadas junto à diretoria de recursos humanos da Companhia.

A política interna de transações com partes relacionadas pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: http://ri.camilalimentos.com.br/governanca-corporativa/politicas-e-codigos/. Mais informações podem ser encontradas no site de Relações com Investidores, através do endereço http://ri.camilalimentos.com.br/.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Camil Investimentos S.A.	07/02/2017	2.396.000,00	22.000,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controladora da Camil Alimentos S.A.						
Objeto contrato	Sublocação de sala comercial.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Sublocação de sala comercial.						
Arrozur S.A.	01/11/2007	18.460.000,00	1.719.000,00	Não Aplicável	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	Principal atividade é parboilização e produção de óleo de arroz. A Arrozur presta esses serviços para a Saman. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Camil Investimentos S.A.	29/10/2018	4.080.000,00	0	Não Aplicável	Não Aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controladora da Camil Alimentos S.A.						
Objeto contrato	Cessão e transferência, pela cedente à cessionária, de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL no valor de 12 milhões de reais. Esses créditos foram acumulados pela cedente em decorrência dos resultados negativos apurados no período de 2013 a 2015, os quais se encontram devidamente registrados em DIPJ e ECF, enviadas à Receita Federal do Brasil até 29 de julho de 2016, e tem interesse em transferi-los, na forma e nos termos da legislação fiscal aplicável.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A Pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Cessão e transferência, pela cedente à cessionária, de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL.						
SLC Alimentos Ltda.	26/10/2018	4.612.000,00	3.071.000,00	Não Aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada pela Camil Alimentos						
Objeto contrato	Operação comercial de compra de arroz.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Operação comercial de compra de arroz.						
S.A. Molinos Arroceros Nacionales - SAMAN	01/11/2007	73.638.000,00	2.655.000,00	Não Aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada pela Camil Alimentos						
Objeto contrato	Tem como principal atividade a industrialização, comercialização local e exportação de arroz. Mantém um estreito relacionamento com os produtores de arroz em casca não somente pela compra, mas também devido à prestação de outros serviços vinculados a esta atividade como fornecimento de sementes (as quais são cultivadas exclusivamente para a Saman como fator de proteção de qualidade do grão). Adiantamento referente a operação comercial.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar	Industrialização, comercialização local e exportação de arroz.						
S.A. Molinos Arroceros Nacionales - SAMAN	01/11/2007	73.638.000,00	17.280.000,00	Não Aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada pela Camil Alimentos						
Objeto contrato	Tem como principal atividade a industrialização, comercialização local e exportação de arroz. Mantém um estreito relacionamento com os produtores de arroz em casca não somente pela compra, mas também devido à prestação de outros serviços vinculados a esta atividade como fornecimento de sementes (as quais são cultivadas exclusivamente para a Saman como fator de proteção de qualidade do grão).						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Industrialização, comercialização local e exportação de arroz.						
Ciclo Logística Ltda.	20/04/2016	65.508.000,00	2.926.000,00	Não Aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada pela Camil Alimentos						
Objeto contrato	A Sociedade tem os seguintes objetivos sociais: 1 Prestação de serviços logísticos, compreendendo projetos, armazenagem e distribuição; 2 Armazenamento e depósito inclusive Zonas Francas de todo o tipo de produto (sólido, líquido e gasoso) por conta de terceiros e por conta própria, bem como Armazéns Gerais com emissão de “Warrant”, de acordo com o Decreto Federal nº 1.102 de 21 de novembro de 1.903; 3 Transporte rodoviário de cargas em geral, municipal, intermunicipal, interestadual, inclusive Container, por conta própria e por conta de terceiros; 4 Afretamento de navios para transporte de Cabotagem, importação e exportação; 5 Gerenciamento, assessoria e consultoria em organização e logística em geral; 6 Montagem e manuseio de Kits, embalagens normais e especiais, etiquetagem, em produtos de terceiros; 7 Locação de equipamentos de transportes e de movimentação de cargas; e 8 Fornecimento e Locação de Mão de Obra em Geral. A Ciclo presta serviços a Camil de Distribuição e Armazenagem.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Multa estipulada em 20% calculada com base na média mensal dos pagamentos realizados à Contratada nos 6 (seis) meses anteriores à infração. (Cláusula 8)						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Outra						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar	A Ciclo presta serviços a Camil de Distribuição e Armazenagem.						
Ciclo Logística Ltda.	20/04/2016	65.508.000,00	6.944.000,00	Não Aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada pela Camil Alimentos						
Objeto contrato	A Sociedade tem os seguintes objetivos sociais: 1 Prestação de serviços logísticos, compreendendo projetos, armazenagem e distribuição; 2 Armazenamento e depósito inclusive Zonas Francas de todo o tipo de produto (sólido, líquido e gasoso) por conta de terceiros e por conta própria, bem como Armazéns Gerais com emissão de “Warrant”, de acordo com o Decreto Federal nº 1.102 de 21 de novembro de 1.903; 3 Transporte rodoviário de cargas em geral, municipal, intermunicipal, interestadual, inclusive Container, por conta própria e por conta de terceiros; 4 Afretamento de navios para transporte de Cabotagem, importação e exportação; 5 Gerenciamento, assessoria e consultoria em organização e logística em geral; 6 Montagem e manuseio de Kits, embalagens normais e especiais, etiquetagem, em produtos de terceiros; 7 Locação de equipamentos de transportes e de movimentação de cargas; e 8 Fornecimento e Locação de Mão de Obra em Geral. A Ciclo presta serviços a Camil de Distribuição e Armazenagem.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Multa estipulada em 20% calculada com base na média mensal dos pagamentos realizados à Contratada nos 6 (seis) meses anteriores à infração. (Cláusula 8)						
Natureza e razão para a operação	A Pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A Ciclo presta serviços a Camil de Distribuição e Armazenagem.						
Empresas Tucapel S.A.	16/12/2009	218.000,00	101.000,00	Não Aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada pela Camil Alimentos						
Objeto contrato	A principal atividade é beneficiamento e comercialização de arroz. A Tucapel, esporadicamente e conforme condições de mercado, realiza vendas de arroz para a Camil Alimentos.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Beneficiamento e comercialização de arroz.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Galofer S.A.	01/11/2007	4.316.000,00	18.437.000,00	N/A	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	Prestação de serviço de Energia com a queima da casca de arroz, adquirida inclusive da Saman. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Comisaco S.A.	01/11/2007	5.563.000,00	5.789.000,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	Prestação de serviços de irrigação, inclusive para produtores da Saman. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Arrozur S.A.	01/11/2007	18.460.000,00	1.000,00	N/A	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	Principal atividade é parboilização e produção de óleo de arroz. A Arrozur presta esses serviços para a Saman. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano. Adiantamento referente a operação comercial.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A receber						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda (SP)	20/08/2010	43.179.000,00	779.000,00	N/A	A cada 5 anos o contrato é renovado automaticamente por mais 2 períodos de igual prazo.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pertence ao mesmo acionista controlador da Camil Alimentos.						
Objeto contrato	Locação de imóvel pela Companhia em São Paulo, estado de SP. Valor informado considera o período de vigência do contrato (total de 5 anos) e desconsidera reajuste e/ou rescisão.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Multa estipulada em 20,844% sobre a soma das parcelas vincendas até a próxima data de vencimento do contrato, a ser aplicada em caso de (a) pratica de infração legal ou contratual que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados de notificação encaminhada pela parte inocente a outra parte; (b) falta de pagamento do aluguel e demais encargos até 60 (sessenta) dias após as suas respectivas datas de vencimento; (c) desapropriação do imóvel superveniente ao contrato, que afete a utilização regular do imóvel pela locatária; ou (d) incêndio ou desabamento do imóvel ou qualquer outro sinistro que afete a utilização regular do imóvel pela locatária. (Cláusula 8)						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda. (Cabo de Santo Agostinho)	15/05/2017	4.500.000,00	76.000,00	N/A	A cada 5 anos o contrato é renovado automaticamente por mais 2 períodos de igual prazo.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pertence ao mesmo acionista controlador da Camil Alimentos.						
Objeto contrato	Locação de imóvel pela Companhia em Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco. Valor informado considera o período de vigência do contrato (total de 5 anos) e desconsidera reajuste e/ou rescisão.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Não há multa estipulada em caso de rescisão ou extinção, mediante comunicação por escrito com no mínimo 180 dias.						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Climuy S.A.	01/11/2007	5.978.000,00	243.000,00	N/A	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	A Climuy fornece água de seus sistemas de irritação para produtores vinculados e financiados pela Saman. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						
Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda.	01/08/2016	7.500.000,00	135.000,00	N/A	A cada 5 anos o contrato é renovado automaticamente por mais 2 períodos de igual prazo.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pertence ao mesmo acionista controlador da Camil.						
Objeto contrato	Locação de imóvel localizado em Sertãozinho. Valor informado considera o período de vigência do contrato (total de 5 anos) e desconsidera reajuste e/ou rescisão.						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Multa estipulada em 40% sobre a soma das parcelas vincendas até a próxima data de vencimento do contrato, a ser aplicada em caso de (a) pratica de infração legal ou contratual que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados de notificação encaminhada pela parte inocente a outra parte; (b) falta de pagamento do aluguel e demais encargos até 60 (sessenta) dias após as suas respectivas datas de vencimento; (c) desapropriação do imóvel superveniente a este contrato, que afete a utilização regular do imóvel pela locatária; ou (d) incêndio ou desabamento do imóvel ou qualquer outro sinistro que afete a utilização regular do imóvel pela locatária. (Cláusula 8)						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda.	01/08/2016	9.000.000,00	162.000,00	N/A	A cada 5 anos o contrato é renovado automaticamente por mais 2 períodos de igual prazo.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pertence ao mesmo acionista controlador da Camil Alimentos.						
Objeto contrato	Locação de imóvel pela Companhia em Itajaí. Valor informado considera o período de vigência do contrato (total de 5 anos) e desconsidera reajuste e/ou rescisão.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Multa estipulada em 50% sobre a soma das parcelas vincendas até a próxima data de vencimento do contrato, a ser aplicada em caso de a) pratica de infração legal ou contratual que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados de notificação encaminhada pela parte inocente a outra parte; (b) falta de pagamento do aluguel e demais encargos até 60 (sessenta) dias após as suas respectivas datas de vencimento; (c) desapropriação do imóvel superveniente ao contrato, que afete a utilização regular do imóvel pela locatária; ou (d) incêndio ou desabamento do imóvel ou qualquer outro sinistro que afete a utilização regular do imóvel pela locatária. (Cláusula 8)						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Tacua S.A.	01/11/2007	83.170.000,00	8.000,00	N/A	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa coligada da Camil Alimentos						
Objeto contrato	Prestação de serviços portuários. A composição do montante foi extraída da demonstração de resultado do ano.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Serviços de carga de navios para exportações						
Q4 Empreendimentos e Participações Ltda (Santa Cruz)	07/08/2013	42.240.000,00	762.000,00	N/A	A cada 5 anos o contrato é renovado automaticamente por mais 2 períodos de igual prazo.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pertence ao mesmo acionista controlador da Camil Alimentos.						
Objeto contrato	Locação de imóvel pela Companhia em Santa Cruz, estado do Rio de Janeiro. Valor informado considera o período de vigência do contrato (total de 5 anos) e desconsidera reajuste e/ou rescisão.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Multa estipulada em 28,41% sobre a soma das parcelas vincendas até a próxima data de vencimento do contrato, a ser aplicada em caso de (a) pratica de infração legal ou contratual que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados de notificação encaminhada pela parte inocente a outra parte; (b) falta de pagamento do aluguel e demais encargos até 60 (sessenta) dias após as suas respectivas datas de vencimento; (c) desapropriação do imóvel superveniente ao contrato, que afete a utilização regular do imóvel pela locatária; ou (d) incêndio ou desabamento do imóvel ou qualquer outro sinistro que afete a utilização regular do imóvel pela locatária. (Cláusula 8)						
Natureza e razão para a operação	A pagar						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia, no que diz respeito às transações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Companhia informa que é vedado aos administradores intervir em qualquer operação social em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a este respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria a natureza e extensão do seu interesse, nos termos do artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações.

Além disso, a politica de transações com partes relacionadas mencionada no item 16.1 acima, trata de regras para tomadas de decisões de seus administradores e conselheiros fiscais, quando aplicável, em situações de conflito de interesses. Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria dessa natureza, ou outras que possam representar potencial conflito de interesses, devem imediatamente manifestar conflito de interesses, próprios ou de qualquer de seus pares, na deliberação acerca de determinada matéria e abster-se de votar.

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas são todas realizadas observando as condições praticadas em mercado à época, em caráter estritamente comutativo e com pagamento compensatório adequado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações consideradas relevantes para o item 16 deste Formulário de Referência.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
26/09/2017	950.373.789,63		410.051.876	0	410.051.876
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
26/09/2017	950.373.789,63		410.051.876	0	410.051.876
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
26/09/2017	950.373.789,63		410.051.876	0	410.051.876
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
28/08/2017	581.373.789,63		369.051.876	0	369.051.876
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
28/08/2017	581.373.789,63		369.051.876	0	369.051.876
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
28/08/2017	581.373.789,63		369.051.876	0	369.051.876
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
21/07/2017	2.500.000.000,00		0	0	0

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/08/2016	Assembleia Geral	01/08/2016	73.723.821,21	Subscrição particular	4.396.173	0	4.396.173	3,89000000	16,77	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Artigo 170, §1º inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

Forma de integralização Em moeda corrente nacional.

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
17/01/2017	Reunião do Conselho de Administração	17/01/2017	727,90	Subscrição particular	7.278.980	0	7.278.980	6,29000000	0,10	R$ por Lote de Mil

Critério para determinação do preço de emissão Conforme previamente fixado pela Companhia e aprovado nos termos da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 01/08/2016, às 14h.

Forma de integralização Em moeda corrente nacional.

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/09/2017	Reunião do Conselho de Administração	26/09/2017	369.000.000,00	Subscrição pública	41.000.000	0	41.000.000	11,10954927	9,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a invetsidores institucionais, no Brasil e no exterior, pelas instituições intermediárias contratadas para atuar na Oferta ("Coordenadores da Oferta"), em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de bookbuilding") e nos termos do artigo 170, parágrafo 1º inciso III da Lei das Sociedades por Ações. A escolha do critério é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promove diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que as Ações foram distribuídas por meio da Oferta Primária.

Forma de integralização Em moeda corrente nacional.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
28/08/2017	123.017.292	0	123.017.292	369.051.876	0	369.051.876

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
01/08/2016	01/08/2016	19.778.773,04	1.644.601	0	1.644.601	1,40000000	0,00

Forma de restituição Restituição por meio de ativos.

Razão para redução Cisão parcial da Companhia - constituídas novas sociedades sob denominação Q4 Sertãozinho Empreendimentos e Participações Ltda. e Q4 Itajaí Empreendimentos e Participações Ltda.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Item 17.5. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 17 deste Formulário de Referência.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. Não obstante, conforme disposto artigo 30, §2º, do Estatuto Social da Cia, por meio de deliberação do Conselho de Administração, a Cia poderá: (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juro sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Por fim, referidos dividendos intermediários ou intercalares e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados a dividendo obrigatório distribuído aos acionistas da Cia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Direito de Retirada: Quaisquer acionistas dissidentes de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderão retirar-se do quadro de acionistas, com o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial. O direito de retirada deverá ser exercido em 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da assembleia geral aprovando o ato originador do recesso. Os acionistas em assembleia têm o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada após convocação do Conselho de Administração em até 30 (trinta) dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco a estabilidade financeira da Companhia. O direito de retirada poderá ser exercido se a Companhia: (i) cindir; (ii) reduzir o dividendo mínimo obrigatório; (iii) mudar de objeto social; (iv) fundir ou incorporar outra sociedade; e (v) participar em um grupo de sociedades.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social nem a Assembleia Geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Ver o item 18.2 deste Formulário de Referência para hipóteses de obrigatoriedade de OPA e, conforme Estatuto Social, a Cia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como dos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Cia. A Cia poderá, ainda, emitir debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa ou subscrição pública, permuta de ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos da lei e dentro do limite do capital autorizado, ou gozo de incentivo fiscais.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

Não há regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos no Estatuto Social da Companhia.

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 Descrever exceções e cláusulas suspensivas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto.

O Estatuto Social da Companhia prevê que a critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante: (i) venda em bolsa ou subscrição pública; (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado; ou (iii) gozo de incentivos fiscais, nos termos da legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social **28/02/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/05/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	523.356.363	8,17	7,14	R$ por Unidade	7,52
31/08/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	290.333.708	7,66	5,91	R$ por Unidade	6,52
30/11/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	226.674.403	8,11	6,56	R$ por Unidade	7,28
28/02/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	408.907.875	7,73	6,43	R$ por Unidade	7,31

Exercício social **28/02/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
30/11/2017	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.179.426.634	8,67	7,22	R$ por Unidade	8,07
28/02/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	684.254.494	8,33	7,04	R$ por Unidade	7,64

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	7ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	08/12/2017
Data de vencimento	08/12/2021
Quantidade (Unidades)	168.050
Valor total (Reais)	168.050.000,00
Saldo Devedor em Aberto	172.694.256,97
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não poderão ser negociadas em qualquer mercado regulamentado ou sob qualquer forma cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, excetuada a transferência entre os debenturistas e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., conforme previsto na Escritura (conforme abaixo definido) e nos termos do Termo de Securitização (conforme definido na Escritura).
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado TotalExclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos, nos termos da Cláusula Nona da Escritura de Emissão (“Escritura”), a Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definida na Escritura) (“Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”). Para informações adicionais, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Informações sobre Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	As debêntures 7ª Emissão estão vinculadas à 137ª(centésima trigésima sétima) série da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076”), e na Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”) e no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 137ª (centésima trigésima sétima) série da 1ª (primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.” (“Termo de Securitização”). Para demais informações, ver item 18.12 deste Formulário de Referência.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	8ª Emissão de Debêntures – 1ª série
Data de emissão	14/01/2019
Data de vencimento	17/04/2023
Quantidade (Unidades)	271.527

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor total (Reais)	271.527.000,00
Saldo Devedor em Aberto	273.631.290,25
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures emitidas pela Cia foram subscritas por uma securitizadora para emissão de certificados do agronegócio que resultarão na emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA), e poderão ser negociadas entre investidores em geral, (conforme definidos no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539/13), ou adquiridas pelos investidores profissionais (conforme definidos no artigo 9º-A da Instrução CVM nº 539/13), observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 400, e observado o cumprimento, pela Companhia, do artigo 17 de referida instrução.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Total Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos, nos termos da Cláusula 4.15 da Escritura de Emissão (“Escritura”), a Companhia poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definida na Escritura) (“Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”). Resgate Antecipado Facultativo A Cia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu critério, mediante deliberação de seus órgãos sociais competentes, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debentures de ambas as Séries ou apenas de uma determinada Série, com o consequente cancelamento das debentures correspondentes, de acordo com os termos e condições previstos (“Resgate Antecipado Facultativo” e “Oferta de Resgate Antecipado Facultativo”).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	As Debêntures da 8ª Emissão estão vinculadas à 1 ª(primeira) e 2ª (segunda) séries da 5ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076”), e na Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”) e no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 5ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.” (“Termo de Securitização”).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Debêntures – 2ª Série
Data de emissão	23/11/2016
Data de vencimento	12/12/2020
Quantidade (Unidades)	188.350
Valor total (Reais)	188.350.000,00

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Saldo Devedor em Aberto	189.052.476,64
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Total Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos da Cláusula Décima da escritura de emissão (“Escritura”), a Emissora poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definido na Escritura) (“Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”). Para informações adicionais, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Informações sobre Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	As debêntures da 5ª Emissão estão vinculadas à 91ª (nonagésima primeira) e à 92ª (nonagésima segunda) séries da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076/04”) e na Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”) e no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio das 91ª e 92ª Séries da 1ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.” (“Termo de Securitização” e “Securitização”, respectivamente).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Debêntures – 1ª Série
Data de emissão	19/05/2017
Data de vencimento	20/07/2020
Quantidade (Unidades)	238.020
Valor total (Reais)	238.020.000,00
Saldo Devedor em Aberto	243.248.706,61
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não poderão ser negociadas em qualquer mercado regulamentado ou sob qualquer forma cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, excetuada a transferência entre os debenturistas e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., conforme previsto na Escritura (conforme abaixo definido) e nos termos do Termo de Securitização (conforme definido na Escritura).
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Total Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos da Cláusula Décima da escritura de emissão (“Escritura”), a Emissora poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definido na Escritura) de ambas as Séries, em conjunto (“Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”). Para informações adicionais, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Informações sobre Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	As debêntures da 6ª Emissão estão vinculadas à 117ª (centésima décima sétima) e à 118ª (centésima décima oitava) séries da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076/04”) e na Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”) e no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 117ª (centésima décima sétima) e 118ª (centésima décima oitava) séries da 1ª (primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.” (“Termo de Securitização”).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Debêntures – 1ª Série
Data de emissão	23/11/2016
Data de vencimento	12/12/2019
Quantidade (Unidades)	213.905
Valor total (Reais)	213.905.000,00
Saldo Devedor em Aberto	215.632.257,87
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não serão registradas para distribuição no mercado primário, negociação no mercado secundário, custódia eletrônica ou liquidação em qualquer mercado organizado.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Total Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos da Cláusula Décima da escritura de emissão (“Escritura”), a Emissora poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definido na Escritura) (“Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”). Para informações adicionais, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Informações sobre Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	As debêntures da 5ª Emissão estão vinculadas à 91ª (nonagésima primeira) e à 92ª (nonagésima segunda) séries da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076/04”) e na Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”) e no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio das 91ª e 92ª Séries da 1ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.” (“Termo de Securitização” e “Securitização”, respectivamente).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Debêntures – 2ª Série
Data de emissão	19/05/2017
Data de vencimento	19/07/2021
Quantidade (Unidades)	166.980
Valor total (Reais)	166.980.000,00
Saldo Devedor em Aberto	170.686.362,57
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não poderão ser negociadas em qualquer mercado regulamentado ou sob qualquer forma cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, excetuada a transferência entre os debenturistas e a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., conforme previsto na Escritura (conforme abaixo definido) e nos termos do Termo de Securitização (conforme definido na Escritura).
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Total Exclusivamente na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos da Cláusula Décima da escritura de emissão (“Escritura”), a Emissora poderá optar por realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (conforme definido na Escritura) de ambas as Séries, em conjunto (“Resgate Antecipado”). O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário (conforme definido na Escritura), acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura), calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura), ou a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura), até a data do efetivo Resgate Antecipado (“Preço de Resgate”). Para informações adicionais, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Informações sobre Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	As debêntures da 6ª Emissão estão vinculadas à 117ª (centésima décima sétima) e à 118ª (centésima décima oitava) séries da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. no âmbito de securitização de créditos do agronegócio, conforme previsto na Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076/04”) e na Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada (“Lei 9.514/97”) e no “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 117ª (centésima décima sétima) e 118ª (centésima décima oitava) séries da 1ª (primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.” (“Termo de Securitização”).

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	1246342	201	165976

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

Item 18.6 Indicar os mercados brasileiros nos quais os valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação

A Companhia possui debêntures e ações de sua emissão admitidos à negociação em mercados brasileiros.

As ações de emissão da Companhia estão listadas no segmento "Novo Mercado" de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código (*ticker*) CAML3.

As debêntures estão registradas para negociação no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos - MDA e no mercado secundário por meio do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Para mais informações sobre as debêntures vide itens 18.5 e 18.12 deste Formulário de Referência.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Item 18.9 Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

Em novembro de 2016, a Companhia realizou a sua 5ª emissão de debêntures para lastrear a distribuição pública das 91ª (nonagésima primeira) e 92ª (nonagésima segunda) séries da 1ª (primeira) emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no montante total de R$402.255.000,00 (quatrocentos e dois milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil reais), com valor nominal unitário de R$1.000,00, sendo 213.905 (duzentos e treze mil novecentos e cinco) certificados de recebíveis do agronegócio da 91ª série ("CRA I Série A") e 188.350 (cento e oitenta e oito mil trezentos e cinquenta) certificados de recebíveis do agronegócio da 92ª série ("CRA I Série B"). Os CRA foram emitidos em 13 de dezembro de 2016, com vencimento em dezembro de 2019, para os CRA I Série A e em dezembro de 2020 para os CRA I Série B. Os recursos líquidos obtidos serão destinados pela Companhia por meio da emissão de debêntures serão destinados exclusivamente ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar assumida pela Companhia.

Em maio de 2017, a Companhia realizou a sua 6ª emissão de debêntures para lastrear a distribuição pública das 117ª (centésima décima sétima) e 118ª (centésima décima oitava) séries da 1ª (primeira) emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no montante total de R$405.000.000,00 (quatrocentos e cinco milhões de reais), com valor nominal unitário de R$1.000,00, sendo 238.020 (duzentos e trinta e oito mil e vinte) certificados de recebíveis do agronegócio da 118ª série ("CRA II Série A") e 166.980 (cento e sessenta e seis mil, novecentos e oitenta) certificados de recebíveis do agronegócio da 118ª série ("CRA II Série B"). Os CRA foram emitidos em 18 de julho de 2017, com vencimento em julho de 2020, para os CRA II Série A e em julho de 2021 para os CRA II Série B. Os recursos líquidos obtidos serão destinados pela Companhia por meio da emissão de debêntures serão destinados exclusivamente ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar assumida pela Companhia.

Em 27 de setembro de 2017, foi registrada a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, em mercado de balcão não organizado, por meio da qual (a) foram emitidas 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal em oferta primária, e (b) foram alienadas 86.500.000 (oitenta e seis milhões e quinhentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal detidas pelos Acionistas Vendedores (WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Jacques Maggi Quartiero e Thiago Maggi Quartiero) em oferta secundária, perfazendo o total de R$1.147.500.000,00 (um bilhão, cento e quarenta e sete milhões e quinhentos mil reais), em conformidade com a Instrução CVM 400/2003, coordenada pelos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Instituições Consorciadas", respectivamente, e as Instituições Consorciadas, em conjunto com os Coordenadores da Oferta "Instituições Participantes da Oferta"), sendo que as Instituições Consorciadas participaram da oferta para efetuar esforços de colocação das ações exclusivamente junto aos investidores não institucionais. Simultaneamente, foram também realizados esforços de colocação das ações no exterior pelo Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, pelo Bradesco Securities, Inc., pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo J.P. Morgan Securities LLC e pelo Santander Investment Securities Inc. (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional") (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (qualified institutional

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

buyers) residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definido na Regra144A do Securities Act de 1933 dos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), editada pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC"), conforme alterada ("Securities Act"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade ao Securities Act e aos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos e constituídos de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor (non U.S. persons), com base na Regulation S ("Regulamento S"), editada pela SEC no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados, nos termos da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN 4.373") e da Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 560"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), poderia ter sido, mas não foi, acrescida em até 20% do total de ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), ou seja, em até 25.500.000 ações, das quais até 12.750.000 ações seriam, mas não foram, emitidas pela Companhia e até 12.750.000 ações seriam, mas não foram, alienadas pelo WP FIP, nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de ações inicialmente ofertada poderia ter sido, mas não foi, acrescida em até 15% do total das ações inicialmente ofertadas, ou seja, em até 19.125.000 Ações, que seriam, mas não foram, alienadas pelo WP FIP, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares outorgada pelo WP FIP ao Agente Estabilizador nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações de Emissão da Camil Alimentos S.A., celebrado entre a Companhia, os acionistas vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-anuente, a B3, as quais seriam destinadas, exclusivamente, a atender ao excesso de demanda eventualmente constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares"). A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração e custódia das ações é o Banco Bradesco S.A.

Em dezembro de 2017, a Companhia realizou a sua 7ª emissão de debêntures, simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada no valor de R$168.050.000,00 ("CRA III"). As Debêntures são vinculadas a certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"), objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. O valor nominal unitário das Debentures é de R$1.000,00 (mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 98% da Taxa DI, com amortização integral e prazo de vencimento em 4 (quatro) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de dezembro de 2021. Os recursos líquidos serão destinados exclusivamente ao cumprimento da obrigação de compra de açúcar assumida pela Companhia.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Em abril de 2019, a Companhia realizou a sua 8ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição privada. Foram emitidas 600.000 debêntures, sendo 271.527 debêntures na primeira série e 328.473 debêntures na segunda série, todas com valor nominal unitário de R$1,0 mil, totalizando R$600,0 milhões, destinados ao cumprimento de obrigação de compra de açúcar. Sobre o valor nominal das debêntures da primeira série incidem juros remuneratórios equivalentes a 98% da Taxa DI, e sobre as debêntures da segunda série incidem juros remuneratórios equivalentes a 101% da Taxa DI. A emissão não é garantida por nenhuma espécie de garantia, sendo o seu crédito quirografário. As debêntures da primeira série estão programadas para vencer em 17 de abril de 2023 e as debêntures da segunda série estão programadas para vencer em 15 de abril de 2025. Esta emissão foi realizada para lastrear às 1ª e 2ª séries da quinta emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., subscritos em 15 de abril de 2019 e disponibilizado em 16 de abril de 2019.

Para mais informações, vide item 18.5. deste Formulário de Referência.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

(i) 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.

Conforme previsto no *"Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.",* celebrado em 13 de outubro de 2016, os recursos líquidos obtidos com a emissão foram destinados exclusivamente ao cumprimento de obrigação de compra e venda de açúcar pela Companhia.

(ii) 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.

Conforme previsto no "*Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (Duas) Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.*", celebrado em 19 de maio de 2017, os recursos líquidos obtidos com a emissão foram destinados exclusivamente ao cumprimento da obrigação de compra e venda de açúcar pela Companhia.

(iii) 7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S/A.

Conforme previsto no "*Instrumento Particular de Escritura da 7ª (sétima) Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S/A*", celebrado em 07 de novembro de 2017, os recursos líquidos obtidos com a emissão foram destinados exclusivamente ao cumprimento da obrigação de compra de açúcar.

(iv) Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias

Conforme previsto no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Camil Alimentos S.A., os recursos líquidos provenientes da oferta primária foram utilizados para (i) suporte para crescimento orgânico e potenciais aquisições; (ii) internalização das atividades de empacotamento de açúcar; e (iii) reforço no capital de giro; e os recursos líquidos provenientes da oferta secundária foram integralmente destinados ao pagamento do WP XII e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, do Sr. Jacques Maggi Quartiero e do Sr. Thiago Maggi Quartiero.

(v) 8ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S/A.

Conforme previsto no "*Instrumento Particular de Escritura da 8ª (oitava) Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S/A*", celebrado em 15 de abril de

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

2019, os recursos líquidos obtidos com a emissão foram destinados exclusivamente ao cumprimento da obrigação de compra de açúcar.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos das ofertas públicas de distribuição e a propostas de aplicação divulgadas, conforme detalhadas acima..

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de terceiro.

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não efetuou ofertas públicas de aquisição feitas relativas a ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, para Colocação Privada, da Camil Alimentos S.A.

Agente Fiduciário: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Hipótese e cálculo do valor de resgate (para primeira e segunda série)

Oferta de Resgate Antecipado

A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, mediante deliberação de seus órgãos competentes, oferta de resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures, de ambas ou de determinada Série (conforme definido na Escritura), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura ("Oferta de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago pela Companhia a título de Oferta de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Preço de Resgate, acrescido de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos titulares de Debêntures (conforme definido na Escritura), a exclusivo critério da Companhia, o qual não poderá ser negativo ("Prêmio de Resgate").

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários (para primeira e segunda série).

Exceto se de outra forma disposto na Escritura, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Escritura), realizada conjunta ou separadamente entre as Séries, conforme disposto no item 8.1. da Escritura, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação ou, a maioria absoluta dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures de cada Série dependerão de aprovação de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada conjunta ou separadamente entre as Séries, conforme disposto no item 8.1 da Escritura, de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação (conforme definido da Escritura) consideradas em conjunto ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme o caso: (a) alteração e/ou exclusão de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura); (b) a alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura; (c) alteração de quaisquer disposições do item 8.5. da Escritura; (d) alteração das disposições relativas ao Resgate Antecipado e/ou Oferta de Resgate Antecipado; (e) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas na Cláusula Oitava da Escritura; (f) quaisquer deliberações que tenham por objeto alterar as seguintes características das Debêntures: (i) Remuneração das Debêntures, sua forma de cálculo e suas Datas de Pagamento da Remuneração; (ii) Data de Vencimento; e (ii) Valor Nominal Unitário.

Hipóteses de Vencimento Antecipado transcritas da Escritura:

Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos:

(a) descumprimento pela Emissora, de quaisquer de suas obrigações pecuniárias

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

previstas e assumidas nesta Escritura de Emissão, no prazo e na forma devidos, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;

(b) (i) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Emissora ("Controladas"); (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou por qualquer Controlada; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer Controlada efetuado por terceiros, não elidido no prazo legal; e (iv) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Emissora e/ou de qualquer Controlada, exceto no caso de liquidação ou dissolução das Controladas (1) no âmbito de reorganização societária da qual somente participem a Emissora e/ou as próprias Controladas; ou (2) que não impliquem redução igual ou superior a 1% (um por cento) do ativo total consolidado da Emissora, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) propositura, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, fica permitida a aquisição de sociedades em processo de recuperação judicial, observado que, após referida aquisição, a sociedade adquirida integrará a definição de "Controladas";

(d) declaração do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares contratadas com bancos nacionais ou estrangeiros) ou de mercado de capitais, não decorrentes da Escritura de Emissão, contratada pela Emissora ou qualquer de suas Controladas, seja como parte ou como garantidora, cujo valor agregado supere R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;

(e) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária decorrente de operações financeiras ou de mercado de capitais não decorrentes da Escritura de Emissão, assumida pela Emissora e/ou qualquer de suas Controladas, não sanado no respectivo prazo de cura, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas;

(f) protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovado e efetivamente cancelado em até 10 (dez) Dias Úteis contados de tal protesto;

(g) descumprimento de obrigação de pagamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, originada de decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou decisão arbitral ou administrativa definitiva, de natureza condenatória contra a Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas;

(h) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora ou de quaisquer Controladas;

(i) redução de capital social da Emissora, após a data de assinatura da Escritura de

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Emissão, exceto se (i) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pelos titulares das Debêntures, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) alteração do objeto social da Emissora, conforme descrito no item 3.1.1. acima, que implique a mudança da atividade agroindustrial preponderante exercida pela Emissora;

(k) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos, prazo e forma estabelecidos no item 3.6. acima, conforme constatado pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures, com base nos relatórios, comprovantes de pagamento e/ou cópias de faturas, nos termos dos itens 3.6.3. e 3.6.4. acima;

(l) caso a Escritura de Emissão seja considerada ou declarada nula, inválida ou inexequível por qualquer lei ou decisão judicial;

(m) caso a Emissora transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão;

(n) transformação da forma societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(o) na hipótese de a Emissora e/ou qualquer Controlada tentar ou praticar qualquer ato visando a anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição de Debêntures, qualquer documento relativo à operação de Securitização ou qualquer das suas respectivas cláusulas;

(p) constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures que não seja decorrente da sua vinculação à emissão de CRA, que não seja liberado, de forma definitiva, ou suspenso por medida judicial, no prazo de 15 (quinze) dias contados (i) de sua constituição no Livro de Registro de Debêntures, ou (ii) do envio, pela Securitizadora à Emissora, de notificação informando sobre a constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures;

(q) caso esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição de Debêntures ou qualquer documento da Securitização seja, por qualquer motivo, resilido, rescindido ou por qualquer outra forma extinto; e

(r) cisões, fusões, incorporações (inclusive incorporações de ações) ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Emissora, exceto se tal reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora.

Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automáticos:

(a) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, incluindo aquelas dispostas na Cláusula Quinta abaixo, que não seja sanado no prazo de cura de 10 (dez) dias contados (i) da data do respectivo descumprimento, ou (ii) exclusivamente em relação à alínea (c) do item 5.1. abaixo, da data do recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido, sendo que referido prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cumprimento;

(b) alienação, transferência e/ou promessa de transferência de quaisquer ativos não circulantes da Emissora, incluindo ações ou quotas de qualquer subsidiária da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Emissora, apurado com base nas

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos ou receitas (incluindo, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Emissora que correspondam a valor individual ou agregado igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior e, exceto por aqueles (i) constituídos em operações de crédito rural ou agroindustrial, desde que tal ônus ou gravame seja constituído sobre (1) os ativos, bens ou direitos adquiridos com os recursos oriundos de tais operações ou (2) estoque ou recebíveis da Emissora, desde que o valor total das operações de crédito rural ou agroindustrial garantidas por tal estoque ou por tais recebíveis em determinado período de 12 (doze) meses não exceda 50% (cinquenta por cento) da receita bruta de vendas no mesmo período, com base na última demonstração financeira consolidada auditada ou revisada do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior da Emissora; (ii) constituídos em operações realizadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES ou a organismos multilaterais, (iii) já existentes na presente data; (iv) em decorrência de processos judiciais ou administrativos em curso perante órgãos da administração pública direta ou indireta; (v) constituídos na forma de garantias em favor de fornecedores no curso normal dos negócios; (vi) necessários, constituídos por força de lei, no curso normal dos negócios; (vii) existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma controlada da Emissora; (viii) constituídos para financiar todo ou parte do preço de aquisição, construção ou reforma de qualquer ativo (ou custo de construção ou reforma, incluindo comissões e despesas relacionados com a transação), a ser pago pela Emissora, após a Data de Emissão, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido, construído ou reformado; e (ix) constituídos em decorrência de aquisição de participações societárias pela Emissora em outras sociedades por meio de fusões, aquisições, incorporações ou incorporações de ações, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre a respectiva participação societária a ser adquirida;

(d) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Emissora, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, exceto se tal mudança ou transferência envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora;

(e) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas em qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, não sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico;

(f) a inobservância da legislação socioambiental em vigor, conforme previsto nas alíneas “g” e “h” do item 5.1. abaixo, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à (i) saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, exceto por hipóteses em que o descumprimento não possa causar qualquer Efeito Adverso Relevante, bem como (ii) o incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou utilização em suas atividades mão-de-obra infantil (excetuados os

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

aprendizes) ou em condição análoga à de escravo;

(g) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas (exceto por pagamentos a título de *pro labore* ou remuneração pelas atividades prestadas por membro da Diretoria ou Conselho de Administração da Emissora), caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(h) rebaixamento da classificação de risco atribuída ao CRA na Data de Emissão pela agência de *rating* em dois ou mais níveis, exceto se decorrente do rebaixamento da classificação de risco soberano do Brasil, desde que o *rating* atribuído aos CRA não seja inferior a brA-; e

(i) não manutenção do seguinte índice financeiro, o qual será anualmente apurado pela Emissora e analisado conforme procedimentos pré-acordados pelos auditores independentes da Emissora, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, e (ii) nas informações complementares preparadas pela Emissora, observado que as informações relativas ao item (i) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável ("Índice Financeiro"):

Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos).

Para fins do disposto na alínea (i) do item 4.20.3 acima, entende-se por:

(i) "Dívida Líquida" corresponde à somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Emissora que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Emissora; e

(ii) "EBITDA" corresponde ao [lucro (prejuízo) do período [(+) despesas com imposto de renda e contribuição social] (+) amortização e depreciação (-) receitas financeiras e (+) despesas financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora."

6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 2 (duas) Séries, da Camil Alimentos S.A.

Agente Fiduciário: Não há.

Hipótese e cálculo do valor de resgate (para primeira e segunda série)

Oferta de Resgate Antecipado

A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, mediante deliberação de seus órgãos competentes, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, de ambas as Séries ou apenas de uma determinada Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, de acordo

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

com os termos e condições previstos na Escritura. O valor a ser pago pela Companhia a título de Oferta de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Preço de Resgate, acrescido de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos titulares de Debêntures, a exclusivo critério da Companhia ("Prêmio de Resgate")

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários (para primeira e segunda série).

Exceto se de outra forma disposto na Escritura, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Escritura), realizada conjunta ou separadamente entre as Séries, conforme disposto no item 7.1 da Escritura, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação ou, a maioria absoluta dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, desde que os titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas representem, no mínimo, 30% (trinta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura). As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures de cada Série dependerão de aprovação de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada conjunta ou separadamente entre as Séries, conforme disposto no item 7.1 da Escritura, de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação consideradas em conjunto ou das Debêntures em Circulação da respectiva Série, conforme o caso: (i) alteração e/ou exclusão de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura); (ii) a alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura; (iii) alteração de quaisquer disposições do item 7.5. da Escritura; (iv) alteração das disposições relativas ao Resgate Antecipado e/ou Oferta de Resgate Antecipado; (v) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas na Escritura; (vi) quaisquer deliberações que tenham por objeto alterar as seguintes características das Debêntures: (i) Remuneração das Debêntures, sua forma de cálculo e suas Datas de Pagamento da Remuneração; (ii) Data de Vencimento; e (iii) Valor Nominal Unitário.

Hipóteses de Vencimento Antecipado transcritas da Escritura:

Eventos de Vencimento Antecipado Automático:

(a) "descumprimento pela Companhia, de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura de Emissão, no prazo e na forma devidos, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;

(b) (i) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Companhia ("Controladas"); (ii) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (iii) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada efetuado por terceiros, não elidido no prazo legal; e (iv) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto no caso de liquidação ou dissolução das Controladas (1) no âmbito de reorganização societária da qual somente participem a Companhia e/ou as próprias Controladas; ou (2) que não impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) propositura, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de plano de

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; fica permitida a aquisição pela Companhia e/ou suas Controladas de sociedades em processo de recuperação judicial e extrajudicial, observado que, após referida aquisição, a sociedade adquirida integrará a definição de "Controladas";

(d) declaração do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares contratadas com bancos nacionais ou estrangeiros) ou de mercado de capitais, não decorrentes da Escritura de Emissão, contratada pela Companhia ou qualquer de suas Controladas, seja como parte ou como garantidora, cujo valor agregado supere R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;

(e) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária decorrente de operações financeiras ou de mercado de capitais não decorrentes da Escritura de Emissão, assumida pela Companhia e/ou qualquer de suas Controladas, não sanado no respectivo prazo de cura, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas;

(f) protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovado ou efetivamente cancelado em até 10 (dez) Dias Úteis contados de tal protesto;

(g) descumprimento de obrigação de pagamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, originada de decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou decisão arbitral ou administrativa definitiva, de natureza condenatória contra a Companhia e/ou quaisquer de suas Controladas;

(h) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(i) redução de capital social da Companhia, após a data de assinatura da Escritura de Emissão, exceto se (i) realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) previamente autorizada, de forma expressa e por escrito, pela Securitizadora, de acordo com o deliberado pelos titulares de CRA de cada Série, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) alteração do objeto social da Companhia, conforme descrito no item 3.1.1, acima, que implique a mudança da atividade agroindustrial preponderante exercida pela Companhia;

(k) não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos, prazo e forma estabelecidos no item 3.6, acima, conforme constatado pelo

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Agente Fiduciário, com base nos relatórios e documentos fornecidos nos termos dos itens 3.6.2 e 3.6.3, acima;

(l) caso a Escritura de Emissão seja considerada ou declarada nula, inválida ou inexequível por qualquer lei ou decisão judicial;

(m) caso a Companhia transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão;

(n) transformação da forma societária da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(o) na hipótese de a Companhia e/ou qualquer Controlada tentar ou praticar qualquer ato visando a anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição, qualquer documento relativo à operação de Securitização ou qualquer das suas respectivas cláusulas;

(p) constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures que não seja decorrente da sua vinculação à emissão dos CRA, que não seja sanado, de forma definitiva, ou suspenso por medida judicial, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados: (i) de sua constituição, inclusive no Livro de Registro de Debêntures ou (ii) do envio de notificação informando sobre a constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures;

(q) caso esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição ou qualquer documento da Securitização seja, por qualquer motivo, resilido, rescindido ou por qualquer outra forma extinto; e

(r) cisões, fusões, incorporações (inclusive incorporações de ações) ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Companhia, exceto se tal reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia.

Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático:

(a) descumprimento, pela Companhia, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, incluindo aquelas dispostas na Cláusula Quinta abaixo, que não seja sanado no prazo de cura de 10 (dez) dias contados (i) da data do respectivo descumprimento, ou (ii) exclusivamente em relação à alínea (c) do item 5.1, abaixo, da data do recebimento, pela Companhia, de notificação neste sentido, sendo que referido prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cumprimento;

(b) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 1% (um por cento) e inferior a 5% (cinco por cento) (exclusive) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) alienação, transferência e/ou promessa de transferência de quaisquer ativos não circulantes da Companhia, incluindo ações ou quotas de qualquer subsidiária da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(d) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos ou receitas (incluindo, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Companhia que correspondam a valor individual ou agregado igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior e, exceto por aqueles (i) constituídos em operações de crédito rural ou agroindustrial, desde que tal ônus ou gravame seja constituído sobre (1) os ativos, bens ou direitos adquiridos com os recursos oriundos de tais operações ou (2) estoque ou recebíveis da Companhia, desde que o valor total das operações de crédito rural ou agroindustrial garantidas por tal estoque ou por tais recebíveis em determinado período de 12 (doze) meses não exceda 50% (cinquenta por cento) da receita bruta de vendas no mesmo período, com base na última demonstração financeira consolidada auditada ou revisada do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior da Companhia; (ii) constituídos em operações realizadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES ou a organismos multilaterais, (iii) já existentes na presente data; (iv) em decorrência de processos judiciais ou administrativos em curso na data da Escritura de Emissão perante órgãos da administração pública direta ou indireta; (v) constituídos na forma de garantias em favor de fornecedores no curso normal dos negócios; (vi) necessários, constituídos por força de lei, no curso normal dos negócios; (vii) existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma controlada da Companhia; (viii) constituídos para financiar todo ou parte do preço de aquisição, construção ou reforma de qualquer ativo (ou custo de construção ou reforma, incluindo comissões e despesas relacionados com a transação), a ser pago pela Companhia, após a Data de Emissão, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido, construído ou reformado; e (ix) constituídos em decorrência de aquisição de participações societárias pela Companhia em outras sociedades por meio de fusões, aquisições, incorporações ou incorporações de ações, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre a respectiva participação societária a ser adquirida;

(e) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Companhia, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: (i) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (ii) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se tal mudança ou transferência envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia;

(f) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão não se provarem consistentes, corretas e suficientes em relação a qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, não sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada (i) pela Companhia à Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário; ou (ii) pela Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário à Companhia, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico;

(g) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão provaram-se falsas, nos termos da legislação aplicável, na data em que foram prestadas;

(h) a inobservância da legislação socioambiental em vigor, conforme previsto nas alíneas “g” e “h” do item 5.1, abaixo, em especial, mas não se limitando, à

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

legislação e regulamentação relacionadas à (i) saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, exceto por hipóteses em que o descumprimento não possa causar qualquer Efeito Adverso Relevante (conforme definido na cláusula 4.20.3.1, abaixo), bem como (ii) o incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou à utilização em suas atividades mão-de-obra infantil (excetuados os aprendizes) ou condição análoga à de escravo;

(i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas (exceto por pagamentos a título de pro labore ou remuneração pelas atividades prestadas por membro da Diretoria ou Conselho de Administração da Companhia), caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) rebaixamento da classificação de risco atribuída ao CRA na Data de Emissão pela agência de rating em dois ou mais níveis exceto se decorrente do rebaixamento da classificação de risco soberano do Brasil, observado que, independentemente do motivo do rebaixamento da classificação de risco, o novo rating atribuído aos CRA não seja inferior a brA-; e

(k) não manutenção do seguinte índice financeiro, os quais serão apurados e revisados anualmente pelos auditores independentes da Companhia, com base (i) nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, e (ii) nas informações complementares preparadas pela Companhia, observado que as informações relativas ao item (i) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável ("Índices Financeiros"):

Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos)

Para fins do disposto neste item, entende-se por:

(i) "Dívida Líquida" corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Companhia que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com (c) operações com derivativos do ativo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Companhia; e

(ii) "EBITDA" lucro antes das receitas e despesas financeiras (+) amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Companhia."

7ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Camil Alimentos S.A.

Agente Fiduciário: Não há.

Hipótese e cálculo do valor de resgate

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Oferta de Resgate Antecipado

A Companhia poderá realizar, a qualquer tempo, mediante deliberação de seus órgãos competentes, oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura. O valor a ser pago pela Companhia a título de Resgate Antecipado deverá corresponder ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização, ou a última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do efetivo Resgate Antecipado e acrescido de eventual Prêmio de Resgate.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários (para primeira e segunda série).

Exceto se de outra forma disposto na Escritura de Emissão, as deliberações em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto no item 7.1, da Escritura, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação ou, a maioria absoluta dos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, desde que os titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas representem, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos das Debêntures em Circulação.

As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures dependerão de aprovação de Assembleia Geral de Debenturistas, conforme disposto no item 7.1 da Escritura, de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação: **(i)** alteração e/ou exclusão de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado; **(ii)** a alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão; **(iii)** alteração de quaisquer disposições deste item 7.5.; **(iv)** alteração das disposições relativas ao Resgate Antecipado e/ou Oferta de Resgate Antecipado; **(v)** alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas na Escritura; **(vi)** quaisquer deliberações que tenham por objeto alterar as seguintes características das Debêntures: **(i**) Remuneração das Debêntures, sua forma de cálculo e suas Datas de Pagamento da Remuneração; **(ii)** Data de Vencimento; e **(iii)** Valor Nominal Unitário.

Hipóteses de Vencimento Antecipado transcritas da Escritura:

Eventos de Vencimento Antecipado Automático

(a) "descumprimento pela Companhia, de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas e assumidas nesta Escritura de Emissão, no prazo e na forma devidos, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;

(b) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer sociedade direta ou indiretamente controlada pela Companhia ("Controladas"); **(ii)** pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; **(iii)** pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada efetuado por terceiros, não elidido no prazo legal; e **(iv)** liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Companhia e/ou de qualquer Controlada, exceto no caso de liquidação ou dissolução das Controladas (1) no âmbito de reorganização societária da qual somente participem a Companhia e/ou as próprias Controladas; ou (2) que não impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento)

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) propositura, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; fica permitida a aquisição pela Companhia e/ou suas Controladas de sociedades em processo de recuperação judicial e extrajudicial, observado que, após referida aquisição, a sociedade adquirida integrará a definição de "Controladas";

(d) declaração do vencimento antecipado de qualquer operação financeira (empréstimos locais e no estrangeiro, instrumentos derivativos e outras operações similares contratadas com bancos nacionais ou estrangeiros) ou de mercado de capitais, não decorrentes desta Escritura de Emissão, contratada pela Companhia ou qualquer de suas Controladas, seja como parte ou como garantidora, cujo valor agregado supere R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em moeda estrangeira;

(e) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária decorrente de operações financeiras ou de mercado de capitais não decorrentes desta Escritura de Emissão, assumida pela Companhia e/ou qualquer de suas Controladas, não sanado no respectivo prazo de cura, em valor individual ou agregado igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas;

(f) protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, exceto se o protesto for decorrente de erro ou má-fé de terceiros, devidamente comprovado ou efetivamente cancelado em até 10 (dez) Dias Úteis contados de tal protesto;

(g) descumprimento de obrigação de pagamento, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, originada de decisão ou sentença judicial transitada em julgado, ou decisão arbitral ou administrativa definitiva, de natureza condenatória contra a Companhia e/ou quaisquer de suas Controladas;

(h) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 5% (cinco por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(i) redução de capital social da Companhia, após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, exceto se **(i)** realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou **(ii)** previamente autorizada, de forma

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

expressa e por escrito, pela Securitizadora, de acordo com o deliberado pelos titulares de CRA, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) alteração do objeto social da Companhia, conforme descrito no item 3.1.1, acima, que implique a mudança da atividade agroindustrial preponderante exercida pela Companhia;

(k) não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos, prazo e forma estabelecidos no item 3.6, acima, conforme constatado pelo Agente Fiduciário, com base nos relatórios e documentos fornecidos nos termos dos itens 3.6.2 e 3.6.3, acima;

(l) caso a Escritura de Emissão seja considerada ou declarada nula, inválida ou inexequível por qualquer lei ou decisão judicial;

(m) caso a Companhia transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão;

(n) transformação da forma societária da Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(o) na hipótese de a Companhia e/ou qualquer Controlada tentar ou praticar qualquer ato visando a anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição, qualquer documento relativo à operação de Securitização ou qualquer das suas respectivas cláusulas;

(p) constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures que não seja decorrente da sua vinculação à emissão dos CRA, que não seja sanado, de forma definitiva, ou suspenso por medida judicial, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados: **(i)** de sua constituição, inclusive no Livro de Registro de Debêntures ou **(ii)** do envio de notificação informando sobre a constituição de qualquer ônus sobre as Debêntures;

(q) caso esta Escritura de Emissão, o Contrato de Aquisição ou qualquer documento da Securitização seja, por qualquer motivo, resilido, rescindido ou por qualquer outra forma extinto; e

(r) cisões, fusões, incorporações (inclusive incorporações de ações) ou reorganizações societárias que resultem em alteração do controle societário efetivo da Companhia, exceto se tal reorganização societária envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia.

Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático

(a) descumprimento, pela Companhia, de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, incluindo aquelas dispostas na Cláusula Quinta abaixo, que não seja sanado no prazo de cura de 10 (dez) dias contados **(i)** da data do respectivo descumprimento, ou **(ii)** exclusivamente em relação à alínea (c) do item 5.1, abaixo, da data do recebimento, pela Companhia, de notificação neste sentido, sendo que referido prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cumprimento;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(b) seja realizado qualquer ato de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Companhia ou de quaisquer Controladas, que impliquem redução igual ou superior a 1% (um por cento) e inferior a 5% (cinco por cento) (exclusive) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(c) alienação, transferência e/ou promessa de transferência de quaisquer ativos não circulantes da Companhia, incluindo ações ou quotas de qualquer subsidiária da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou trimestre imediatamente anterior;

(d) criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos ou receitas (inclusive, sem limitação, recebíveis e contas bancárias) da Companhia que correspondam a valor individual ou agregado igual ou superior a 15% (quinze por cento) do ativo total consolidado da Companhia, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior e, exceto por aqueles **(i)** constituídos em operações de crédito rural ou agroindustrial, desde que tal ônus ou gravame seja constituído sobre (1) os ativos, bens ou direitos adquiridos com os recursos oriundos de tais operações ou (2) estoque ou recebíveis da Companhia, desde que o valor total das operações de crédito rural ou agroindustrial garantidas por tal estoque ou por tais recebíveis em determinado período de 12 (doze) meses não exceda 50% (cinquenta por cento) da receita bruta de vendas no mesmo período, com base na última demonstração financeira consolidada auditada ou revisada do exercício social ou do trimestre imediatamente anterior da Companhia; **(ii)** constituídos em operações realizadas junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES ou a organismos multilaterais, **(iii)** já existentes na presente data; **(iv)** em decorrência de processos judiciais ou administrativos em curso na data desta Escritura de Emissão perante órgãos da administração pública direta ou indireta; **(v)** constituídos na forma de garantias em favor de fornecedores no curso normal dos negócios; **(vi)** necessários, constituídos por força de lei, no curso normal dos negócios; **(vii)** existentes sobre qualquer ativo de qualquer sociedade no momento em que tal sociedade se torne uma controlada da Companhia; **(viii)** constituídos para financiar todo ou parte do preço de aquisição, construção ou reforma de qualquer ativo (ou custo de construção ou reforma, incluindo comissões e despesas relacionados com a transação), a ser pago pela Companhia, após a Data de Emissão, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre o ativo adquirido, construído ou reformado; e **(ix)** constituídos em decorrência de aquisição de participações societárias pela Companhia em outras sociedades por meio de fusões, aquisições, incorporações ou incorporações de ações, desde que tal ônus ou gravame seja constituído exclusivamente sobre a respectiva participação societária a ser adquirida;

(e) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Companhia, direta ou indiretamente, de forma que seus atuais controladores: **(i)** passem a

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou **(ii)** deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se tal mudança ou transferência envolver apenas sociedades do mesmo grupo econômico da Companhia;

(f) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão não se provarem consistentes, corretas e suficientes em relação a qualquer aspecto relevante na data em que foram prestadas, não sanada no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de comunicação da referida comprovação enviada **(i)** pela Companhia à Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário; ou **(ii)** pela Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário à Companhia, o que ocorrer primeiro, salvo nos casos em que houver prazo específico;

(g) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão provaram-se falsas, nos termos da legislação aplicável, na data em que foram prestadas;

(h) a inobservância da legislação socioambiental em vigor, conforme previsto nas alíneas "g" e "h" do item 5.1, abaixo, em especial, mas sem limitação a legislação e a regulamentação relacionadas à **(i)** saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, exceto por hipóteses em que o descumprimento não possa causar qualquer Efeito Adverso Relevante (conforme definido na cláusula 4.20.3.1, abaixo), bem como **(ii)** o incentivo, de qualquer forma, à prostituição ou à utilização em suas atividades de mão-de-obra infantil (excetuados os aprendizes) ou em condição análoga à de escravo;

(i) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas (exceto por pagamentos a título de *pro labore* ou remuneração pelas atividades prestadas por membro da Diretoria ou Conselho de Administração da Companhia), caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(j) rebaixamento da classificação de risco atribuída ao CRA na Data de Emissão pela agência de *rating* em dois ou mais níveis exceto se decorrente do rebaixamento da classificação de risco soberano do Brasil, observado que, independentemente do motivo do rebaixamento da classificação de risco, o novo *rating* atribuído aos CRA não seja inferior a brA-; e

(k) não manutenção do seguinte índice financeiro, os quais serão apurados e revisados anualmente pelos auditores independentes da Companhia, com base **(i)** nas demonstrações financeiras anuais consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 28 de fevereiro ou em 29 de fevereiro, em anos bissextos, e **(ii)** nas informações complementares preparadas pela Companhia, observado que as informações relativas ao item (i) devem ser disponibilizadas na forma prevista na regulamentação aplicável ("Índices Financeiros"):

Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,5x (três inteiros e cinquenta centésimos)

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Para fins do disposto neste item, entende-se por:

(i) "Dívida Líquida" corresponde a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Companhia que venha a ser criada, menos a soma (a) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (b) as aplicações financeiras (circulante e não circulante), com (c) operações com derivativos do ativo circulante e não circulante em seu balanço patrimonial, com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado da Companhia; e

(ii) "EBITDA" lucro antes das receitas e despesas financeiras (+) amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras da Companhia."

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
01/04/2019	01/04/2019 à 08/08/2019	871.015.000,00	Ordinária		3.565.275	0,869469	3.565.275	7,02	R$ por Unidade	100,000000
O objetivo do 2º Programa de Recompra da Companhia foi de realizar a recompra no âmbito das outorgas já realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia, bem como para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação de capital da Companhia e a geração de valor para os acionistas. A quantidade de ações em circulação na data de aprovação era de 155.460.302 ações ordinárias e 5.821.571 ações em tesouraria. A quantidade de ações adquiridas foi de 3.565.275 ações ordinárias, observando os limites da Instrução CVM nº 567/2015. O programa deu início em 2 de abril de 2019 e encerrou-se em 8 de agosto de 2019. O encerramento ocorreu antes do prazo máximo autorizado (6 meses), com a aquisição de 100% do montante autorizado de recompra das ações ordinárias. A instituição financeira que atuou como intermediária do Programa de Recompra foi a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar - São Paulo/SP.									

12/12/2017	13/12/2017 à 12/06/2018	569.481.000,00	Ordinária		5.821.571	3,634054	5.821.571	7,77	R$ por Unidade	100,000000
Aquisição de ações de emissão da Companhia no âmbito das outorgas já realizadas no âmbito do plano de opção de compra de ações da Companhia, bem como para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, sem redução do capital social, a fim de realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação de capital da Companhia e a geração de valor para os acionistas. As Instituições Financeiras Autorizadas que atuarão como intermediárias do Programa de Recompra são (i) Bank of America Merrill Lynch S.A. CTVM, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400 - São Paulo/SP, (ii) Bradesco S.A. CTVM, com sede na Avenida Paulista, nº 1.450, 7º andar - São Paulo/SP; (iii) Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar - São Paulo/SP; (iv) J.P. Morgan CCVM S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 13º andar - São Paulo/SP; (v) Santander CCVM S.A., com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, 2235 - Parte, 24º andar, São Paulo/SP.									

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve alienação ou cancelamento do saldo de ações em tesouraria nos últimos três exercícios sociais.
1º Programa de Recompra: Foram adquiridas no exercício que se encerrou em 28 de fevereiro de 2018 o montante de 2.701.900 ações, ao preço médio de R$7,79.
2º Programa de Recompra: Foram adquiridas até agosto de 2019 o montante adicional de 3.565.275 ações, ao preço médio de R$7,02. A Companhia encerrou até a referida data com saldo de tesouraria de 9.386.846 ações ordinárias.
O saldo de 9.386.846 ações em tesouraria foi cancelado em 7 de novembro de 2019 para operacionalização do programa de recompra da Camil anunciado em Fato Relevante dia 22 de outubro de 2019.
3º Programa de Recompra: Foram adquiridas com consequente cancelamento das ações em tesouraria o montante de 30.665.030 ações ordinárias, ao preço médio de R$6,25. Com o cancelamento das ações, na data deste formulário de referência a Companhia detém o total de 370.000.000 ações ordinárias e nenhuma ação em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

No início do exercício fiscal de 2019, a Camil Alimentos possuía em tesouraria 5.821.571 ações ordinárias. O saldo de ações em tesouraria foi cancelado em 7 de novembro de 2019, para operacionalização do programa de recompra da Camil anunciado em Fato Relevante dia 22 de outubro de 2019.

O referido programa de recompra foi aprovado pelo acionistas da Camil Alimentos em Assembleia Geral Extraordinária realizada dia 7 de novembro de 2019, nos termos do art. 3º, I, da Instrução CVM nº 567/15, contando com a aquisição, pela Camil, em três etapas, de 30.665.030 ações de sua emissão detidas pelo acionista WP XII E Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, em operações realizadas fora de bolsa de valores, nos termos e condições estabelecidos no Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Camil e o FIP WP em 22 de outubro de 2019, divulgado como anexo à Proposta da Administração para a AGE.

Até a data deste Formulário de Referência (28/11/2019), a Companhia realizou a aquisição e o consequente cancelamento das ações em tesouraria no montante de 30.665.030 ações ordinárias, finalizando o período com total de ações de 370.000.000.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**11/01/2018**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	(i) Acionista Controlador; (ii) Alta Administração da Companhia, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Camil, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, bem como respectivos assistentes; (iii) Empregados; (iv) Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais firmados com a Companhia; e (v) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, no Acionista Controlador, suas Controladas ou Coligadas tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante.

Principais características e locais de consulta

A Política de divulgação e negociação da Camil Alimentos S.A. tem como propósito estabelecer as regras e procedimentos que deverão ser compulsoriamente observados e aplicados pelas pessoas sujeitas à presente Política tanto na divulgação de informações que representem Ato ou Fato Relevante sobre a Camil quanto na negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, visando a evitar o uso indevido de informações privilegiadas e assegurar o tratamento equitativo aos investidores da Companhia, com base nos princípios da integridade e equidade das informações, bem como assegurar a regularidade e transparência das negociações de Valores Mobiliários de emissão da Camil. Todas as pessoas sujeitas à presente Política deverão pautar a sua conduta em conformidade com os princípios de boa-fé, lealdade, transparência e veracidade, bem como pelas regras nela estabelecidas, nas disposições legais e regulamentares aplicáveis bem como no Código de Conduta e demais normas disciplinares da Companhia. A Política e quaisquer alterações subsequentes serão divulgadas na forma do item 3.9.2 abaixo, bem como por meio do canal de comunicação interno adotado pela Companhia e, uma vez tornada pública: (i) todas as Pessoas Vinculadas estarão obrigadas a observá-la; (ii) a contratação pela Camil de Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais deverá prever regra pela qual a parte contratada se obrigue a observar a presente Política; e (iii) a troca de informações privilegiadas com Consultores Externos e Contrapartes de Contratos Comerciais será sempre acompanhada da formalização de um acordo de confidencialidade. A Política de Divulgação e Negociação alterada foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e está disponível na página eletrônica de Relações com Investidores da Camil http://ri.camilalimentos.com.br/) e na página eletrônica da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (http://www.cvm.gov.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Vide descrição inserida no item 20.2 deste Formulário de Referência.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Vedação de Negociação na Pendência de Divulgação de Ato ou Fato Relevante

Antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido nos negócios da Companhia, é vedada a negociação com Valores Mobiliários de sua emissão e de emissão de suas Controladas e Coligadas (nestes dois últimos casos, desde que sejam companhias abertas), ou a eles referenciados, pela própria Companhia, e pelas Pessoas Vinculadas. A vedação também prevalecerá: (i) se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; e (ii) em relação ao Acionista Controlador, Administradores, membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, membros dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Camil, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária, bem como respectivos assistentes, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas Controladas, Coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim. Sempre que a Companhia decidir pela manutenção da vedação de negociação, o DRI divulgará a decisão em comunicado interno.

A vedação se aplica também aos ex-Administradores e ex-membros (efetivos e suplentes) do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária que tenham se afastado antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e se estenderá (i) pelo prazo de 6 meses após o seu afastamento; ou (ii) até a divulgação, pela Companhia, do Ato ou Fato Relevante ao mercado, sendo aplicável ao ex-administrador, se for o caso, a determinação de abstenção de negociação que lhe será previamente comunicada pelo DRI.

Vedação de Negociação Antes da Divulgação das Demonstrações Financeiras da Companhia e de Outras Informações Relevantes

É vedada a negociação de Valores Mobiliários de emissão da Camil, de suas Controladas e de suas Coligadas (nestes dois últimos casos, desde que sejam companhias abertas) pela Companhia e pelas Pessoas Vinculadas nos seguintes períodos: (i) 15 dias que antecederem a divulgação das informações trimestrais (ITR) e das informações anuais (DFP) da Companhia; e (ii) no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar ou reduzir o capital social, de distribuir dividendos, bonificação em ações ou emitir outros Valores Mobiliários da Companhia, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios. É vedada a negociação de Valores Mobiliários de emissão da Camil, de suas Controladas e de suas Coligadas (nestes dois últimos casos, desde que sejam companhias abertas) por aqueles que tenham conhecimento do conteúdo das demonstrações financeiras antes de sua divulgação.

Determinação de Períodos de Bloqueio

É facultado ao DRI, independentemente de justificação, fixar períodos em que a Companhia e as Pessoas Vinculadas não poderão negociar com Valores Mobiliários da Camil, de suas Controladas e de suas Coligadas (nestes dois últimos casos, desde que sejam companhias abertas) ("**Período de Bloqueio**"). Caso exerça essa faculdade, o DRI deverá indicar expressamente o termo inicial e o termo final do Período de Bloqueio, devendo a Companhia e as Pessoas Vinculadas manter sigilo sobre tais períodos.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Vedação à Deliberação Relativa à Aquisição ou Alienação de Ações de Emissão da Camil pela Própria Companhia

Caso seja verificada uma das seguintes hipóteses, o Conselho de Administração da Camil não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão enquanto a operação não for tornada pública por meio da divulgação de fato relevante: (i) celebração de qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário de Controlada ou Coligada da Companhia que constitua investimento relevante, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; ou (ii) se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária das sociedades referidas na alínea "a" acima.

Caso, após a aprovação de programa de recompra, advenha fato que se enquadre em qualquer das hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com ações de sua própria emissão até a divulgação do respectivo Ato ou Fato Relevante.

Locais onde a política pode ser consultada

A Política de Divulgação e Negociação aprovada em 11 de janeiro de 2018 está disponível na página eletrônica de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.camilalimentos.com.br/) e na página eletrônica da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (http://www.cvm.gov.br).

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

O documento que contém as normas seguidas pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva é a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de julho de 2017 e alterada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de janeiro de 2018 ("Política").

Todas as pessoas sujeitas à Política deverão pautar a sua conduta em conformidade com os princípios de boa-fé, lealdade, transparência e veracidade, bem como pelas regras estabelecidas na Política, nas disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como no Código de Conduta e demais normas disciplinares da Companhia.

Para o propósito de preservação de informações que constituam atos ou fatos relevantes nos termos da Política, recomenda-se que a pessoas sujeitas à Política observem os seguinte procedimentos quando tenham acesso a informações que constituam atos ou fatos relevantes, sem prejuízo de outras medidas que se mostrem apropriadas: (i) somente divulgar informações privilegiadas às pessoas diretamente envolvidas com o assunto em pauta; (ii) não discutir as informações privilegiadas (ii.a) em lugares públicos ou na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ou (ii.b) em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente são as pessoas que podem dela participar; (iii) manter seguro o meio em que as informações privilegiadas são armazenadas e transmitidas, restringindo qualquer acesso não autorizado; e (iv) não comentar informações privilegiadas com terceiros, inclusive familiares.

Adicionalmente, para o tratamento das informações a serem divulgadas publicamente, a Política determina que, sempre que estiverem diante de qualquer informação que considerem ato ou fato relevante, as pessoas vinculadas à Política deverão comunicá-lo formalmente, de modo claro e preciso, ao diretor de relações com investidores ("DRI"), a quem caberá decidir sobre a necessidade de divulgar a matéria ao mercado e sobre o nível de detalhamento da divulgação.

A divulgação de atos ou fatos relevantes deverá ser feita simultaneamente e, preferencialmente, após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores, em todos os mercados onde os valores mobiliários da Companhia sejam negociados, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Caso seja necessária a divulgação: (i) antes da abertura do pregão, deve ser observada, sempre que possível, a antecedência de, no mínimo, 1 (uma) hora, a fim de evitar atrasos no início das negociações e permitir a disseminação da informação prestada; ou (ii) durante o horário de negociação, o DRI deverá comunicar o ato ou fato relevante à CVM e às bolsas de valores e, se necessário, solicitar, sempre simultaneamente, a tais bolsas de valores a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário a sua adequada disseminação.

A Companhia faz as divulgações de ato ou fato relevante em português e inglês, simultaneamente, sem prejuízo da utilização de outros idiomas, nos termos da regulamentação aplicável ou caso a área de Relações com Investidores da Companhia julgue necessário.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Excepcionalmente, a Companhia pode deixar de divulgar o ato ou fato relevante caso os acionistas controladores ou os administradores entendam que sua revelação poderá pôr em risco interesse legítimo da Companhia. Tal faculdade somente poderá ser exercida pela Companhia caso o acionista controlador informe o DRI e/ou a área de relações com investidores. Nesta hipótese, caberá ao DRI acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica nesses elementos, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante que a Companhia decidiu não divulgar anteriormente. Além disso, caso qualquer informação que não tenha sido divulgada, por qualquer razão, venha a escapar do controle da Companhia e deixe de existir o sigilo, tal ato ou fato relevante deverá ser amplamente divulgado imediatamente.

Caso constatem a omissão do DRI no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, as pessoas vinculadas à Política deverão comunicar imediatamente tal ato ou fato relevante à CVM, nos termos do § 2º do art. 3º da Instrução CVM nº 358.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada:

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de julho de 2017 e alterada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de janeiro de 2018 ("Política"), objetiva, entre outros aspectos, estabelecer as normas e procedimentos a serem observados na divulgação, por parte da Companhia, de atos ou fatos relevantes, bem como as exceções à imediata divulgação de informações e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas ao mercado. A Política pode ser consultada: (i) no site de Relações com Investidores da Companhia (www.camilalimentos.com.br/ri); e (ii) no site da CVM (http://www.cvm.gov.br/).

A comunicação de ato ou fato relevante à CVM, às bolsas de valores em que os valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, são negociados, bem como ao mercado em geral, deverá ocorrer imediatamente após conhecimento a seu respeito, de forma simultânea em todos os mercados, de modo claro e preciso e contendo, em linguagem acessível ao público investidor, com as informações exigidas pela regulamentação, mediante: (i) envio à CVM e às bolsas de valores do ato ou fato relevante; e (ii) publicação do ato ou fato relevante nos portais de notícias utilizados pela Companhia nos termos da Política, quais sejam, (i) www.valor.com.br/valor-ri/fatos-relevantes; e (ii) www.portalneo1.net.

Adicionalmente à divulgação aos órgãos e nos veículos citados acima, a informação será disponibilizada, também, no site de relações com investidores da Companhia. Sempre que possível, a divulgação do ato ou fato relevante deverá ocorrer simultaneamente e, preferencialmente, após o encerramento dos negócios na bolsa de valores em todos os mercados onde os valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Até a divulgação ao mercado do ato ou fato relevante relacionado à Companhia, as pessoas vinculadas à Política deverão guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante aos quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo, observando os seguintes procedimentos: (i) somente divulgar informações privilegiadas estritamente àquelas pessoas diretamente envolvidas com o assunto em pauta; (ii) não discutir a informação privilegiada em lugares públicos ou na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento ou em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente são as pessoas que podem dela participar; (iii) manter seguro o meio em que as informações privilegiadas são armazenadas e transmitidas, restringindo qualquer acesso não autorizado; e (iv) não comentar tais informações com terceiros, inclusive familiares.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Além do tratamento dado às informações privilegiadas descrito acima e constante da Política, a Companhia e as pessoas vinculadas à Política devem orientar suas condutas segundo regras especiais na hipótese de realização de oferta pública de distribuição de valores mobiliário de emissão da Companhia. Neste caso a Companhia e as pessoas vinculadas à Política devem, sem prejuízo de outras obrigações previstas na regulamentação expedida pela CVM: (i) limitar a revelação de informações ao que for necessário aos objetivos da oferta, bem como a utilização das informações reservadas para fins de preparação da oferta; (ii) abster de se manifestar na mídia sobre a oferta ou ofertante no período previsto na Política; e (iii) esclarecer as suas ligações com a Companhia ou o interesse na oferta em suas manifestações em assuntos que envolvam a oferta, a partir do momento em que esta se torne pública.

A Companhia e todas as pessoas vinculadas à Política cumprem, ainda, um período de silêncio nos 15 (quinze) dias que antecedem a entrega à CVM e à bolsa de valores da divulgação pública das informações trimestrais e anuais ("*Quiet Period*"). A Companhia informará ao mercado por meio de seu Calendário Anual a data da divulgação do ITR e DFP e, na mesma oportunidade, divulgará internamente o início do *Quiet Period*.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

A implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia ("Política") é atribuição do Diretor de Relações com Investidores ("DRI"), que a exercerá com o assessoramento da área de Relações com Investidores da Companhia.

A decisão sobre a necessidade de divulgação de ato ou fato relevante é exclusiva da área de Relações com Investidores da Companhia, que realizará as divulgações necessárias sempre sob a supervisão do DRI.

Entre as atribuições do DRI no âmbito da Política, destaca-se a condução dos procedimentos listados a seguir:

(a) enviar à CVM, por meio do sistema de divulgação de informações da CVM e, se for o caso, às bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação;

(b) prestar as informações solicitadas, caso a CVM ou as bolsas de valores venham a exigir esclarecimentos sobre a comunicação e a divulgação de ato ou fato relevante;

(c) avaliar a necessidade de solicitar às bolsas de valores a suspensão da negociação dos valores mobiliários da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação do ato ou fato relevante;

(d) na hipótese de a informação privilegiada escapar ao controle da Companhia, inquirir as pessoas com acesso a ato ou fato relevante, inclusive, se for o caso, os administradores e/ou representantes do acionista controlador que tenham decidido pela manutenção de sigilo, e providenciar a imediata divulgação, devendo manter registro deste procedimento;

(e) analisar eventuais rumores ou especulações sobre a Companhia e avaliar se uma comunicação oficial da Companhia ao mercado se faz necessária; e

(f) uma vez que se constate a veiculação de notícia na imprensa envolvendo informação privilegiada ou a veiculação de notícia que acrescente fato novo sobre uma informação já divulgada, analisar o potencial de impacto da notícia sobre as negociações e, se for o caso, manifestar-se de forma imediata sobre as referidas notícias, por meio do sistema de divulgação de informações da CVM.

Adicionalmente, o DRI é responsável por esclarecer eventuais dúvidas a respeito da qualificação de determinada situação como ato ou fato relevante, bem como ao tratamento necessário de tal situação nos termos da Política.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4. Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este item 21 deste Formulário de Referência.